

LILIANE MONFARDINI FERNANDES DE LUCENA

PAISAGEM CULTURAL E ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO. ANÁLISE DA
COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA, MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL/PR

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski

CURITIBA

2015

L935p

Lucena, Liliane Monfardini Fernandes de
Paisagem cultural e espaços de representação : análise da colônia de
Água Branca, município de São Mateus do Sul/PR/ Liliane Monfardini
Fernandes de Lucena. – Curitiba, 2015.
225 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra,
Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015.

Orientador: Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski .
Bibliografia: p. 203-212.

1. Paisagem cultural. 2. Geografia. 3. Patrimônio cultural. 4. Patrimônio
histórico. 5. São Mateus do Sul (PR). I. Universidade Federal do Paraná.
II. Firkowski, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. III. Título.

CDD: 550.98162



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na sala 109, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Tese de Doutorado da aluna **LILIANE MONFARDINI FERNANDES DE LUCENA** intitulada "PAISAGEM CULTURAL E ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO. ANÁLISE DA COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA, MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DOS SUL/PR", que obteve como resultado final: aprovada.

(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:

Prof.ª. Dr.ª. Olga L. C. de Freitas Firkowski - orientadora

Prof.ª. Dr.ª. Marcia Scholz de Andrade Kersten – Depto Antropologia/UFPR

Prof.ª. Dr.ª. Maria Goretti da Costa Tavares – UFPA

Prof. Dr. Danilo Volochko – PPGGEO/UFPR

Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho – PPGGEO/UFPR

Aos meus pais, que me ensinaram o valor da Vida e a Deus, que me proporcionou o aprendizado pelos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, pela Superintendência do Paraná e especialmente pelo Superintendente José La Pastina Filho, me proporcionou a dedicação integral à este trabalho. À todos os meus colegas do setor Administrativo e Técnico deste órgão, pelas muitas trocas e apoio nas horas mais difíceis. O apoio de todos foi essencial! De modo particular, agradeço aos meus colegas do Setor Técnico - Alessandra Spitz Guedes A. Lourenço, Juliano Martins Doberstein e Moisés Julierme Stival Soares, que me apresentaram um território até então desconhecido para mim: o vale médio do rio Iguaçu e as colônias agrícolas polonesas e ucranianas.

À Profª Drª Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, pelo acolhimento de minha proposta temática para esta tese, um desafio para ambas as partes. Pela orientação precisa e democrática, pela paciência, contribuições e apoio indispensáveis. Pela grandeza em estimular nos seus alunos e orientandos a pesquisa no campo brasileiro e a compreensão das relações, conflitos sociais e repercussões espaço-temporais. À equipe da Secretaria de Pós-graduação em Geografia, pelo atendimento sempre gentil e eficiente, esclarecendo e alertando sobre as normativas e demais dúvidas burocráticas.

À Profª Dr.ª Maria Tereza Paes e Prof. Dr. Sylvio F. Gil Filho, pelas generosas contribuições apresentadas quando da realização da Banca de Qualificação, em dezembro de 2014.

À comunidade de Água Branca, por abrir as portas de suas residências para um bate-papo mais demorado. Em especial o Sr. Joelson Falcoski, Maria J. Pianoski e Francisco Brunitski, que me apresentaram às famílias e me acompanharam pelas estradas da colônia, em minhas entrevistas quase intermináveis mas muito agradáveis devido a receptividade dos moradores. Em especial, às famílias Drabesky, Trojan, Shipanski, Zakrzwske, Falcoski, Ronoski e Pianoski, pelas entrevistas mais demoradas e muito calorosas, pelos cafés e tempo dedicado.

À Braspol, em especial Sandro Zimny Vitonsky e Crisanto Cavalcante, que me receberam para apresentar os trabalhos que realizam com o intuito de estimular a preservação da cultura polonesa em São Mateus do Sul. Pela oportunidade que me foi dada, de apresentar minha pesquisa no Mês Polônês de 2015.

Ao Sr. Ernesto Guilherme Ronconi, da Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal e esposa, que contribuiu com mapeamentos e entrevistas sobre as ações e políticas da Prefeitura naquela localidade e até me receberam em sua residência para mais um bate-papo caloroso!

Ao ITCG – Instituto de Cartografia e Terras do Paraná, em Especial ao Eng. Marcos Konopka e sua equipe técnica, que me auxiliou demoradamente na busca por mapeamentos antigos e documentos históricos.

Aos meus amigos, pela torcida e carinho. Em especial, à orientação psicopedagógica da Drª Luciana F. Veiga, que foi imprescindível para a concretização deste trabalho em tempo hábil, com organização e equilíbrio emocional.

À minha família, pela compreensão de minhas ausências e alterações de humor que só eles perdoam. Caminharam e compartilharam comigo todas as etapas, as dificuldades, as dúvidas. Não me deixaram desistir, apesar dos percalços da vida que às vezes nos fragilizam. Ao meu pai, que sei que está, mesmo de longe, torcendo por mim. Sou eternamente grata!

Quanto ao campo, é este um lugar de produção e de obras. A produção agrícola faz nascer produtos; a paisagem é uma obra. Esta obra emerge de uma terra lentamente modelada, originalmente ligada aos grupos que a ocupam através de uma recíproca sacralização que é a seguir profanada pela cidade e pela vida urbana (que captam esta sacralização, condensam-na e depois a dissolvem no transcorrer das épocas, absorvendo-a na racionalidade).

Henri Lefebvre, 1991 [1968], p.67.

RESUMO

Os estudos sobre a temática da Paisagem Cultural têm sido retomados na Europa e Américas desde o final da década de 1970, a partir de uma releitura de sua concepção possibilitada pelo desenvolvimento da Geografia Humanista, a Geografia das Representações e o pensamento fenomenológico. A duplicidade de sentido, que enriquecia a abordagem da Paisagem em seus primórdios (séc. XIX), havia sido negligenciada e unilateralizada com o positivismo, acarretando no seu empobrecimento como categoria de análise geográfica. Este amadurecimento conceitual foi imprescindível para sua revalorização no campo acadêmico e aplicação nas políticas públicas.

Destaca-se nesta pesquisa a associação deste tema ao patrimônio cultural, pelos órgãos internacionais e nacionais, proporcionando ainda mais sua popularização, dentre eles a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que criaram um instrumento de preservação denominado "Paisagem Cultural". A Paisagem Cultural é vista pelo IPHAN como ferramenta complementar de preservação de um patrimônio que inclui a materialidade e a imaterialidade cultural associadas ao meio ambiente em que estão inseridos, numa relação de interdependência. No entanto, algumas hipóteses foram levantadas nesta análise, que parecem justificar sua inaplicabilidade, dentre elas a dimensão da área proposta para a aplicação da ferramenta. Partindo da tese de que a paisagem cultural deve ter a dimensão do mundo vivido dos seus moradores, propõe-se o desenvolvimento e a utilização de uma metodologia que evidencie a duplicidade de sentido que a paisagem porta. A proposta está embasada em Henri Lefebvre, na tríade - práticas espaciais/espacos de representação/ representações do espaco e o objeto de estudo para aplicação desta metodologia foi a colônia agrícola Água Branca, situada no município de São Mateus do Sul/ PR. Esta proposta metodológica revela um processo de construção histórica, ideológica e física de um determinado território, cidade ou bairro, em suas idas e vindas entre o percebido, o concebido e o vivido, sempre em transformação ou dialetização. No caso de Água Branca, observou-se a permanência de alguns destes espacos de representação após quatro gerações, e ainda, que a preservação dos espacos de representação está diretamente relacionada aos valores sociais e simbólicos que este grupo procura preservar. Estes valores são expressos na vida cotidiana da colônia e nos dias de festa, onde os espacos de representação ganham novas funções. A Paisagem Cultural de Água Branca é o conjunto destes espacos de representação que estão completamente relacionados, interligados; é o espaco vivido destes moradores, que participam e interagem nesta paisagem, diariamente, cotidianamente.

Desta forma, acredita-se que a Paisagem Cultural como espaco vivido converge para a compreensão tanto na perspectiva teórica da Geografia das Representações como na perspectiva aplicada, relativa aos órgãos de preservação histórica e cultural, possibilitando o reconhecimento de muitas paisagens como patrimônio cultural e atendendo ao próprio interesse da população residente, que primaria pela preservação dos seus espacos de representação e de suas paisagens consolidadas como histórica e culturalmente vividas.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Geografia. Patrimônio Histórico e Cultural.
Água Branca (PR).

ABSTRACT

The studies on the theme of Cultural Landscape have been resumed in Europe and the Americas since the end of 1970s, from a reinterpretation of its conception made possible by the evolution of Humanistic Geography, the Geography of Representations and the phenomenological thought. The duplicity of meaning which enriched the approach of Landscape in its beginning (19th Century), had been neglected and one-sided by the positivism, resulting in its impoverishment as category of geographical analysis. This conceptual ripening was essential for its revaluation in the academic field and application in public politics.

Stand out in this research the association of this theme to the cultural heritage, by international and national institutes, providing even more its popularization, among them UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) and IPHAN (National Institute of Historical and Artistic Heritage), that created an instrument of preservation named "Cultural Landscape". The Cultural Landscape is seen by IPHAN as complementary tool of preservation of a heritage that includes the materiality and the immateriality cultural associated to the environment in which they are inserted, in an interdependence relationship. However, some hypotheses have been raised in this analysis, which seem to justify its inapplicability, between them the dimension of the proposed area for the application of the tool. Starting from the thesis that the cultural landscape must have the dimension of the lived world of its residents, it proposes the use of a methodology that evidences the duplicity of the meaning that the landscape regard. The propos is based in Henri Lefebvre, in the triad - spatial practices/spaces of representation/ representations of space and the object of study for the application of this methodology was the agricultural community Água Branca, located in the city São Mateus do Sul/PR. This methodological proposal reveals a process of historical, ideological and physical construction of a particular territory, city or neighborhood, in their comings and goings between the perceived, the conceived and the lived, always in transformation or parlance. In the case of Água Branca, was observed the permanence of some of these spaces of representation after four generations, and even, the preservation of spaces of representation is directly related to social and symbolic values that this group try to preserve. These values are expressed in the daily life of the community and on feast days, where the spaces of representation earn new functions. The Cultural Landscape of Água Branca is the group of these spaces of representation that are completely related, interconnected; is the lived space of these residents, who participate and interact in this landscape, daily, routinely.

In this way, it is believed that the Cultural Landscape as living space converges to the understanding both the theoretical perspective of Geography of the Representations as in the applied perspective, related to the institutes of historical and cultural preservation, making possible the recognition of many landscapes as cultural heritage and serving the very interest of the resident population, which prioritize for the preservation of their spaces of representation and its consolidated landscapes as historically and culturally lived.

Keywords: Cultural Landscape. Geography. Historical and Cultural Heritage.
Água Branca (PR).

STRESZCZENIE

Badania na temat krajobrazu kulturowego zostały wznowione w Europie i w obu Amerykach pod koniec lat 70-tych XX wieku. Ponowne spojrzenie na zagadnienie było możliwe dzięki rozwojowi geografii humanistycznej, geografii reprezentacji i myśli fenomenologicznej. Dwuznaczność, jaka ubogacała pojęcie krajobrazu w początkowych badaniach (XIX wiek), w pozytywizmie została zlekceważona, prowadząc do zubożenia pojęcia jako kategorii analizy geograficznej. Konceptyjne dojrzewanie było niezbędne dla podniesienia wartości pojęcia krajobrazu w sferze naukowej i zastosowania go w polityce publicznej.

Ważną częścią tej pracy jest związek niniejszego tematu z dziedzictwem kulturowym, podkreślany przez organizacje międzynarodowe i krajowe takie jak UNESCO (Organizacja Narodów Zjednoczonych do Spraw Oświaty, Nauki i Kultury) i IPHAN (Instytut Narodowego Historycznego Dziedzictwa Artystycznego), zapewniając jeszcze większą popularność pojęcia. Stworzyły one narzędzie ochrony dziedzictwa o nazwie "krajobraz kulturowy". Krajobraz kulturowy jest postrzegany przez IPHAN jako narzędzie uzupełniające dla ochrony dziedzictwa w którym znajdują się elementy kultury materialnej i niematerialnej powiązane ze środowiskiem w którym się znajdują relacją współzależności. Jednakże pewne hipotezy poruszane w tej analizie wykazały niemożliwość ich zastosowania, między innymi rozmiar powierzchni proponowanej do zastosowania narzędzi badawczych. Wychodząc z założenia, że krajobraz kulturowy powinien odpowiadać rozmiarowo przestrzeni przeżywanej przez jego mieszkańców, zaproponowane zostało korzystanie z metodologii, która uwzględnia dwuznaczność zawartą w pojęciu krajobrazu. Metodologia analizy przestrzennej, oparta na trzech elementach - praktyki przestrzenne / przestrzenie reprezentacji / reprezentacje przestrzeni jest autorstwa Henri Lefebvre, a przedmiotem badań dla zastosowania tej metody była kolonia rolnicza Agua Branca, w miejscowości São Mateus do Sul / PR. To podejście metodologiczne ujawnia historyczny, ideologiczny i fizyczny proces budowy danego obszaru, miasta lub dzielnicy, poruszający się pomiędzy postrzeganym, skonstruowanym i przeżywanym i stale podlegający zmianom i dialektyzacji. W przypadku Agua Branca, zaobserwowano zachowanie niektórych przestrzeni reprezentacji na przestrzeni czterech pokoleń, ponadto zachowanie tych przestrzeni reprezentacji jest bezpośrednio związane z wartościami społecznymi i symbolicznymi, które dana grupa stara się zachować. Wartości te są wyrażone w codziennym życiu kolonii oraz w dni świąteczne, gdzie te przestrzenie reprezentacji zyskują nowe funkcje. Krajobraz kulturowy Agua Branca to wszystkie te przestrzenie reprezentacji występujące we wzajemnej relacji, powiązane ze sobą. Jest to przestrzeń przeżywana dla mieszkańców tej grupy, oni zaś wchodzi w skład tego krajobrazu, każdego dnia aktywnie w nim uczestnicząc.

Przyjmuje się więc, że krajobraz kulturowy jako przestrzeń przeżywana jest zbieżny ze zrozumieniem teoretycznym geografii reprezentacyjnej, jak i z praktycznym spojrzeniem organizacji ochrony historycznej i kulturowej, umożliwiając uznanie wielu krajobrazów jako dziedzictwa kulturowe i wychodząc na przeciw samym mieszkańcom, których główną korzyścią będzie ochrona ich przestrzeni reprezentacji, a krajobrazy utwierdzone jako historyczne i kulturowo przeżywane.

Słowa kluczowe: Krajobraz kulturowy. Geografia. Dziedzictwo historyczne i kulturowe.
Agua Branca (PR).

(Tradutora: Prof^a Magdalena Linde Tosetto)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO | 16 |
| FIGURA 2 - IMAGENS DOS DOIS ESQUEMAS DE MODELOS DE FAZENDA: A ESQUERDA, DE <i>JUS-POLONICUM</i> E À DIREITA, A DE <i>JUS-GERMANICUM</i> | 95 |
| FIGURA 3 - COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO, PROVÍNCIA DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (RIO GRANDE DO SUL)..... | 98 |
| FIGURA 4 - DIVISÃO TERRITORIAL DAS TRÊS PRIMEIRAS COLÔNIAS NO RIO GRANDE DO SUL..... | 99 |
| FIGURA 5 - ESTADO DE SANTA CATARINA. LOCALIZAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS ATÉ O ANO DE 1910..... | 101 |
| FIGURA 6 - COLÔNIA DE BRUSQUE E ENTORNO, FINAL DO SÉCULO XIX..... | 103 |
| FIGURA 7 - LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO PARANÁ DURANTE O SÉCULO XIX | 107 |
| FIGURA 8 - SEGMENTO DE MAPA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, EM 1876, ANTES DA INSTALAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS | 116 |
| FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS, ANO DE 1892; | 119 |
| FIGURA 10 - SECÇÃO DA “PLANTA DE VIAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ” EM 1908 | 119 |
| QUADRO 1 – QUADRO DAS COLÔNIAS OFICIAIS NO VALE DO IGUAÇU, 1890-1910 | 120 |
| FIGURA 11 – IMAGENS DO PORTO DE SÃO MATEUS DO SUL, DÉCADA DE 30 | 121 |
| FIGURA 12 - PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA D ^a MARIA AUGUSTA E DE ÁGUA BRANCA | 123 |
| FIGURA 13 – MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL COM LOCALIZAÇÃO DAS CINCO COLÔNIAS AGRÍCOLAS | 124 |
| FIGURA 14 - COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA, COM PROJETO DE ARRUAMENTO E DEMARCAÇÃO DOS LOTES | 128 |
| FIGURA 15 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DA IGREJA | 134 |
| FIGURA 16 - QUESTIONÁRIO REALIZADO COM MORADORES DE AGUA BRANCA | 142 |

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 1 - GRÁFICO ELABORADO A PARTIR DA COMPILAÇÃO DOS DADOS DA PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTAS, REFERENTE À FORMA DE AQUISIÇÃO DAS PROPRIEDADES E AO TAMANHO ATUAL DELAS | 143 |
| GRÁFICO 2 - GRÁFICOS SOBRE LOCAL DE NASCIMENTO DOS PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS E SETOR ECONOMICO DOS ATUAIS PROPRIETARIOS | 144 |
| FIGURA 17 – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA EM SOBREPOSIÇÃO À IMAGEM SATÉLITE ATUAL. | 146 |
| FIGURA 18 - FOTOGRAFIAS DA PROPRIEDADE DO SR. “T” | 149 |
| FIGURA 19 - RESIDÊNCIA DE D. “A” E SR. “J” | 153 |
| FIGURA 20 - MUDAS DE ERVA-MATE PRONTAS PARA PLANTIO, APÓS DOIS ANOS | 162 |
| FIGURA 21 - SEGMENTO DA PAISAGEM DO LOTE DO SR. “V” COM AS ÁRVORES DE ERVA-MATE EM CRESCIMENTO | 162 |
| FIGURA 22 - ESPAÇO CONCEBIDO X VIVIDO DE ÁGUA BRANCA..... | 166 |
| QUADRO 2: ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO PARA OS GRUPOS ENTREVISTADOS, COM SEUS RESPECTIVOS VALORES SOCIAIS/SIMBÓLICOS ATRIBUÍDOS NO ESPAÇO VIVIDO..... | 168 |
| FIGURA 23 - FOTOS GERAIS DE ALGUMAS PROPRIEDADES AGRICOLAS.... | 171 |
| FIGURA 24 - FOTOS GERAIS DA IGREJA, DA ESCOLA E DO GALPÃO DE FESTA EM DIA DE FESTA | 173 |
| FIGURA 25 - RIO ÁGUA BRANCA | 174 |
| FIGURA 26 – ÁREA DELIMITADA PARA O INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO | 182 |
| FIGURA 27 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE AGUA BRANCA | 193 |
| FIGURA 28 – VISTA PARCIAL DA COLÔNIA DE BRANCA BRANCA | 195 |
| FIGURA 28 – VISTA PARCIAL DA COLÔNIA DE BRANCA BRANCA – ÁREAS DE PLANTAÇÃO..... | 195 |

LISTA DE SIGLAS

ANCINE - Agência Nacional de Cinema
CGCulTur - Cultura e Turismo nos Campos Gerais do Paraná
COPEL - Companhia Paranaense de Energia
DER - Departamento de Estradas e Rodagem
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
IEDS - Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável
IHGEP - Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IGTC - Inspetoria Geral de Terras e Colonização
ITC – Inspetoria de Terras e Colonização
ITCG - Instituto de Terras Cartografia e Geociência do Paraná
MASP - Museu de Arte de São Paulo
ONG - Organização Não Governamental
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM E SUA CONJUGAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL | 22 |
| 1.1 PAISAGEM E PAISAGEM CULTURAL NA GEOGRAFIA..... | 26 |
| 1.2 PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO CULTURAL | 37 |
| 1.3 PAISAGEM CULTURAL PELA GEOGRAFIA DAS REPRESENTAÇÕES..... | 51 |
| 2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR HENRI LEFEBVRE: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO ESPAÇO SOCIAL E SEU DESDOBRAMENTO SOBRE OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO COMO PAISAGEM CULTURAL | 57 |
| 2.1 O PENSAMENTO DIALÉTICO TRIDIMENSIONAL DE LEFEBVRE E SUA RELAÇÃO COM O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO | 58 |
| 2.2 A CONCEPÇÃO DE HENRI LEFEBVRE SOBRE O ESPAÇO | 62 |
| 2.3 O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO OU ESPAÇO VIVIDO | 68 |
| 3 PAISAGEM DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS SUL-BRASILEIRAS | 73 |
| 3.1 MIGRAÇÃO: UM PROCESSO HISTÓRICO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO E SOCIOESPACIAL | 76 |
| 3.2 POLÍTICA MIGRATÓRIA ENTRE EUROPA E BRASIL: NOVA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL..... | 79 |
| 3.2.1 Motivações europeias: transição político-econômica do feudalismo para o capitalismo..... | 79 |
| 3.2.2 Motivações brasileiras: transição político-econômica do colonialismo para o capitalismo | 85 |
| 3.3 ESPAÇOS CONCEBIDOS: NOVAS PAISAGENS RURAIS MARCAM AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOPOLÍTICAS NO SUL DO BRASIL | 96 |
| 3.3.1 A instalação das colônias agrícolas no Rio Grande do Sul | 97 |
| 3.3.2 A instalação das colônias agrícolas em Santa Catarina..... | 101 |
| 3.3.3 A instalação das colônias agrícolas no Paraná..... | 104 |
| 3.4 DA ORDEM DISTANTE À ORDEM PRÓXIMA: NOVOS ESPAÇOS CONCEBIDOS E NOVAS PAISAGENS RURAIS | 110 |
| 4 A OCUPAÇÃO DO VALE MÉDIO DO RIO IGUAÇU E DA COLÔNIA ÁGUA BRANCA: FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL E DA PAISAGEM CULTURAL... .. | 113 |

| | |
|--|------------|
| 4.1 VALE MÉDIO DO RIO IGUAÇU: O ESPAÇO PERCEBIDO E AS PRÁTICAS ESPACIAIS DA REGIÃO ATÉ A INSTALAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS | 114 |
| 4.2 COLÔNIA ÁGUA BRANCA: DO ESPAÇO SOCIAL À PAISAGEM CULTURAL | 126 |
| 4.2.1 Do espaço percebido ao espaço produzido | 126 |
| 4.2.2 Do espaço produzido ao espaço vivido | 139 |
| 4.2.2.1 Os caminhos percorridos para a apreensão do espaço vivido e sua caracterização como espaço de síntese entre percebido X concebido X vivido. | 140 |
| 4.2.3 Morfologia dos espaços de representação e a constituição de uma paisagem cultural..... | 169 |
| 5 DO ESPAÇO VIVIDO À PAISAGEM CULTURAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA..... | 176 |
| 5.1 ESPAÇO VIVIDO COMO PAISAGEM CULTURAL..... | 176 |
| 5.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL NA PAISAGEM | 180 |
| 5.3 ÁGUA BRANCA: POTENCIALIDADES PARA A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL | 189 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 196 |
| REFERÊNCIAS..... | 203 |
| APÊNDICE..... | 213 |
| APÊNDICE A – Resultado da primeira etapa de entrevistas | 214 |
| ANEXOS | 219 |
| ANEXO A – Carta de Bagé | 220 |
| ANEXO B – Portaria nº 127, de 30 abril de 2009 | 222 |
| ANEXO C – Fichas do SICG/IPHAN- Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN..... | 223 |

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, discussões e estudos de caso sobre o tema “paisagem cultural” vêm sendo bastante intensificados pela nova abordagem cultural da Geografia. Destaca-se, principalmente, a associação desta temática ao patrimônio pelos órgãos internacionais e nacionais, o que tem proporcionado ainda mais sua popularização. Vale lembrar a recente titulação que o Rio de Janeiro recebeu, em 2012, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo incluída na “Lista de Patrimônios da Humanidade”, na categoria paisagem cultural. No bojo desta discussão, tem-se a forma como este tema vem sendo aplicado pelo principal órgão de preservação cultural nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que também criou legislação própria sobre o tema em 2009.

Apesar de a paisagem ter sido um tema inicialmente abordado pelas Artes, tornou-se de interesse de diversas áreas do conhecimento, tais como a Biologia, o Urbanismo, a História, a Arqueologia, sendo melhor apropriada pela Geografia, que se dedicou amplamente no seu estudo e desenvolveu seu conceito e abordagem metodológica (com algumas variações), utilizando-o como categoria de análise espacial desde o século XIX. Em Humboldt, por exemplo, um dos precursores dos estudos sobre paisagem, a encontramos como uma categoria de significação ampla (pois realizava a associação entre os elementos diversos da natureza e da ação humana), cuja descrição minuciosa que fazia destas relações e processos trazia sempre uma subjetividade artística. A discussão sobre o tema é antiga, contudo o objetivo sempre foi o mesmo: compreender as relações entre os grupos sociais e o meio ambiente, natural e/ou construído. Assim, na Geografia, pelo processo histórico de amadurecimento que esta ciência vivenciou, nem sempre este conceito teve o mesmo sentido pelas diversas abordagens desenvolvidas (Geografia Clássica, Quantitativa, Crítica, Nova Geografia Cultural).

No entanto, a vinculação entre paisagem cultural e patrimônio tornou-se comum a partir dos trabalhos desenvolvidos pela UNESCO, quando esta organização criou a categoria paisagem cultural, em 1992. O IPHAN, na tentativa de acompanhar a inovação conceitual dessa Organização, também criou uma portaria que estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira, a Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009.

Passados mais de seis anos da criação desta portaria, até o presente momento, nenhuma paisagem cultural foi chancelada. Um dos problemas, levantados pelo próprio órgão (nas reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio, que faz a análise para a declaração dos tombamentos, registros e chancela), está na consolidação de um Pacto de Gestão compartilhada entre diversos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam sobre a paisagem delimitada. Este pacto está diretamente vinculado à elaboração de um Plano de Gestão Compartilhada entre estes parceiros envolvidos, que torna imprescindível a identificação de ações e políticas públicas que cada um dos órgãos e entidades irão desenvolver; é nesse momento que tem-se encontrado dificuldades – o planejamento (por 5 anos) e o comprometimento entre os diversos órgãos e entidades. Este parece ter sido o caso do Dossiê do Vale da Ribeira/SP (2010), que, embora tivesse contado com diversos parceiros na sua elaboração, cuja proposta metodológica teve uma abordagem de estudo de território e paisagem, não alcançou a etapa de elaboração de um Plano de Gestão para o consequente Pacto. Por isso, todo o trabalho acabou por ser minimizado ao reconhecimento dos patrimônios materiais encontrados, efetuando-se somente os tombamentos.

Outro problema levantado nesta tese, refere-se ao fato de tratar-se de uma Portaria, subordinada aos Decretos-Leis de Tombamento e Registros. Inicialmente essa hierarquia parece não ser significativa, mas sua consequência tem se refletido no momento da aplicação da metodologia utilizada para o estudo da paisagem e principalmente na delimitação da área a ser chancelada, pois o interesse pela proposta de Chancela surge somente quando na área são identificados diversas potencialidades para tombamentos e registros.

Outras questões serão abordadas, mas entende-se aqui que, mais que uma “ferramenta complementar aos instrumentos de preservação existentes” (IPHAN, 2009a, p. 17), a paisagem cultural porta em seu conceito - cuja definição está explicitada nesta portaria - uma potencialidade metodológica que ainda não consegue ser totalmente desenvolvida. Existem algumas contradições entre a definição e a proposta de aplicação metodológica de estudo da paisagem cultural, as quais têm dificultado a conclusão dos Planos de Gestão e a pactuação entre os parceiros envolvidos. Os estudos realizados pelos IPHAN, que objetivam a chancela da paisagem ultrapassam a dimensão do território – no sentido adotado pela Geografia,

como área de atuação e controle (físico, social e político) por um determinado grupo social – avançando para a dimensão de região, que inclui vários territórios e povos.

Busca-se, então, pelo olhar da Geografia, analisar e compreender algumas destas “contradições” observadas, que nortearão o resgate de alguns princípios de estudo sobre paisagem e que levariam a evidenciar a “visão integradora entre o homem e o meio ambiente natural” (IPHAN, 2009a, p. 17). Nota-se que a definição explicitada na Portaria da Chancela da Paisagem Cultural não diverge da concepção da paisagem aplicada pela Geografia.

Dessa forma a tese que se desenvolve aqui é que a paisagem cultural deve ter a dimensão do mundo vivido dos seus moradores, cuja metodologia explore a visão de “totalidade” que sua concepção porta e que se relaciona ao próprio significado etimológico da palavra da qual é originada - pay- que revela duplicidade (objetividade e subjetividade) ou correlação: um espaço produzido materialmente (suas atividades produtivas e criadoras) e que se torna também uma representação de seus valores, necessidades, crenças. Para isso, será necessário realizar um reconhecimento, ainda que breve, sobre a construção do conceito de paisagem na Geografia, para definir um referencial teórico que possa abordar a paisagem cultural dentro da proposta de uma visão mais integradora (objetividade e subjetividade), que conduzirá ao desenvolvimento de uma metodologia dentro desta mesma abordagem.

Optou-se aqui por uma abordagem de análise teórica e metodológica que identifica na paisagem cultural um valor social atribuído, (re)significado pela experiência de vida do grupo social que participou historicamente e espacialmente da construção deste espaço e desta paisagem, tendo-a como valores simbólicos, afetivos, referenciais espaciais e históricos; por isso, essa paisagem torna-se uma representação do mundo construído pelo grupo que ali vive.

O homem, para situar-se no mundo, compreendê-lo e interagir com ele, utiliza-se de instrumentos representacionais, que são os que norteiam a criação dos instrumentos materiais. A representação é “um fenômeno da consciência” que acompanha temporariamente uma sociedade e conceitua um dado objeto ou conjunto de objetos (LEFEBVRE, 1974). O filósofo Henri Lefebvre é o principal referencial teórico norteador para construção desta metodologia de abordagem, que desenvolveu sua teoria sobre o espaço social, compreendendo-o como sendo aquele que integra e aglutina os termos mental, social e físico. O espaço, por si, não existe, é uma criação humana situada no nível do intelecto, do mental. Somente quando está associado ao

sujeito ou grupo social ganha existência, sentido. Assim acontece com os lugares, paisagens, arquiteturas, que só possuem significado por estarem relacionados à existência de indivíduos que os utilizam, apropriando-se deles. Lefebvre desenvolve sua teoria sobre a tríade dos espaços percebido-concebido-vivido. O vivido (experiência diária individual ou coletiva, o cotidiano) tem sido depreciado há muitos séculos pelo concebido (o saber, as ciências, os conceitos) e o percebido (sobre o físico, a natureza e seus elementos constituintes). O autor buscou ressaltar a existência de um movimento dialético entre o percebido, o concebido e o vivido; e ainda, destes com suas representações espaciais (práticas espaciais, representações do espaço, espaços de representação, que muitas vezes funcionam como mediadoras). Assim, a análise de uma paisagem cultural deve passar pela análise espacial, que é composta pela tríade espacial: as práticas espaciais, as representações do espaço e o espaços de representação.

Esta metodologia foi aplicada para analisar e delimitar a paisagem cultural de Água Branca, antiga colônia rural agrícola situada no município de São Mateus do Sul/PR (figura 1). A área escolhida teve o objetivo de iniciar uma prospecção sobre as colônias de colonização polonesa com a utilização de uma metodologia diferente da qual estava sendo utilizada pela Superintendência do IPHAN no Paraná, a qual havia iniciado pesquisas históricas sobre as colônias agrícolas situadas na região sudeste do estado, focando no entanto para a identificação de igrejas ucranianas. As colônias polonesas ficariam para estudos posteriores. Mas em virtude do interesse desta pesquisadora em investigar se nestas colônias não haveriam outras representações culturais que



Figura 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO
Fonte: Elaborado pela autora, sobre a base cartográfica do ITCG (2011).

deveriam ser também ressaltadas além das Igrejas e ainda, do interesse em experimentar a nova ferramenta de proteção do IPHAN - a chancela da paisagem cultural - propôs-se como objeto de estudo a análise espacial da colônia Água Branca. A partir deste estudo inicia-se uma nova frente de pesquisa, agora sobre as colônias polonesas, e utiliza-se uma metodologia diferenciada, baseada na análise de Lefebvre para verificar a existência ou não de uma paisagem cultural à luz da Geografia e do IPHAN.

Acredita-se que o estudo da paisagem cultural traz uma visão mais integradora dos elementos componentes e participantes do meio ambiente – o homem em suas relações simbólicas e materiais. A identificação destes espaços e suas relações complementarizam o sentido dos tombamentos e registros, pois a paisagem cultural como instrumento de preservação propõe uma metodologia de análise mais abrangente e democrática, tendo em vista que a mesma proporciona a participação da comunidade. Realiza-se, então, a análise da paisagem com esta nova metodologia, procurando trazer, assim, uma contribuição para o IPHAN sobre os estudos da paisagem cultural.

A metodologia proposta, além de evidenciar os elementos materiais e imateriais no ambiente e apresentar como estão relacionados, tem como principal trunfo a possibilidade de envolvimento e participação da comunidade desde o início do processo. Esta participação traria diversas vantagens, como o despertar ou o amadurecimento de sua consciência cultural, a melhor utilização destes instrumentos de preservação (chancelas, tombamentos e registros) pelos órgãos municipais, estaduais e federal, podendo ser mais coerentes com os interesses da comunidade envolvida, e conseguir ainda maior facilidade na pactuação com outros órgãos responsáveis pela área.

Optou-se realizar o trabalho em três etapas, sendo que a primeira consiste em um levantamento documental e cartográfico sobre as origens da instalação das colônias agrícolas no vale médio do Iguaçu e sobre a colônia Água Branca, mais especificamente. Esta primeira etapa foi necessária para compreender o processo de ocupação e transformação social, econômica e espacial da área em questão e para a realização de comparações com diversas situações encontradas atualmente. A análise da cartografia originária Água Branca obtida pelo ITCG (Instituto de Terras Cartografia e Geociência do Paraná) com as imagens satélites atuais possibilitaram identificar a preservação quase total de uma morfologia inicialmente proposta.

A partir do levantamento histórico sobre a ocupação do local, foi possível realizar comparações com a segunda etapa do trabalho que consistiu na elaboração e aplicação, em duas fases, de questionários. A primeira fase, de cunho quantitativo, objetivou delinear o perfil étnico e profissional dos atuais moradores de Água Branca, bem como o atual uso das propriedades (abrangendo próximo dos 90% de todas as propriedades). A segunda fase de entrevistas, de cunho qualitativo, está relacionado ao uso dos espaços de Água Branca nas suas diversas atividades cotidianas e ao longo de um período histórico de aproximadamente 70 anos. A partir das entrevistas com grupos de três gerações diferentes, foi possível identificar os principais espaços de representação atuais destes moradores e como muitos destes espaços possuem vínculos históricos que se perpetuam socialmente desde sua criação, associados à criação da colônia inclusive.

Tanto as análises históricas e cartográficas como as entrevistas foram essenciais para realização da terceira etapa da metodologia, que foi a construção de uma cartografia que delinea a morfologia da paisagem cultural de Água Branca, pois a identificação dos espaços de representação permitiu também conhecer e delimitar a territorialidade dos moradores a partir do seu mundo vivido.

Esta paisagem cultural, devido seu aspecto de “perpetuação histórica” de uso e preservação dos seus principais espaços de representação (alguns construídos historicamente, outros naturais, que foram mantidos, apropriados e (re)significados) e da territorialidade construída pelo grupo de moradores, potencializam-na em sua identificação como patrimônio histórico, seja municipal, estadual e/ou federal. Esta colônia pertence a um grupo de dezenas de colônias agrícolas implantadas durante um período histórico brasileiro (final do séc XIX e início do séc XX), basicamente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, marcando o início de uma nova fase da ocupação territorial em nível nacional, seja pela necessidade de interiorização da população, seja pela nova proposta fundiária de utilização de minifúndios, em contraposição aos latifúndios que predominavam até então. A maioria destas colônias tiveram seu núcleo (igreja e mercado) desenvolvido, tornaram-se cidades de pequeno e médio porte, cujo conjunto propicia uma paisagem diferenciada de outros estados brasileiros, com uma ocupação territorial distribuída mais uniformemente (com cidades próximas umas das outras) sobre sua superfície, promovendo uma relação econômica e social mais intensa entre os mesmos. Água

Branca é exemplo de uma das poucas colônias nestes estados que mantiveram suas características originais de ocupação.

Este trabalho está, por conseguinte, estruturado em cinco capítulos: o primeiro capítulo constitui-se em uma caracterização da construção dos conceitos de paisagem e paisagem cultural pela Geografia e pelas instituições públicas que têm se utilizado deste conceito para propor políticas públicas de preservação cultural. Neste capítulo também são feitas algumas ponderações a respeito da legislação e da abordagem metodológica para a chancela da paisagem cultural que o IPHAN tem realizado. Tais ponderações embasaram o desenvolvimento da proposta aqui apresentada.

O segundo capítulo foi elaborado para fundamentação teórica da proposta metodológica. Apresenta e relaciona teorias desenvolvidas por Henri Lefebvre, em suas obras, com destaque para “La Production de l'espace” (1974) e “La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones” (1983), em que o autor estabelece a “representação” como mediação entre o sujeito (grupo social) e o objeto (o mundo), sendo espaço e paisagem consideradas representações de como o sujeito (grupo social) vê e compreende o mundo, o qual não é conhecido completamente. A representação aproxima o sujeito da presença (real, verdade), mas ainda contém ausências (dúvidas, erros), por isso a presença aproxima do real, mas nunca o alcança. A tríade espacial construída por Lefebvre para analisar o espaço contém as representações (espaços de representação, representação dos espaços e práticas espaciais). O espaço de representação, ou espaço vivido, emerge como um “terceiro espaço” gerado a partir da síntese entre as combinações dos espaços percebido (práticas espaciais) e concebido (representações do espaço). Seu método de análise revela o processo de construção histórica, ideológica e física de uma determinada localidade ou território e, ainda, ressalta a condição espacial de contínuo crescimento, (re)significações espaciais, em que novas ideologias e percepções são evidenciadas, recriando os espaços de representação ou o espaço vivido.

Busca-se, no terceiro capítulo, utilizar os conceitos explicitados no capítulo anterior, para aproximar-se da área de estudo. Analisa-se o espaço produzido no sul do Brasil, a partir das políticas que o Estado cria para intervir estrategicamente na ocupação do território. Novas políticas de incentivo à imigração e de ocupação modificam a estrutura fundiária, substituindo muitos latifúndios (sem uso) por minifúndios e criando colônias agrícolas. A partir desta análise, é possível compreender a situação atual (espacial, econômico e sociocultural) em que aquelas

colônias se encontram atualmente, focando na área de estudo que será abordada no capítulo seguinte.

O capítulo 4 é a aplicação da análise espacial de Lefebvre à colônia agrícola de Água Branca. Sua proposta revela o processo histórico de ocupação espacial daquele lugar, desde o momento em que é percebido como área devoluta, sem função econômica, mas com potencial para exercer novo papel no contexto político no qual o estado paranaense e a região sul brasileira se encontravam, passando pela dialética entre o percebido e o concebido, quando são implantadas as políticas de incentivo à ocupação pelo governo estadual, ao espaço vivido, resultado da forma de apropriação destes espaços percebidos e concebidos pelos grupos de poloneses que ocuparam esta colônia. A análise possibilitou evidenciar os diversos espaços de representação que aquele grupo social construiu ao longo das diversas gerações (e que têm se mantido vivos), e, ainda, que tais espaços possuem vínculos/interligações físicas e sociais, que conformam uma territorialidade e uma paisagem cultural composta pelos diversos espaços de representação, os quais podem ser localizados, mapeados e relacionados, construindo uma morfologia simbólica da paisagem.

O quinto e último capítulo relaciona a aplicação prática da análise espacial de Lefebvre com a proposta de paisagem cultural, entendendo-a como espaço vivido. Para a Geografia (Nova Geografia Cultural), o estudo da paisagem como espaço vivido pode se constituir também em um método de abordagem para a análise da paisagem cultural. Porém, observa-se que, para o IPHAN, nem toda paisagem cultural possui a excepcionalidade ou peculiaridade que a potencializaria para receber a chancela da paisagem cultural. Assim, explicitam-se alguns problemas metodológicos e logísticos quanto à aplicação deste instrumento, apresentando algumas contribuições para a sua resolução.

Naturalmente que diversas questões sobre a metodologia de aplicação e a forma de gestão não se esgotam aqui, mas indicam alguns caminhos possíveis para o aperfeiçoamento desta nova ferramenta de preservação histórica e cultural. Almeja-se que estas análises estimulem estudos sobre a paisagem cultural na superintendência do IPHAN, no Paraná, de maneira a aperfeiçoar a metodologia proposta e o melhor modo de operacionalizá-la, reconhecendo, inclusive, sua potencialidade como melhor método de abordagem dos estudos para tombamentos, registros, inventários e alterando sua condição jurídica de Portaria para Lei.

Acredita-se por isso, que a tese proposta proporcionará o aperfeiçoamento de uma política pública voltada para a preservação de uma identidade cultural e principalmente de uma paisagem cultural, que englobe tanto a sua compreensão na perspectiva teórica da Geografia como em sua perspectiva de aplicação pelos órgãos de preservação histórica e cultural, possibilitando o reconhecimento de muitas paisagens como patrimônio cultural e atendendo também aos interesses da população residente.

1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM E SUA CONJUGAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL

*“Quero, para compor os meus castos monólogos,
Deitar-me ao pé do céu, assim como os astrólogos,
E, junto ao campanário escutar sonhando
Solenes cânticos que o vento vai levando.
As mãos sob meu queixo, só, na água-furtada,
Verei a fábrica em azáfama engolfada;
Torres e chaminés, os mastros da cidade,
E o vasto céu que faz sonhar a eternidade.
É doce ver, em meio à bruma que nos vela,
Surgir no azul a estrela e a lâmpada à janela,
Os rios de carvão galgar o firmamento,
E a lua derramar seu suave encantamento.
Verei a primavera, o estio e o outono; e quando
Com seu lençol de neve, o inverno for chegando,
Cada postigo fecharei com os férreos elos
Para na noite erguer meus mágicos castelos [...]”
(BAUDELAIRE, 2012).*

Certamente, por influência da arte, inicialmente a pintura e, posteriormente, a poesia, o termo paisagem foi associado à imagem de beleza, natureza em harmonia, equilíbrio. Mesmo no caso acima, os versos de Baudelaire propõem a descrição de uma paisagem a qual é feita com tamanho lirismo e estética que o leitor quase se esquece do ambiente poluente que o autor descreve; situação com a qual ele parece não se importar. Segundo Alves (2001, p. 67), “o termo paisagem durante quase dois séculos não foi utilizado para designar um fato geográfico, mas o produto da arte de representar numa tela um dado acontecimento, enquadrado por uma dada realidade geográfica”.

De acordo com esta mesma autora, a origem da palavra está associada ao desenvolvimento da arte da pintura, utilizada inicialmente por um poeta flamão, Jean Molinet, com o sentido de “quadro representando uma região”. Em 1549, o dicionário francês-latim de Robert Estienne designava o termo *paysage* como “pintura sobre tela”. Diversas escolas de pintura da paisagem foram se estruturando na Europa, sendo influenciadas pelo Iluminismo. Da pintura, o tema paisagem logo foi estendido para a literatura e a música. Em 1690, o dicionário Furetière descreveu a paisagem como “o território que se estende até onde a vista pode alcançar” (2014, p. 1.496), definição próxima utilizada nos dicionários atuais de francês. Destaca-se, aqui, a obra de Pumain, Paquot e Kleinschmager (2006), que busca uma correspondência deste termo para os estudos urbanos, caracterizando assim:

Do alemão *Landschaft*, do flamão *landschap*, do inglês *landscape*, do italiano *paese*, são palavras antigas, nos informa Catherine Franceschi ('Da palavra paisagem e seus equivalentes nas cinco línguas europeias', *Les enjeux du paysage*, sob a direção de Michel Molt, Ousia, Bruxelles, 1998), os quais referem-se ao território, à província, por vezes ao clima, mas nunca ao olhar subjetivo sobre a natureza circundante e suas modalidades de representação. Este é o significado que lhe foi dado por Furetière em seu *Dictionnaire* (1690): 'o que a vista pode alcançar num só golpe'. Augustin Berque discutira, em 'As razões da Paisagem' (Hazan, 1995) sobre um olhar ecológico, recordando a história chinesa e japonesa (III e IV sec), 'shanshuí' (água da montanha) et 'fengjing' (vento em cena). Em francês, 'paisagem' possui dois significados, que denota tanto a coisa, o objeto como sua representação (paisagem como gênero de pintura) que faz olhar para a realidade paisagística (no qual Montaigne chama de 'artialisation' (a intervenção da arte na paisagem), processo amplamente analisado por Alain Roger em seu 'Curto tratado da paisagem' (Gallimard, 1997). Depois de alguns anos, a palavra paisagem foi enriquecida com alguns acompanhamentos: paisagem sonora, escritório panorâmico, paisagem editorial, paisagem política, etc. (PUMAIN; PAQUOT; KLEINSCHMAGER, 2006, p. 210-211, tradução nossa)¹

Paisagem é, etimologicamente, uma palavra proveniente do francês - *paysage*, que, por sua vez, deriva do radical *pays*², século XIV, e significa "espaço de território que se abrange num lance de vista" (FIGUEIREDO, 2010 [1913], p. 1.456). Praticamente na mesma época também foi definido o conceito de território, derivado do vocábulo terra. Ambos os conceitos, paisagem e território, surgiram no período renascentista (CUNHA, 2000).

¹ Texto original: L'allemand *Landschaft*, le flamand *landschap*, l'anglais *landscape*, l'italien *paese*, sont des mots anciens, nous informe Catherine Franceschi ("Du mot 'paysage' et de ses équivalents dans cinq langues européennes", *Les enjeux du paysage*, sous la direction de Michel Molt, Ousia, Bruxelles, 1998), qui évoquent le territoire, la province, parfois le climat, mais jamais le regard subjectif porté sur la nature environnante et ses modalités de représentation. C'est le sens que lui donne Furetière dans son *Dictionnaire* (1690): "étendue que la vue d'un seul coup embrasse." Augustin Berque parlera, dans "Les raisons du paysage" (Hazan, 1995) d'une écologie du regard, tout en rappelant tout l'antécédent chinois et japonais (III et IV siècles), *shanshuí* (montagne-eau) et *fengjing* (vent-scène). En français, "paysage" possède deux sens, il désigne aussi bien la chose que sa représentation. Plus exactement c'est la représentation (le paysage comme genre pictural) qui donne à voir la réalité paysagère (ce que Montaigne appelle l'artialisation, processus grandement analysé par Alain Roger dans son "Court traité du paysage" (Gallimard, 1997). Depuis quelques années le mot "paysage" a fait fortune et est mis à toutes les sauces: "paysage sonore", "bureau paysager", "paysage editorial", "paysage politique", etc.

² De acordo com o dicionário francês *Exionnaire* (<http://www.dictionnaire.exionnaire.com/que-signifie.php?mot=pays#origine-du-mot>), *pays* deriva do latim *pagensis* e significa habitante de uma aldeia ou habitante d'un *pagus* 'bourg'.

Conforme os dois dicionários etimológicos de Língua Portuguesa consultados, "O Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa", (2010 [1913]), de Candido de Figueiredo, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>; e o "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa", (2000), de Antônio Geraldo da Cunha, ambos afirmam que a palavra paisagem deriva da palavra país, proveniente do francês (*pays*). O termo paisagem também se estende a um gênero de pintura, ou de literatura, representando ou descrevendo o campo ou lugares campestres. E ainda, "trecho literário, que descreve perspectivas ou cenas campestres [de país]" (CUNHA, 2000, p. 572).

Observa-se que o próprio significado etimológico da palavra paisagem revela certa dualidade ou correlação, pois não se trata apenas de um espaço e um sujeito, mas de um espaço e de um sujeito em relação, interação. Um espaço produzido materialmente (suas atividades produtivas e criadoras) e que se torna também uma representação de seus valores, necessidades, crenças.

O mesmo termo, em alemão – *landschaft* - sugere algo semelhante à *paysage*: tem-se a conjugação entre o substantivo *land* (que significa vila, vilarejo, único, singular) e o sufixo *schaft* (significa um legado coletivo, um pertencimento ao todo), ou seja, que permeia entre o individual e o coletivo, a vila e a coletividade (ANDREOTTI, 2013; SAUER, 1996 [1931]; CLAVAL, 1999a). Para Andreotti (2013), foram os geógrafos alemães que enriqueceram o significado desta palavra, que “aparece como um substantivo carregado simultaneamente de subjetividade e de objetividade, em uma dialética desconhecida, como por exemplo, para Carl O. Sauer” (ANDREOTTI, 2013, p. 49). A autora afirma, ainda, que o problema da ambiguidade etimológica da palavra é resultante de outra questão, a “etimologia cultural”. Esta é retomada pelo estudo da linguagem que “é a viga mestra dos conceitos, das subjetividades ou dos universais” (ANDREOTTI, 2013, p. 53).

Portanto, se inicialmente a paisagem era um método, uma categoria de pintura e literatura que vislumbrava a observação e descrição em suas diversidades de formas e cores, após o século XVIII ganha nova conotação: o homem resolve torná-la objeto de estudo científico por parte dos primeiros geógrafos e naturalistas.

Basta lembrar os trabalhos dos pesquisadores viajantes europeus, que dedicaram parte de suas vidas realizando uma documentação vasta em desenhos, pinturas e relatos sobre as paisagens. Merecem destaque os trabalhos de Alexander Von Humboldt, que entre os anos de 1789 e 1829, mediante suas viagens de expedição exploratórias, realizou descrições de paisagens até então desconhecidas, como das colônias espanholas, marcando o início do estudo da paisagem. É ele quem introduz este termo como conceito geográfico e o adota como definição central em seus estudos (HUMBOLDT, 1952). Mais tarde, Jean-Baptiste Debret, em relação às paisagens brasileiras entre os anos de 1816 e 1831, também realizou ilustrações descritivas minuciosas sobre a fauna, a flora e a vida cotidiana do campo e da cidade, do negro, do índio e do branco.

Luchiari (2001) faz uma reflexão sobre a paisagem e as representações que a ela foram dadas ao longo da história e das práticas sociais:

As paisagens construídas e valorizadas da sociedade revelam sua estrutura social e conformam lugares, regiões e territórios. A paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas. Por conseguinte, as mudanças morfológicas na paisagem não são inócuas e não podem ser analisadas em aparo às práticas sociais. A produção de um novo contexto material altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades (LUCHIARI, 2001, p. 13-14).

A paisagem é produto das práticas sociais e de seus valores socioculturais, mas é da interação do homem com o mundo que suas representações simbólicas “ganham concretude”. Dessa forma, a paisagem também se torna inspiração para novos valores simbólicos e novas práticas sociais, como a própria autora sugere quando observa as mudanças representacionais que a paisagem adquiriu ao longo da história da sociedade ocidental.

A Geografia desenvolveu-se a partir de então, final do século XIX, e, através deste objeto de estudo - a paisagem - possibilitou uma nova forma do olhar: para que exista a paisagem é necessário um ponto de vista e um espectador e é preciso um relato que dê sentido ao que se vê e ao que se sente para melhor compreensão do mundo e das relações humanas nele inseridos (CAPEL, 1981), ou seja, o homem posiciona-se não apenas como observador, mas como parte integrante da paisagem que observa e estuda.

Os conceitos e as representações da paisagem foram sendo aprofundados e transformados ao longo da história da ciência, partindo sempre daquela dualidade presente desde o início na etimologia da palavra, isto é, oscilando sempre entre o sujeito e a natureza, entre a objetividade (a materialidade construída, vista e tocada; resultante das práticas sociais e notadamente da cultura) e a subjetividade (os valores espirituais, simbólicos que dão sentido a determinadas construções, espaços, a materialidade construída), como ressalta Luchiari (2001). Em outras palavras, nem um e nem outro são verdadeiros ou falsos, mas ambos se completam.

Conforme Capel (1981), Gomes (1996) e Claval (1999 a), foi a Geografia que mais se deteve ao estudo da paisagem como um de seus objetos de análise, notadamente pela sua própria característica geoespacial, possibilitando o desenvolvimento de uma série de visões, resultantes de suas diversas correntes evolutivas, construídas cada qual em um determinado contexto histórico e social - Geografia Tradicional, Quantitativa, Crítica, Humana, Cultural.

1.1 PAISAGEM E PAISAGEM CULTURAL NA GEOGRAFIA

A definição de paisagem como conceito formal na Geografia começa a ser formulada no final do século XIX e início do século XX com Otto Schlüter (1872-1959) e Siegfried Passarge (1866-1958), na Alemanha, sendo tal conceito introduzido, mais tarde, nos Estados Unidos, por Carl O. Sauer (1889-1975). Mas, em período pouco anterior a esses pesquisadores, Paul Vidal de La Blache (1845-1918), no final do século XIX, apresentou em seus estudos o problema da diferenciação das paisagens. Sua proposta era de “explicar os lugares e não se concentrar nos homens, [...] a análise sobre gêneros de vida mostra como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho” (CLAVAL, 1999a, p. 33). A cultura era, para Vidal de La Blache e os geógrafos alemães, o que se interpõe entre o homem e o meio, e humaniza as paisagens (CLAVAL, 1999a). Seu trabalho descreve como os “gêneros de vida” (a relação do homem com o meio) resultam num reflexo material, na modificação do meio, da paisagem. Sendo assim, as técnicas, os instrumentos, as construções são os produtos materiais dessa relação.

De acordo com Ribeiro (2007), Schlüter utilizou-se de um termo criado por E. Kaap, *Kulturgeographie* (Geografia Cultural), e criou a “morfologia da paisagem cultural”, cujo método se “constituía na descrição das partes componentes da paisagem criadas pelas atividades humanas e na explicação de suas origens” (RIBEIRO, 2007, p. 18). Também Claval refere (1999a) que Schlüter criou os termos *Kulturlandschaft* (paisagem cultural ou paisagem humanizada), para designar as paisagens transformadas pelo trabalho humano e a *Naturlandschaft* (Paisagem natural), para as paisagens que não tiveram interferência humana. Já Siegfried Passarge, criou um sistema de hierarquia de regiões e paisagens, cujas denominações variavam de acordo com a escala, num trabalho que inicialmente é voltado para o estudo da geomorfologia. Este pesquisador, a princípio, desenvolveu suas pesquisas identificando somente os aspectos físicos; depois passou a incluir a sociedade como um agente na configuração das paisagens.

Andreotti (2013) observa que, no início, na escola alemã, não existia uma diferença entre a paisagem geográfica e a paisagem cultural, diferente da escola francesa, pois, para a escola alemã, “o aspecto cultural, isto é, a relação e interpretação espirituais e psicológicas são elas próprias os canais através dos quais se chega à descrição igualmente geográfica da paisagem” (ANDREOTTI, 2013, p. 48).

Mas, por algum motivo que a própria autora não identifica bem, talvez o desenvolvimento do pensamento positivista sofreu a inversão de posição da visão da Geografia, que passou a privilegiar a investigação geográfica da paisagem (que ressalta o aspecto visual captado pelos sentidos, no seu aspecto perceptivo) para somente mais tarde (anos 60) reaproximar-se da investigação cultural, “que faz uma leitura visual integrada, passando pelo percurso histórico, psicológico e cultural”. (ANDREOTTI, 2013, p. 55).

Assim, nos Estados Unidos, com Carl Sauer, em 1925, através da publicação do seu trabalho “The morphology of Landscape”, a Geografia Cultural emerge como um subcampo autônomo da Geografia. Esta obra representou uma nova proposta de visão frente ao determinismo ambiental e geográfico. Sauer propôs “a paisagem como conceito central da geografia, conceito esse que, segundo ele, seria capaz de romper com as dualidades da disciplina (físico/humana e geral/regional) [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 19) e foi fortemente influenciado por Schlüter e Passarge, adotando os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural e também “retoma uma expressão que Passarge acabava de popularizar, aquela da morfologia da paisagem” (CLAVALL, 1999a, p. 30). No entanto, para Sauer, o estudo da paisagem deveria limitar-se aos aspectos visíveis, pois os demais aspectos, subjetivos e não-materiais, não fariam parte dos estudos tendo em vista a impossibilidade de mensurá-los.³

Para Sauer (1996 [1931]), a Geografia Cultural desenvolveu-se a partir da necessidade de registrar o comportamento e a interação do homem sobre a terra, pois, “o último agente que modifica a terra é o homem. O homem deve ser considerado um agente geomorfológico, já que vem alterando cada vez mais as condições de desnudação e de colmatação da superfície da terra, [...]” (SAUER, 1996 [1931], p. 3). Baseado nas ideias dos alemães, que há muito tempo defendem a transformação da paisagem natural em paisagem cultural, Sauer acreditava na necessidade de se desenvolver um método de trabalho no qual os conjuntos de formas culturais (as quais são influenciadas também pelos aspectos econômicos, haja vista a necessidade dos recursos naturais para o desenvolvimento social), devem ser igualmente evidenciadas tanto quanto as formas físicas. A compreensão da formação e transformação histórica da cultura sobre o meio é necessária, pois, na formação cultural, a cultura é o agente, a paisagem natural, o meio e a paisagem cultural é o resultado. E, por isso, “o

³ Para Ribeiro (2007), este posicionamento representava a visão positivista da ciência naquela época, ainda predominante.

desenvolvimento da Geografia Cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente” (SAUER, 1996 [1931], p. 5).

A Geografia Cultural, desde sua origem, ocupou-se do estudo da paisagem e sua diversidade proveniente não só dos aspectos físico-ambientais, mas também dos aspectos materiais das culturas, vestuários, utensílios e técnicas agrícolas que as moldavam. “Como o ponto de vista científico dominante era o positivista, essa Geografia Cultural não estudava as ideias e as representações” (CLAVAL, 1999b, p. 60). Por isso, na concepção de Claval (1999b), a Geografia Cultural entra em crise entre os anos de 1950 e 1970, em função de três fatores: 1. aceleração do progresso tecnológico, que homogeneizou os tipos de utensílios e equipamentos de trabalho; tornando os métodos de estudo da Geografia ineficaz, já que um dos aspectos estudados eram os tipos de utensílios criados; 2. a diversidade das atividades sociais, sobretudo nas cidades, de modo que se torna inviável fazer estudo de gêneros de vida; 3. a cultura ganha tal dimensão de estudo que não se pode mais negar seus aspectos imateriais, suas representações e simbolismos (CLAVAL, 1999b). Em face dessas alterações que acontecem na sociedade mundial, em escalas e ritmos diferenciados, a ciência também evoluiu concomitante a esse processo, sendo feita uma crítica ao positivismo, descobrindo-se que homens (grupos e sociedades) e lugares variam com o tempo, constituindo novas realidades.

A diversidade das culturas apresenta-se cada vez menos fundamentada sobre seu conteúdo material. Ela está ligada à diversidade dos sistemas de representação e de valores que permitem às pessoas se afirmar, se reconhecer e constituir coletividades (CLAVAL, 1999b, p. 62).

No período pós-guerras (anos 50 e 60), a sociedade mundial vivenciou uma nova situação socioeconômica e espacial, proveniente de todo o desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e social (urbanização da população), proporcionando, assim, o desenvolvimento de novos ramos da Geografia, com mudanças nos aspectos filosóficos e metodológicos: a Geografia Quantitativa e, subsequentemente, a Geografia Crítica. A Geografia Quantitativa, de base positivista, na qual o espaço poderia ser “abstraído”, “geometrizado” e analisado imparcialmente, através de técnicas matemáticas e estatísticas, “objetivando o estudo dos processos e difusão espacial e a distribuição dos fenômenos geográficos e ainda como uma noção

operativa e instrumental, com aceitação da existência de estruturas espaciais oriundas das atividades humanas” (CAVALCANTI, 2010/2011, p. 66).

A Geografia Crítica emerge anos após, buscando justamente o rompimento com a imparcialidade proposta pela Geografia Quantitativa e alertando para a necessidade de uma crítica em relação à nova conjuntura política, econômica e social que o sistema capitalista provocava: disparidades sociais, econômicas e espaciais. Baseada nas análises e ideologias do materialismo histórico, esta forma de abordagem da Geografia desenvolveu a concepção de que o espaço geográfico é um produto social produzido pelo homem, ao longo de um processo histórico, e do qual ele faz parte. De acordo com esta perspectiva, a paisagem é apenas o ponto de partida para a aproximação de seu objeto de estudo que é o espaço geográfico; este sim contém ao mesmo tempo uma dimensão objetiva e subjetiva. O estudo da categoria geográfica “paisagem”, “é reduzido à sua manifestação sobre o que é visível, sobre o concebido e percebido, onde a identificação das regiões deve se basear no que é essencial no processo de produção do espaço ou a divisão sócio-espacial” (CAVALCANTI, 2011, p. 69).

O geógrafo brasileiro Milton Santos, cujos trabalhos se destacaram pela abordagem crítica, explicita: “A geografia não é mais o estudo da paisagem, como imaginavam nossos colegas de antanho; não é que eles estivessem errados, apenas houve grandes transformações no mundo” (SANTOS, 1996 [1978], p. 63). De qualquer forma, este pesquisador detém-se em algumas ponderações sobre o estudo da paisagem, afirmando, por exemplo, que não existe mais a paisagem natural (não foi alterada pela ação humana), somente a paisagem artificial, cujas “mutações” podem ser analisadas tanto no nível estrutural (pelas formas, alturas, ocupações ou esvaziamentos, resultado das relações político-econômicas) como no funcional (mudanças de atividades econômicas e sociais, como comercial, residencial, lazer, industrial, etc.). Ainda nesta obra, ele complementa sua teoria discorrendo sobre diferenças entre paisagem e espaço e entre paisagem e região.

Paulo César da Costa Gomes entende ser esta fase, a da modernidade, construída

sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas ‘contracorrentes’, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito universalizante (GOMES, 1996, p. 26).

Este novo meio tornar-se-ia frutífero para que os geógrafos destas novas abordagens, seja da Geografia Quantitativa, seja da Geografia Crítica, refutassem as propostas de pesquisas anteriores sobre gêneros de vida e as paisagens (naturais e culturais) construídas, pois consideravam que todo o processo econômico encaminhava a sociedade para uma “homogeneização cultural”. Destarte, as paisagens, cada vez mais homogêneas, tornavam-se uma simples “[...] manifestação física das formações socioeconômicas. Nessa perspectiva, a paisagem passou a ser analisada somente em sua materialidade física, perdeu relevância na produção acadêmica e sua dimensão cultural foi reduzida à ideologia” (NAME, 2010, p. 171).

Conforme Mello (1990), foi nos anos 60 que um grupo de geógrafos, radicais à Geografia Quantitativa e à Geografia Crítica, propôs uma nova abordagem, mais subjetiva e sensível às mudanças culturais que ora se impunham, recuperando um antigo pensamento ainda anterior ao positivismo, o humanismo. Este movimento iniciou-se nos Estados Unidos com os primeiros trabalhos de Lowenthal (1985 [1961]), Tuan (1975 [1971]), Buttner (1974) e, em seguida, de Relph (1976), os quais iniciaram a nova abordagem da Geografia Humanística ou Humanista, sendo reconhecida em 1976. Esta nova corrente ideológica refuta o positivismo e, ao analisar as relações homem-meio, apoia-se numa rede de tendências filosóficas que inclui a fenomenologia⁴, assentada na subjetividade, nos sentimentos, na experiência vivida, no simbolismo, na linguagem do indivíduo ou do grupo, objetivando a compreensão do comportamento das pessoas em relação aos seus lugares.

O geógrafo João Baptista Ferreira de Mello definiu a Geografia Humanística⁵ ou Humanista, como alguns geógrafos preferem, como sendo uma tendência que “procura interpretar a multiplicidade dos acontecimentos do mundo vivido, trabalhando, para tanto, com os valores e sentimentos dos seres humanos” (MELLO, 1990, p. 96).

Assim, a partir dos anos 70, além da Geografia Quantitativa e da Geografia Crítica, desenvolve-se a Geografia Humanista e, com ela, retoma-se o estudo da

⁴ A fenomenologia, que se opõe ao positivismo (que acredita numa realidade que é perceptível aos sentidos), propõe estudar os atos da consciência sobre o mundo vivido, evitando aquele exame de um mundo exterior que está fora do pesquisador. Desse modo, os estudos sobre vizinhança, o pavor (topofobia), a agradabilidade (topofilia), a fixação aos espaços e lugares, enfim, as experiências quotidianas vão adquirir um destaque na produção geográfica sobre o espaço vivido (MELLO, 1990).

⁵ Mello explica que a palavra humanística apareceu pela primeira vez na Geografia através de um trabalho produzido por Yi-fu Tuan, editado em 1967 (MELLO, 1990).

cultura e da paisagem, tendo como suporte a fenomenologia, por vezes existencial, e com um enfoque bastante particularista - a partir dos valores, das crenças, do gosto e das preferências, da visão de mundo, termos que substituem o conceito de cultura (NAME, 2010). Cabe enfatizar que, nesta nova corrente que surge, “a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio” (RIBEIRO, 2007, p. 24).

Para esses geógrafos da abordagem humanista, o estudo de uma paisagem implica na compreensão dos valores humanos e na forma pela qual determinada paisagem se relaciona com esses valores, com o sentido que uma paisagem faz para aqueles que a constituíram. Foram fortemente influenciados pelo antropólogo Clifford Geertz (1926-2006)⁶, que considerava a cultura um instrumento de compreensão do mundo. O pesquisador, seja ele o antropólogo ou o geógrafo (que tem sua própria cultura, muitas vezes diversa daquela que ele estuda), procura interpretar a simbologia de cada cultura. Por isso a interpretação da cultura ou de uma paisagem torna-se subjetiva, porque cada grupo a interpreta de uma forma diferente, segundo os seus valores e parâmetros (GEERTZ, 2008 [1973]). Para Claval (1999a), estes geógrafos também receberam uma forte influência do historiador inglês Raymond Willians⁷, “que propõe efetuar a interpretação simbólica que os grupos sociais dão ao ambiente e o impacto das representações sobre a vida coletiva” (CLAVAL, 1999a, p. 56).

Quase paralelamente ao desenvolvimento da Geografia Humanística nos Estados Unidos, tem-se, nos anos 70, na França, o lançamento da revista “Heródote”, por Yves Lacoste, em que o tema paisagem irá emergir, mas sob enfoque diferenciado, de abordagem marxista: discute-se a paisagem como cenário, espetáculo da cultura de massas, como filmes, anúncios publicitários, cartazes turísticos. A paisagem estudada é criticada por estar sendo utilizada para encobrir os conflitos do sistema capitalista, apresentando uma ilusão de harmonia. Para este pesquisador, é o grupo dominante que escolhe o que deve ser mostrado, o que é belo e bom. Futuramente, nos Estados Unidos (anos 80 e 90), esta proposta de análise

⁶ Clifford Geertz foi um antropólogo americano muito influente nos Estados Unidos. Dentre suas obras, merece destaque “A interpretação das Culturas”, de 1973. Considerado o fundador de uma nova corrente antropológica, a Antropologia Hermenêutica (DEL CAIRO; JARAMILLO MARIN, 2008).

⁷ WILLIAMS, Raymond. **The Sociology of Culture**. New York: Schocken, 1982.

será também estudada por um grupo que denominou tal objeto de estudo de “paisagens pós-modernas” (NAME, 2010).

Assim, na década de 1980, um grupo de geógrafos bastante influenciados pela Geografia Humanista, propôs-se a resgatar e renovar a Geografia Cultural da década de 1920, denominando o trabalho de Sauer e sua escola (Berkeley) de “Geografia Cultural Tradicional” e criando a “Nova Geografia Cultural”. Na concepção de Claval (1999a) e Ribeiro (2007), esta nova escola incorporou, como um dos objetos de estudo, a simbologia da paisagem.

Duncan (2002), um dos integrantes desta nova corrente, escreve em 1980 uma crítica, considerada precursora, à visão de cultura defendida pela Escola de Sauer. Posteriormente, em sua obra “The City as a Text”, publicado em 1990, defende a ideia de que a paisagem é subjetiva e que cada grupo a interpreta de uma forma diferente segundo seus próprios conjuntos de símbolos.

O autor explica que “para compreender a natureza relacional do mundo precisamos ‘completá-lo’ com muito do que é invisível para ler os subtextos que estão por baixo do texto visível. O significado desses textos e subtextos muda com o tempo e com a mudança de perspectiva do intérprete” (DUNCAN, 2004, p. 100, grifo do autor). O método proposto pelo autor considera a paisagem como um sistema de signos, os quais podem ser lidos por aqueles que vivenciam o lugar. Essas leituras são dotadas de crenças, valores e explicações do senso comum e podem ser captadas através de entrevistas e observações. A síntese destas leituras permite compreender como se produz e com que interesses são constituídas as paisagens (DUNCAN, 2004).

Outro geógrafo que também participa da linha da Geografia Cultural, cujos trabalhos ganharam repercussão mundial tanto quanto os trabalhos de James Duncan, é Denis Cosgrove. Contudo, sua forma de abordagem diferencia-se de Duncan, pois propõe o estudo da simbologia da paisagem mediante abordagem do materialismo histórico-dialético. O autor assevera:

A tese mais potencialmente radical da geografia cultural, tanto para o capitalismo internacional quanto para o comunismo estatal, é que os grupos atribuem significados a lugares e paisagens como parte de uma mais ampla identidade compartilhada e comunicada, uma identidade que atravessa linhas de classes (COSGROVE, 1998a [1983], p. 9).

Ele define dois tipos fundamentais de paisagem geográfica: a primeira, denominada de “paisagem da cultura dominante”, um dos meios através dos quais o

grupo dominante exerce seu poder. A paisagem da cultura dominante é definida pela cultura dominante - aquela que predomina em determinado espaço, cuja dominação sobre os outros está baseada no poder de controle dos meios de vida, que são terra, capital, matérias-primas e força de trabalho - cuja imagem é “aceita como reflexo verdadeiro da realidade de todos” (COSGROVE, 1998b [1989], p. 111). O segundo tipo é denominado “paisagens alternativas”, subdivididas ainda em paisagens residuais, emergentes e excluídas. Estas paisagens são, por consequência, menos visíveis do que as paisagens dominantes. Por mais expressiva que seja uma determinada cultura alternativa em um local, mesmo assim ela continua subordinada à cultura nacional oficial (COSGROVE, 1998b [1989]).

Para Name (2010), Cosgrove analisa a paisagem com base no materialismo histórico (sem cair num determinismo econômico) e na simbologia das paisagens: “Escolher, formatar ou representar uma paisagem seria, necessariamente, uma atitude ideológica ligada a uma rede de interesses e a uma estratégia de dominação” (NAME, 2010, p. 177). A paisagem é um conceito dentro de um campo acadêmico, e por isso é uma ferramenta analítica do pesquisador: a análise da paisagem é um método para se entender o mundo e as sociedades que, aliás, produzem, mantêm e compartilham as diversas paisagens e suas devidas valorações.

Name (2010) conclui, mediante a análise dos textos de Cosgrove, que não haveria distinção entre a paisagem que é supostamente “real” (nomenclatura de Cosgrove) da que seria considerada apenas representação, de acordo com Certeau (2007 [1980]) e Lefebvre (1981 [1974]). “Parte-se do princípio que realidade e representação são mundos que se complementam e interagem entre si, sendo que a paisagem os sintetiza: ideologia, representação e cultura assim se fundem e se confundem” (NAME, 2010, p. 178).

Dentre outros geógrafos contemporâneos que trabalham com os temas paisagem e cultura associados, situando-se na Linha da Geografia Cultural, encontra-se Giuliana Andreotti. Em um de seus trabalhos, a pesquisadora parte da compreensão de Nietzsche, um dos seus referenciais teóricos, o qual analisa a existência de uma relação exterior e interior que se verifica entre o observador e a paisagem, de maneira que esta se torne uma síntese do que o indivíduo compreende pela sua percepção física e emocional. Desenvolve, assim, um conceito diferenciado de paisagem, que ela denomina de “paisagem espiritual” e compara-a a uma obra de arte:

Se houver clareza não é mais paisagem, porque essa é a psique do antigo, do medieval, do moderno e, portanto, deve ser complexa como a alma: emocional, envolve, é uma pergunta ou uma resposta e, em seguida, muda novamente para uma resposta e uma pergunta (ANDREOTTI, 2010, p. 268).

Uma de suas obras, denominada “Paisagens Culturais”, é considerada por ela mesma uma representação de seu percurso de pensamento e pesquisa. Para Andreotti (2013), os pesquisadores alemães, geógrafos e filósofos, começando por Humboldt, já haviam percebido que a Psicologia era o meio para compreensão da observação e da descrição que o homem faz em suas mais variadas atividades; e Herbert Lehmann, seu principal referencial teórico, utiliza-se da Psicologia para integrar, unir os elementos culturais e as relações histórico-espirituais daquela paisagem, propondo o que ele denomina de “aparência visual integrada”. Esta “aparência visual integrada” é mecanismo mental que Lehmann emprega para desenvolver sua abordagem sobre a paisagem cultural (LEHMANN, 1996 apud ANDREOTTI, 2013, p. 21).

É importante ressaltar também os trabalhos do geógrafo francês Augustin Berque, pois, de acordo com Holzer (2004), este pesquisador oferece grande contribuição para o entendimento da simbologia da paisagem. O estudo da paisagem não é uma “morfologia do ambiente” ou uma “psicologia da percepção”. A paisagem reside na interação e mediação entre objeto e sujeito, assim, é ao mesmo tempo matriz e marco:

Paisagem Matriz na medida em que as estruturas e formas da paisagem contribuem para a perpetuação de usos e significações entre as gerações; Paisagem Marco, na medida em que cada grupo grava em seu espaço os sinais e símbolos de sua atividade (BERQUE, 1984 apud HOLZER, 2004).

Cabe destacar que Augustin Berque iria amadurecer, nesta sua teoria, a concepção de que a paisagem constitui um elemento mediador entre o homem e o meio, não se restringindo ao papel de um “dado”, uma informação objetiva do meio e nem uma projeção da visão subjetiva do observador, mas exercendo uma ligação dialética entre estes dois termos.

A visão destes últimos pesquisadores, de abordagem mais humanística, assemelha-se em muitos pontos à visão de Henri Lefebvre, a qual será aprofundada

mais adiante e justificada sua escolha como principal referencial teórico para embasamento da tese que aqui se propõe desenvolver.

Lefebvre (1974), precursor das discussões teóricas que já eram comuns nos anos 50 e 60 sobre o positivismo, o sistema capitalista e o materialismo histórico, defendia a ideia de que o espaço é uma representação, mediação entre o homem e o meio, o qual é produto e produtor (visão dialética) da ação e interação humana, assim como Berque e Cosgrove interpretavam também. Tal filósofo é considerado um pós-estruturalista, pois rejeita definições que resultam em verdades absolutas sobre o mundo. Para Lefebvre, a verdade está vinculada a um contexto histórico. Seguindo muitas ideias de Nietzsche, a linguagem de Lefebvre, muitas vezes complexa, é uma tentativa de reencontrar a totalidade do social, possível pela obra, em oposição ao produto (real-ficção fragmentada da realidade), conceitos que ele explica e diferencia. Seus trabalhos, sobre a produção social e do espaço (cidade) inicia-se ainda no final dos anos 40, com a publicação de diversas obras que representam a construção do seu pensamento sobre o materialismo histórico e o marxismo – “L’Existencialism”, em 1946, “Logique formelle, logique dialectique” e “Critique de la vie quotidienne I- Introduction”, ambos de 1947. Depois, em 1962, dá prosseguimento a esta linha sobre a produção social frente à ideologia capitalista com as obras: “Critique de la vie quotidienne II”, “Fondament d’une sociologie de la quotidienneté”; “Introduction à la modernité”, em 1962; “La Droit à La ville”; “La vie quotidienne dans lê monde moderne”, em 1968; para chegar a uma de suas obras mais utilizadas pelos pesquisadores, “La production de L’espace”, 1974. Henri Lefebvre constrói uma teoria espacial baseada na dialética filosófica – percebido, concebido e vivido, e que se diferencia de muitos pesquisadores da linha humanística que acabam por privilegiar o vivido. Segundo Lefebvre, o espaço vivido ou espaço de representação é a síntese socioespacial produzida, tendo os espaços - percebido e concebido - como participantes no seu processo de produção. Este pesquisador não discute especificamente sobre paisagem, mas é possível relacioná-la com a categoria espaço, como será desenvolvido nos próximos capítulos.

Considerando-se os aspectos acima mencionados, o estudo da paisagem associado à cultura acabou sendo revalorizado e intensificado pela abordagem humanista e pela Nova Geografia Cultural. As demais abordagens da Geografia tratam do estudo destes dois temas, mas com menor frequência e com visões diferenciadas, como se verificou anteriormente. Portanto, na perspectiva da Geografia

Tradicional Positivista, a paisagem significa o visível, o concreto, ou seja, a identificação dos aspectos que se encontram ao alcance da visão do observador analisados de maneira mais racional possível sem qualquer aspecto subjetivo; na abordagem da Geografia Quantitativa, a paisagem é analisada pelo desenvolvimento de teorias relacionadas com as características da distribuição e arranjo espacial dos fenômenos estudados; na abordagem da Geografia Crítica, este tema é analisado pelo materialismo histórico marxista, o sujeito deve ultrapassar o aspecto visível a fim de encontrar os elementos que são responsáveis pela produção daquela paisagem: os processos sociais e as análises dos modos de produção e das formações socioeconômicas - a paisagem e a cultura são analisados nesta visão como objetos/produtos ideológicos e mercadológicos pela sociedade. Por fim, na abordagem da Geografia Humanista, fenomenológica, a percepção torna-se o método principal para compreender a paisagem. Os aspectos subjetivos e objetivos são elementos da paisagem; o percebido e vivido pelo observador, cujas análises percorrem paisagens sonoras, dos odores, paisagens do medo, espirituais, sendo consideradas estas interpretações como forma de compreensão do próprio homem.

O estudo da paisagem tem sido um tema discutido pela Geografia e por diversas áreas como Arquitetura, Arqueologia, História, Artes, Direito, dentre outros, pois o mesmo vem sendo associado a diversos assuntos e áreas (ecologia da paisagem, paisagismo, pinturas paisagísticas, legislação de direito à paisagem, etc.). No caso específico desta pesquisa, propõe-se destacar também alguns estudos que foram realizados sobre a paisagem relacionada ao tema patrimônio cultural; alguns destes estudos utilizam a expressão “paisagem cultural” numa leitura fenomenológica, outros mais antropológica.

Contudo, para além da abordagem teórica, as preocupações com o tema da paisagem ocorrem também no âmbito aplicado, como naqueles órgãos e instituições governamentais voltadas à preservação e incrementação da cultura, que vêm construindo suas políticas públicas e ampliando o seu conceito de patrimônio cultural, como a UNESCO, em âmbito internacional e o IPHAN, em âmbito nacional, como se verá à seguir.

1.2 PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

A paisagem cultural recebeu nova conotação quando, em 1992, foi associada à ideia de patrimônio cultural pela UNESCO, sendo conceituada como “representações da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sob influência do ambiente natural e pelas sucessivas ações sociais e econômico-culturais” (UNESCO, 2000, s/p). Posteriormente, em 2009, o IPHAN, apoiando-se na mesma proposta conceitual daquele órgão, também criou nova ferramenta de preservação com a mesma nomenclatura, conceituando-a similarmente como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (2009a, p. 17). Esta nova conotação vem suscitando, contudo, discussões nos âmbitos institucional e acadêmico.

O conceito de patrimônio surgiu no século XVIII, durante a Revolução Francesa, que proporcionou uma nova ordem política, social e econômica, criando novos conceitos de cunho idealista⁸. Inicialmente, patrimônio estava associado a idéia de herança de bens arquitetônicos, mas recebeu posteriormente uma nova derivação - patrimônio histórico - ao ser associado à noção de monumento histórico em meados do século XIX. Segundo Choay (2001), este conceito foi amadurecido pela necessidade de proteger, “guardar” as representações do passado que estavam sendo demolidas pelo acelerado processo de industrialização e urbanização experienciado naquelas cidades europeias. Kersten (2000) explica que quando este conceito passou a ser utilizado por organizações e instituições internacionais, elevaram-no a uma dimensão muito superior, pois criaram a categoria patrimônio histórico da humanidade. Dessa forma, passaram considerar que existiam representações de sociedades e culturas diversas que deveriam ser preservadas como herança comum da humanidade. “Esta categoria remete à possibilidade de diálogo entre diferentes culturas e supõe que, apesar das profundas divergências, possam se estabelecer parâmetros e critérios comuns” (KERSTEN, 2000, p.33). Esta autora ressalta ainda que quando o termo patrimônio passou a estar associado ao conceito antropológico de cultura, pois “inclui as dimensões testemunhais do

⁸A França foi o primeiro país europeu a estabelecer uma legislação específica sobre patrimônio, após 1834. (KERSTEN, 2000)

cotidiano” (KERSTEN, 2000, p.33), amplia-se significativamente o sentido anterior e cria-se um novo termo – o patrimônio cultural - que pressupõe uma ação de identificação e preservação de elementos materiais e simbólicos (expressões imateriais) reproduzidos pelos grupos humanos em sua totalidade.

Também Gomes (2001) lembra que a partir do século XIX, além do conceito de patrimônio, os conceitos de cidadania e de identidade também foram mesclados pelo idealismo do Estado-nação. É uma prática dos Estados modernos a criação do discurso de identidade nacional associado ao de cidadania, onde os direitos e deveres são determinados pelo Estado e estendidos a todos, assim como o sentimento de pertencimento a uma cultura particular, uma cultura nacional, cujos conjuntos urbanos e paisagísticos, obras, bens móveis e imóveis, vêm constituir um patrimônio cultural e artístico nacional.

Foi sob esta ideologia que o Brasil se inseriu, após a proclamação da República e a formação do Estado Nacional. Com a preocupação de construir uma identidade nacional e um patrimônio cultural, diversas manifestações artísticas e intelectuais começaram a se expressar em artigos de jornais, livros, poesias, movimentos artísticos (notadamente a Semana da Arte Moderna de 1922), as quais culminaram, na década de 1930, concomitantemente às mudanças econômicas e político-sociais, no surgimento de novas classes e elites sociais. O Estado, então, assume o papel de fomentador da política de identificação e preservação do seu patrimônio cultural, e, neste contexto foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN.

Conforme Fonseca (2005), os processos de construção das políticas brasileiras de preservação do patrimônio cultural passaram até então por três fases ou momentos: o primeiro - de fundação e estruturação, iniciado do final da década de 1930 e encabeçado pelo Estado, que contou com a participação direta de intelectuais modernistas, mas de “perfil tradicional”, como historiadores, artistas, arquitetos, escritores, os quais identificaram e protegeram a cultura e os valores destes grupos, ou seja, das camadas mais cultas, na tentativa de construir uma representação de uma identidade nacional. No segundo momento – de expansão do corpo intelectual e do conceito de patrimônio, iniciado em meados dos anos 1970, verificou-se o crescimento da comunidade científica e de intelectuais, de onde despontaram grupos com novo perfil, como cientistas sociais e administradores. Estes, ao trabalhar sobre a questão do patrimônio cultural, observaram que a produção cultural identificada e

preservada até aquela época era basicamente proveniente das elites sociais; por isso propuseram ampliar a noção de patrimônio cultural, vinculá-lo à questão do desenvolvimento econômico e social e ainda estimular a participação popular no processo de construção da política federal do patrimônio cultural. Encontraram, no entanto, barreiras políticas e ideológicas internas que impossibilitaram a abertura total esperada, mas com algumas vitórias, expressas nos artigos nº 182 a 184, 215 e 216 da Constituição Brasileira de 1988. Destaca-se aqui o artigo nº 216, o qual legitima a expansão do conceito de patrimônio, iniciando, a partir de então, o terceiro momento - de ampliação das políticas de patrimônio, o qual ainda é vivenciado atualmente, em processo de amadurecimento e execução, tendo em vista a criação ainda recente de leis e portarias que regulamentam muitos destes artigos da constituição:

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (IPHAN, 2006, p. 20).

Para exemplificar, após 12 anos da promulgação da Constituição, ou seja, somente no ano 2000 é que a nova legislação de Registro do Patrimônio Imaterial foi promulgada, assim como a Lei do Estatuto da Cidade, em 2001 (possibilitada pelos artigos nº 182 e 183), que também auxilia nos trabalhos de preservação dos centros históricos, uma vez que os planos diretores podem reconhecer e delimitar áreas e centros históricos, bem como estipular ferramentas e políticas que auxiliem neste trabalho, como os instrumentos de transferência do direito de construir, operações urbanas, etc. A própria estruturação do Ministério da Cultura passou por momentos de retração (anos 90) e de expansão (anos 2000), que refletiram diretamente nos trabalhos de promoção e preservação cultural. Os reflexos da Constituição só começam a ser sentidos administrativa e financeiramente a partir do ano 2000, quando o Ministério da Cultura passa por reformulações, criação de novas Fundações (Fundação Palmares, Fundação Biblioteca Nacional), e Autarquias como o (Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

A expansão do conceito de patrimônio cultural e, conseqüentemente, de novas políticas, proporcionou uma ampliação, ainda que muito lentamente, dos instrumentos de preservação e gestão deste patrimônio. De 1937 até 2000, o principal instrumento de preservação ainda era o “tombamento”.⁹ A partir de 2001 ampliou-se a possibilidade de preservação com a homologação do decreto que institui o “registro”¹⁰ para reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial.

O mais recente instrumento, a “chancela da paisagem cultural”, foi homologado em formato jurídico de portaria, em 2009¹¹, ou seja, como documento administrativo que se aplica para especificação, normatização de uma determinada lei. Isto quer dizer que este instrumento não possui os mesmos “poderes administrativos e legais” que o tombamento e o registro. A chancela não é considerada um instrumento de preservação como o tombamento, que possui sanções e restrições administrativas e jurídicas que impedem alterações ou transformações sem autorização prévia. A justificativa de sua criação veio em decorrência das leis anteriormente citadas e de outras mais sobre preservação dos sítios arqueológicos e até da Lei do Estatuto da Cidade, todas listadas na portaria. Ela foi criada para servir como instrumento complementar e de integração dos demais instrumentos de proteção existentes, ou seja, aos tombamentos e registros; por isso, ela não pode ser aplicada sozinha sem haver, na área proposta, alguns destes instrumentos. Sua maior potencialidade, por enquanto, está na possibilidade de integração e compreensão destes patrimônios culturais materiais e imateriais como elementos formadores e condicionantes de um determinado território:

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal (IPHAN, 2009a, s/p).

Este novo instrumento de preservação, conforme descrito em sua portaria de criação, considera, dentre outras ponderações, que “os fenômenos contemporâneos

⁹ Pelo Decreto – Lei nº 25, de 1937 tem-se a homologação dos instrumentos de Tombamento, Vigilância e a Preempção (IPHAN, 2006). Pelo § 1º do Art. 216 da Constituição de 1988, o inventário, tombamento, registro, vigilância, desapropriação são elencados como “outras formas de acautelamento” (IPHAN, 2006).

¹⁰ Decreto nº 3.551/2000, sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial, e das normas sobre a entrada e saída de obras de arte do país (IPHAN, 2006).

¹¹ Portaria nº 127/2009, que estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira (IPHAN, 2009a).

de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta” (IPHAN, 2009a, s/p). A chancela da paisagem cultural, além de associar a materialidade à imaterialidade em um mesmo recorte espacial, pressupõe sua vinculação ao meio ambiente natural no qual está inserido e, ainda, compreende, identifica e valoriza a dinâmica da transformação cultural que ocorre nestes lugares, buscando sua salvaguarda através da associação entre os diversos atores sociais que utilizam e dependem, direta e indiretamente, do local, sejam eles moradores, órgãos públicos, empreendedores particulares, que deverão, juntos, realizar a gestão compartilhada do lugar ou região.

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN (IPHAN, 2009a, s/p).

O IPHAN tem procurado acompanhar a visão da UNESCO, da qual é parceiro desde a década de 70, mas com adaptações para a realidade nacional, de acordo com seus aspectos históricos, limitações legais e até de contextualização com a realidade política e econômica da atual da sociedade brasileira.

A UNESCO, através da Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, em Paris, no ano de 1972, criou uma lista – a “Lista do Patrimônio Mundial”. O Comitê, constituído por 21 representantes dos estados-membros da UNESCO (dentre os quais o Brasil é participante), é o responsável pela inscrição e gestão desta lista, mas inicialmente, como esta Convenção determinou, os bens inscritos poderiam receber a classificação de “patrimônio natural” ou “patrimônio cultural”, cabendo aos estados-membros fazerem as indicações.

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. O que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados (UNESCO, 2014).

No entanto, este comitê, ao longo dos anos e das reuniões de trabalho, verificou que muitos bens que eram apresentados para serem submetidos à avaliação e inscrição à lista, poderiam se encaixar tanto pelos critérios naturais como culturais. Ao longo de 20 anos, após muitas convenções internacionais¹², discutindo sobre esta divisão entre o natural e o cultural e debatendo outros temas correlatos, sobre conjuntos e sítios históricos, chegou-se à definição, em 1992, da criação de uma nova categoria de preservação: a paisagem cultural.

Consoante Ribeiro (2007), a criação desta categoria representou uma ruptura com os modelos anteriores. Neste documento final, regido no encontro de 1992, as paisagens culturais “são consideradas representações da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sob influência do ambiente natural e pelas sucessivas ações sociais e econômico-culturais” (UNESCO, 2000, s/p). Também, foram criadas três categorias de paisagem cultural: *paisagem cultural claramente definida* (criada intencionalmente pelo homem, como jardins e parques)¹³, *Paisagem evoluída organicamente* (pela ação inicial humana de caráter econômico, social, religioso, que se desenvolveu em associação com meio natural), podendo ser ainda subdivida em categoria relíquia ou fóssil e contínua¹⁴, e, por fim, a *paisagem cultural associativa* (que tem seu valor ressaltado pela associação artística, religiosa ou cultural que o homem faz a ela, sem precisar haver qualquer evidência de intervenção material).¹⁵

Ribeiro (2007) salienta que em 2005 foi realizada nova Convenção para revisar as orientações que ainda subsistiam dividindo os critérios para categoria cultural e categoria natural. Assim, estes critérios foram revistos e unidos, formando dez critérios para paisagem cultural.

Atualmente, mais de 50 bens culturais mundiais foram inscritos na categoria paisagem cultural, dentre eles, a paisagem cultural do Rio de Janeiro, em 2012. O trabalho envolveu diversas entidades públicas, civis, universidades, com discussões e estudos para definições da área. Mas, muitos intelectuais e pesquisadores têm feito

¹² A 19ª Conferência da Unesco em 1976 ou Carta de Nairobi, sobre a definição de conjuntos históricos, a Carta Internacional de Washington, de 1986, que ressalta a necessidade de preservar as relações entre cidade e seu entorno natural, dentre outras reuniões, ao longo dos anos 80, onde se discutia a ideia de paisagem cultural.

¹³ Como exemplo, a paisagem cultural de Sintra, em Portugal, a paisagem cultural de Lednice-Valtice, na República Checa.

¹⁴ Como exemplo, as paisagens dos terraços de arroz das Cordilheiras Filipinas.

¹⁵ Como exemplo, a paisagem cultural do Rio de Janeiro, Brasil.

algumas ressalvas em relação à proposta da paisagem cultural do Rio de Janeiro, pois, na forma como foi apresentada e aprovada pela UNESCO, aparentemente fortaleceu certa segregação espacial e social existente em todo o território, deixando dúvidas sobre sua viabilidade em conter determinadas ações como “valorizar a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população” (IPHAN, 2009a, p. 17), entre outras. A criação de zonas de preservação sobre as áreas naturais e a valorização dos espaços públicos, como o aterro e as praias como locais de encontro, festas, etc., não dialogam com os problemas ambientais urbanos existentes nas áreas urbanas próximas a estas áreas públicas, como as favelas e a poluição da Baía de Guanabara e demais rios que desembocam nela, áreas estas que integram um segundo zoneamento de preservação, o qual não fica muito bem caracterizado no dossiê. Nota-se uma nova fragmentação espacial, conformada em sítios ou “vários microterritórios”, dentro de uma grande área já fragmentada socialmente: Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana, além da entrada da Baía de Guanabara, entre outros, formando a famosa paisagem que se observa do alto do morro do Cristo Redentor, abrangendo um ângulo de aproximadamente 180 graus.

A forma de análise para identificação de uma paisagem cultural, seja pela UNESCO, seja pelo IPHAN, não se diferencia tanto da visão da Geografia. Percebe-se que os critérios avaliativos destes órgãos públicos e instituições são mais genéricos, e parecem abarcar as três visões da Geografia: a Geografia Tradicional positivista, a Geografia Crítica ou a nova Geografia Cultural, dependendo da área proposta. Contudo, tais critérios buscam sempre selecionar um elemento ou conjunto pelo caráter da especificidade, exclusividade, excepcionalidade, monumentalidade e/ou estética, para ser tornar patrimônio nacional e/ou mundial.

O IPHAN ainda tem problemas a resolver no que tange à aplicação desta ferramenta. Podem-se citar, aqui, três exemplos, iniciando pelo caso da Região do Vale da Ribeira/SP, onde o IPHAN realizou, em 2010, o tombamento de 14 imóveis que são representações características da colonização japonesa. Trata-se de edificações fabris, residenciais e religiosas, além de uma área de plantio de chá, cujas mudas são nativas do Japão (trazidas em 1935), que foram mantidas pela família que é proprietária de uma das fábricas de chá, tornando-se o último conjunto (fábrica e área de plantio) identificado como patrimônio paisagístico. Quase todas as edificações

encontram-se na colônia de Registro, município de Registro/SP e somente uma em Iguape. Mas, quem são os agentes desses espaços e imóveis? Será que não há relações ou outras práticas sociais que são, na verdade, motivadores desse patrimônio existir até hoje? Que valores sociais, econômicos, culturais e de apropriação espacial fizeram com que esse patrimônio fosse mantido? É provável que no dossiê existam as respostas, no entanto, é importante destacar que o IPHAN-SP havia concluído e apresentado ao Conselho do IPHAN ¹⁶ um dossiê que propunha a chancela da paisagem cultural do Vale da Ribeira, incluindo os tombamentos e registros. A importância deste trabalho estava caracterizada nesse dossiê:

Na região foram identificadas comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas, grupos de imigrantes e pequenos agricultores familiares; encontram-se reservas de água doce, o maior continuum de remanescentes de biodiversidade tropical e patrimônios espeleológicos (IPHAN, 2009b, p. 6).

Situam-se ainda cidades constituídas desde o século XVI, como Iguape, Cananéia, Eldorado e Iporanga. Este trabalho também foi desenvolvido em parceria com diversas organizações civis e institucionais, Organizações Não Governamentais (ONG) e associações. De acordo com o inventário desse dossiê, “a paisagem do Vale está pontuada pelas formas históricas de sua ocupação indissociáveis de culturas intangíveis” (IPHAN, 2009b, p. 7), representadas pela culinária, conhecimentos tradicionais da pesca, viola, cerâmica, cestaria e celebrações, como o Tooro Nagashi, Festas de Nossa Senhora do Livramento, do Bom Jesus de Iguape e de Santo Antônio de Apiaí, e diversas outras formas de expressão, como a catira, fandango, carpideiras. Porém, esse trabalho ainda não obteve a chancela, apenas foram realizados os tombamentos.

Todavia, outro trabalho que o IPHAN desenvolveu, denominado “Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina”, recebeu a chancela como paisagem cultural em 2011. Trata-se de uma ampla pesquisa que mapeou e identificou o patrimônio cultural material e imaterial, em áreas rurais e urbanas por diversos

¹⁶ O Conselho que avalia os processos de tombamento e registro é formado por especialistas de diversas áreas, como cultura, turismo, arquitetura e arqueologia. Ao todo, são 23 conselheiros, que representam o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Icomos, a Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, o Ministério da Educação, o Ministério das Cidades, o Ministério do Turismo, o Instituto Brasileiro dos Museus – Ibram, a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, e mais 13 representantes da sociedade civil, com especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN.

municípios que foram criados e desenvolvidos pelos grupos de imigrantes italianos, ucranianos, alemães e poloneses em quase todo o estado catarinense, resultando numa estrutura paisagística bem peculiar, entre serras, pequenas cidades, propriedades agrícolas de manutenção familiar e expressões culturais ainda mantidas, provenientes dos primeiros imigrantes e que contribuíram para a formação espacial atual e a identidade estadual e nacional. Resta a dúvida, portanto, sobre a pertinência da aplicação deste instrumento naquela área em Santa Catarina não para o Vale do Ribeira em São Paulo; cujo motivo pode estar somente no fato de a própria instituição não estar ainda bem amadurecida quanto à aplicabilidade e gestão dessa ferramenta.

Outro importante estudo em desenvolvimento está na região do Vale do Rio São Francisco, que envolve cinco estados da Federação (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas). Neste trabalho, o objeto de estudo é o Rio Francisco, ou melhor, o patrimônio cultural do Rio São Francisco, onde tornou-se necessário identificar o território em sua complexidade, considerando o patrimônio cultural e natural, a geodiversidade, as diferentes manifestações culturais dos variados grupos sociais nos diversos municípios, cujas vidas estivessem, de alguma maneira, relacionadas à calha do rio.

Estava em pauta a valorização da expressividade dos bens culturais em porções ampliadas do território, observando se formavam conjuntos [...], constituindo as chamadas redes do patrimônio, nas quais temáticas de cunho econômico-social e histórico recebiam destaque (MARTINS; MONGELLI, 2012, p. 3).

De acordo com as autoras, a pesquisa inicial do IPHAN tinha como objetivo caracterizar a relação do elemento humano com a realidade físico-territorial, verificando a existência de sua convivência com o elemento natural por meio de técnicas não predatórias e desenvolvidas desde os primeiros tempos de ocupação do rio. Entre os passos necessários para o estabelecimento da chancela, que é uma espécie de selo de qualidade, está a pactuação entre os diversos agentes, que podem ser representantes do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada, todos trabalhando em prol da preservação dos valores de determinada paisagem cultural. Para tanto, reuniões periódicas com diversos grupos sociais, representações municipais, organizações públicas e privadas foram necessárias. Após este inventário preliminar, o IPHAN contratou os serviços técnicos especializados a serem realizados por equipe multidisciplinar em campo, para verificar os atributos da paisagem cultural,

realizar entrevistas com representantes dos grupos sociais locais, aferir as referências culturais, realizar consulta aos órgãos públicos e entidades locais ou regionais, com ingerência na paisagem, buscar documentos e bases legais para sua administração, promover debates locais e buscar a mediação dos conflitos, entre outros, até gerar o Dossiê da Paisagem Cultural, contendo assinatura dos pactuantes e o Plano de Preservação da Foz do Rio São Francisco.

Observa-se uma diferença entre estes três casos: enquanto o Dossiê do Vale da Ribeira e do Vale do Rio São Francisco parecem ter sido construídos com a participação de diversas entidades civis e institucionais, num processo de reconhecimento de diversas territorialidades e consequentes patrimônios culturais materiais e imateriais, no caso de Santa Catarina, o Dossiê foi construído apenas pelo IPHAN e, por algum motivo, o Conselho do IPHAN entendeu que naquela proposta de Roteiros de Imigração caberia também a institucionalização chancela. Hoje, o IPHAN/SC procura desenvolver as parcerias com as prefeituras municipais e fundação estadual para efetivar o trabalho de chancela, com bastante dificuldade de diálogo, como foi apontado pela superintendente do IPHAN de Santa Catarina numa mesa redonda realizada em 2014, no evento sobre Paisagem e Patrimônio realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.¹⁷

Existe também uma série de trabalhos que estão sendo desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, que envolvem discussões entre territorialidade, patrimônio histórico, paisagem e turismo. Dentre eles, Almeida (2010, 2013a, 2013b) e Castriota (2009), que desenvolvem pesquisas e estudos de caso nos quais o aspecto cultural torna-se o embasamento principal para a estruturação dos estudos de patrimônio e paisagem associados como elementos-chaves de suas pesquisas.

Almeida (2010), ao expor seu trabalho sobre uma comunidade quilombola do nordeste goiano, desenvolve e explora relações entre os conceitos de território, cultura e patrimônio histórico. Neste trabalho especificamente, a autora expõe as relações entre território, identidade e patrimônio utilizando, para tanto, alguns autores e conceitos que constroem esta relação (como Giménez (2000), na conceituação de território, e Bonnemaïson (1981), para caracterização de geossímbolos e pela forma de uso e territorialidade dos quilombolas), e que justificam aquele território como sendo um patrimônio cultural. “Pode-se, pois, afirmar que a identidade cultural

¹⁷ 3º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Desafios e perspectivas. Mesa redonda realizada no dia 19/07/2014.

Kalunga vai dar sentido ao território e definir as territorialidades. A territorialidade define uma relação individual ou coletiva ao território e se apoia sobre as paisagens” (ALMEIDA, 2010, p. 10). Existem alguns conflitos, interesses contraditórios entre diversos atores sociais sobre este território que a autora cita como ameaças à constituição legal do mesmo, que precisam ser superados para garantia de preservação daquela identidade e daquela paisagem.

Em outros dois trabalhos de Almeida (2013a, 2013b), de cunho mais teórico, as temáticas sobre cultura, paisagem e patrimônio cultural e turismo são retomadas e aprofundadas nesta discussão: “A paisagem e o território são dimensões marcadas por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade que ativam a memória e situam os grupos definindo suas identidades” (ALMEIDA, 2013b, p. 417). A autora propõe-se a discutir, nesses trabalhos, a manifestação geográfica da cultura na paisagem e no patrimônio dentro da concepção, assim denominada por ela, da Geografia Humanista e Cultural, embasando-se na visão de autores como Beringuier (1991), Cosgrove (1998a, 1998b), Di Méo (2001), Andreotti (2008), entre outros. “Paisagens e territórios são produtos e produtores da natureza social e cultural das sociedades” (ALMEIDA, 2013b, p. 437). Existem, pois, características subjetivas que permeiam as paisagens culturais. Por isso, tendo essas questões simbólicas e materiais atreladas, é necessário discutir-se simultaneamente com o patrimônio cultural.

Seus trabalhos são, como diz a própria autora, desenvolvidos sob o ponto de vista da Geografia Cultural, propondo-se uma visão mais humanista de leitura do espaço, ou seja, procura considerar como os homens criam os territórios e paisagens, como atribuem um significado e lhes dão sentido. É apreender que no espaço a materialidade tangível está banhada de elementos imateriais e intangíveis.

Castriota (2009) também acredita ser a “paisagem cultural” uma das ideias inovadoras desenvolvidas pela UNESCO, a qual permite ampliar o conceito de patrimônio. É possível, com esta “ferramenta” combinar os aspectos materiais e imateriais do patrimônio (a objetividade e subjetividade), destacando as interações significativas entre o homem e o meio ambiente, podendo com isso “ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos e permitindo leituras que compreendam justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas” (CASTRIOTA, 2009, p. 259). Nessa direção, o autor desenvolveu uma pesquisa sobre a cidade de Serro, em Minas

Gerais, que possui sua economia voltada para a agricultura desde sua fundação e um conjunto urbano tombado pelo IPHAN próximo de elementos naturais excepcionais, como sítios arqueológicos, áreas de mata e outros aspectos imateriais elencados, de cunho religioso e culinário, como o queijo do serro, também Registrado pelo IPHAN em 2008. Castriota (2009) apresenta uma peculiaridade ainda não exaltada pelos órgãos de preservação cultural e ambiental, que é o aspecto da agricultura: além de manter a tradicionalidade da agricultura familiar, em Serro, encontra-se a denominada “agricultura urbana” realizada em pequenas áreas dentro da cidade ou no seu entorno imediato, além de outras peculiaridades relacionadas ao que eles produzem, uso de sementes crioulas, que conferem um patrimônio genético diferenciado. Neste caso, através da criação de um Conselho Gestor, que conta com a participação de representantes da sociedade civil e órgãos públicos como prefeitura, UFMG, Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS), criaram um plano de revitalização da paisagem cultural do Serro, que envolve reabilitação da paisagem, fortalecimento econômico, fortalecimento institucional e um programa de salvaguarda das práticas, conhecimentos e técnicas tradicionais relativas ao cultivo, preparo e conservação dos alimentos e plantas medicinais. O plano será gerido e implantado com o apoio de um escritório técnico que foi montado na cidade. Para Castriota (2009), este é um exemplo onde as conjugações econômicas, sociais, culturais e ecológicas comprovam a potencialidade que a proposta de paisagem cultural traz como instrumento inovador de preservação e sustentabilidade.

Além disso, Sahr (2010) publica uma obra como um dos produtos do seu grupo de pesquisa denominado Cultura e Turismo nos Campos Gerais do Paraná (CGCulTur), pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Nesta obra, quatro pesquisas são apresentadas, resultados de trabalhos acadêmicos, todos sobre as temáticas de identidade cultural, paisagem e patrimônio cultural associados, de maneira a formar o que a autora denomina de “paisagem de produção e vivência”. Nestes, evidencia-se que os aspectos econômicos e culturais produzem a paisagem, ou “paisagem texto”, e, também, onde a narrativa ambiental volta-se para o turismo, criando paisagens de ambientes, ações e significados. “A paisagem representa o eixo indutor das análises que percorrem estes estudos [...], não é apenas um cenário natural em que o homem age e interage, mas sim um conjunto desses processos que se constituem como um patrimônio” (SAHR, 2010, p. 13). Estes estudos, conforme a autora, demonstram como o ambiente pode se configurar, seja por processos mais

“endógenos”, como no caso dos faxinais, e/ou mais “exógenos”, como no caso das colônias rurais étnicas, processos estes também possíveis de ser identificados no ambiente urbano e regional, os quais “ganham suas feições por meio desta dialética entre o endógeno e o exógeno” (2010, p. 15). O primeiro estudo de caso envolve uma pesquisa sobre uma colônia agrícola criada e ocupada por diversas etnias, no município de Mallet, sul do estado do Paraná. O segundo estudo é referente aos chamados faxinais, comunidades tradicionais que mesclam características caboclas e ucranianas e se sustentam por meio de um ambientalismo particular. A terceira pesquisa constitui um estudo sobre diretrizes para salvaguarda de patrimônio arquitetônico em Ponta Grossa, e o último estudo de caso volta-se para a história do sistema de transportes na região, desde o tropeirismo, passando pelo sistema fluvial, ferroviário até o sistema rodoviário.

Esses e outros trabalhos exemplificam como o estudo de paisagem associada à ideia de patrimônio cultural é uma proposta já bastante discutida e amadurecida no meio acadêmico, seja nacional ou internacionalmente. Também, esses trabalhos demonstram algumas posições diferenciadas, de cunho epistemológico, os quais podem passar, a princípio, despercebidas, por serem vistas aqui muito superficialmente, mas que geram resultados, produtos diferenciados, mesmo que tratassem do mesmo objeto de estudo.

Nigro (2010) aponta esses estudos como participantes de uma nova tendência, análises sobre intersecção entre o Patrimônio Cultural e a Geografia. Cita o trabalho de Graham, Ashworth e Tunbridge (2000), onde propõem uma Geografia do Patrimônio (*Geography of Heritage*), em função de três características analisadas: a primeira, que o patrimônio tem uma dimensão espacial (material ou imaterial, ocorre em algum lugar); a segunda, que o patrimônio tem contribuído para a “afirmação de processos de identificação individuais ou coletivas” (2010, p. 69), sendo de interesse da Geografia Cultural e Histórica contemporânea porque atenta para as questões relacionadas à significação, representação e identidade: “à Geografia interessa considerar o patrimônio como campo de tensões sociais e assim revelar como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso tem no presente e na construção das relações de pertencimento” (NIGRO, 2010, p. 59). A terceira característica é a visão de que o patrimônio, além de ser um bem cultural, é também um bem econômico, pois possui usos e funções (ou não, haja vista que muitos estão

abandonados), que têm sido objeto de conflito de interesses entre diversos grupos sociais.

Em todos os casos apresentados, estudou-se a paisagem como produto e/ou condicionante da ação e interação de diversos grupos sociais ao longo de um processo histórico, de acordo com a base epistemológica defendida por cada um. Alguns autores compreendem a paisagem e o espaço como produto social, exclusivamente; outros como representação ou mediação entre o homem e o objeto (a natureza). Seja por meio do trabalho, seja pelas significações espirituais que lhes foram dadas, essas análises incluem aspectos simbólicos, culturais ou subjetivos das paisagens, os quais eram antes, pelas outras abordagens geográficas, relegadas a um segundo plano ou simplesmente ignoradas e que agora tornam a ser estudadas e valorizadas. Por isso, receberam a denominação de paisagens culturais. A Geografia Cultural aborda, além de estudos sobre paisagens culturais, outros aspectos, como festas tradicionais, estudos étnicos territoriais, a religião, etc.

Dessa feita, para a Geografia Cultural, a importância de uma área de estudo está na identificação destes e outros aspectos culturais com o intuito sempre de ampliar os conhecimentos sobre o mundo, para o desenvolvimento da ciência de uma maneira geral. Já o IPHAN ou a UNESCO, partindo deste conhecimento científico, propõem identificar, através de uma proposta “hierárquica ou seletiva”, aquelas paisagens culturais que se destacam de outras por conter determinadas características como uma especificidade histórica, ambiental, artística, monumental, etc., associadas ou não, que poderiam ser consideradas como representativas de uma identidade nacional com o intuito de desenvolver políticas de salvaguarda e proteção para preservação, lembrando aqui a discussão inicial apresentada por Gomes (1996), sobre a criação do discurso de identidade nacional associado ao de cidadania para fortalecimento do conceito de Estado-nação.

Tanto nas propostas acadêmicas como naquelas desenvolvidas pelo IPHAN (em parceria ou não com as demais instituições governamentais e civis), a discussão sobre a pertinência de uma paisagem cultural passa pela análise do espaço geográfico e social. Todos esses exemplos envolvem sempre grandes áreas territoriais e diversos aspectos físicos, morfológicos, históricos, sociais, ambientais, etc., necessitando de um grande contingente de especialistas de diferentes áreas. Mas, a impressão que se tem, é que os trabalhos do IPHAN parecem ir além da escala

da paisagem e de território e chegam a uma escala que se aproxima do que se denominaria região.¹⁸

A abordagem espacial e teórica para paisagem cultural que se propõe aqui é aquela cuja dimensão e escala sejam compreendidas e experienciadas pelo sujeito que ali vive, ou seja, que produz cotidianamente suas relações sociais, conhece e/ou participa dos seus espaços simbólicos e percorre suas conexões, caminhos, numa relação de domínio e territorialidade espacial. Dessa forma, esta abordagem também caberia na ação de reconhecimento em áreas como centros históricos e seus entornos naturais e/ou construídos, áreas de ocupação de comunidades tradicionais, áreas ambientais ou rurais onde houvesse possibilidade de se perceber e vivenciar a experiência do lugar e seu cotidiano.

1.3 PAISAGEM CULTURAL PELA GEOGRAFIA DAS REPRESENTAÇÕES

Para o desenvolvimento desta pesquisa, parte-se do entendimento de que tanto o espaço como a paisagem são categorias geográficas de análise criadas pelo homem para compreensão da disposição das coisas e suas relações no mundo, cujas formas, sentidos e significados advêm dos valores e práticas de uma sociedade. Em outras palavras, estas categorias posicionam-se como instrumentos mediadores para explicar a realidade, para “representar” a realidade que o homem consegue apreender com seu conhecimento, o qual está sempre em construção, fazendo novas descobertas.

Assim, o homem compreende o meio mediante estas “lentes da representação”. Considerar-se-á, portanto, que tanto o espaço como a paisagem são representações, adotando-se a interpretação do filósofo Henri Lefebvre, que construiu a tríade: o representante – o representado – a representação. A representação entra como um terceiro termo, uma mediação entre o sujeito (representante) e o objeto (representado):

¹⁸ A região também é outra categoria geográfica, cuja área pode abranger diversos territórios e paisagens, estando relacionados sob algum aspecto em análise. A região é uma área dividida a partir de algum um critério específico, como, por exemplo: região industrial, região agrícola, região administrativa, etc. Para mais informações, é possível pesquisar em: CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981. Em LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999, verifica-se este mesmo conceito de região.

[...] Entre os filósofos, talvez seja Hegel quem elaborou uma teoria mais sutil das representações. Tanto para ele como para Spinoza, mas de outro modo, a representação é uma etapa, um nível, um momento do conhecimento. É preciso passar por ela, para sair e dela superá-la (LEFEBVRE, 2006 [1980], p. 23-24, tradução nossa).

[...] Infelizmente, a exposição de Hegel não dá conta do poder das representações. No entanto, não se pode negar que os filósofos trazem algo que é essencial para a teoria das representações e suas problemáticas. Não, **o ser e o conhecimento** não são coincidentes como Descartes quis provar. Sim, há em algum lugar uma falha, uma ruptura [...] que distancia o **pensamento do ser**, o que dificulta a definição do verdadeiro e do falso. Foi o que perceberam alguns pré-socráticos. Esta distância separa a mediação da imediação (Hegel), o sujeito do objeto (linha cartesiana apesar dos esforços de Descartes), a vida espontânea da vida reflexiva, o humano da animalidade, a linguagem do real, o espírito do corpo, o desejo da coisa, o consciente do inconsciente (escola freudiana), etc. Acrescentemos a presença da ausência. O qual gera um intervalo entre eles. Há várias versões acerca deste distanciamento. A versão otimista declara que permite à história e à educação o preenchimento deste espaço, deste abismo entre o ser e o código que o decifra. [...] A versão pessimista declara que o abismo não pode nem preencher-se nem se salvar-se. A contemplação do abismo e os calafrios mortais ocupam o filósofo. Reinam irremediavelmente **a ausência** e a sombra. [...] A **presença** aproxima, mas nunca se alcança. A representação decepciona e remete, tanto aqui como lá, sem trégua, sem outra solução que a de continuidade (LEFEBVRE, 2006 [1980], p. 24-25, tradução nossa).

A Representação entra violentamente na filosofia, superpondo uma **tríade - o representado, o representante e a representação à díade - significante e significado, sujeito e objeto**. Mas a representação não fica por isso definida (LEFEBVRE, 2006 [1980], p. 32, grifo nosso, tradução nossa).¹⁹

Lefebvre (1974, p. 45) afirma que a ideologia e o conhecimento são conceitos contidos num conceito mais amplo, o de representação. Nesta obra, o pesquisador

¹⁹ Texto original: "Entre los filósofos, quizá sea Hegel quien elaboró la teoría más sutil de las representaciones. Para él como para Spinoza, pero de otro modo, la representación es una etapa, un nivel, un momento del conocimiento. Es preciso pasar por ella, para salir de ella superando-la." [...] Por desgracia, esta exposición de Hegel no da bien cuenta del poder de las representaciones. Sin embargo, nadie puede negar que los filósofos aportan algo esencial a la teoría de las representaciones y a su problemática. No, el ser y el cognoscente no coinciden como Descartes trató de probarlo. Sí, hay en algún lugar una falla, una rotura, una ruptura, [...] que distancia el pensamiento del ser, cosa que dificulta la definición de lo verdadero y lo falso. Eso fue lo que percibieron algunos presocráticos. Esta distancia también separa la mediación de la inmediatez (Hegel) – el sujeto del objeto (línea cartesiana a pesar de los esfuerzos de Descartes) – la vida espontánea de la vida reflexiva, lo humano de la animalidad, el lenguaje de lo real, el espíritu del cuerpo, el deseo de la cosa, el consciente del inconsciente (escuela freudiana), etc. Añadamos la presencia de la ausencia. Lo cual engendra un intervalo, un entre. Circulan varias versiones de este desgarramiento. La versión optimista declara que permite a la vez la historia y la educación; esta doble actividad práctica ocuparía el hiato y se esforzaría por colmar el abismo, por salvar el puente entre el ser y el código que lo descifra. La versión pesimista declara que el abismo no puede ni colmarse ni salvarse. La contemplación del abismo y el escalofrío mortal ocupan al filósofo. Reinan irremediablemente la ausencia y la sombra y sin duda más allá de las palabras el silencio. [...] La presencia asedia pero nunca se alcanza. La representación decepciona y remite a su más acá así como a su más allá, sin tregua, sin otra solución más que de continuidad. [...] La *representación* entra violentamente en la filosofía, superponiendo una tríada (lo representado, el representante, la representación) a las díadas "significante-significado", "sujeto-objeto", etc. Sin embargo, la representación no ha quedado definida."

não aprofunda o conceito de representação, apenas apresenta-o como sendo o ideal para análise do espaço, tendo em vista que o mesmo é mais amplo que os demais. Mas, em sua obra posterior, “La presencia y La ausencia”, ele retoma e aprofunda o conceito de representação, além de fazer algumas conexões com a categoria espaço, como se estivesse referenciando/complementando sua obra anterior, para explicar as terminologias – espaço de representação e representações do espaço. Ele assim escreve:

Poder-se-ia definir, neste horizonte, um mundo de representações, este mundo que se instala na época moderna, que substitui pouco a pouco o mundo anterior, composto de mitos, símbolos e lendas sobre as origens? Sim, com tal precisão que se trata também de um espaço, um espaço das representações, povoados de objetos, projetos e trajetos, aos quais se vinculam as representações e que formam parte do representado. Este espaço de representações, ou seja de ações virtuais ou em curso, difere das representações do espaço, construídas a partir de um saber e de uma lógica que implicam nas aquisições das matemáticas, técnicas, etc. A distinção entre o espaço das representações e das representações do espaço é muito mais antiga que a época moderna. Na Idade Média, o espaço figurado em nome da religião cristã difere do espaço das navegações. Houve, entretanto, entre estes dois espaços uma lacuna. E na época moderna tendem a se aproximar. No entanto, o espaço das representações tal como foi definido é mais agitado, povoado que as representações do espaço, em geral frias (LEFEBVRE, 2006, p. 62, tradução nossa).²⁰

Gil Filho (2005), também, ao discorrer sobre a Geografia das Representações, inicia seu discurso afirmando que a representação é “uma forma de conhecimento. Mesmo que o tempo e o espaço gerem determinadas formas de representação, é na dualidade sujeito-objeto que reside o denominador comum que pode conceber toda forma de representação” (2005, p. 51). Existe, portanto, também para ele, um terceiro elemento - a representação, criada a partir da relação sujeito-objeto.

²⁰ Texto original: “Podría definir-se, en este horizonte, un mundo de representaciones, ese mundo que se instala en la época moderna, ese mundo que sustituye poco a poco en la época moderna al mundo anterior, compuesto de mitos, de símbolos, de leyendas sobre los orígenes? Sí, con tal de precisar que se trata también de un espacio, y más exactamente de un espacio de las representaciones, poblado de objetos, de proyectos y de trayectos, a los cuales se vinculan las representaciones y que forman parte de lo representado. Este espacio de representaciones, o sea de acciones virtuales o bien en curso, difiere de las representaciones del espacio, construidas a partir de un saber y de una lógica, que implican las adquisiciones de las matemáticas, de las técnicas, etc. La distinción entre el espacio de las representaciones y las representaciones del espacio es mucho más antigua que la época moderna. Así, en la Edad Media el espacio figurado en nombre de la religión cristiana difiere del espacio de los navegantes. Hubo antaño entre esos dos espacios un desfase singular. En la época moderna, tienden a acercarse. Sin embargo, el espacio de las representaciones tal como fue definido es más agitado, más poblado que las representaciones del espacio, por lo general frías.”

O mesmo autor, também, interpreta o espaço e a paisagem como elementos ou conceitos representacionais, integrantes deste “denominador comum”. Para justificar esta afirmativa, relaciona a compreensão do conceito de espaço com a compreensão do mundo e do ser. O “existir” pressupõe estar/ocupar um espaço, o qual não é homogêneo e constitui a base para as práticas sociais. Dessa maneira, o mundo ou a realidade está subdividida em duas esferas: a fenomênica presencial e a das representações: a esfera presencial “é a esfera da coisa em si, do mundo dos significantes, a semelhança do conceito de lefebvriano de prática espacial” (GIL FILHO, 2005, p. 53-54). E a esfera das representações “é esfera das coisas para si, da instância das propriedades do objeto, o reino simbólico” (2005, p. 54). Por isso o pesquisador propõe uma “análise da morfologia simbólica da paisagem”:

A partir de uma teorização das formas simbólicas, apontamos para a análise morfológica dos objetos materiais e ideais modelados enquanto representações. Non sequitur, a paisagem continua como core área da cultura. Quando articulamos as paisagens, historicamente consideradas como fruto do processo de modelização simbólica, em uma totalidade estrutural ampla, constituímos o espaço. O espaço como realidade relacional emerge a partir da articulação social entre pessoas e objetos. Essa relação é marcada por um processo de modelagem simbólica no plano do conhecimento, num determinado meio (GIL FILHO, 2005, p. 54).

Desta feita, o espaço e a paisagem entram neste denominador comum, a mediação entre sujeito-objeto ou adotando a conceituação de Lefebvre - representante (sujeito) - representação (espaço e paisagem) – representado (objeto). Este entendimento também permite concluir que análise da paisagem deve ser realizada concomitantemente à análise do espaço, num movimento dialético entre estas duas escalas: local e global, onde uma explica a outra, uma interage e complementa a outra.

Em alguns momentos de sua obra, Lefebvre (1974, p. 97) faz referência à paisagem igualando-a a um monumento, no sentido de que ela (a paisagem) é produto de uma “capacidade criadora”, que advém de uma comunidade ou coletividade, e que remete a um “processo significante”, com forças produtivas, técnicas e conhecimento. Existe uma relação entre estas categorias, de maneira que a compreensão de uma paisagem depende da compreensão do espaço: “Seria completamente insuficiente, para conhecer o espaço, descrever as paisagens rurais, depois as industriais, depois uma espacialidade urbana. A passagem de uma a outro é essencial” (LEFEBVRE, 1974, p. 137, tradução nossa).

Assim sendo, busca-se desenvolver, por meio da concepção do “espaço social” lefebvriano, um método de análise de reconhecimento de espaços, arquiteturas e práticas sociais que produzam uma paisagem “representativa de um determinado grupo social”, a qual teria todos os atributos necessários para ser também reconhecida como paisagem cultural na visão de “patrimônio cultural” do IPHAN; um método de análise que explicita mais as relações sociais e seus espaços simbólicos, a vida das pessoas em suas atividades cotidianas no meio em que vivem, abordando a escala local e a paisagem resultante deste processo. Acredita-se que um bem, arquitetura, sítio urbano ou paisagístico deve receber um título (representativo) de patrimônio cultural nacional ou mundial por ser importante não só para os agentes promovedores do espaço que criam as Representações do Espaço, mas porque aquela arquitetura, sítio ou paisagem tem uma importância simbólica e/ou cultural para quem nela vive, ou seja, é um Espaço de Representação.

Lefebvre (1974, p. 133, tradução nossa), ao explicar que os conceitos de nação e de nacionalismo “se desenvolvem num espaço mental que o pensamento acaba por identificar como espaço real, o da prática social e política, ao passo que dele oferece apenas uma representação, ela própria submetida a uma representação do tempo histórico”²¹, permite situar da mesma maneira sobre os conceitos de espaço (social), paisagem e patrimônio cultural. São construídos no nível mental (pelas classes dominantes de poder econômico e intelectual) e passam a se tornar “reais” pela prática política e social, mas não um espaço real e, sim, uma representação, que está sujeita a alterações ao longo da história social. É o caso do próprio conceito de patrimônio cultural, inicialmente limitado à compreensão de elementos e conjuntos materiais, para, posteriormente, ser ampliado para composições materiais e imateriais.

Por isso, para Lefebvre, a representação oscila entre a presença e a ausência, sendo que “a presença aproxima (do real), mas nunca se alcança. A representação decepciona e remete, tanto aqui como lá, sem trégua, sem outra solução que a de continuidade” (LEFEBVRE, 2006 [1980], p. 24-25). Porém, de qualquer maneira, é a forma (limitada) de cada indivíduo ver e compreender o mundo que oscila entre a

²¹ Texto original: “Les concepts se développent dans un espace mental, que la pensée finit par identifier à l’espace réel, celui de la pratique sociale et politique, alors qu’il n’en donne qu’une représentation du temps historique.”

“visão fenomênica presencial (mundo reificado) a das representações” (GIL FILHO, 2005, p. 57), como já foi explicitado anteriormente.

Em outras palavras, como Lefebvre mesmo defende, uma realidade não pode ser só verdadeira ou só falsa, mas existe sempre uma terceira possibilidade que permite a retomada da discussão daquela realidade inicialmente posta; desse modo, os conceitos são sempre reestruturados no nível mental, contudo lembrando-se sempre que sua discussão parte de uma prática social, da observação e experimentação da vida, em suas práticas cotidianas, diárias, efêmeras. Este tema será aprofundado no próximo capítulo, buscando-se compreender o pensamento de Lefebvre sobre o espaço social, cuja discussão relaciona-se com a forma como esse filósofo compreende a existência humana e sua relação de espacialidade com o mundo e consigo mesmo.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR HENRI LEFEBVRE: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO ESPAÇO SOCIAL E SEU DESDOBRAMENTO SOBRE OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO COMO PAISAGEM CULTURAL

“Seria completamente insuficiente, para conhecer o espaço, descrever as paisagens rurais, depois as industriais, depois uma espacialidade urbana. A passagem de uma a outro é essencial” (LEFEBVRE, 1974, p. 137, tradução nossa).²²

A proposta teórica de Lefebvre vem sendo bastante discutida, nestas últimas décadas, entre diversos pesquisadores estrangeiros e brasileiros; dentre os quais, podem-se citar Hess (1988), Soja (1996), Schmid (2005[2003])²³, Martins (1996), Damiani (1999, 2001) Carlos (2004) e Machado (2008). Após a tradução de algumas obras deste filósofo para o português, seu pensamento tem sido mais difundido principalmente em suas discussões sobre o espaço e a cidade, que são muito contemporâneas às situações vivenciadas atualmente no contexto da urbanização e globalização.

Para compreender a teoria sobre o espaço de Lefebvre, sobretudo no que se refere à sua obra “La production de l’espace” (1974), em consonância com Soja (1996) e Marques e Barreto (2012), é necessário entender um pouco seu conceito específico de dialética, pois irá repercutir na compreensão do conceito de representação e na sua teoria sobre a vida cotidiana. Este filósofo busca, através de suas análises da vida prática, realizar proposições que vão sempre além da filosofia e da teoria, como será possível verificar em algumas colocações destacadas neste trabalho.

A visão de Lefebvre (1974) sobre sua compreensão de espaço social e, especialmente, a identificação dos “espaços de representação ou espaço vivido” apontam para um caminho em que é possível delimitar e caracterizar áreas que constituem uma paisagem cultural, seja nos termos propostos pela Geografia como também pelos órgãos de preservação cultural (por ser representativa de uma identidade social pela sua importância simbólica e/ou cultural para aquele grupo de moradores e usuários), sendo, portanto, passíveis de receber a chancela da paisagem

²² Texto original: “Il serait complètement insuffisant, pour connaître l'espace, de décrire des paysages ruraux, puis des paysages industriels, puis une spatialité urbaine. Le passage de l'une à l'autre est essentiel.”

²³ Em 2003, ele recebeu seu Ph.D. da Universidade Friedrich Schiller de Jena pela tese “Stadt, Raum und Gesellschaft: Henri Lefebvre und die Theorie der Produktion des Raumes” (Cidade, espaço e sociedade - Henri Lefebvre e a teoria da produção do espaço, tradução nossa).

cultural. Assim, este capítulo inicia-se pela compreensão do pensamento dialético de Lefebvre (sua base filosófica), para em seguida relacioná-lo ao seu entendimento sobre o conceito de representação, que repercutirá na sua dialética espacial proposta. A evidência destes pontos torna-se essencial para a construção da proposta desta tese, que encontra, no Espaço de Representação, todas as características que estruturam uma paisagem cultural.

2.1 O PENSAMENTO DIALÉTICO TRIDIMENSIONAL DE LEFEBVRE E SUA RELAÇÃO COM O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

Pensar dialeticamente é entender que a realidade humana é marcada por contradições e que somente pode ser compreendida quando se entende estas contradições. Marques e Barreto (2012) explicam que Lefebvre desenvolveu sua teoria dialética ao longo de diversas obras, construindo, modificando e enriquecendo-a, numa trajetória que começou com “La conscience Mystifiée” (1936), continuando em “O Materialismo Dialético” (1939), “Lógica Formal, Lógica Dialética” (1947), “Métaphilosophie” (1965), “La production de L’espace” (1974), “La Présence et L’absence” (1980) e ainda em “Retour de la Dialéctique” (1986).

No pensar cartesiano, não existe uma realidade que contenha verdades e falsidades ao mesmo tempo. No entendimento lefebvriano, esta possibilidade existe, pois uma realidade não pode ser só verdadeira ou só falsa. Uma proposição possui conteúdos verdadeiros, falsos e uma terceira possibilidade – uma contradição, que envolve os outros dois e conduz à transcendência, à transformação da teoria inicial. Esta contradição, quando suprimida (no sentido de aperfeiçoar, mas não chegar a uma verdade definitiva), alcança uma transformação que ainda assim contém uma parte preservada e outra adicionada e desenvolvida. A interpretação de Soja (1996) sobre Lefebvre confirma que há sempre “a terceira possibilidade [...], que deriva de uma desordem, desconstrução e tentativa de reconstituição de uma presumida totalidade, produzindo uma alternativa aberta que é ao mesmo tempo similar e contundentemente diferente” (SOJA, 1996, p. 60-61, tradução nossa).²⁴

²⁴ Texto original: “[...] a third possibility [...] that derives from a disordering, deconstruction, and tentative reconstitution of their presumed totalization producing an open alternative that is both similar and strikingly different.”

Pode-se, então, relacionar seu pensamento dialético tridimensional sobre a realidade humana com o seu conceito de representação. Assim como uma realidade ou teoria contém verdades, erros e uma terceira possibilidade, que permite sua transcendência para reconstrução dessa realidade, da mesma forma também é a representação, que contém verdades (ou presenças), erros (ausências) e contradições que possibilitam a transcendência para a aproximação da verdade. A representação aproxima o sujeito da realidade, da presença, da compreensão do objeto, mas, pelo fato de que ainda não se consegue conhecê-lo completamente (por ainda haver ausências e contradições), nunca é uma presença total, a verdade total sobre o objeto.

Lefebvre (1974) considera a representação um “fenômeno da consciência”, seja individual ou coletivo, que acompanha (temporariamente) uma sociedade e conceitua um dado objeto ou conjunto de objetos, como, por exemplo, uma arquitetura pode representar uma sociedade, uma curva pode representar um fenômeno físico ou ainda uma paisagem representar um espaço produzido e apropriado por um determinado grupo social:

[...] O modo de existência das representações só é concebido tomando-se em conta as condições de existência deste ou daquele grupo ou classe. Procedem de uma conjuntura de forças em uma estrutura social em que existem grupos, castas, classes, mas se dirigem a toda a sociedade, representam a figura, a imagem que um grupo (casta ou classe) dá de si, umas vezes para os outros, outras para si, sem que uma coisa exclua a outra. Os *dominados* (sexo, idade, grupo, país...) não têm outra solução que aceitar as imagens impostas pelos dominantes e reproduzi-las interiorizando-as, não sem desviá-las segundo a força de um protesto contra quem as produz. Os dominantes acentuam certas características naturais (fragilidade física das mulheres, das etnias subordinadas, etc.) os convertem em uma definição de caráter ‘definitivo’. Assim se obtém uma imagem que perpetua a dominação. O que está em jogo não é somente o econômico, as finalidades e os interesses se dissimulam. As representações ampliam, transpõem certas ‘realidades’. Formam parte de uma estratégia inconsciente. Nascem como símbolos no imaginário e se fortalecem tornando-se naturais, quase instituídas (LEFEBVRE, 2006 [1980], p. 66, tradução nossa).²⁵

²⁵ Texto original: [...] El modo de existencia de las representaciones solo se concibe tomando en cuenta las condiciones de existencia de tal o cual grupo, pueblo o clase. Proceden de una coyuntura o conjunción de fuerzas en una estructura social en que existen grupos, castas, clases, pero se dirigen a toda la sociedad; representan la figura, la imagen que un grupo (o casta, o clase) da de sí, unas veces para los demás, otras veces para sí, sin que una cosa excluya la otra. Los *dominados* (sexo, edad, grupo, clase, país) no tienen más remedio que aceptar las imágenes impuestas por los dominantes y reproducirlas interiorizándolas, no sin desviarlas según la fuerza de la protesta y enderezaras contra quienes las producen. Los dominantes, acentúan do ciertos rasgos naturales (particularidades del sexo en las mujeres, del cuerpo o del comportamiento en las etnias subordinadas), los convierten en una definición de carácter ‘definitivo’. Así se logra ofrecer, sin “mentir” particularmente, una imagen que perpetúa la dominación. Lo que está en juego no es única y simplemente económico; las finalidades y los intereses se disimulan; si aparecen en su verdad,

Fica claro, a partir desse trecho que explica o conceito de representação, por que Lefebvre utiliza os termos “espaços de representação”, “representações do espaço” conjugados com as “práticas sociais”. O filósofo propõe uma relação direta entre este conceito – representação (como a sociedade interage) - com a produção espacial, seja uma praça, um bairro, uma cidade ou território. Por meio das representações, o mundo (espaço físico) é criado, produzido e reproduzido.

Lefebvre constrói sua dialética baseada numa crítica sobre o pensamento social de Hegel (que não poderia ser aplicada à realidade, pois, para Hegel, a dialética só acontece ao nível do pensamento), com base na prática social de Marx (processo material da produção social) e no ato poético e criativo de Nietzsche.

De uma forma muito simplista, a primeira dialética de Lefebvre, que é a “dialética do ser ou da realidade social”, emerge da análise e combinação de pensamentos destes três filósofos alemães. Marques e Barreto (2012, p. 95) explicitam:

Assim, Lefebvre desenvolve uma figura tridimensional da realidade social. A prática social material tomada como ponto de partida da vida e da análise constitui o primeiro momento. Ela permanece em contradição com o segundo momento: conhecimento, linguagem e palavra escrita, compreendidos por Lefebvre como abstração, como poder concreto e como compulsão ou constrangimento. O terceiro momento envolve a poesia e desejo como forma de transcendência que ajudam o devir a prevalecer sobre a morte. [...] Dessa maneira, uma figura dialética tridimensional emerge em que os três momentos são dialeticamente conectados: prática social material (Marx); linguagem e pensamento (Hegel); e o ato criativo, poético (Nietzsche).

Esta “dialética do ser” é a primeira derivação do pensamento dialético de Lefebvre e que foi sintetizada por Soja (1996) e Marques e Barreto (2012). Também denominada de “dialética ontológica”, é formada pelos termos Espacialidade - Historicidade - Sociabilidade, assim denominados por Soja (1996, p. 70), que propõe explicar como organizar o mundo para compreendê-lo, “uma imagem crua do início da natureza social, da existência humana e também da pesquisa pelo conhecimento e compreensão prática”. Marques e Barreto (2012) identificam esta mesma dialética utilizando, no entanto, os mesmos termos de Lefebvre: espaço, tempo e sociedade. Assim, para analisar o espaço social, deve-se incluir, de acordo com Lefebvre, outro elemento ou categoria também criada pelo homem e que é o tempo. Estes se

fracan. Las representaciones amplifican, desplazan, transponen ciertas ‘realidades’. Nacen como símbolos en lo imaginario y se fortalecen volviéndose corrientes, casi instituidas.”

complementam, relacionam-se: “O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. Tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica, o processo histórico da produção social” (MARQUES; BARRETO, 2012, p. 91). Estas categorias são variáveis de acordo com a interpretação de cada sociedade, como o próprio Lefebvre exemplifica ao comparar a espacialidade das sociedades feudais e pré-capitalistas.

Estes pesquisadores salientam que Lefebvre defende sua dialética fazendo uma dura crítica à predominância de uma relação bilateral que prevalecia na ciência, que ele denominou de “dupla ilusão”, pois privilegiava a relação historicidade e sociabilidade, deixando a espacialidade em segundo plano. Os três termos contêm uns aos outros, não há como compreendê-los plenamente isolando-se um do outro, “não podem com sucesso ser entendidos isoladamente ou epistemologicamente estudados e conceituados desta forma, em disciplinas compartimentadas”. (SOJA, 1996, p. 72, tradução nossa).

Assim, conforme o mesmo autor, tem-se formada a primeira tríade de Lefebvre:

Todas as excursões no Terceiro espaço começam com esta reestruturação ontológica, com a pressuposição que o princípio do mundo, o estar de Heidegger e de Sartre, é existencialmente definido como início simultâneo do histórico, social e espacial. Nós estamos inicialmente e sempre ‘no início’ histórico-social-espacial, participando individualmente e coletivamente na construção/produção – o começo - das histórias, geografias, sociedades. A nossa historicidade essencial e sociabilidade têm sido reconhecidos em todas as ciências humanas. O projeto iniciou com Lefebvre em 1960, e só agora começa a ser compreendido e realizado, era nada menos do que reafirmar a espacialidade igualmente existencial da vida em um dialética equilibrada, que varia de ontologia através de uma consciência e praxis que também são simultaneamente e pressupostamente social, histórico e espacial (SOJA, 1996, p. 73, grifos do autor, tradução nossa).²⁶

Como, para Lefebvre, espaço e tempo são resultados e pré-condição da produção da sociedade, cada sociedade produz um espaço com suas especificidades. Lefebvre, assim, afirma: “O espaço contém certas representações dessa tripla

²⁶ Texto original: “All excursions into Thirdspace begin with this ontological restructuring, with the presupposition that being-in-the-world, Heidegger’s Dasein, Sartre’s être-là, is existentially definable as being simultaneously historical, social, and spatial. We are first and always historical-social-spatial being, actively participating individually and collectively in the construction/production - the ‘becoming’ - of histories, geographies, societies. Our essential historicity and sociality have long been recognized in all the human sciences. The project begun by Lefebvre in the 1960s, and only now beginning to be understood and realized, was nothing less than to reassert the equally existential spatiality of life in a balanced trialectic that ranges from ontology and presuppositionally social, historical, and spatial.”

interferência de relações sociais. Pelas representações simbólicas, o espaço mantém relações sociais em estado de coexistência e coesão” (LEFEBVRE, 1974, p. 42, tradução nossa). A tripla interferência de relações sociais são a reprodução biológica, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção, as quais serão explicitadas mais adiante.

É no espaço social que se encontra a chave para a compreensão da (re)produção do homem em sociedade. O esforço de Lefebvre (1974) direciona-se, então, a alcançar um conhecimento propriamente do espaço, superando as análises que se focam mais sobre as coisas existentes no espaço ou as que se restringem apenas ao plano de um discurso espacial.

Esse conhecimento do espaço pode ser alcançado por meio de uma análise apontada por ele e constituída também por uma tríade. Assim, da primeira “dialética do ser” deriva a segunda dialética, que é a “dialética do espaço”, pois, utilizando-se das palavras de Soja (1986, p. 73), tal dialética explicita “como nós podemos obter conhecimento sobre nossa espacialidade existencial”.

2.2 A CONCEPÇÃO DE HENRI LEFEBVRE SOBRE O ESPAÇO

Marques e Barreto (2012) expõem muito bem que o foco da teoria de Lefebvre não é o espaço em si mesmo, mas a forma de análise do mesmo, ou seja, “o espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo” (MARQUES; BARRETO, 2012, p. 104).

A reflexão teórica que Lefebvre (1974) faz no início de sua obra, sobre o espaço, demonstra sua inquietação quanto à forma como o mesmo estava sendo caracterizado e conceituado, de maneira fragmentada e teórica, pelas diversas áreas científicas, seja a Matemática, a Física, a Arte, a Filosofia, etc. Estas ciências valorizavam esta forma de conhecimento sobre outras advindas da vida prática cotidiana. Desde a sua obra “Critique de la vie quotidienne” (1948), este filósofo já destacava como o desenvolvimento científico e filosófico da época apontava para a priorização do “homem teórico” ou “do conhecimento puro”, visão esta, segundo ele, reducionista, a qual tornava-se uma forma de poder e de instrumento de controle para uma classe dominante - o Estado e os grandes capitalistas. Esta visão gerava ainda

uma separação entre os termos constituintes do espaço, identificados por ele, como o mental, o físico e o social. Nesta obra, o autor busca justamente uma visão unificadora, uma teoria espacial globalizante, em que ele defende a necessidade de interconexão ou interação entre estes elementos e estas visões, a teórica e a prática.

Lefebvre demonstra, em seus trabalhos, uma preferência, ou melhor, um interesse pelo estudo da vida cotidiana. Para ele, que parecia buscar uma abordagem mais sociológica sobre os estudos marxistas, a análise do cotidiano revelava a construção da sociabilidade, mostrando o homem como um produto das relações sociais, nas suas lutas diárias de sobrevivência, afirmação e aceitação social, e não somente como pertencente a uma classe econômica submetida a um sistema econômico o qual incitava as lutas sociais. Lefebvre, na época (meados da década de 1940), criticou algumas abordagens marxistas clássicas que tinham um cunho predominantemente econômico.²⁷

Sua teoria central propõe que o espaço social é, antes de tudo, um produto social. Desta proposta, podem-se efetuar pelo menos dois desdobramentos conceituais: o primeiro refere-se ao termo espaço social e não somente espaço, pois, no seu entendimento, o espaço, em si, não existe, porque fica no nível do intelecto, do mental. Somente quando o mesmo está relacionado a uma realidade social, ao sujeito ou grupo social, é que ganha sentido, conotação, existência. Os lugares, as paisagens, a natureza, isto é, toda a materialidade, em si só, possui significado por estar relacionada à existência de grupos sociais que a utilizam, a categorizam, enfim, que dela se apropriam. O segundo desdobramento é a afirmativa de que espaço social é um produto social, ou seja, o espaço social “por si” não existe, ele é produzido pela própria sociedade, por isso ele é um produto social:

Que o espaço tenha tomado, no modo de produção atual e na ‘sociedade atual’, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, como ocorre no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital. [...] Especialmente que o espaço assim produzido serve também de instrumento ao pensamento, como a ação, ele é ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto de dominação e de poder – mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem. As forças sociais e políticas que o engendram tentam controlá-lo e não conseguem; aqueles mesmos que levam a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia impossível de dominar se esforçam para esgotá-lo, para fixá-lo e o subjugar. [...] Quando o espaço social deixa de se confundir com o espaço mental (definido pelos filósofos e matemáticos), com o espaço físico (definido

²⁷ Segundo Machado (2008), esta discussão iniciou-se basicamente na obra supracitada e publicada pela primeira vez em 1947, a “Critique de la Vie Quotidienne”.

pelo prático-sensível e pela percepção da 'natureza'), ele revela sua especificidade. Este espaço social não é uma coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), nem tão somente um vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas - que ele não se reduz a uma 'forma' imposta aos fenômenos, as coisas, à materialidade física, ele irá nos mostrar (LEFEBVRE, 1974, p. 35-36, tradução nossa).²⁸

Por isso Lefebvre construiu a segunda tríade – “Tríade do Espaço”, que, na verdade, como elucidam Marques e Barreto (2012, p. 91), “estão duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados”. A primeira, de abordagem linguística ou semiótica é composta pela “prática espacial” – “representações do espaço” e “espaços de representação”, e a segunda tríade, de abordagem fenomenológica, refere-se aos espaços: “percebido” - “concebido” - “vivido”.

Para Lefebvre (1974), essa tríade espacial jamais pode ser tomada como um modelo abstrato, distanciado da concretude da vida, sob pena de perder sua força teórica:

[...] A triplicidade: percebido-concebido-vivido (especialmente: prática do espaço-representação do espaço – espaços de representação) perde seu escopo se lhe é atribuído o estatuto de um 'modelo' abstrato. Ou ela agarra o concreto (e não o 'imediato'), ou ela tem importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras. (LEFEBVRE, 1974, p. 50, tradução nossa). [...] Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modos de produção), segundo as épocas. As relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido e o vivido – nunca são simples, nem estáveis, nem mais 'positivas', no sentido em que esse termo se oporia ao 'negativo', ao indecifrável, ao não dito, ao interdito, ao inconsciente. Esses momentos e suas conexões cambiantes são 'conscientes'? Sim, e, geralmente, ignorados. Pode-se declará-los inconscientes? Não, pois geralmente são ignorados e a análise os retira da sombra, com riscos e equívocos. Tais conexões, das quais sempre é preciso

²⁸ Texto original: “Que l'espace ait pris dans le mode de production actuel et dans la 'société en acte' telle qu'elle est, une sorte de réalité propre, au même titre et dans le même processus global que la marchandise, l'argent, le capital, mais de façon distincte, beaucoup de gens ne l'accepteront pas. [...] D'autant que l'espace ainsi produit sert aussi d'instrument à la pensée comme à l'action, qu'il est, em même temps qu'un moyen de production, um moyen de controle donc de domination et de puissance – mais qu'il échappe partiellement, em tant que tel, à ceux qui s'en servent. Les forces sociales et politiques (étatiques) qui l'engendrèrent tentent de le maîtriser et n'y parviennent pas; ceux-là mêmes qui poussent la réalité spatiale vers une sorte d'autonomie impossible à dominer s'efforcent de l'épuiser, de la fixer pour l'asservir. [...] Quand l'espace social cesse de se confondre avec l'espace mental (défini par les philosophes et les mathématiciens), avec l'espace physique (défini par le prático-sensível et la perception de la 'nature'), il révèle sa spécificité. Que cet espace social ne consiste pas em une collection de choses, em une somme de faits (sensibles), pas plus qu'em um vide rempli, comme um emballage, de matières diverses, - qu'il ne se réduise pas à une 'forme' imposée aux phénomènes, aux choses, à la matérialité physique, il va falloir le montrer.”

falar, o que não equivale a saber, mesmo 'inconscientemente' (LEFEBVRE, 1974, p. 57, tradução nossa).²⁹

Estes três pares de elementos – prática espacial e percebido, espaço de representação e vivido, representações do espaço e concebido, assim associados pelo próprio autor, não se relacionam como sinônimos. A produção do espaço social é o elemento central. Os espaços - vivido, percebido e concebido – propõe referir-se à experiência do indivíduo ou grupo em relação à realidade apresentada. Os espaços de representação, as práticas espaciais e as representações do espaço correspondem à materialidade, aos lugares, arquiteturas, territórios; são as representações criadas pelos sujeitos ou grupos sociais. A citação acima demonstra que estes pares de elementos estão conectados, mas, em sua obra, *L'a production de l'espace*, deixa em aberto como se dão estas relações, permitindo assim algumas interpretações por parte do leitor. Estes espaços foram caracterizados por Lefebvre (1974) da seguinte forma:

1. prática espacial – é o espaço que engloba a produção e reprodução dos lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Ou seja, no espaço percebido, a realidade cotidiana (emprego do tempo) e a realidade urbana (percursor e redes ligando os lugares de trabalho, da vida privada, dos lazeres) estão associadas;
2. representações do espaço - são as representações ligadas às relações de produção, à ordem que elas impõem, ou seja, o espaço concebido dos cientistas, planejadores, urbanistas. As concepções do espaço formam um sistema de signos verbais, elaborados intelectualmente. As representações do espaço são produzidas pelo conhecimento e pela

²⁹ Texto original: "La triplicité: perçu-conçu-vécu (spatialement: pratique de l'espace – représentation de l'espace – espaces de représentation) perd sa portée si on lui attribue statut d'un 'modele' abstrait. Ou bien elle saisit du concret (et non de l' 'immédiat'), ou bien elle n'a qu'une importance restreinte, celle d'une médiation idéologique parmi beaucoup d'autres. (p. 50) On peut supposer que la pratique spatiale, les représentations de l'espace et les espaces de représentation interviennent différemment dans la production de l'espace: selon leurs qualités et propriétés, selon les sociétés (mode de production), selon les époques. Les rapports entre ces trois moments – le perçu, le conçu, le vécu – ne sont jamais ni simples ni stables ils se sont pas davantage 'positifs' au sens où ce terme s'opposerait au 'negatif' à l'indéchiffrable, au non-dit, à l'interdit, à l'inconscient. Ces moments et leurs connexions changeantes sont-ils conscients? Oui, et cependant méconnus. Peut-on les déclarer 'inconscients'? Oui, puisqu'en general ignore, et que l'analyse les tire de l'ombre, non sans risque d'erreurs. Ces connexions, il a toujours fallu les parler, ce qui n'équivaut pas à les savoir, même 'inconsciemment'."

ideologia de um grupo, e têm um alcance prático na produção do espaço pelas construções, arquiteturas, projetos urbanos, concebidos não como um caso isolado, mas como um projeto inserido num contexto espacial e social;

3. espaços de representação – “apresentam simbolismo complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também a arte” (LEFEBVRE, 1974, p. 43). Trata-se do espaço dominado e apropriado por um grupo social. Estes espaços, recobertos de imaginário e de simbolismo, têm por origem a história de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo.

Esta triplicidade espacial pensada por Lefebvre movimenta-se sob o princípio da dialética ou da “trialeítica – *thirding-as-othering*”, como expõe Soja (1996), que “tentou abri-las através da introdução de outro termo, uma terceira possibilidade que participa da composição inicial, não faz uma simples combinação ou entrelaçamento de posições ao longo de algumas continuidades” (SOJA, 1996, p. 60, tradução nossa)³⁰, mas cuja análise passa a ter um movimento, um processo de continuidade cíclico e não mais fechado como antes. Esta tríade espacial, conforme seu ponto de vista, possibilita unir os três campos (epistemológicos e espaciais) que até então estavam sendo vistos isoladamente: o físico (da matéria, da natureza e suas leis), o mental (do pensamento, da criação humana) e social (das relações sociais). Assim, Lefebvre constrói sua “teoria unitária” (LEFEBVRE, 1974).

O filósofo (1974) faz uma crítica à produção do conhecimento que toma as representações do espaço de forma reducionista para estudar a vida. Consoante seu pensamento, o espaço social não pode ser entendido a partir de uma condição de dualidade. Nesse sentido, as representações do espaço, elaboradas cada vez mais pela ordem distante, ao se aplicarem à realidade urbana, tendem a reduzir a interpretação do espaço social ao código - o espaço abstrato ou concebido, estreitamente ligado à lógica reguladora do Estado, do espaço de poder e do capitalismo. Este pesquisador acredita que o espaço concebido não destrói por completo os espaços de representação, mas que ocorre um processo de simultaneidade entre lógicas, já que o espaço abstrato é cheio de contradições que

³⁰ Texto original: “persistently sought to crack them open by introducing an-Other term, a third possibility or ‘moment’ that partakes of the original pairing but is not just a simple combination or an ‘in between’ position along some all-inclusive continuum.”

se expressam no confronto entre a lógica regida pelo concebido e a apropriação feita por essa lógica a partir da complexidade apresentada pelo espaço social que é regido pela prática cotidiana, ou seja, o espaço vivido. A produção do espaço social far-se-á como um processo a partir da combinação destas “forças” - a ordem próxima (social) e a ordem distante (mental), de maneira que ambas coexistam simultaneamente:

O espaço do usuário é vivido, e não representado (concebido). Em relação ao espaço abstrato das competências (arquitetos, urbanistas, planejadores), o espaço das performances que realizam cotidianamente os usuários, é um espaço concreto. Espaços de ‘sujeitos’ e não de cálculos, espaços de representação, ele tem uma origem: a infância suas provas, suas aquisições e suas faltas. O conflito entre a inevitável maturidade, longa e difícil, e a imaturidade que deixa intactos os recursos e as reservas iniciais, marca o espaço vivido (LEFEBVRE, 1974, p. 418, tradução nossa).³¹

De uma forma resumida, pode-se atestar que, para Lefebvre, a possibilidade de uma transformação social residiria, portanto, no confronto entre a apropriação e a dominação do espaço, da qual emerge o espaço diferencial como superação das oposições contidas no espaço abstrato.

Com base nesses conceitos aqui apresentados, elaborou-se uma análise do processo de produção do espaço social de Água Branca. Assim, num primeiro momento, é possível compreender a ocupação do espaço do vale médio do rio Iguaçu e, mais especificamente, das áreas de estudo assinaladas pelos conceitos estabelecidos por Lefebvre, a saber: as aproximações e distanciamentos resultantes do confronto constituído entre ordem próxima/ordem distante, entre espaço concebido/espaço vivido, entre práticas sociais/representações do espaço/espaços de representação, entre espaço abstrato/espaço diferencial.

Neste contexto, busca-se conjugar o geral e o particular, o macro e o micro, constatando-se a existência das três escalas: a global, a regional e a local, onde ocorre um processo de simultaneidades, apresentando, assim, condições de aproximação e distanciamento e possibilitando o entrecruzamento destas escalas.

³¹ Texto original: “L'espace de l'utilisateur est vécu, non représenté (conçu). En ce qui concerne l'espace abstrait des compétences (architectes, urbanistes, planificateurs), l'espace de spectacles qui effectuent régulièrement les utilisateurs, est un espace concret. Espaces de 'sujet' et non des calculs, des espaces de représentation, il a une origine: l'enfance de son émoignage, ses acquisitions et de ses défauts. Le conflit entre la maturité inévitable, longue et difficile, et l'imaturité qui laisse intactes les caractéristiques et les réserves initiales, marque l'espace vécu.”

Esta forma de conduzir o leitor à análise é o método de pensamento dialético de Lefebvre, e, na interpretação de Soja (1996), as obras de Lefebvre não se fecham em conclusões, mas ficam abertas para novos rearranjos.

2.3 O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO OU ESPAÇO VIVIDO

Ambos, Thirdspace e a noção mais abrangente de Lefebvre do espaço social, são compostos de três espacialidades - percebido, concebido, e vivido - com nenhum inerentemente privilegiado a priori. E, no entanto, há uma preferência implícita em todas as espacialidades dialéticas e *thirthing* de Lefebvre (e meus) que não derivam de privilégios ontológicos ou prioritários, mas de escolha política que é tão central na imaginação espacial lefebvriana. É uma escolha política, o impeto de um projeto político explícito, que dá especial atenção e particular relevância para os espaços de representação, para o espaço vivido como uma localização estratégica para englobar, entender, e transformar politicamente todos os espaços simultaneamente. Espaço social vivido, mais que qualquer outro, é o Aleph limitado de Lefebvre, o espaço de todas as simultaneidades, perigosos tanto quanto possíveis: o espaço da abertura radical, o espaço da luta social (SOJA, 1996, p. 68, tradução nossa).³²

As três dimensões supracitadas, tanto o percebido quanto o concebido e o vivido são, fundamentalmente, o mesmo espaço tomado em dimensões de análise distintas. Essas dimensões, no plano do cotidiano, porém, não se dissociam, mas têm igual importância para a vida em sociedade e incidem diretamente nela.

Para Soja (1996, p. 61), a obra de Lefebvre organiza-se em torno de uma *thirthing* (terceira dimensão), pelo interesse em “romper” a dialética do vivido e do concebido, o mundo material e o pensamento de cada indivíduo sobre o mesmo. Ele cria uma “dialética do espaço” que é ao mesmo tempo uma combinação de termos para a compreensão do espaço social: a prática social, a representação do espaço e

³² Texto original: “Both Thirdspace and Lefebvre's most encompassing notion of social space are comprised of all three spatialities - perceived, conceived, and lived - with no one inherently privileged a priori. And yet, there is an implied preference in all of Lefebvre's (and my) spatial dialectics and thirthings that derives not from ontological privilege or priority but from that political choice that is so central to Lefebvre's spatial imagination. It is political choice, the impetus of an explicit political project, that gives special attention and particular contemporary relevance to the spaces of representation, to lived space as a strategic location from which to encompass, understand, and potentially transform all spaces simultaneously. Lived social space, more than any other, is Lefebvre's limitless Aleph, the space of all inclusive simultaneities, perils as well as possibilities: the space of radical openness, the space of social struggle.”

o espaço de representação, espaços estes resultantes da forma como o homem se relaciona com o mundo.

O espaço vivido, ou espaço de representação, emerge como síntese entre as combinações, os conflitos sociais daquele grupo social que ali vive sobre os espaços - percebido e concebido. É nos espaços de representação onde as formas simbólicas ganham espacialidade, e, por isso, concebem uma nova dimensão, como foi exposto por Gil Filho (2005, p. 54), para a construção de uma Geografia das Representações ou do Conhecimento simbólico.

Em trabalho anterior de Gil Filho (2003), o espaço de representação é proposto como uma categoria-chave para a análise cultural em Geografia:

O espaço de representação é o reino da esfera consensual, e a expressão da esfera reificada da consciência coletiva, o momento em que o atributo de ser uma coisa se torna típica realidade objetiva. Sua prática cotidiana é a própria representação e sua expressão é o condicionamento do poder exercido. O espaço de representação é um espaço vivo com ligações culturais, lócus da ação e das situações vivenciadas (GIL FILHO, 2003, p. 1).

Neste estudo, Gil Filho identificou alguns filósofos e pesquisadores das mais diversas áreas (Psicologia, História, Sociologia) que vêm discutindo e trabalhando com o conceito de representação e algumas de suas derivações, como representações sociais - dentre eles, Schopenhauer (2001), Durkheim (1994), Moscovici (1998) -, e os espaços de representação - Bettanini (1982), Goffman (1996) -, destacando, no entanto, o conceito de espaço de representação de Henri Lefebvre, o qual se apresenta mais completo, no sentido de compreendê-lo como síntese entre as espacialidades do percebido ou das práticas espaciais, do concebido ou da representação do espaço e do vivido ou espaços de representação.

Na dimensão do vivido, a vida cotidiana do morador e do usuário proporciona aos espaços - concebido e percebido -, formas, usos, funções e ritmos previstos e imprevistos, de acordo com suas necessidades e ansiedades. Segundo Lefebvre (1991a [1968]), os três elementos que compõem a vida cotidiana da sociedade capitalista são o trabalho, a família e o lazer. O “homem cotidiano” vive a relação entre a opressão do mundo do trabalho, o mundo doméstico das relações familiares e a liberdade da festa - o momento de lazer, descanso, como forma de oposição e de compensação ao trabalho. Assim, é por meio das representações que a vida cotidiana estabelece a relação dialética entre o ser e o conhecer, o representante e o

representado, o vivido e o concebido. As representações, sob a forma de signos e símbolos, tomam o lugar das coisas como um substituto da presença na ausência, tornando possível designar por meio da linguagem, o objeto ausente, preenchendo sua ausência com as representações constituídas por eles (LEFEBVRE, 2006 [1980]).

Desse modo, no espaço vivido ou de representação, as relações cotidianas de trabalho, moradia, lazer, e poder-se-ia acrescentar a circulação (que faz o papel de interligação destes espaços e práticas), estão evidentes pela presença e distribuição físico-espacial destes elementos representativos do trabalho e moradia, ou seja, nos elementos construtivos, espaços de produção, moradia, encontro para lazer e nas diversas funções e usos que o mesmo espaço pode possibilitar. A vida cotidiana e suas relações rotineiras, seja num bairro, numa cidade, foram estabelecidas ao longo de um processo histórico-espacial construído, pautado ora pelo espaço percebido, cujas práticas são desenvolvidas ou induzidas por meio das condições físicas encontradas, as quais geraram possibilidades e formas de uso, ora pelo espaço concebido, cujas práticas são norteadas por uma idealização, planejamento macro de uma ordem distante (estado, capitalistas, etc.) que impõe determinadas regulações, formas e estruturas espaciais, etc. Mas, também, como Lefebvre lembra, a prática da vida cotidiana, pautada nas necessidades e valores sociais do grupo, adapta-se e reinterpreta estes espaços e ritmos na forma como lhes convém, constituindo seus espaços de representação, seu espaço vivido.

Assim, a prática espacial pode ser caracterizada de duas formas: pode-se pensar, inicialmente, na prática espacial direcionada à produção do espaço em um sentido abrangente, que parte de um projeto, uma concepção que se materializa e, a princípio, impõe um uso, um ritmo, uma ordem espacial e temporal, pensando-se na relação que inicia pelo espaço concebido, passando pelo espaço percebido para chegar ao espaço vivido e, no mesmo sentido de produção do espaço, à prática iniciada pela análise do espaço percebido, passando, em seguida, para o concebido e o vivido.

Todavia, também, é possível, num segundo momento de análise, destacar a prática espacial sobre a materialidade construída e em meio às relações sociais estabelecidas, e que resultam na maneira como os moradores e usuários vivenciam e se apropriam daquele espaço. Destas relações é que são construídos os espaços de representação, carregados de subjetividade, identidade e símbolos criados pela vida cotidiana. Assim, nas palavras de Lefebvre (1974):

Os espaços de representação, quer dizer, o espaço vivido através das imagens e dos símbolos que o acompanham, portanto espaço dos 'habitantes', dos 'usuários', mas também de certos artistas e talvez daqueles que descrevem e creem somente descrever: os escritores, os filósofos. É o espaço dominado, submetido, o qual se tenta modificar e apropriar pela imaginação. Ele recobre o espaço físico, utilizando simbolicamente seus objetos. De sorte que estes espaços de representação passam pelos sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais (LEFEBVRE, 1974, p. 49, grifo do autor, tradução nossa).³³

Para Soja (1996), o espaço vivido é entendido na simultaneidade que passa do real ao imaginado e a ele retorna, sendo este o lugar da experiência e da ação estruturada individual e coletivamente. Será, portanto, a partir desta referência sobre o espaço vivido que se desenvolverá a análise sobre a colônia de Água Branca. A partir da identificação e análise dos espaços de representação encontrados, propõe-se avaliar sob quais argumentos este espaço ou território poderia ou não ser considerado uma paisagem cultural, seja pela existência das características apontadas pela Geografia, seja pelas características valorizadas pelos órgãos de preservação nacional.

Água Branca é uma dentre as diversas colônias agrícolas que foram instituídas quase simultaneamente, no vale médio do rio Iguaçu, estado do Paraná, no período entre o Brasil Império e o Brasil República. Foram ocupadas, basicamente, por imigrantes europeus, que transformaram a ocupação territorial da região sul do Brasil, trazendo uma nova organização espacial e sociocultural.

Esta colônia foi instalada em um contexto histórico-econômico brasileiro que atendia aos interesses do governo em fase de estruturação e aos interesses europeus, devido a diversas crises econômicas e socioculturais pelas quais aquele continente passava.

Observa-se, de antemão, já no capítulo que segue, a atuação da denominada "ordem distante", representada pelos governos brasileiros e europeus em estruturar e rearranjar política e economicamente territórios, espaços e pessoas. Não sem

³³ Texto original: "Les espaces de representation, c'est-à-dire l'espace vécu à travers les images et symboles qui l'accompagnent, donc espaces des 'habitants', des 'usagers', mais aussi de certains artistes et peut-être de ceux qui décrivent et croient seulement décrire: les écrivains, les philosophes. C'est l'espace dominé, donc subi, que tente de modifier et d'approprier l'imagination. Il recouvre l'espace physique en utilisant symboliquement ses objets. De sorte que ses espaces de representation tendraient (memes reserves que précédemment) vers des systèmes plus ou moins cohérents de symboles et signes non verbaux."

resistência, o governo brasileiro irá implantar uma política de imigração, pois grupos de latifundiários e políticos que constituíam parte do poder e a “ordem próxima” estipularão regras e dificultarão muitas ações que visavam à ocupação territorial e expansão da atividade agrícola no país. Neste contexto, as colônias agrícolas foram estruturadas com muitas dificuldades, num movimento de altos e baixos índices de imigração, que abrangeu, sobretudo, os três estados do sul do Brasil e durou aproximadamente 100 anos (entre 1820 e 1920). Tais colônias tiveram características espaciais de implantação bem peculiares, diferentes de outras fases de imigração que o Brasil vivenciou.

A visão de Lefebvre sobre o espaço social, e particularmente sobre o espaço vivido e os espaços de representação, possibilita pensar uma proposta diferenciada de análise de uma área potencial para qualificá-la como paisagem cultural à luz da Geografia. Esta metodologia de análise permite ao pesquisador encontrar, nos espaços de representação, a materialidade e a imaterialidade reunidas, em diálogo e movimento com o meio, num processo mútuo de construção e transformação, em que todas as forças sociais estão expressas. Dessa forma, tal metodologia também oportuniza identificar a potencialidade daquela paisagem cultural, em vinculá-la ou não a uma visão de patrimônio cultural com base na legislação do IPHAN.

3 PAISAGEM DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS SUL-BRASILEIRAS

O conceito de espaço reúne o mental, o cultural, o social e histórico. Reconstruindo um processo complexo: **descoberta** (de espaços novos, incomuns, continentes ou cosmos) – **produção** (da organização espacial própria a cada sociedade) – **criação** (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e a estética). Isso evolutivamente, geneticamente (como uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da **simultaneidade**; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se produz a simultaneidade [...] (LEFEBVRE, 1974, p. XXII, tradução nossa, grifos do autor).³⁴

O espaço representa, portanto, de acordo com a epígrafe acima, a materialização das múltiplas ações simultâneas, justapostas e sobrepostas, dos diversos agentes sociais que, seja sob a forma de conflito ou em interação, percebem-no, produzem-no, criam-no e o recriam.

Notadamente, as classes de poder são as que mais organizam, estruturam e reestruturam os espaços de acordo com suas necessidades e interesses, para se manterem em situação privilegiada. Tal poder manifesta-se pelas relações sociais. “É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece os dois pólos, fazem face um ao outro ou se confrontam [...] O poder está em todo o lugar, não se engloba tudo, mas vem de todos os lugares” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Para Raffestin (1993), o poder está diretamente associado ao trabalho, que é uma combinação de energia e informação. É por isso que a apropriação do trabalho, do ponto de vista do autor e do ponto de vista marxista, corresponde a separar a energia da informação, “privar o homem de sua capacidade de transformação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Mas, o que se pretende aqui destacar é a relação entre o poder e o espaço. Para Lefebvre (1974), as ideologias e as representações, como formas de poder, organizam e reorganizam o espaço e o modo de produção. Mais ainda, apesar do domínio do espaço e do trabalho serem formas de poder, o espaço não se restringe ao papel de produto desta relação; ele também atua, intervém no

³⁴ Texto original: “Le concept de l’espace relie le mental et le culturel, le social et l’historique. En reconstituant un processus complexe: **découvert** (d’espaces nouveaux, inconnus, des continentes ou du cosmos) – **production** (de l’organisation spatiale propre à chaque société) – **création** (d’oeuvres: le paysage, la ville avec la monumentalité et le décor). Cela évolutivement, génétiquement (avec une genèse) mais selon une logique: la forme générale de la **simultanéité**; car tout dispositif spatial repose sur la juxtaposition dans l’intelligence et sur l’assemblage matériel d’éléments dont on **produit** la simultanéité [...]”

modo de produção, sendo ao mesmo tempo causa e razão, produto (social) e pré-condição.³⁵

Este é um dos pontos que a teoria de Lefebvre defende: o espaço não pode ser considerado como passivo, vazio, um simples produto que se troca ou se consome; ele intervém na própria produção, seja na organização do trabalho produtivo, nos transportes, extração e fluxos de matérias-primas... Dessa forma, o espaço entra como produtivo e produtor, suporte das relações econômicas e sociais (LEFEBVRE, 1974).

É esta relação de poder pelo uso e apropriação do espaço, através da informação e da força, que se observa na história, durante a transição do feudalismo para o capitalismo. Na mudança de um sistema econômico e social para outro, novos agentes promotores emergem, relações de poder são construídas e nova estrutura física e geográfica é organizada para a instalação dos elementos e fluxos estruturadores deste novo espaço, que servirá de base para a reprodução das novas relações de produção. Os movimentos migratórios entram como um dos produtos destas ações de reorganização espacial necessárias para a implantação do capitalismo, e, mais uma vez, a luta pelo poder está relacionada à dominação de territórios. Todavia, ao mesmo tempo em que uma determinada classe ou grupo social quer impor seu o poder (ideológico e representacional) para produzir uma reestruturação espacial, o espaço existente, também composto por grupos sociais, relações, modos de produção e características físico-espaciais, apresenta determinados condicionantes, de modo que a relação se torna dialética e não unilateral.

Mas, cabe ainda perguntar: que espaço é este que é produzido? De acordo com Lefebvre, trata-se de um “espaço social”, o qual adquire esta qualificação social por conta de quatro “características” sintetizadas aqui: 1^a) é um espaço que, pela ação do homem, coletiva ou individualmente, modifica seu estado original, por isso se distancia do espaço-natureza, a base provedora de toda a matéria-prima para manutenção da vida humana; 2^a) trata-se de um espaço que ganha especificidades

³⁵ Neste sentido, o ponto de vista de Lefebvre se diferencia de Marx, pois, como ele menciona, Marx compreendia o espaço como uma superestrutura, resultado de forças produtivas e estruturas e relações de propriedades. Para Lefebvre, reinterpretando Marx, o espaço participa nas forças produtivas, na divisão do trabalho, nas trocas com o saber e a cultura, ele se vende, tem valor de uso e de troca, por isso acaba por não se enquadrar na classificação “base-estrutura-superestrutura” (LEFEBVRE, 1974, p. 10).

(físicas, socioeconômicas e culturais) por conta de cada sociedade e seu respectivo modo de produção; 3ª) seus elementos dispostos, objetos, arquiteturas, os produtos espaciais assim como os discursos sobre o espaço servem como testemunhos de um processo produtivo daquele espaço e podem ser conhecidos mediante a teorização de seus elementos e processos; 4ª) a última característica é a compreensão da historicidade que o espaço acumula. O espaço tem uma história, de sua produção, de suas formas e representações.

O espaço social, então, será aqui analisado, compreendendo que existe esta relação dialética entre o espaço social existente e uma nova estrutura social (formada por agentes e suas relações de poder) que quer se impor e será incorporada, mas gerando uma terceira ordem espacial que resulta da relação dialética entre o existente e o novo proposto.

Pretende-se, neste capítulo, analisar a nova organização fundiária rural proposta para a região sul do Brasil entre o início do século XIX e princípios do século XX. Nesse período, o Brasil passou por duas fases políticas importantes, com a mudança da estrutura colonial para a imperial (1822) e, depois, para a republicana (1889). Com isso, surgiram novas legislações, instituições e órgãos administrativos bem como as novas representações espaciais propostas – as colônias agrícolas no interior das províncias – que constituíram todo um arcabouço de medidas necessárias para a nova estrutura econômica e espacial que o Império e a República brasileira propunham desenvolver para resolver diversos problemas de ordem econômica e espacial pelas quais enfrentavam e eram semelhantes nos três estados brasileiros: baixa densidade populacional (com algumas poucas vilas urbanas e povoados concentrados na área litorânea), um interior rural dominado por latifúndios de criação de gado e muitas áreas de terras sem uso e sem demarcação de propriedade definida e ainda invasões territoriais provenientes de outros povos (Argentina, Paraguai).

Concebe-se uma nova estrutura espacial, impregnada pelas relações de uma lógica distante, advinda de um modelo europeu e que foi adaptado no Brasil. Esta nova lógica espacial e econômico-social sofrerá modificações ao longo do seu processo de adaptação, como se verá a seguir, pois se propôs um espaço no nível do “concebido” sobre um “espaço percebido”, no qual práticas espaciais já estavam marcando e produzindo espaços sociais. Esta lógica propunha o que Lefebvre identificaria como o “Espaço Abstrato”, aquele no qual são externalizadas ou materializadas as práticas político-econômicas de uma classe capitalista com o

Estado, que buscam alcançar um determinado objetivo. Este espaço pode, no entanto, ser utilizado para outros fins, alguns inclusive com fortes vínculos com determinados usos que tentam ser negligenciados e/ou excluídos, ou mesmo ser feita uma “releitura”, tendo em vista que “fluxos múltiplos atravessam o espaço” (LEFEBVRE, 1974, p. 106). Assim, o espaço produzido é a combinação dessa multiplicidade de fluxos, gerando o “espaço diferencial”, onde se mostram, respeitam e acentuam as diferenças (1974).

3.1 MIGRAÇÃO: UM PROCESSO HISTÓRICO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO E SOCIOESPACIAL

A migração é um movimento de traslado, que participa do processo de transformação da humanidade desde a origem, ainda quando na forma de tribos. O nomadismo e a transumância são exemplos desse processo, diretamente vinculados à necessidade de subsistência, tendo em vista a inexistência da agricultura e da vida nas cidades. Hoje, muitos povos ainda mantêm este movimento (que consiste em certo trajeto, numa rota ou movimentos cíclicos espaciais e temporais) como traço principal de suas culturas, dentre eles, os pastores e coletores na Ásia e África, as tribos de ciganos, assim como as tribos indígenas em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Percebe-se que diversos outros motivos têm estimulado, ao longo da história da humanidade, os movimentos migratórios: além daqueles que o fazem por motivações internas relacionadas à própria cultura, há os que migram por questões de perseguição, discriminação racial, política, religiosa e, talvez, o motivo mais comum e de maior repercussão social mundial seja pela busca de melhores condições de vida e de trabalho.

O crescimento do fenômeno da emigração, entre os séculos XIX e XX, esteve associado, por Durkheim, Weber, Marx, dentre outros, ao desenvolvimento do sistema capitalista, isto é, com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização. Como, durante a primeira metade do século XIX, houve uma aceleração do crescimento demográfico em função do aumento da taxa de fecundidade; na segunda metade deste mesmo século, dois movimentos sociais se tornaram necessários para a resolução deste desequilíbrio socioespacial ocorrido: o processo de migração do

campo para as cidades³⁶ e as emigrações europeias e asiáticas. Importante destacar que, neste período, coexistiam nestes continentes dois sistemas econômicos diferentes, caracterizando um período de transição: o que emergia na cidade, com o assalariamento do trabalho, a subdivisão das etapas da produção e aquele da exploração campesina no meio rural, ainda sob o sistema feudal ou servil (em decadência), trabalhando basicamente para a sobrevivência da família.

Entre 1846 e 1875, 9 milhões de pessoas, quatro vezes a população de Londres, emigraram da Europa. Somente na década de 1880, 700 a 800 mil europeus emigraram por ano, e, na década seguinte, 1890, estima-se algo em torno de 1 a 1,4 milhão por ano (HOBBSAWM, 1977). Neste processo emigratório, também os asiáticos, principalmente os chineses, emigraram para a própria Ásia, para a costa do pacífico nos Estados Unidos. Ou seja, o crescimento demográfico atingido em toda a Europa não conseguia ser absorvido pelo novo sistema econômico que se estabelecia, e assim os primeiros grupos de “excluídos” do capitalismo tiveram que buscar oportunidade nas nações ascendentes. Brito (1995) lembra que a crise econômica que houve na Europa também contribuiu para desencadear uma instabilidade política tamanha que culminou, posteriormente, com a Primeira Grande Guerra Mundial. E se na Europa havia excedente de mão de obra, nas Américas predominava a escassez. Estes imigrantes europeus, em busca de uma posição no mercado de trabalho, são convidados a entrar no Brasil mediante políticas de estímulo à imigração; a recém-nação, criada em 1822, ressentia-se com a escassez de mão de obra, tendo em vista que o Brasil ainda estava na transição entre o regime escravocrata e a formação do mercado de trabalho com mão de obra livre e assalariada.

Os movimentos migratórios entram como “ferramenta estratégica” necessária para reequilíbrio e sobrevivência desta nova fase do sistema. É o que Lefebvre (1974) entenderia como a reorganização do espaço abstrato para emergir o espaço diferencial, num movimento de adaptação e conciliação entre a ordem distante e a ordem próxima, entre o Estado e os agentes capitalistas de um lado e a população, a

³⁶ Como consequência deste processo de migração para as cidades, apontam Brito (1995) e Benévolo (1989), dentre diversos outros estudiosos sobre este assunto, tem-se o grande inchaço demográfico nas cidades europeias e asiáticas (seguido dos diversos problemas sociais, ambientais e urbanos: desemprego, fome, pobreza, submoradias, ocupação desordenada de áreas livres, poluição, epidemias e pestes) e a maior onda emigratória do continente europeu e asiático para os demais continentes, denominados de mundos novos.

classe trabalhadora, de outro. Os movimentos migratórios entram como estratégia da ordem distante para equilíbrio socioeconômico, mas também como meio de sobrevivência destes grupos excluídos, os quais procuram se adequar à possibilidade ofertada.

O processo migratório é um movimento comum e relativamente fácil nos dias de hoje. Os avanços tecnológicos facilitaram a mobilidade das pessoas para outras cidades e países, assim como os meios de comunicação, diminuindo as distâncias físicas e temporais. O migrante pode se munir de diversas informações e referenciais antes de tomar qualquer decisão e, ainda, de voltar para sua terra natal com certa facilidade. Contudo, ainda há a xenofobia, o racismo, o preconceito que, de modo geral, acaba se associando ao sentimento de concorrência econômica ou ao domínio do poder: esbarra-se nas fronteiras “virtuais”, apesar da atual fase do capitalismo ter dado origem ao que Castells (1999) denomina de uma “sociedade em rede”. Duas grandes tendências conflitantes moldam o mundo hoje - a globalização e a formação de novas identidades coletivas, resultantes dos movimentos sociais emergentes neste novo contexto econômico e sociocultural.

A intensificação destes processos migratórios provocaria a homogeneização das culturas, o fim das diferenças e das fronteiras? Estas discussões seguirão ao longo do trabalho, demonstrando que os efeitos desta nova fase do capitalismo repercutem diversamente nos espaços, pois, como afirma Milton Santos, a globalização tem proporcionado à internacionalização das técnicas, mas será na escala local, ou seja, no lugar que cada sociedade irá “relativizar” seu uso, incorporando-o de acordo com a situação e identificação de cada grupo, em outras palavras, seus valores e interesses econômicos e político-sociais, “uma relação permanentemente instável e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência” (SANTOS, 2008 [1996], p. 314).

3.2 POLÍTICA MIGRATÓRIA ENTRE EUROPA E BRASIL: NOVA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

3.2.1 Motivações europeias: transição político-econômica do feudalismo para o capitalismo

O período entre o final do século XVIII até o início do século XX foi, provavelmente, a fase na qual a Europa vivenciou as maiores transformações, iniciando pela Revolução Industrial e pelo crescimento de uma nova classe social no poder, concomitante à queda de muitas monarquias, o crescimento das cidades e a depauperação da população campesina, sendo esta a classe que mais sofreu por não encontrar mais, neste novo sistema que emergia, espaço para subsistência. Foi esta situação político-social que os camponeses alemães, italianos, poloneses ou ucranianos enfrentavam antes de imigrarem para Brasil e outros continentes.

A população europeia passou por dificuldades políticas e econômicas devastadoras. Em seu último século de vida na Polônia e Ucrânia (século XIX), antes de migrarem para as Américas, a maioria das famílias polonesas e ucranianas ainda vivia sob o regime feudalista, enfrentando justamente a transição para o novo sistema econômico que já emergia na Europa Ocidental e dentro de seus países - o Capitalismo. Autores como Tchayanov (1976 [1924]), Kautsky (1968) e Abramovay (1992) analisaram situações semelhantes na Rússia, em que coexistiam dois (ou mais) sistemas econômicos diferentes: entre aqueles que viviam na cidade, com o assalariamento do trabalho, a subdivisão das etapas da produção e a maximização da produção visando ao excedente (desenvolvimento capitalista), e aqueles que viviam no campo sob pressão do senhor feudal, que sobrevivia às custas da exploração campesina (sistema servil).

Vivendo sob o regime de servidão, aqueles camponeses estavam subordinados aos senhores feudais. Nas minúsculas propriedades, que variavam de dois a 10 hectares, suas terras eram “emprestadas” pelo senhor feudal. Deviam dedicar um tempo de trabalho (*corveia*) na propriedade do senhor (*manso senhorial*), entregar uma parte da produção da “sua propriedade” e ainda pagar o que chamavam de “banalidade”, uma determinada taxa que o servo devia pagar ao senhor feudal

quando utilizava o forno ou o moinho da propriedade.³⁷ Possuíam áreas de “uso comum” (denominadas *manso de reserva*), para pastagens e bosques. Viviam em aldeias, dentro da propriedade do senhor feudal. Wachowicz (1981) descreve que a mobilidade social naquele período (meados do século XIX) era, praticamente, nula, tendo em vista que o regime servil de trabalho exigia a dedicação de todo o grupo ou da família. Nem sempre se contava com um excedente produtivo, mas quando acontecia, era utilizado para realizar trocas dentro das aldeias (do mesmo feudo), tanto por outros produtos como serviços. O patrimônio, ou seja, a terra, garantia o trabalho e a subsistência do grupo. Seria por este patrimônio que os camponeses poloneses e ucranianos tentaram lutar para se manter no final do século XIX em sua terra natal.

Mas, à medida que o sistema capitalista ganhava espaço e se expandia, pressionava e enfraquecia o sistema feudal. Aos senhores feudais era cobrado da coroa real cada vez mais impostos, os quais repassavam para os seus servos, exigindo também dos mesmos maior produção agrícola e mais taxas. Os camponeses (ou servos) eram pressionados por ambos os lados, tanto pelo senhor feudal como pela coroa real, pois esta também lhes cobrava impostos. Tal situação foi depauperando gradativamente os camponeses, os quais se viam cada vez mais endividados com tantos impostos. O período final do sistema feudal possibilitou, por legislação da coroa, a realização da venda da terra ao servo pelo senhor feudal, mas somente aquelas classes camponesas mais abastadas conseguiram comprá-las e se manter em sua propriedade. A possibilidade de compra e venda da terra fez com que a grande maioria dos camponeses simplesmente as entregasse para a coroa ou para o senhor feudal a fim de quitar suas dívidas. As condições no campo pioravam, em

³⁷ Alguns camponeses tinham a propriedade da terra, pertenciam à classe dos chamados *Kmiec*, que constituíam a minoria da população aldeã, e que possuíam terras de até 50 ha de área. Suas propriedades estavam protegidas da subdivisão por tradicionais costumes dos tempos medievais, ou seja, somente um filho herdava toda a terra. Mas, com este tamanho de terras, produziam um excedente que poderia pagar estudos ou dotes para os outros filhos. Os *Chalupniki* eram um pouco mais numerosos, seguindo a pirâmide social aldeã. Eram arrendatários de minifúndios de até 10 hectares, porém a maioria era de 3 ha. Com este tamanho de terra, não tinham como sustentar toda a família, então era comum que muitos membros da família fossem se “assalariar”, trabalhando nos latifúndios para aumentar a renda da família. Às vezes, conseguiam “alugar” um pedaço de terra, para aumentar a produção. Os *Komorniki* constituíam a terceira classe. Bem mais numerosos, estes não eram proprietários de terra, apenas arrendavam algum minifúndio. No máximo possuíam uma “choupana” que dividiam com outras famílias *komorniki* e até com seus animais (no inverno), para aquecer o ambiente. Na base da pirâmide encontravam-se os *Parobki*, que não possuíam nada, somente sua força de trabalho. Tornavam-se os proletários dos grandes latifúndios (WACHOWICZ, 1981).

termos de divisão de terras e pagamento de impostos, forçando muitos camponeses a desistirem do trabalho rural e tentar a vida na cidade ou outros lugares.

Observando-se a situação que se desenhava na Polônia e em toda a Europa, parece claro o quanto a mudança do sistema feudal para o capitalista empobreceu, piorou a qualidade de vida do camponês. Agora, sem possuir mais os meios de produção de trabalho, como diria Tchayanov (1976 [1924]), torna-se assalariado. A mudança do sistema econômico para o capitalismo exclui o camponês, pois este, sem seus meios de produção, especialmente sem sua propriedade – a terra, e não sabendo fazer outra coisa que cultivá-la, vê-se agora privado, afastado do seu meio de subsistência, restando-lhe apenas os braços e alguns instrumentos de trabalho. Na cidade, muitos irão se empregar, tendo que se submeter a moradias subumanas, salários baixíssimos, que não supriam seu sustento e o de sua família.

A Polônia havia perdido sua independência política ao final do século XVIII, tendo seu território subdividido entre os impérios da Rússia, Áustria e Prússia.

As diversas revoltas camponesas, inspiradas pelas revoluções liberais da França e Bélgica em 1830, fizeram com que, em 1848, fosse abolido, no governo austríaco, o regime de servidão e, na região de ocupação russa, somente em 1864. Nesse período, mais de 75% da população vivia ainda no campo. Wachowicz (1981) enfatiza que os imigrantes poloneses que vinham para o Brasil provinham de uma sociedade que vivenciou a desagregação da economia agrária, baseada na servidão, e que estavam em processo de adaptação à nova economia capitalista, mas, especialmente, tinham fome de terras:

Foi este camponês que viveu o regime senhorial no limitado mundo de sua aldeia ou sua região, ou o filho do mesmo, que emigrou para o Brasil não suportando as campanhas sistemáticas que os governos estrangeiros realizavam para tirar-lhe a propriedade da terra, as perseguições contra sua própria língua e cultura e o sistema agrário caótico. Esses fatores facilitaram a emigração orientada para o Brasil, sobretudo daqueles que tinham fome de terras (WACHOWICZ, 1981, p. 11).

A Ucrânia, em meados do século XIX, estava dividida em dois impérios: a parte ocidental pelo Império Austro-Húngaro e a porção oriental pelo Império Russo. Sua história não se diferencia muito da Polônia naquele período. Houve um intenso parcelamento de terras após a proibição do sistema feudal, em 1857, o que propiciou a improdutividade da economia agrária, pois cada família trabalhava em 14 hectares de terra, em média, com tecnologia rudimentar e em frágil condição econômica

(CHARQUES, 1964). O resultado deste processo foi a fome que atingiu a Europa naquela época. Na Polônia, o tamanho das propriedades era ainda menor, de dez hectares para menos. Uma área impossível de garantir a subsistência da família (que era sempre numerosa), pois, além dessa dificuldade, ainda havia os impostos a pagar, a sazonalidade das plantações (devido aos longos e rigorosos invernos) e as técnicas agrícolas e instrumentos de trabalho bastante rudimentares que não propiciavam o aumento da produtividade.³⁸

São estas condições que fizeram tornar “natural” a possibilidade de as pessoas se aventurarem em busca de terras em outro continente. Deixa de ser uma ideia absurda, visto a miséria em que viviam e tendo como um novo “horizonte” a oportunidade de uma mudança de vida para um lugar que eles não conheciam e não sabiam onde ficava, mas certamente seria melhor do que onde estavam naquele momento.

Em todas as partes da Polônia, seja nos territórios ocupados pela Prússia, seja pela Áustria ou pela Rússia, a população polonesa foi, impiedosamente, massacrada após sua última tentativa de revolta em 1863. As Coroas desses impérios proibiram os poloneses de falar sua língua materna, de frequentar escolas, igrejas, de ocupar cargos públicos, enfim, de exercer qualquer direito civil. Criaram legislações que os obrigavam a vender suas propriedades, aumentaram excessivamente os impostos territoriais e prediais, ao ponto de serem obrigados a vender tudo o que tinham para não serem presos. Além disso, vivia-se na Europa uma grave crise econômica, com grande quantidade de mão de obra que recebia salários baixíssimos, muitos desempregados, desocupados, pois tinham sido literalmente expulsos do campo (WACHOWICZ, 1981).

A única saída que lhes restava foi a emigração, movimento este que passou a ser bem visto pelas Coroas como solução para o excesso de população e a pobreza que ocupava toda a Europa. Na Prússia, “criou-se um órgão de controle e orientação

³⁸ Para fazer uma análise comparativa sobre a dimensão da terra necessária para subsistência da família hoje, poder-se-ia comparar com a atual dimensão proposta pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), relativo à medida utilizada para reforma agrária, denominada de “módulo rural”, que propõe uma área de quinze hectares, em média (nos estados do Paraná e Santa Catarina), mas variando para mais (cento e dez hectares) ou menos (cinco ha) de acordo com a localização geográfica, condições climáticas, solo, dentre outros fatores. Em São Mateus do Sul, o módulo rural é de 16 hectares, pela Lei nº 6746/79. É importante também lembrar que atualmente a produção agrícola por hectare é bem maior, tendo em vista a tecnologia disponível, com sementes beneficiadas, agrotóxicos, adubos, maquinários diversos para diferentes poderes aquisitivos e facilidades de comercialização, como as cooperativas.

dos candidatos à imigração. Todo imigrante devia munir-se de passaporte regido em língua alemã” (STAWINSKI, 1976, p. 20). Da mesma forma aconteceu com os poloneses que vieram da região ocupada pela Rússia, que entraram no país identificados como russos e os outros, como austríacos. Ou seja, era uma migração consentida, legalizada.

Todos os países europeus ressentiram-se com a mudança do sistema econômico, mas em tempos diferentes e com maior ou menor intensidade, de acordo com a condição de cada país, se eram países ricos e dominantes ou pobres e dominados. Porém, não há dúvidas de que a classe camponesa foi a mais massacrada. Stawinski (1976, p. 22) salienta: “Nunca se insistirá bastante em frisar que a vinda dos imigrantes poloneses, sobretudo, para o Rio Grande do Sul, foi antes uma espécie de tentativa de fuga do que uma imigração propriamente dita.”

Se em 1876 saíram da região ocupada pela Rússia pouco mais de sete mil poloneses (cuja maioria migrou para os Estados Unidos), em 1890 este número elevou-se para mais de 85 mil. Na região dominada pela Prússia, entre 1875 e 1900, foram mais de 20 mil poloneses e na região ocupada pela Áustria (região da Galícia), entre os anos de 1888 e 1919, migraram mais de um milhão de poloneses, a maioria também para os Estados Unidos, onde ofereciam melhores condições aos imigrantes (STAWINSKI, 1976).

Assim, influenciados e empolgados com a propaganda migratória, foram muitos ludibriados antes mesmo de sair da Europa. Os agentes de recrutamento criavam ilusões para atrair a população, dizendo que no Brasil não se precisava trabalhar, havia fartura em comida e o clima era sempre agradável (tropical), o que não exigia casacos pesados.

Wachowicz (1976) descreveu como se dava a propaganda política para atrair os poloneses para o Brasil:

Essas agências abriram escritório de recrutamento em vários países europeus: Portugal, Itália, Áustria, Alemanha... Os propagandistas de tal recrutamento ficaram conhecidos por agentes. Espalharam-se pelas regiões europeias, com boas possibilidades de entusiasmarem a população com a ideia de emigrar. O agente que se tornou mais conhecido, pelo vulto e eficiência de sua propaganda, foi um tal de Sr. José Santos, que era tratado como cônsul-geral do Brasil em Lisboa.

Espalharam-se artigos, folhetos, brochuras, comunicados, etc., sobre as condições oferecidas pelo Brasil. Essa propaganda não tardou em cair em excessos lamentáveis, explorando eficientemente a psicologia do polonês. O Brasil passou a ser apresentado como a continuação do paraíso bíblico, com a terra onde corriam leite e mel. A fertilidade do solo era apresentada como

espantosa... A tropicalidade do clima brasileiro era, por sua vez apresentada como fator de economia, pois dispensava pesados e caros agasalhos europeus usados no inverno (WACHOWICZ, 1976, p. 77).

Também Andreazza (1999) escreveu sobre as propagandas divulgadas pela Europa, as quais apresentavam a América como um paraíso, ou melhor, utilizando os termos empregados por ela em sua obra o “Paraíso das Delícias”. Esta autora, que se deteve no estudo da imigração ucraniana, relata que a mesma foi causada por expulsão, pelas camadas mais ricas daquela sociedade, naquela época transitando do sistema feudal para o capitalista.

Por tudo isso foi que no final do século XIX e início do século XX, o Brasil recebeu uma grande leva de imigrantes vindos de várias partes do mundo: Portugal, Espanha, Alemanha, Hungria, Síria, Líbano, Armênia, entre outros países. A mudança de sistema econômico, associada a outros problemas como conflitos religiosos, crises econômicas (geradas por guerras ou explosões demográficas) e instabilidades políticas, impulsionou a vinda de estrangeiros para o Brasil e outros países das Américas. Os representantes políticos de alguns países apoiavam o fluxo emigratório e o governo brasileiro, entre o Regime Imperial e Republicano, promoveu políticas públicas para estimular a imigração em massa. Houve, assim, uma convergência de interesses entre algumas nações e o Brasil, que necessitava de um grande contingente de trabalhadores para a ocupação territorial, para a produção agrícola de subsistência e produção cafeeira, já que não poderiam mais contar com o trabalho escravo.

Dessa forma, uma nova organização espacial e social imposta pelo novo sistema econômico capitalista se desenvolveu, de maneira que nas suas primeiras fases de origem e ascensão, provocou um grande desequilíbrio social. O Estado - Nação, criado e fortalecido política e economicamente, impõe políticas sociais e econômicas a partir dos interesses dos grandes empresários capitalistas, industriais. Como Lefebvre (1974) expõe, tem-se a reestruturação de um novo espaço social, onde as práticas espaciais são “deslocadas” do campo para a cidade, o alvo de interesse econômico pelo processo de industrialização. Nestes novos espaços - as cidades (ainda despreparadas fisicamente) - chocam-se os interesses e necessidades entre as novas ordens que se instalam: os códigos e legislações do Estado, as exigências dos capitalistas e a fragilidade e submissão quase total de uma população que se desenvolve e tem que se adaptar ao novo modo de vida - a urbanidade.

3.2.2 Motivações brasileiras: transição político-econômica do colonialismo para o capitalismo

O Brasil encontrava-se numa fase econômica um tanto quanto diferente da situação enfrentada pela Europa. Se lá a densidade demográfica estava alta (mão de obra excedente no campo e na cidade), os salários eram baixos e faltavam terras para trabalhar, no Brasil, a situação era justamente o inverso, com falta de mão de obra, fartura de terras e baixa densidade demográfica. Mas, também, aqui, vivia-se um momento de transição e de contradições políticas, pois em menos de um século (durante o século XIX) o Brasil migrou do Regime Colonial para o Imperial e deste para o Republicano.

No momento em que a Europa estava em crise econômica e social, sobretudo a Polônia e Ucrânia que viviam sua fase trágica de perda de autonomia política, econômica e dizimação social e cultural, o Brasil entrava em sua fase imperial, e tinha ainda como herança econômica a política de produção agroexportadora essencialmente monocultora e, ainda, desenvolvida sobre grandes latifúndios e viabilizada pelo trabalho escravo. No entanto, as novas condições socioeconômicas mundiais e locais, sejam elas o fim do trabalho escravo, a necessidade de ocupar e povoar as fronteiras brasileiras, de substituir a mão de obra escrava pela assalariada e, ainda, de abastecer o mercado interno, proporcionaram a expansão de uma Política Oficial de Povoamento (PRADO JR., 1969). Vivia-se, portanto, nesta dualidade, pois a agricultura colonial brasileira precisava desenvolver estes dois setores distintos: a grande lavoura destinada ao comércio exportador e a pequena lavoura ou agricultura de subsistência da própria população brasileira, que se urbanizava cada vez mais. É nesse contexto que os imigrantes europeus serão inseridos.

Observa-se que o governo brasileiro, ao final de sua fase colonial, ao longo de sua fase imperial e durante o início da época republicana (1818 a 1910), experimentou três grandes momentos de estímulo e implantação do povoamento de seu território, demarcando situações políticas e econômicas distintas. Cartas, decretos e leis foram emitidos para viabilização da intenção: ocupar o território brasileiro, principalmente suas fronteiras, e torná-lo viável e produtivo economicamente (IOTTI, 2010).

Na primeira fase, quando o Brasil ainda era colônia, por incentivo de D. João VI, algumas iniciativas muito tímidas de colonização foram praticadas, mas por falta

de amparo legal, logo foram abafadas (JOCHEM, 1992). É o caso da pequena colônia de suíços instalada no distrito de Nova Friburgo, província do Rio de Janeiro, em 1818, a qual foi estruturada e, passados seis anos, já apresentava bons resultados. Neste período mais duas colônias foram instaladas, uma no Espírito Santo (Colônia Santo Agostinho, com imigrantes açorianos, em 1812) e outra na Bahia (Colônia Leopoldina, com imigrantes alemães, em 1818) (JOCHEM, 1992).

Na fase do Império, a Carta Imperial de 1824 solicitava que o senhor Pedro Machado de Miranda Malheiro, Desembargador do Paço e Chanceller-Mór do Império assumisse, novamente, o cargo de Inspetor da Colonização estrangeira da Província do Rio de Janeiro, tendo em vista que ele já havia executado este trabalho para instalação de uma colônia de suíços em 1818, no distrito de Nova Friburgo, “com excelentes resultados”. Agora, para este ano de 1824, o Inspetor cuidaria da instalação de “colonos alemães” seja para a nova “colônia alemã”, também em Nova Friburgo, como para outros destinos que o Inspetor achasse plausível³⁹ (BROWNE, 1975).

O Governo Imperial, neste primeiro momento, estimulou essa proposta com financiamentos aprovados em Lei Orçamentária até os anos de 1830, quando o Parlamento, então, por interesses particulares, resolveu suspender os créditos para a colonização estrangeira. Em abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono e a imigração subsidiada pelos cofres públicos foi abandonada. A Coroa queria estimular o povoamento e a ocupação territorial, tanto que, logo após o Brasil se tornar Império, a Lei de concessão de sesmarias foi suspensa para que se regularizasse a situação das terras devolutas, de posseiros, donatários, etc., sendo, na época, solicitada ao Senado e Câmara a criação de uma lei de regularização fundiária. Mesmo com a suspensão da Lei de sesmarias, muitas doações ainda foram feitas e, como a nova forma de povoamento territorial que estava sendo estimulada pela Coroa (criação de colônias agrícolas por imigrantes) não correspondia à forma como os donos das grandes propriedades queriam, a proposta legislativa ficou tramitando, sendo alterada e revista entre Câmara e Senado, Senado e Câmara por quase 25 anos (BROWNE, 1975).

³⁹ Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carimp/1824-1899/cartaimperial-38587-24-maio-1824-567137_publicação_original_-_90545-pe.html>. Acesso em: abr. 2014.

Associada a esse problema de divergência de interesses, soma-se a indefinição dos limites entre as sesmarias doadas⁴⁰, outro problema crucial. Eram comuns os conflitos sobre a definição de propriedade entre as terras de posseiro (que ganhavam direito após uso por três anos) e àquelas doadas aos colonos que chegavam. Apesar dos donatários terem que demarcar sua propriedade, assim como os posseiros, nem sempre estas eram precisas ou existentes (em função até da dimensão da área) para que se evitasse problemas de limites entre vizinhos. Também era comum que o proprietário nunca chegasse a cultivar toda a área recebida, deixando muitos espaços improdutivos, terras abandonadas, e sendo, por isso, muitas vezes ocupadas por outras pessoas.

Como instrumento para modificar a imagem do Brasil como país escravocrata e ainda muito desorganizado politicamente, cartas e informações remetidas diretamente pelos emigrados a amigos e parentes foram determinantes. Um exemplo são os fragmentos de uma carta de 1826, relatada por João Klug, enviada por Peter Paul Muller, da colônia de São Leopoldo/RS, a seus parentes na Alemanha. Muitas cartas como esta foram, inclusive, publicadas em jornais alemães:

Moramos numa região que não pode ser imaginada mais bela ou melhor, de modo que doravante ninguém de nós, grande ou pequeno, tem desejo de retornar à Alemanha [...]. Agora já temos 15 vacas, 6 bois e 8 cavalos e pensamos ter perto de 200 dentro de 2 anos, pois não precisamos preocupar-nos com o feno e o trevo, nem com pasto; pois ele (o gado) anda no inverno e no verão, dia após dia, no campo [...]. Vivemos aqui todos os dias esplendidamente e com alegria, como os príncipes e condes na Alemanha, pois vivemos aqui em um país que se assemelha ao paraíso; não se pode imaginar região melhor ou mais bela do que esta [...] (FICKER, 1965 apud VIEIRA, 2008, p. 56).

Consoante Iotti (2010), entre os anos de 1831 e 1840 o Governo Imperial não exerceu a Política Imigratória (com subsídios para a ação), conseguindo retomá-la entre os anos de 1841 até 1874. Apenas como destaque, a promulgação da Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, que concedeu terras devolutas às províncias e representava uma nova tentativa de dividir com os governos provinciais a tarefa da colonização, obteve melhores resultados. A partir de então, as colônias agrícolas oficiais se dividiriam em imperiais e provinciais. Tem início uma fase administrativa

⁴⁰ Em geral, uma sesmaria tinha três léguas de frente por seis léguas de fundo, tendo cada légua seis quilômetros.

que ficou marcada pelo conflito em busca de definições de competências entre um e outro poder, e ainda:

Importante salientar que a falta de recursos, dos governos provinciais, fez com que se associassem à iniciativa privada, estimulando a criação e a atuação de companhias de colonização. Em função disso, de 1840 a 1850, 'foram organizadas vinte colônias, sendo que dessas, 33% eram imperiais e 67% particulares' (IOTTI, 2010, apud Giron; Bergamaschi *et al.*, 1996). Diante disso, na medida em que os governos provinciais assumiram a colonização, passaram a atender mais os interesses regionais do que até então (IOTTI, 2010, p. 6).

Enquanto a Coroa queria criar colônias, oferecendo terras aos imigrantes para tornarem-se proprietários, os proprietários das fazendas de café e outras culturas agroexportadoras queriam apenas a entrada dos imigrantes para trabalhar em suas terras. Por isso, a aprovação da Lei de Terras de 1850 e sua promulgação em 1854, demorou tanto e ainda com muitas ressalvas.

Para muitos historiadores, como Ruy C. Wachowicz e Cecília Westphalen, esta Lei de Terras não poderia ser vista como um incentivo à ocupação territorial e à imigração europeia, em especial quando comparada aos incentivos dados por outros países na época (BROWNE, 1975; WACHOWICZ, 1976). De qualquer forma, dentre outras possibilidades que a lei trazia, uma delas era que, a partir de então, permitia-se que terras devolutas pudessem ser compradas e principalmente, a aquisição de terras só aconteceria mediante compra e venda ou por doação do próprio rei. Também, aqueles que adquiriam o título de propriedade tinham que morar nelas e torná-las produtivas: a Lei de Terras marca o início do segundo momento da política de imigração do Brasil:

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguezias o registro das terras possuidas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas áquelles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexactas.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda, guardadas as regras seguintes: § 1º A medição e divisão serão feitas, quando o permittirem as circumstancias locais, por linhas que corram de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que

formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente (BRASIL, 1850).

A regulamentação deu-se pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Seus 108 artigos, divididos em nove capítulos, tratam da criação da “Repartição Geral das Terras Públicas”, sua medição, revalidação e legitimação das terras, da separação entre domínio público e particular, da medição daquelas de domínio particular, das terras reservadas, das devolutas situadas nas fronteiras com outros países, da conservação e do registro das terras. Merecem destaque os artigos 10 a 12 do Segundo Capítulo referente à medição:

Art. 10. As Províncias, onde houver terras devolutas, serão divididas em tantos districtos de medição, quantos convier, compreendendo cada districto parte de huma Comarca, huma ou mais Comarcas, e ainda a Provincia inteira, segundo a quantidade de terras devolutas ahi existentes, e a urgencia de sua medição.

Art.11. Em cada districto haverá hum Inspector Geral das Medições, ao qual serão subordinados tantos Escreventes, desenhadores e Agrimensores, quantos convier. O Inspector Geral será nomeado pelo Governo, sob proposta do Diretor Geral...

Art.12. As medições serão feitas por territórios, que regularmente formarão quadrados de seis mil braças de lado, subdivididos em lotes, ou quadrados de quinhentas braças de lado, conforme a regra indicada no Art.14 da Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850, e segundo o modo prático prescripto no Regulamento Especial, que for organizado pela Repartição Geral das Terras Públicas.

Art.13. Os Agrimensores trabalharão regularmente por contracto, que farão com o Inspector de cada districto, e no qual se fixará o seu vencimento por braça de medição,... (BRASIL, 1854).

A Lei Áurea tem, certamente, um papel importante neste contexto. Mas a lei de proibição do tráfico negreiro - Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850⁴¹, configura-se como uma das mais significativas para se entender as mudanças que estavam acontecendo no país com relação ao sistema de trabalho utilizado nas lavouras de café e cana-de-açúcar. Muitos estudos questionam se foi a abolição que possibilitou a imigração em massa ou se foi a imigração que oportunizou a abolição:

O tripé: propriedade da terra, imigração e extinção do tráfico escravo, dominou os interesses das autoridades governamentais nos fins da década de 1840 e no início da de 1850. Para suprir a falta de mão de obra agrária, a imigração para o país afigurou-se a melhor solução.

Porém esta solução estava em descrédito. Após os fracassos das primeiras tentativas realizadas pelo governo de D. Pedro I, em promover a imigração

⁴¹ Regulamentada e executada pelo Decreto 1318 de 30 de janeiro de 1854.

para o Brasil, a mesma havia caído em completo desinteresse. A lei orçamentária de 1831, simplesmente aboliu as despesas com a colonização estrangeira nas Províncias do Império. Embora o Ato Adicional de 1824 autorizasse às Províncias a promoverem a imigração, as colônias que surgiram no Brasil com tal permissão foram em número exíguo e diminuta a quantidade de imigrantes entrados (WACHOWICZ, 1976, p. 701).

Com a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1861, a Repartição Geral de Terras Públicas foi extinta e a incumbência de efetuar os registros passou aos Governos Provinciais. Assim, a partir da Lei de Terras (1850) e do repasse da responsabilidade das campanhas de colonização para as Províncias, tornou-se possível um melhor gerenciamento desta política imigratória.

Na concepção de Wachowicz (1976), a criação das Companhias de Colonização e a lei que permitiu a aquisição de terras por imigrantes foram ações ainda pouco eficazes para estimular a vinda do imigrante, pois estes eram, em sua maioria, pobres, e as áreas mínimas dos lotes previstas em lei eram grandes. Pela lei, indivíduos poderiam comprar lotes de 250.000 braças quadradas, ou seja, 121 hectares, mas teriam que pagar à vista. Tanto o tamanho dos lotes como o requisito de pagamento à vista dificultavam sobremaneira a compra de terras para a grande maioria de imigrantes. Para facilitar, foi criada nova lei, de 19 de janeiro de 1867, que propunha novo regulamento para as colônias imperiais, permitindo a maior subdivisão dos lotes e pagamento em cinco prestações anuais a partir do segundo ano de ocupação do lote. Estas modificações da lei de 1850 facilitaram o desenvolvimento da imigração e o crescimento da mesma e das colônias de pequenos proprietários.

Para Browne (1975), a nova Lei das Terras permitiu o desenvolvimento das Companhias de Colonização, as quais se propagaram notadamente pelas regiões sudeste e sul do Brasil, e, ainda, permitiu a aquisição de terras por imigrantes que, em sua maioria, dispunham de poucos recursos financeiros. Iotti (2010) enfatiza:

A iniciativa privada passou a se interessar pela criação de núcleos coloniais, na medida em que mostrou ser um negócio altamente lucrativo. De 1850 a 1889 foram criadas 250 colônias no Brasil, sendo que destas 197 (78,8%) eram particulares, 50 (20%) imperiais e 3 (1,2%) provinciais. E, diversos foram os decretos promulgados depois de 1850, autorizando o funcionamento de sociedades colonizadoras e aprovando contratos celebrados entre o governo e particulares para venda e colonização de terras devolutas (IOTTI, 2010, p. 8).

Pelo Decreto nº 2.168, de 1º de maio de 1858, o Governo Imperial aprovava o regulamento para o transporte de imigrantes. Este decreto foi complementado pelo

Decreto nº 3.254, de 20 de abril de 1864, o qual cria o cargo de Agentes e suas atribuições (SANTOS, 1981). Em 1867, é aprovado o Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867, que estabelecia as condições de fundação das colônias, a forma de distribuição das terras, as condições de propriedade, a administração, recepção e estabelecimento dos colonos, entre outras disposições diversas:

Regulamento para as colonias do Estado.

CAPITULO I

Fundação das colonias, distribuição de terras e condições de propriedade

Art. 1º As colonias do Estado serão creadas por Decreto do Governo Imperial, com designação do respectivo nome e districto colonial previamente escolhido, medido e demarcado por engenheiro do Governo.

Art. 3º Os engenheiros encarregados dos trabalhos concernentes á fundação das colonias, levantarão a sua planta geral, a qual conterà não só a designação dos lotes medidos e demarcados, o traço das estradas e pontes projectadas, rios e grandes correjos, e quaesquer disposições topographicas, como os terrenos reservados para a povoação, que, de accordo com o Director da colonia, houverem sido destinados para ruas, praças, logradouros publicos, igreja, escola, cemiterio, casa de administração, cadêa e outros edificios coloniaes. Destas plantas se tirarão tres cópias, uma para o archivo da colonia, outra para a Secretaria da Presidencia, e a terceira para a Directoria das terras publicas e colonisação.

Art. 4º Os lotes rusticos serão distribuidos em tres classes: os da 1ª terão uma área de 125.000 braças quadradas, ou 605.000 metros quadrados, os da 2ª de 62.500 braças quadradas, ou 302.500 metros quadrados, e os da 3ª de 31.250 braças quadradas, ou 151.250 metros quadrados, equivalentes a 1/2, 1/4 e 1/8 dos lotes de 250.000 braças quadradas, ou 1.210.000 metros quadrados, mencionados no art. 14 § 1º da Lei de 18 de Setembro de 1850 (BRASIL, 1867, grifo nosso).

Essas legislações ofereceram um aparato legal diretamente relacionado com a imigração, estimulando os deslocamentos, reservando e organizando áreas destinadas aos empreendimentos coloniais, estruturando a recepção e buscando amparar os colonos na fase de adaptação ao território. Os esforços de adaptação e modernização à Política de Imigração continuaram e, ainda durante o Governo Imperial, foi assinado o Decreto nº 619, de 23 de fevereiro de 1879, que criou e organizou a IGTC- Inspeção Geral de Terras e Colonização, instituindo, no seu artigo 23, a hospedaria dos imigrantes e o escritório de locação de serviços. No entanto, esta legislação foi suspensa da sua execução pelo Decreto nº 7.570, de 20 de dezembro de 1879, devido à insuficiência de verbas (SANTOS, 1981). Encerra-se aqui o segundo momento da política imigratória.

Após a Proclamação da República, foi aprovado, no ano seguinte, o Decreto-Lei nº 528, de 28 de junho de 1890, que regularizou a entrada dos imigrantes e o Decreto-Lei nº 603, de 26 de julho de 1890, que organizou a Inspeção Geral de Terras

e Colonização. Estas legislações foram determinantes para a grande “febre de imigração” que ocorreu neste período. Tem-se aqui o início do terceiro momento da Política Imigratória Brasileira:

O Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890, procurou regularizar o serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Conhecida como ‘Lei Glicério’, representou uma continuidade da política imigratória imperial, na medida em que mantinha auxílios e recursos dos cofres públicos para o transporte e a introdução de imigrantes no país. O General Francisco Glicério, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, justificou a Lei, ressaltando que ela também atendia à localização de imigrantes, promovendo ‘não só a transformação das propriedades agrícolas, mediante prêmios e auxílios aos proprietários, segundo a categoria das mesmas propriedades, como a fundação de núcleos especiais, onde as estradas de ferro econômicas – com garantia de juros – ligando-os aos centros de consumo ou aos pontos de exportação, representam o poderoso fator que, com os demais auxílios, lhes assegura vantajoso êxito, com real proveito para os imigrantes que forem localizados’ (IOTTI, 2001, p. 451).

A Constituição de 1891 confirmou a nova posição do governo republicano. Através do artigo 64, transferiu o domínio das terras devolutas para as unidades da federação, as quais, a partir daquele momento, passariam a ter liberdade de ação nas questões relativas à imigração e colonização. Conforme Roche (1969), finalmente, o governo estadual poderia dispor das terras devolutas e fixar as formas de utilização e demais critérios de demarcação, de acordo com as necessidades e realidade de cada estado. Porém, a carência de recurso dos governos estaduais fez com que este processo de transição ocorresse de forma lenta. Inicialmente, o governo central emancipou as antigas colônias imperiais, mas continuou financiando as passagens dos imigrantes dos portos europeus aos brasileiros. Os estados foram assumindo, aos poucos, a parceria com a iniciativa privada e, entre os anos de 1889 a 1914, foram criadas 102 colônias, sendo que 84 (83%) eram particulares, 16 (15%) federais e duas (2%) estaduais (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 51 apud IOTTI, 2010). Contudo, diante das dificuldades enfrentadas pelos estados como Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul em manter o fluxo de imigrantes, o governo central voltou a interferir na política de colonização de imigração. Em 1905, a Lei nº 1.453, de 30 de dezembro, ampliou os programas de colonização oficial e tornou a subsidiar a imigração.

Segundo, ainda, Iotti (2001), só o período republicano (1889-1914) poderia ser subdividido em três fases distintas, no que diz respeito às ações e mudanças da política de imigração: a primeira, de 1889 a 1891, quando o governo republicano deu

continuidade à política imperial, mantendo algumas concessões para o transporte e instalação de imigrantes. A segunda fase, de 1891 a 1907, quando o poder público transferiu para os estados a tutela dos negócios ligados à imigração e à colonização. A terceira, de 1907 a 1914, quando o governo republicano voltou a intervir no processo de incentivo à imigração e de criação de novos núcleos coloniais.

É, portanto, nesta segunda fase republicana (1891 a 1907) que se desenvolve a colonização do vale médio do Rio Iguaçu, no Paraná. Mas é possível encontrar colônias das diversas fases da história do Brasil Império e República, com características diferenciadas, tanto no estado do Paraná como nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, que são os estados mais próximos.

Como síntese, constata-se que houve um aprimoramento da Lei de Terras para ser ajustada às características econômicas de cada província/estado da federação e de acordo com o perfil desses imigrantes. O “surto colonizador” foi muito melhor estruturado, eliminando, em parte, o imprevisto do período anterior, proporcionando a chegada e a permanência no Brasil de milhares de imigrantes de diversas nacionalidades (SANTOS, 1981).

Cabe lembrar que a política de ocupação territorial, através da organização de colônias, é uma estratégia antiga de povoamento, uma experiência trazida da Europa, ainda no período medieval.

Dentre os estudos sobre este assunto, destaca-se uma obra do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) (1971), cujo pesquisador Bento Munhoz da Rocha descreveu, em linhas gerais, uma primeira etapa de criação das primeiras colônias polonesas com a introdução do sistema feudal em seu território e sua posterior transformação jurídica e física em função da entrada de muitos germânicos, que trouxeram inovações técnicas e novas propostas jurídicas que fortaleciam o sistema feudal para maior exploração territorial e servil.

Certamente, este tipo de estrutura espacial estava disseminado por todo o território europeu ocidental, com algumas variações de reino para reino. Vale ressaltar que este sistema era baseado na produção agrícola, cujas propriedades feudais pertenciam às camadas privilegiadas da sociedade: a Igreja, a nobreza e o rei. Por um lado, o rei cedia as terras à nobreza, e esta deveria apoiá-lo militarmente na defesa do território. Por outro, a nobreza organizava as terras em forma de fazenda com colônias (termo utilizado no texto do documento para localizar as áreas de cultivo dos servos), dividindo-a em áreas de pastagem coletiva, áreas de floresta, área para

organização de pequena praça com a capela e o cemitério, a área agrícola de propriedade do nobre e a área agrícola da colônia, que seria subdividida em feudos e “cedidos” às famílias de agricultores, os servos, mediante pagamentos diversos (corveia, banalidade, dízimo à igreja...). O Boletim do IHGEP aponta que durante os séculos IX e X, a situação do reino da Polônia era a de transformação, para adaptação ao feudalismo:

A transição do camponês livre e senhor dos seus domínios territoriais, para as condições de dependente, na verdade não envolveu toda a população rural e não constituiu episódio comum em todas as regiões polonesas [...]. Naquelas grandes propriedades feudais, principalmente aquelas onde foi adotado o novo sistema de colonização, onde foi mais ampla a sua aceitação, no ato da instalação de uma nova colônia, tornou-se princípio essencial proceder à distribuição das terras de maneira tal que cada um dos novos ocupantes recebesse não somente um lote idêntico ao de seus vizinhos, mais que também houvesse a mesma identidade, na qualidade, na fertilidade do solo que seria explorado [...] Essas normas de direito, pela contínua aplicação chegaram a alterar sensivelmente o panorama rural polonês. Com efeito, se o contemplássemos de cima, veríamos um imenso ‘tablado xadrês’, muito irregular, sem harmonia na disposição dos lotes cultivados [...] As colônias resultantes se compunham em média de uma dezena ou pouco mais de estabelecimentos rurais, situados de modo mais ou menos agrupado ao longo de uma estrada, em torno de uma praça, de um lado ou finalmente, nas margens de um rio (BOLETIM DO IHGEP, 1971, p. 146).

As novas transformações político-jurídico e espaciais influenciadas pela entrada dos germânicos no território ocorreram no período do século X ao XIII, denominada *jus-germanicum*, que foi, aos poucos, substituindo *jus-polonicum*, e a “vinculação do homem ao solo passou a ser condicionada por meio de instrumentos contratuais de locação (perpétuos), nos quais eram definidos os direitos e deveres de locadores e locatários” (BOLETIM DO IHGEP, 1971, p. 151). A forma de divisão das terras, também, diferenciava-se em relação às áreas de pastagens e florestas que não eram mais subdivididas entre os servos, bem como não se possibilitava mais o sistema de rodízio de cultura na terra (tendo em vista que das três partes que o servo recebia, uma descansava para recuperar o solo enquanto as outras eram trabalhadas), pois no sistema *germanicum* os lotes, subdivididos em forma de longas faixas estreitas, tendo uma das frentes mais estreitas voltadas para a estrada, deveriam ser internamente subdivididas pelo servo em três partes: pastagem, cereais e hortaliças e legumes, de modo que a cada ano, mudava-se a disposição destas funções no lote (figura 2). Também, deveria ser delimitado dentro da nova colônia um perímetro para uso coletivo:

[...] destinada para uso coletivo, geralmente situada à margem de um riacho, de um vale ou de uma estrada, na qual, com o decorrer do tempo, seria organizada uma praça com a sua igreja e as tradicionais feiras. A partir desta área se procedia ao loteamento de todo o remanescente, em forma de longas faixas, uma para cada colono. Pelo exposto, torna-se evidente a diferença entre os sistemas de colonização polonês e germânico. O primeiro apresenta as colônias geralmente situadas nas melhores terras, aqui as áreas de cultivo, ali as reservas florestais e as pastagens e todas elas, alterando, ano a ano, seu conteúdo, objetivando o rodízio de culturas. No meio dos lotes dos camponeses, a casa senhorial do nobre feudatário, circundada por terrenos intensamente cultivados [...] O segundo sistema, apresenta os lotes rurais locados, longas faixas e paralelas, às vezes confluentes a uma praça, a uma estrada ou rio [...] (BOLETIM DO IHGEP, 1971, p. 155).

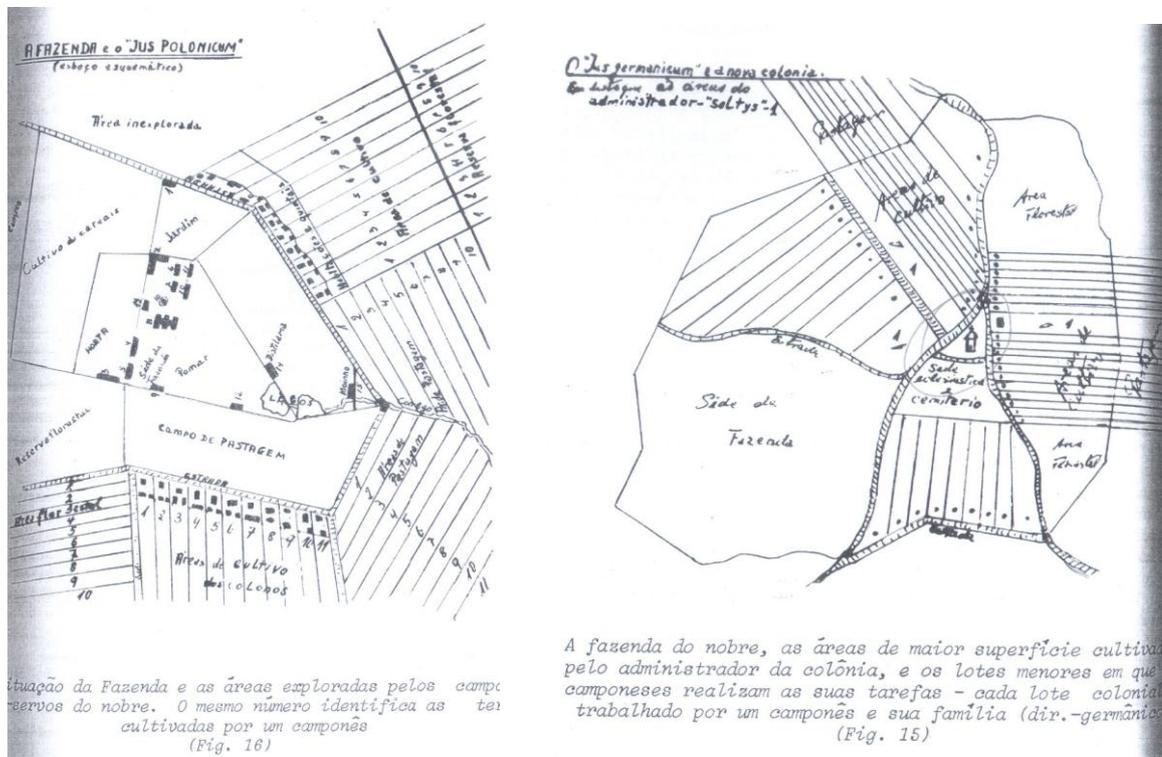


FIGURA 2 - IMAGENS DOS DOIS ESQUEMAS DE MODELOS DE FAZENDA: A ESQUERDA, DE *JUS-POLONICUM* E À DIREITA, A DE *JUS-GERMANICUM*

Fonte: Boletim do IHGEP (1971, p. 147-154).

Estudos mais aprofundados, provavelmente, indicariam a origem exata desta forma de organização espacial e política - a colônia agrícola, se proveniente da Europa mesmo (antiga Germânia ou do antigo Império Romano) ou, ainda, de outro continente. Em Portugal, certamente, uma proposta quanto à disposição das fazendas e colônias semelhantes ocorreu, pois foi através da Coroa que os primeiros modelos de colônias agrícolas foram implantados no Brasil, ainda no período do Brasil Império. Mas, sem dúvida, as adaptações jurídicas e espaciais foram necessárias para a inclusão desta estrutura espacial ao novo sistema econômico capitalista que estava

sendo inserido também no Brasil Império, observando-se que agora tratava-se de homens livres, apesar de saírem do regime servil (do feudalismo) que queriam ter direito à propriedade da terra, seu objetivo maior.

Muitas semelhanças permaneceram, como se verá adiante, na delimitação das estradas e organização dos lotes agrícolas junto às mesmas e na delimitação de uma área urbana com uma área de uso coletivo, como uma praça, para onde estas estradas deveriam convergir. Tem-se, portanto, uma visível reprodução das experiências agrárias europeias em território brasileiro. Talvez, a preservação da forma espacial fosse intencional, para facilitar a adaptação dos imigrantes ou apenas porque a proposta espacial das colônias se ajustava às condições físicas do território brasileiro - as terras devolutas disponíveis estavam dispersas entre as propriedades privadas existentes, ou ainda, simplesmente, por ser a experiência que a Coroa portuguesa conhecia e vivenciou em seu território. De qualquer forma, fica apenas como assertivo o fato das colônias serem uma proposta trazida da Europa e não criada no Brasil.

Esta política de imigração modificou significativamente a paisagem de diversas regiões e províncias brasileiras, porém de uma maneira mais significativa e homogênea quanto às características físicas, econômicas e socioculturais nas três províncias do sul do país, ou seja, os atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Observa-se que algumas diferenças entre as colônias se justificam, na maioria das vezes, tanto pelas características topográficas quanto pelo fato de serem constituídas em períodos históricos diferentes, cujas legislações variavam na dimensão mínima do lote e, ainda, em função das adaptações locais que precisaram ser feitas, especialmente quando a criação e gestão destas colônias passaram a ser feitas pelas províncias, dependendo de subsídios das mesmas.

3.3 ESPAÇOS CONCEBIDOS: NOVAS PAISAGENS RURAIS MARCAM AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOPOLÍTICAS NO SUL DO BRASIL

Como analisou Lefebvre (1974), cada nova estrutura política e econômica engendra novas configurações e arranjos territoriais, que podem ser analisados através do ponto de vista da estrutura, do processo, da função e da forma. E, ainda,

quando uma área é incorporada às formas técnico-científicas de (re)organização espacial e assim destinada a abrigar frações de capital que exigem uma rentabilidade maior [...], ela é obrigatoriamente dotada de meios de transporte e comunicações que a ligam aos centros nervosos do país (SANTOS, 1992 [1985], p. 48).

Sabendo dessas condições, os poderes políticos vigentes dos períodos colonial, imperial e republicano procuraram subsidiar e incentivar as novas ocupações agrícolas, que objetivavam a povoação do interior e das fronteiras para controle do território e, principalmente, a produção agrícola voltada para o abastecimento interno. As políticas imigratórias dos poderes imperiais e provinciais financiavam, na medida em que podiam, as passagens dos imigrantes, a instalação das colônias com demarcações de lotes, transporte e hospedagem dos imigrantes, construção de estradas para escoamento da produção até as principais cidades, ferramentas e até recursos financeiros para os primeiros períodos de estadia até que as famílias começassem a colher os primeiros frutos do seu trabalho. Muitas colônias prosperaram, outras fracassaram; e a justificativa para esses fracassos geralmente estava associada à falta de alguns daqueles elementos essenciais para o desenvolvimento do circuito produtivo: ligação entre a área de produção e o mercado de abastecimento, auxílio financeiro e/ou político para as famílias recém-chegadas que eram deslocadas e abandonadas no interior do território, sem equipamentos ou meios de subsistência. Como será demonstrado, a instalação dessas colônias modificou completamente o cenário econômico e espacial dessas províncias, resultando em novas paisagens.

3.3.1 A instalação das colônias agrícolas no Rio Grande do Sul

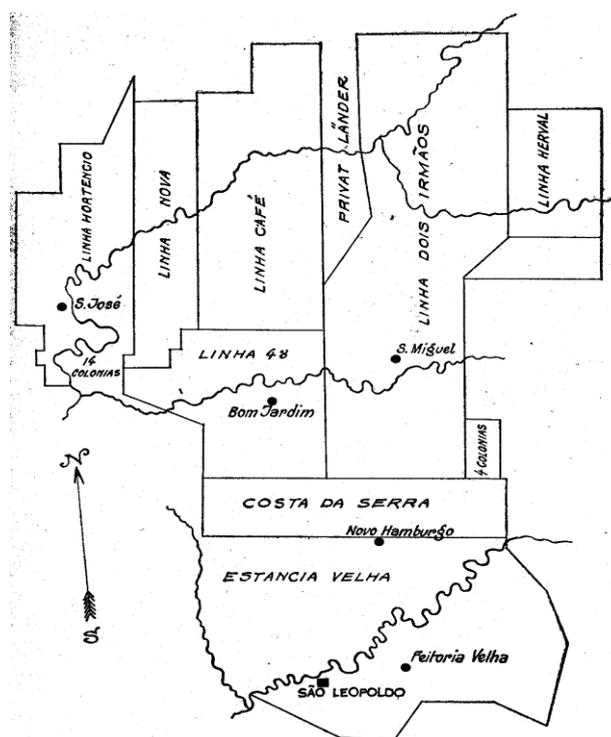
O Rio Grande do Sul foi um dos estados do Brasil que mais teve seu desenvolvimento populacional pautado por sucessivas ondas migratórias europeias durante a fase do Brasil Colonial, Imperial e Republicano até a Primeira Guerra Mundial (STAWINSKI, 1976).

Inicialmente, como nas demais províncias, tem-se a criação das quatro primeiras vilas, de acordo com os registros do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em 1809: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo do Sul e Santo Antônio da Patrulha. Os primeiros povoadores deste território viviam, basicamente, nas vilas. A área rural era ocupada por extensas fazendas (latifúndios) de gado. Havia as feitorias que,

precariamente, muniam as vilas com produtos agrícolas que eram produzidos por mão de obra escrava. No entanto, em 1860, o número total de municípios já alcançava 28 e, em 1900, mais que duplicou, num total de 65 municípios em virtude do processo migratório (STAWINSKI, 1976).

Esta província foi uma das pioneiras a utilizar-se das estruturas coloniais como solução para povoamento e incremento da atividade agrícola, necessária para o abastecimento do mercado interno consumidor. Ainda na primeira fase da política de povoamento estimulada pela Coroa Portuguesa (Brasil Colonial), o Rio Grande do Sul, baseado na experiência vivenciada, inicialmente, pela Província do Rio de Janeiro em 1818, na Vila de Nova Friburgo, adaptou a ideia da colônia aproveitando-se das instalações e terras de uma antiga feitoria, próximo à margem esquerda do Rio dos Sinos. Com famílias provenientes de uma grande leva de alemães que seriam instalados no Rio de Janeiro, em 1824 (novamente em Nova Friburgo), outra parte das famílias (num total de 41 pessoas) foi dirigida para ocupar esta antiga feitoria, que passou a ser denominada de Colônia de São Leopoldo (figura 3).

Importante destacar que esta colônia, assim como outras fundadas no mesmo período colonial, tiveram características diferentes das demais fundadas no início do período imperial e, essencialmente, republicano, época em que foram fundadas as colônias polonesas e ucranianas do vale do Iguaçu, Paraná. Stawinski (1976) explica que,



Carta da Colônia de São Leopoldo

FIGURA 3 - COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO, PROVÍNCIA DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (RS)
Fonte: São Leopoldo (2014).

com base em dispositivo da Lei do Governo Imperial, cada família de imigrantes, ao chegar ao Rio Grande do Sul, deveria receber um lote colonial de cerca de 78 hectares e, também, vacas, cavalos, porcos e galinhas bem como o subsídio de 160 réis por pessoa no primeiro ano [...] (STAWINSKI, 1976, p. 10).

Numa segunda fase, após a aprovação da Lei de Terras e o aumento da escassez da mão de obra na agricultura, em 1874 (Período Imperial) o Governo Geral, associado a empresas particulares e às províncias, inicia nova fase da política migratória, sendo que, neste momento, as características das novas colônias e os subsídios dados às famílias de imigrantes seriam diferenciados: cada família (agora de italianos e poloneses) receberia um lote colonial de 25 hectares, com auxílio no primeiro ano da Diretoria de Colonização, disponibilizando víveres, ferramentas agrícolas e sementes de cereais. Percebe-se que as vantagens aos colonos começam a escassear, se comparadas às do primeiro grupo de 50 anos atrás, como demonstra a descrição abaixo, sobre uma nova colônia instalada já no período imperial:

Toda a área da Colônia Conde d'Eu fora dividida em linhas ou secções; e cada secção, em lotes coloniais de 25 hectares. As linhas mais conhecidas eram: Figueira de Melo, Estrada Geral, Costa Real, Azevedo Castro e Alencar Araripe.... Daí que entre os anos de 1874 e 1889, foram chegando ao Rio Grande do Sul mais de 60 mil imigrantes italianos, em sua maioria agricultores. Surgiu daí a chamada Colônia Italiana, constituída pelos municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, [...] (STAWINSKI, 1976, p. 30).

Estes poloneses que vieram, embora em pequeno número de 26 famílias, ocuparam a Linha Azevedo Castro, secção I, ainda no ano de 1875, poucos meses antes dos italianos. Esta colônia pertence hoje ao município de Garibaldi (figura 4). Porém, como logo ficaram “cercados” de Italianos e não dispunham, na região, de mais terras para comprar e se expandirem, muitos decidiram vender seus lotes para

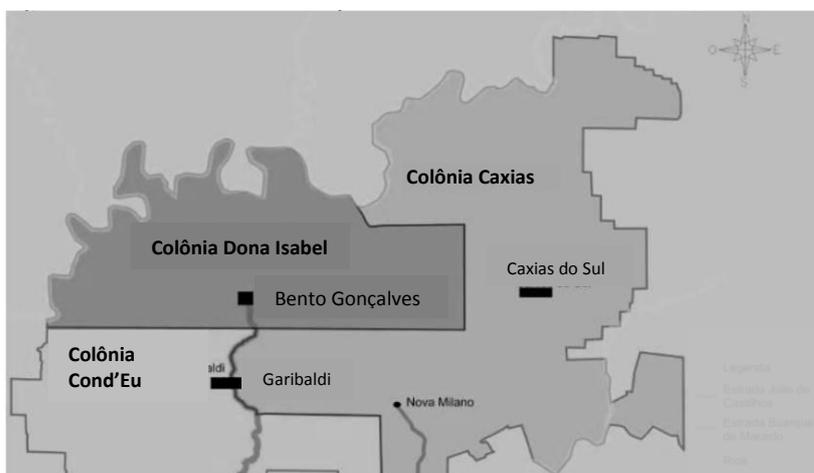


FIGURA 4 - DIVISÃO TERRITORIAL DAS TRÊS PRIMEIRAS COLÔNIAS NO RIO GRANDE DO SUL
Fonte: César et al. (2012, p. 3).

reemigrar para a nova Colônia de Santa Teresa e lá, novamente, estabelecerem-se em novas terras agrícolas (por volta dos anos de 1883) para si e seus filhos. A partir desta nova colonização, irão

surgir diversas comunidades polonesas: de Nossa Senhora de Czenstochowa, de Santo Estanislau Kostka e de Nossa Senhora do Rosário (CÉSAR et al., 2012).

Só a partir de 1891 é que se verifica a chegada de um grande contingente de famílias polonesas, pois é no período Brasil República que ocorrerá a “grande febre da imigração” e, devido à enorme quantidade de imigrantes, a Diretoria de Terras e Colonização não tinha condições de dar a mesma assistência que fora despendida aos antecessores. Uma das questões levantadas por Stawinski (1976) é que as melhores áreas já haviam sido ocupadas, restando somente algumas “sobras” de terras para povoar, mais acidentadas, pedregosas e difíceis de trabalhar.

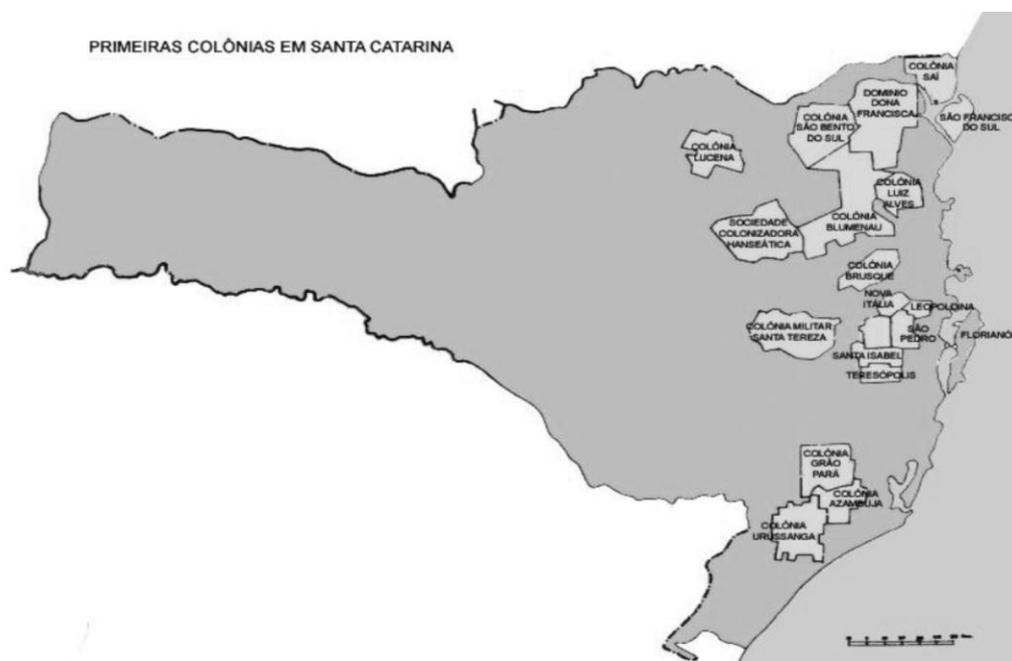
Mesmo assim, entre os anos de 1890 e 1894 surgiram os primeiros e mais importantes núcleos de imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul. Na região central do Estado, surgiram os núcleos de Silveira Martins, Jaguari e Ijuí. Na região Meridional formaram-se os núcleos de Rio Grande, Pelotas, Mariana Pimentel, São Brás e Dom Feliciano. No nordeste e faixa litorânea, Santo Antônio da Patrulha e Baixa Grande. Na região serrana, situada entre o norte de Porto Alegre, criaram-se os núcleos de Nova Petrópolis, as Colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Santa Bárbara, Santa Teresa, São Marcos, Antônio Prado, Alfredo Chaves (Veranópolis), Capoeiras (Nova Prata), Boa Esperança (Vespesiano Corrêa) e São Luiz da Casca (STAWINSKI, 1976, p. 43).

De qualquer forma, nesta nova fase do Brasil Republicano, em que as províncias tiveram que assumir as responsabilidades por suas colônias, o presidente desta Província do Rio Grande estabeleceu novas regras referentes à colonização do Rio Grande do Sul. Essas regras determinavam que os lotes coloniais não seriam maiores de 30 hectares, preferindo, para a compra dos mesmos, famílias já residentes nas colônias, às quais seus antecedentes poderiam se comprometer e afiançar as terras novas pretendidas (HERÉDIA, 2001). Devido à Revolução Federalista, esses trabalhos foram suspensos, retornando em 1899. De 1903 a 1913, a Diretoria do Povoamento do Solo remeteu, por conta da União, grandes levadas de imigrantes sem grandes critérios de escolha. Essa Diretoria elegeu uma inspetora de povoamento que adiantava aos imigrantes 250\$000 para a construção da casa e 150\$000 para ferramentas e sementes. A fim de regularizar essa massa imigratória, o Estado firmou com a União, em 1908, um convênio, pelo qual esta se comprometeria a remeter apenas 400 imigrantes por mês, e a auxiliar o Estado no pagamento das despesas de hospedagem. Por outro lado, o Estado deveria devolver à União os recursos por família estabelecida, à medida que fossem as famílias liquidando os seus débitos. Esse acordo foi rescindido pelo Estado, em julho de 1913, quando retornou o regime

de imigração e colonização espontâneo. Borges de Medeiros, Governador do Estado, justificava essa medida dizendo que o Rio Grande do Sul já possuía um número elevado de imigrantes, por ser sua população agrícola elevada, representando mais de 1/3 da população total. Entre 1875 e 1914, a estimativa oficial de imigrantes italianos, entrados no Rio Grande do Sul, era de 84.000. (PELLANDA et al., 1950 apud HERÉDIA, 2001).

3.3.2 A instalação das colônias agrícolas em Santa Catarina

A primeira colônia fundada em Santa Catarina foi a de São Pedro de Alcântara, em 1829, aos moldes da Colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (em 1824), para receber as primeiras famílias de alemães (figura 5). A segunda, também para receber os imigrantes alemães, foi a colônia de Rio Negro, na divisa entre as províncias de Santa Catarina e Paraná, que na época ainda era pertencente à província de São Paulo. Naquele tempo, a Província de Santa Catarina era constituída de uma cidade, Desterro (capital) e três vilas: Laguna, Lages e São Francisco. Sua população era predominantemente lusitana. A Colônia de São Pedro de Alcântara, situada a 30 quilômetros de Desterro, atual Florianópolis, recebeu pouco mais de 130



Mapa 19 Localização das primeiras colônias de imigração em Santa Catarina
Fonte: PIAZZA, 1994

FIGURA 5 - ESTADO DE SANTA CATARINA. LOCALIZAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS ATÉ O ANO DE 1910
Fonte: Piazza (1994).

famílias, cuja organização espacial delimitava uma praça com dois logradouros para construção de 20 choupanas que receberiam os imigrantes, até que os mesmos conseguissem se instalar em seus lotes, de 50 a 100 braçadas de frente por 750 de fundos (36,3 hectares), distribuídos de acordo com o tamanho das famílias (PIAZZA, 1983).

Duas colônias fundadas posteriormente, em 1849 (Colônia Dona Francisca) e 1850 (Colônia São Paulo de Blumenau), no nordeste da província seriam fundamentais para, a partir delas, expandir novos núcleos, nos vales do Itajaí, Itajaí-Mirim e a atual São Bento do Sul (PIMENTA, L.; PIMENTA, M., 2011). Em 1860 foi instalada a Colônia Itajahy-Brusque. Só a partir de 1875 tem-se o início de nova onda migratória, agora por famílias de italianos, que ao norte da província iriam se aproximar das colônias alemãs, ocupando, dessa forma, o alto vale do Itajaí e também ao sul da província, nas proximidades do atual município de Criciúma, esta fundada em 1880.

Enfim, uma terceira grande onda de imigração em Santa Catarina acontece, ainda, no período do Brasil Império, regido pelo Decreto-Lei nº 528, de 28 de junho de 1890 (Lei Glicério), que regulariza a entrada dos imigrantes e o Decreto-Lei nº 603, de 26 de julho de 1890 (VIEIRA, 2008). E é nesta terceira fase que Santa Catarina recebeu uma grande quantidade de famílias polonesas e algumas ucranianas. A presença polonesa inicia-se em Brusque (figura 6) e coincide com o começo da imigração italiana em Santa Catarina, conforme Goulart (1984), em agosto de 1869. Outra leva de imigrantes poloneses foi para Brusque, de acordo com anotações do engenheiro chefe da Comissão de Medição e Colocação de Imigrantes nas Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro, Dr. Reginaldo Cândido da Silva, citado por Goulart (1984, p. 47), “[...] que anotou em seus relatos o registro de 26 poloneses católicos vindos para Brusque em 1888”. Os imigrantes poloneses irão concentrar-se, principalmente, na região do planalto norte-catarinense, em especial no atual município de Itaiópolis, mas também nas cidades de Jaraguá do Sul e no alto vale do rio Itajaí, nos municípios de Rio do Campo, Benedito Novo e Rio dos Cedros. No vale dos Tijucas, as colônias formaram os municípios de Major Gercino e Nova Trento. No sul do estado também irão se estabelecer, nas cidades de Criciúma, Orleães e Grão-Pará. Poucos ucranianos se estabeleceram em Santa Catarina e, bem mais tarde,

somente no período republicano, entre os anos de 1895 e 1996, formando a Colônia Iracema (200 famílias), próxima a Itaiópolis.

Pela planta cadastral das colônias ao redor de Brusque, observa-se o grande reticulado, a repetição do princípio da propriedade minifundiária, para ser explorada por meio de mão de obra familiar, assim como foi verificado nas colônias de São Leopoldo e adjacências, na província do Rio Grande do Sul (figura 6). A pequena propriedade possibilitava o sustento, o domínio espacial familiar e, ainda, o pagamento da dívida, mesmo que parcelado, por aquelas terras, já que estes imigrantes eram, na maioria, pobres.

Por lei, sempre era reservada, numa colônia, pequena área para ser o núcleo administrativo e social. De modo geral estes núcleos acabam por atrair outras atividades, como o comércio, pequenas oficinas, escola, igreja, etc., tornando-se, subsequentemente, o núcleo urbano.

Pimenta, L. e Pimenta, M. (2011) descrevem como os diversos períodos de colonização singularizaram paisagens rurais e urbanas devido às formas como as colônias e os parcelamentos dos lotes coloniais foram estruturados.

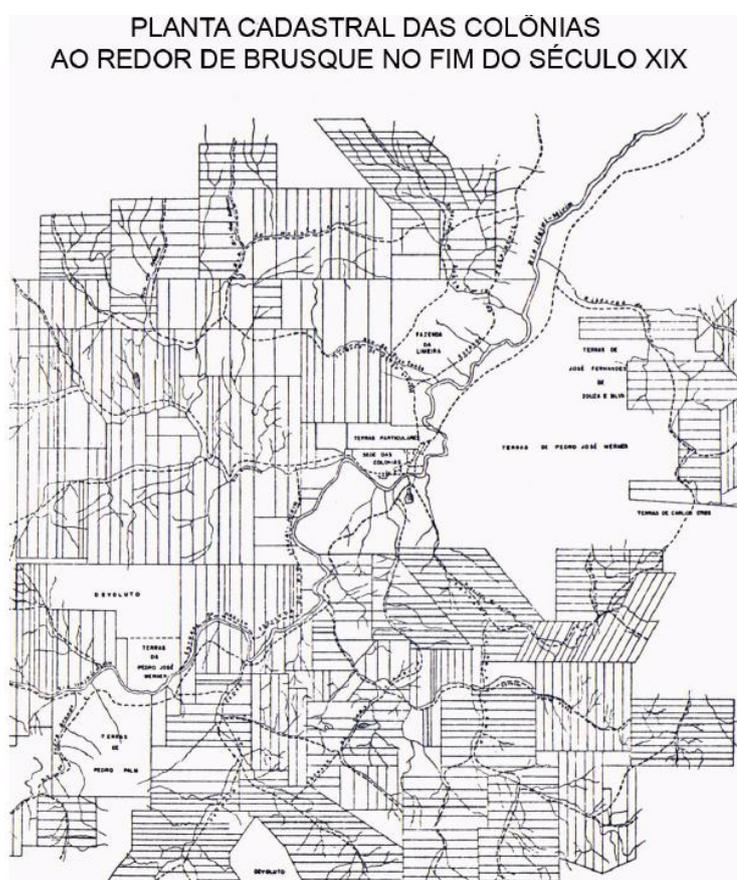


FIGURA 6 - COLÔNIA DE BRUSQUE E ENTORNO, FINAL DO SÉCULO XIX

Fonte: Vieira (2008).

O regime da pequena propriedade rural, explorada a partir do trabalho familiar, foi adotado genericamente em todas as regiões, conferindo características bastante peculiares à sua economia e contrastando fortemente com os modos de produção desenvolvidos nas demais regiões brasileiras. O componente artesanal e técnico presente entre as populações imigrantes, combinado com o mercado constituído por uma pequena

agricultura mercantil de produtos de produtores independentes, ensejou o desenvolvimento de uma urbanização, acompanhada de atividades artesanais e de pequena indústria acoplada ao comércio local e regional (PIMENTA, L.; PIMENTA, M.; 2011, p. 6).

3.3.3 A instalação das colônias agrícolas no Paraná

Considerando-se que o atual território do Paraná era parte da província de São Paulo até agosto de 1853, notadamente, as iniciativas referentes à imigração e à instalação de colônias que aconteciam estavam localizadas, sobretudo, naquela província, já que a preocupação naquela época era basicamente suprir a defasagem de mão de obra junto às fazendas cafeeiras paulistas e de agricultura de subsistência aos núcleos urbanos formados. Mesmo assim, em função do Ato Adicional de Lei de 1824, que permitia a instalação de colônias por iniciativa das províncias, duas colônias foram instaladas no atual território do Paraná: a colônia de Tereza, às margens do Rio Ivaí e a de Superagui, ao norte da Baía de Paranaguá, ambas por iniciativas de fazendeiros particulares (Maurício Faivre e Carlos Perrete Gentil, respectivamente) (WACHOWICZ, 1976).

No território da futura província do Paraná predominavam as fazendas de gado. Muitas estâncias haviam se formado em função da passagem dos tropeiros, associadas às condições físicas do território (terras planas e pastagens dos campos gerais) que estimulavam esta atividade econômica. Foram, naturalmente, estes fazendeiros que assumiram a vida política desta nova província. Mas, o declínio desta atividade começou ainda no início do século XIX, a partir do momento em que os olhares destes fazendeiros se voltaram para as florestas de araucária, as quais possibilitavam a diversificação da atividade para a extração da erva-mate⁴². Assim, desde o início da instalação da província, houve, por parte de seus governantes, o deslocamento de mão de obra e incentivo da exploração ervateira, sendo, nas décadas de 1840 e 1850, o principal produto exportado.

Entretanto, a crise econômica nacional que ocorreu naquelas décadas dificultou, inclusive, a sobrevivência da exportação da erva-mate. Como tentativa de reação nacional, o governo imperial buscou realizar ações regionais de colonização. Assim, com o governo provincial do Paraná, criaram uma grande colônia a 109

⁴² Segundo Wachowicz (1976), estas matas de araucária, que eram consideradas áreas devolutas até a presente época (décadas de 1840 e 1850), eram também mais favoráveis à agricultura devido às características do solo.

quilômetros do município de Curitiba, denominada de Assunguí, em 1860, como tentativa de aumentar a produção agrícola. Uma grande colônia foi instalada, com imigrantes europeus de diversas etnias e também brasileiros, num total de 2.957 habitantes, mas que infelizmente não prosperou em função do seu isolamento físico: “Os colonos [...], abandonaram em grande número as propriedades que lhes couberam na colônia, insatisfeitos sobretudo com a falta de condições para colocação de seus produtos, nos portos do litoral, como no mercado da capital” (WACHOWICZ, 1976, p. 704).

Seguindo a experiência de Santa Catarina, a província do Paraná propôs uma ocupação semelhante no final dos anos de 1860, nos arredores de Curitiba, aos reimigrantes provenientes de Santa Catarina:

Estes reimigrantes espontâneos, sobretudo da colônia D^a Francisca, da vizinha província de Santa Catarina, se estabeleceram no rocio de Curitiba, em pequenas chácaras. Estes reimigrantes, principalmente alemães, manifestavam-se satisfeitos com sua fixação nos arredores da capital. Imitando tal exemplo, a Província criou, nos arredores da capital e nos municípios vizinhos, uma série de colônias menores, tendo os colonos ali estabelecidos mercado garantido nos centros urbanos próximos. Floresceram assim nos arredores de Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Largo e Freguesia do Iguaçu, 21 colônias. Estas, em 1880, contavam com 6.180 habitantes, sendo a maioria formada por imigrantes poloneses e italianos. Estas 21 colônias foram estabelecidas em terrenos particulares, comprados pela Província e vendidos aos colonos em pequenos lotes (WACHOWICZ, 1976, p. 704).

Houve, também, uma tentativa de ocupação nos campos gerais, pelos russo-alemães, em torno de 1876, mas esta infelizmente foi fracassada devido à inviabilidade do solo, no que acarretou nova evasão. “A Província, receosa de novos fracassos nesses moldes, não tomará nenhuma iniciativa de vulto com relação à imigração européia durante a década de 1880” (WACHOWICZ, 1976, p. 706).

A futura ocupação da região do vale do Iguaçu seria motivada por questões políticas essencialmente. De acordo com Wachowicz (1976), a Confederação Argentina reivindicava o território da região de Palmas, no sudoeste da província, região onde habitantes dos povoados argentinos já estavam extraindo erva-mate. A entrada, tímida e silenciosa no início de 1880, passou a ser vultuosa, chegando a expulsar moradores brasileiros nas regiões de Campo Erê que se refugiaram nas regiões de Porto União, Campo Erê e Palmeira. Mas, desde 1859, o Governo Imperial já havia autorizado, mediante Decreto Imperial nº 2.502, a construção de colônias

militares, as quais só vieram a ser construídas quando a invasão pelos argentinos tornou-se mais expressiva e agressiva. São fundadas as ocupações de Chapecó e Chopim, ambos em 1882⁴³, e para ligar estas colônias à Capital e ao Porto de Paranaguá, foi retomada uma ideia antiga que combinava diversos meios de transporte:

Como eixo principal de comunicação destas colônias militares, com o litoral, foi escolhido o rio Iguazú, que corre justamente de leste para oeste. Neste sentido, um velho projeto de 1857, do engenheiro Hégreville, foi desarquivado. O rio Iguazú revelava-se navegável desde a corredeira de Caiacanga, a 2 léguas de Palmeira, até o Porto da Vitória, numa extensão de aproximadamente 350 km. O acesso do Porto de Paranaguá até Caiacanga seria feito por estrada de ferro; e do Porto Vitória até as colônias militares, por comboios de muares. Embora esta comunicação contasse com três meios de locomoção, encurtaria o trajeto em 4 a 5 dias (WACHOWICZ, 1976, p. 708).

Entre os anos de 1885 e 1886, o presidente da Província Alfredo d'Éscragolle Taunay fundou onze entidades de apoio à imigração em onze cidades e vilas do Paraná. Foi necessário unir o governo provincial, câmara de vereadores de diversos municípios e entidades particulares para suprir a demanda (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969). A navegação do rio Iguazú tornou viável a exploração e o transporte da erva-mate, a qual começou no ponto onde está hoje situada a área urbana de São Mateus do Sul, região que se tornou propícia e necessária para instalação de colônias agrícolas:

As colônias foram colocadas de preferência na margem direita do rio Iguazú, visto que a margem esquerda, além de estar povoada pelo indígena hostil, estava em disputa com a vizinha província de Santa Catarina. Surgirão então as colônias de São Mateus, Palmira, Água Amarela, Água Branca, Rio Claro, Barra Feia, Antônio Olinto, Jangada etc. Por seu turno, nas margens da ferrovia São Paulo-Rio Grande, foram criados os núcleos de Iratí, Rio Azul, Marechal Mallet, Rebouças, Vera Guarani, etc. Deslocadas mais para o centro do território paranaense, surgiram Prudentópolis, Ipiranga, Ivaí, Candido Abreu, Jesuino Mar-condes, Apucarana, Senador Corrêa etc. Todas estas colônias ficaram ligadas ou dependentes aos dois eixos de comunicação: vale do Iguazú e o leito da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (WACHOWICZ, 1976, p. 710).

Essa união de esforços resultou na fundação de mais de 40 colônias, entre os anos de 1880 e 1910, de diversas etnias. Tem-se resumidamente, neste período, a

⁴³ Assim como no Paraná, também, na antiga província do Rio Grande do Sul, em função da “questão de Palmas”, diversas novas colônias foram instaladas no mesmo período, dentre elas, Guarany das Missões, Ijuhy, Santa Rosa, Erechim (WACHOWICZ, 1976).

instalação de cinco conjuntos de colônias, que formam as cinco regiões ocupadas ainda no período do “Paraná Tradicional”⁴⁴, onde houve a concentração dos escravos: o conjunto metropolitano (nos arredores de Curitiba, a partir de 1860), o conjunto, de Rio Negro (a partir de 1829 por alemães), e os conjuntos do vale médio do Iguaçu, União da Vitória e de Prudentópolis (todos estes três no mesmo período, iniciados em 1890) (figura 7).

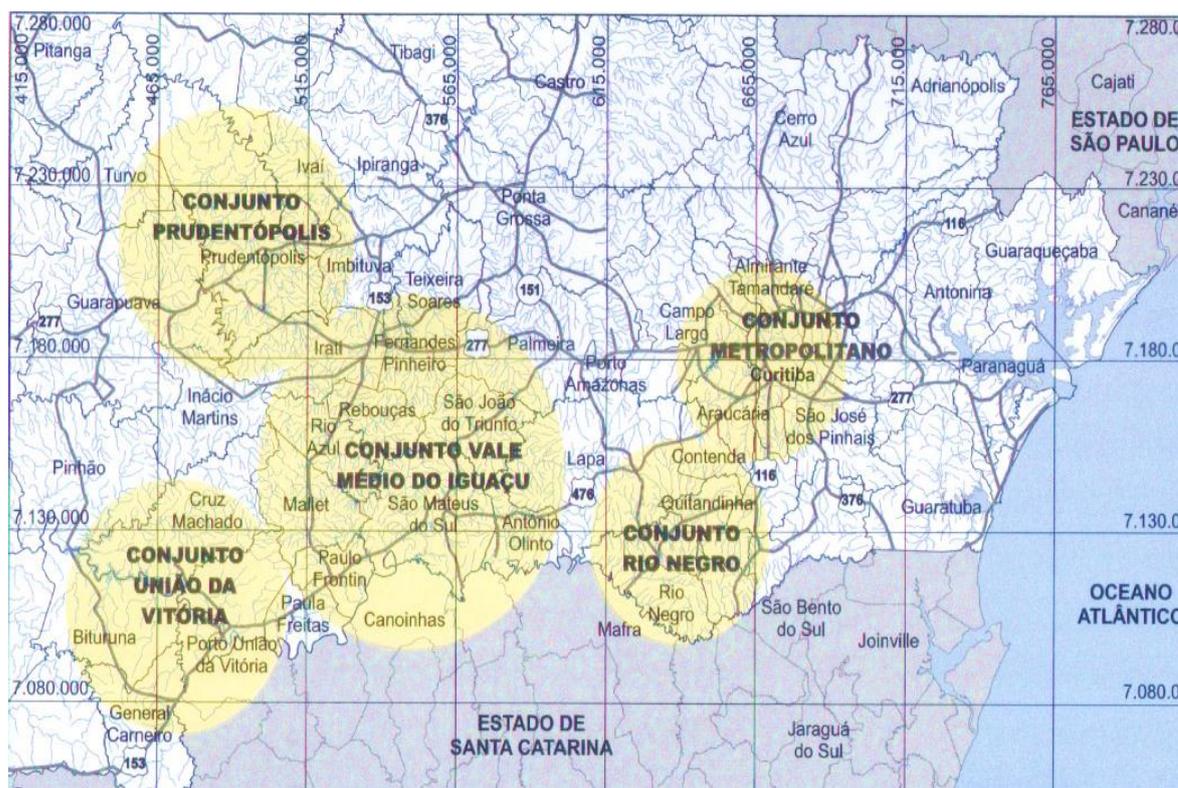


FIGURA 7 - LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO PARANÁ DURANTE O SÉCULO XIX

Fonte: Larocca Junior (2008, p. 39).

No total, entre os anos de 1890 e 1910 foram instalados em torno de 73.000 imigrantes, com predominância de famílias de agricultores poloneses e ucranianos (WACHOWICZ, 1976).

As localizações e as formas de ocupação territorial destas famílias tiveram, a princípio, diretrizes norteadas pelas companhias de imigração do governo provincial. As colônias foram desenhadas a partir da delimitação de linhas (estradas) e de uma

⁴⁴ A designação de “Paraná Tradicional” remete ao período de ocupação do território, desde o século XVII até o final do século XIX, compreendendo a porção do litoral, primeiro planalto, Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Palmas, ou seja, desde a ocupação luso-brasileira até a ocupação pelos imigrantes europeus, iniciada ainda no final do século XIX.

área que corresponderia ao núcleo administrativo e futura área urbana, para onde convergiam estas linhas. Mas, estas famílias, à medida que foram se ambientando ao novo clima e local, também iam se reorganizando social e espacialmente, trazendo àquela região as marcas da sua identidade cultural, seus valores e sua maneira de interagir e modelar o território ocupado, formando novas paisagens. Muitas destas colônias subsistem até hoje na sua concepção original, e sua produção agrícola é importante para o abastecimento do estado do Paraná.

Notadamente, houve outras fases de ocupação territorial do Paraná, inclusive no período da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, mas estas novas ondas migratórias seriam instaladas pelo governo estadual do Paraná em outras áreas do seu território, as quais não participam do objeto de estudo deste trabalho, por isso não serão aqui tratadas.

A história política e econômico-social destes três estados é semelhante, porém diferenciam de São Paulo, por exemplo, que seria outra província brasileira mais próxima. São Paulo e Rio de Janeiro possuem uma origem histórica diferenciada do restante do país. Vieira (2008) salienta que Holanda (1963) atribuiu esta ideia ao Marquês de Pombal, que pensou em “criar, tanto no extremo norte quanto no sul, por intermédio de colônias, uma classe média, econômica e socialmente independente dos latifundiários” (HOLANDA et al., 1963 apud VIEIRA, 2008, p. 49).

Observa-se, assim, nova postura do Governo Provincial e Imperial que, talvez pelas experiências anteriores e por falta de terras (pois nem sempre dispunham de terras devolutas onde pudessem instalar as colônias e, muitas vezes, tiveram que comprar dos latifundiários) adotaram a estrutura de minifúndios, para alojar mais famílias. Também, considerando que as experiências anteriores de colônias que não foram bem-sucedidas devido à distância e dificuldade de transportar a produção, acabaram por estruturar as colônias sempre perto de núcleos urbanos e/ou estradas ou rios que possibilitassem a comunicação entre elas e o mercado consumidor. Desse modo, o rio Iguaçu torna-se importante elemento de comunicação destas colônias com as demais cidades e com a capital.

Estes camponeses imigrantes, ao iniciarem sua produção, foram orientados pelo governo provincial a produzir um excedente para ser comercializado no mercado local. Por isso, inclusive, a necessidade de construção das estradas de acesso e ligação com as cidades. Estas famílias passaram por uma mudança abrupta de estilo de vida, em que tiveram que substituir a necessidade de produzir, basicamente, para

o consumo próprio e para o senhor feudal, para uma “necessidade maior”, de produzir um excedente alimentar para venda, pois, vindos para o Brasil, reiniciam suas vidas, em sua maioria, endividados (por causa dos subsídios que o governo brasileiro ofereceu para compra de utensílios de trabalho, sementes, a própria terra, etc.). São enquadrados à lógica capitalista, ainda que de uma forma bastante tímida, provavelmente, assim percebida por Queiroz (1963). Esta autora denominaria a situação acima ainda de “economia fechada”, onde a produção, através dos minifúndios, visava, basicamente, ao abastecimento do mercado local (feirinhas rudimentares), seja este em Curitiba ou outras cidades paranaenses.

Para os camponeses recém-chegados, muitos questionamentos foram feitos quanto à dimensão “reduzida” da terra. Embora o governo brasileiro tivesse argumentado que estes lotes eram maiores que os da Polônia, para estas famílias o tamanho de 20 a 25 hectares teria que ser reconsiderado, pelas dificuldades que o terreno impunha e que reduzia a produção: a cobertura vegetal existente com grandes árvores, cujas imensas raízes impossibilitavam sua retirada para melhor aproveitamento da área do lote e também a utilização de suas ferramentas tradicionais de trabalho.

Outro questionamento realizado por estes agricultores relacionava-se à dificuldade de compra de novas terras, não tendo oferta para compra de outros lotes ou, quando existiam, eram muito caras em virtude do aumento da procura. Ora, sendo aqueles lotes de 25 hectares não tão produtivos, seria normal que a família camponesa mantivesse o costume de tornar o patrimônio indivisível (tradição europeia), pois esta condição asseguraria, a pelo menos um dos filhos, manter a condição do campesinato.

O que se observa, concordando com Seyferth (1985), é que o processo de colonização com a concessão de lotes de 25 hectares a cada família, bem como a escassez de terras para venda e ampliação dos seus lotes, nestas colônias, acarretou uma exploração agrícola que não chegou a assumir uma forma estritamente capitalista, embora talvez fosse o interesse do governo num segundo momento. A necessidade de produzir para subsistência e para abastecer o mercado consumidor local era o mais importante naquele momento.

Assim, a família camponesa foi obrigada a associar a vida na colônia com sua proletarização, pela necessidade de complemento da renda familiar. Mas, para Seyferth (1985), não se modifica a concepção de “família camponesa”:

A concepção da família camponesa está estritamente ligada à ideia de colônia, mesmo quando a posse de pequena quantidade de terras leva à proletarização parcial. Constitui a própria caracterização deste campesinato, onde o trabalho familiar tanto quanto a propriedade da terra são extremamente valorizados. A Colônia, nesse contexto, é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço da família (SEYFERTH, 1985, p. 9).

Wachowicz (1981) comentou sobre a existência desta situação, também, no Paraná e pela busca da segunda e terceira gerações se adaptarem à proletarização, para completar a renda e o sustento da família ou para comprar mais terras, fato possibilitado pelos períodos de corte da erva-mate e junto aos engenhos, para beneficiamento.

Este autor descreve a tensão que se agravou bastante durante o período de alto fluxo de imigrantes que ficaram pela cidade de Curitiba à espera de serem encaminhados ao seu destino final, a ponto “do próprio Saporski recomendar aos seus imigrantes que procurassem serviço na construção da estrada para Mato Grosso [...] Para as mulheres, recomendava empregos nas residências onde as senhoras curitibanas [...]” (WACHOWICZ, 1981, p. 71), pois vivia-se justamente naquele período de transição do negro liberto que estava sendo aproveitado e absorvido como agregado ou como assalariado em serviços como soldado ou criadagem urbana, ou seja, havia mão de obra à disposição.

3.4 DA ORDEM DISTANTE À ORDEM PRÓXIMA: NOVOS ESPAÇOS CONCEBIDOS E NOVAS PAISAGENS RURAIS

A instalação das colônias agrícolas nestas regiões mudou a forma espacial e a estrutura social e econômica preexistente, tornando-se marco de um novo ciclo histórico-econômico para o estado do Paraná.

A presença do poder político (imperial e provincial), motivado pelo interesse econômico, resultou na política de imigração no Brasil, sendo destacados neste estudo as ações na Região Sul, nas antigas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, atuais estados. Referiu-se, portanto, a uma nova proposta econômica e socioespacial, pois gerou, como se constatará, *a posteriori*, novas paisagens, distintas daquelas formadas até então pelas vilas e cidades de colonização portuguesa e das extensas fazendas de gado existentes nas áreas rurais.

Até aqui, percebe-se, claramente, como o espaço é constituído e organizado a partir das relações dialéticas de poder e interesse entre a “ordem distante” e a “ordem próxima”, utilizando-se as denominações de Lefebvre (1991a [1968]). Trata-se de negociações, flexibilizações, concessões, para que os diversos agentes detentores de poder encontrem um denominador comum de interesses que permita viabilizar a instalação desta nova estrutura espacial e econômica. As colônias agrícolas são, justamente, representações espaciais destas relações dialéticas explicitadas por Lefebvre. Assim como os Estados europeus (“ordem distante” denominada por Lefebvre), através de legislações rigorosas, sobrecargas de impostos e outras ações políticas opressoras, reorganizaram o território para atender ao novo sistema econômico e político que se instalava, tendo como principal problema a superpopulação (excesso de mão de obra), o Estado brasileiro (a “ordem distante” assim denominada por Lefebvre) quase sempre encontrou dificuldades para a implantação destas colônias, uma vez que a classe oligárquica, ou seja, os proprietários de terras (“ordem próxima”) percebiam estas propostas como ameaça aos seus interesses pessoais, políticos e econômicos. Somente após múltiplas negociações, flexibilizações, concessões é que a nova estrutura começa a ser implantada.

As colônias agrícolas tornaram-se expressivas, principalmente, na Região Sul do Brasil devido à quantidade de áreas instaladas, a densidade ocupacional proposta pelos minifúndios e a sua localização (colônias que abrigavam numerosas famílias, geralmente no interior dos estados e em proximidade de rios) condições estas que, associadas às estradas de ligação com as vilas e capitais, proporcionaram seu sucesso e formam, hoje, diversos municípios de pequeno e médio porte no interior dos três estados. Esta característica faz com que o interior do território destes estados seja mais populoso e de densa ocupação territorial (em relação aos demais estados brasileiros) e predomine até hoje as propriedades minifundiárias em detrimento dos latifúndios.

Ocorre, portanto, nestas colônias agrícolas, a materialização das ações associativas de diversos agentes sociais, conforme discutido no início deste capítulo, entre os Estados brasileiros e europeu e, também, destes com os interesses destas famílias de camponeses, pois, ainda que em situação de submissão pelas condições apresentadas pelo Estado, de diversas formas, estas famílias participaram do processo de construção e ocupação destas colônias, seja escolhendo as terras

próximas de seus patrícios, seja optando por permanecer ou evadir, como aconteceu em muitos casos.

Estas colônias foram ocupadas basicamente por imigrantes europeus, transformaram a ocupação territorial da Região Sul do Brasil, trazendo nova organização espacial e sociocultural, e, como lembram Pimenta, L. e Pimenta, M. (2011), as dificuldades experimentadas devido ao isolamento territorial destas colônias “levaram a um forte espírito de solidariedade étnica [...], que lançou as bases de uma manutenção das especificidades culturais como não se observa em outras regiões onde foi outra a forma de integração dos imigrantes à vida nacional” (PIMENTA, L.; PIMENTA, M., 2011, p. 4).

Assim, verifica-se que, atualmente, ainda persistem estas formas antigas de ocupação, tanto no que se refere à ocupação do território, ao uso do lote rural, nos elementos estruturais e arquitetônicos que apoiam as atividades econômicas e sociais originais. Algumas destas colônias tiveram seu núcleo urbano bastante expandido sobre as áreas coloniais e muitas delas foram novamente parceladas, loteadas e se tornaram urbanas, como é o caso de algumas colônias de São Mateus do Sul, que será apresentado mais adiante. Em outras, o núcleo administrativo pouco se desenvolveu, como em Antônio Olinto, Mallet, Paulo Frontim, dentre outros.

Será feita, portanto, uma análise geral sobre este conjunto de colônias instaladas no vale médio do Iguaçu, para contextualização de uma área específica que será analisada mais demoradamente, uma colônia agrícola do município de São Mateus do Sul, ocupada basicamente pelos imigrantes poloneses. A análise deste caso subsidiará a tese proposta, que proporcionará o aperfeiçoamento de uma política pública voltada para a preservação de uma identidade cultural e principalmente de uma paisagem cultural.

Desse modo, é sobre a permanência física e econômico-social destas estruturas espaciais - as colônias agrícolas -, que esta pesquisa se propõe investigar. Estas estruturas desenham uma paisagem diferenciada das paisagens do oeste paranaense, por exemplo, por estarem impregnadas pela sua constituição física e histórica, associadas a um grupo étnico que ali permaneceu, criou seus espaços de representação que vêm se mantendo por gerações.

4 A OCUPAÇÃO DO VALE MÉDIO DO RIO IGUAÇU E DA COLÔNIA ÁGUA BRANCA: FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL E DA PAISAGEM CULTURAL

É imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos, de modo que o 'sujeito', o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder (LEFEBVRE, 1974, p. 51).⁴⁵

Na obra “La production de L'espace”, Lefebvre (1974) discute também sobre uma postura histórica de sempre intelectualizar a produção do espaço, ou seja, existe uma forte corrente ideológica, de poder, que teoriza e concebe os espaços. Mas Lefebvre ressalta que existe um espaço social do imprevisto, do espontâneo, que foge do planejamento, do conhecimento. Assim, ele conceitua a “teoria unitária do espaço”, decorrente de um novo espaço social, onde prevalece uma simultaneidade entre o mental e o social, a cientificidade e a espacialidade, numa relação dialética entre eles.

Dessa forma, tem-se uma aproximação entre os mundos da “ordem distante” (concepção do Estado e representado pelos especialistas e tecnocratas) e da “ordem próxima” (o vivido, o espontâneo, o cotidiano da sociedade). Estas ordens não se justapõem e, sim, se interpõem e se superpõem. Ainda que para se obter uma apreensão mais aprofundada dos elementos que constituem este espaço social, deve-se considerar a multiplicidade de representações específicas de uma tripla interação das relações sociais de reprodução, definidas pelas práticas sociais, pelas representações do espaço e pelos espaços de representação.

Existe um movimento dialético - ou trialético, como propõe Soja (1996) - entre o percebido, o concebido e o vivido e, entre eles, as representações se fazem como mediadoras; algumas sendo consolidadas e modificando o percebido, o concebido ou o vivido, outras desaparecendo por completo. “A vivência não coincide com o individual, o subjetivo, pois as relações sociais também são vividas antes de concebidas; existe a vivência social vinculada à individualidade, mas é diferente de sua singularidade”⁴⁶ (LEFEBVRE, 2006 [1980], p. 245).

Sobre os espaços percebidos, novos espaços são concebidos e novos espaços de representação são criados pelos grupos sociais que deles se apropriam,

⁴⁵ Texto original: “Que le vécu, le conçu, le perçu se rejoignent, de sorte que le 'sujet', le membre de tel groupe social, puisse passer de l'un à l'autre sans s'y perdre, cela s'impose.”

⁴⁶ Texto original: “La vivencia no coincide con lo singular, con lo individual, con lo subjetivo, pues las relaciones sociales también son vividas antes de ser concebidas; existe la vivencia social vinculada con la individual, pero diferente de su singularidad.”

de acordo com suas necessidades e valores. Mesmo que novos espaços concebidos sejam criados, estes não destroem por completo os espaços percebidos e os espaços vividos, ocorre um processo de “simultaneidade entre lógicas”, ocorrem as contradições, os conflitos e ajustes. É dessas contradições e conflitos que emerge o espaço diferencial, definido dessa forma, pois se o “Espaço Abstrato” (do planejamento técnico) tende para a homogeneidade, através da eliminação das diferenças, uma nova forma de produção do espaço só pode surgir a partir da acentuação das diferenças.

Assim sendo, de uma forma bastante sintética, poder-se-ia dizer que, à luz de Lefebvre, a possibilidade de uma transformação social residiria no conflito entre a apropriação e a dominação social do espaço, na disputa pela construção de um espaço diferencial, que surge como superação das oposições contidas no espaço abstrato. É possível evidenciar todo este processo naqueles municípios que fazem parte da bacia do vale médio do rio Iguaçu e que tiveram seu processo de ocupação intensificado abruptamente pelas instalações das colônias agrícolas.

O município de São Mateus do Sul foi o foco desta análise, como representação de um processo que se evidencia nos demais municípios da região sudeste do estado.

No caso específico das colônias próximas à bacia do rio Iguaçu, suas localizações foram determinadas por fatores políticos (defesa e povoamento de fronteiras) e econômicos (desenvolvimento da agricultura), necessários para o desenvolvimento do sistema capitalista (falta de mão de obra). Hoje, decorridos pouco mais de 110 anos de sua implantação, observa-se em Água Branca, uma destas colônias, certa permanência espacial dessa estrutura econômica e espacial inicialmente proposta.

4.1 VALE MÉDIO DO RIO IGUAÇU: O ESPAÇO PERCEBIDO E AS PRÁTICAS ESPACIAIS DA REGIÃO ATÉ A INSTALAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS

O vale médio do rio Iguaçu já havia sido parcialmente explorado antes da chegada dos imigrantes europeus e da instalação das colônias agrícolas. Praticamente todas as terras da região dos campos gerais, alcançando os campos de Guarapuava e Palmas, já tinham dono; na maioria eram propriedades particulares muito extensas, que dividiam suas atividades entre a criação de gado (trepierismo), a

exploração de madeira e erva-mate e áreas sem uso. Havia também áreas de matas e margens de rios ocupadas por indígenas, outras por faxinalenses.⁴⁷ Poucas terras devolutas ainda restavam. É notável que a ocupação destas áreas estava relacionada aos interesses econômicos de cada um dos grupos, à percepção de qual área era melhor para sua atividade. O espaço percebido é uma dimensão que se refere ao aspecto físico da realidade e, no entendimento de Lefebvre, o termo, aqui, busca se relacionar a uma existência objetiva, apesar de muitas vezes ser utilizado para uma interpretação subjetiva, individual, como exemplificou Lefebvre (1974, p. 135), à maneira como cada indivíduo percebe um quadro, uma paisagem. Seu entendimento vem de uma perspectiva materialista, ou seja, da compreensão da matéria pelos sentidos, órgãos físicos, os quais proporcionam condições de agir sobre ela: “A prática espacial considerada globalmente supõe um uso do corpo: o emprego das mãos, membros, órgãos sensoriais, gestos de trabalho e os das atividades exteriores ao trabalho” (LEFEBVRE, 1974, p. 50).⁴⁸

Um dos primeiros povoados instalados nesta região foi São Mateus do Sul (iniciado após 1769), ainda pelo governo de São Paulo⁴⁹, que serviu de base militar e pouso para as tropas de gado.⁵⁰ Sua localização geográfica foi considerada, percebida como um ponto estratégico, a metade do caminho entre Curitiba e as terras de Palmas, que possibilitava o acesso das tropas militares tanto pelo rio como por terra.

⁴⁷ Segundo Wachowicz (1984), as margens do rio eram habitadas pelos caboclos, tendo as tribos indígenas (tupis-guaranis e botocudos) sido instaladas no interior, onde a mata era mais densa. Os faxinais eram áreas ocupadas por grupos humanos descendentes de indígenas e negros. De acordo com Chang (1998), Löwen Sahr (2006) e Cunha (2003), dentre outros citados por Tavares (2008), os faxinais subsistem há mais de 300 anos no Paraná. Mantém-se sob o “sistema agrosilvopastoril tradicional”, originado da conjugação da cultura indígena (fugitivos das missões jesuíticas) com a cultura negra (fugitivos da escravidão), cuja área de cultivo e subsistência se subdivide em dois espaços, separados por cercas ou valos: as “terras de criar”, áreas de uso comum dos moradores nas quais se preserva a floresta com araucárias e onde se encontram suas casas e animais; e as “terras de plantar”, áreas de uso particular de cada morador, onde se desenvolve a agricultura de subsistência.

⁴⁸ Texto original: “La pratique sociale prise globalement suppose un usage su corps: l’employ des mains, des membres, des organes sensoriels, les gestes du travail et ceux des activités extérieures au travail. C’est le perçu (base pratique de la perception du monde extérieur, au sens des psychologues).”

⁴⁹ Conforme registrado no capítulo 3, a emancipação do Paraná, antes pertencente a São Paulo, ocorreu em 1853.

⁵⁰ Na região do atual município de São Mateus, explicita Ferreira (2006), já existia um pouso dos tropeiros e um setor de apoio às bandeiras, instalado pelo governador da capitania de São Paulo, com o objetivo da conquista de Guarapuava. O Tenente Bruno da Costa Filgueiras, chefe da Quarta Expedição, com 25 homens, que se destinava a Tibagi, foi quem primeiro percorreu as terras de São Mateus do Sul em 1769. “Ao longo dos anos foi se consolidando um povoado, que formou a base histórica da localidade. Em 1877 muitas famílias se fixaram em São Mateus” (FERREIRA, 2006, p. 300).

Havia sido aberta uma estrada, ainda que precária, que ligava Curitiba até os campos de Palmas e alcançava a Vila de Chopim, mais ao sudoeste. Esta foi a percepção do governo, cuja intenção era garantir as fronteiras no oeste da província. Mas São Mateus só se desenvolveu posteriormente, com o ciclo da erva-mate e da madeira, tendo em vista que sua localização não era de interesse à economia tropeira, que visava a áreas de campos.⁵¹

Assim sendo, outros povoados instalados em período próximo à colonização de São Mateus do Sul, mas que tiveram sua fundação ligada à história do tropeirismo, expandiram-se, como Palmeira (1819) e São João do Triunfo (1871).

No mapa de 1876 (figura 8), o povoado de São Mateus não foi sequer localizado, pelo fato de não haver, provavelmente, interesse econômico na região, por ser apenas local de passagem. A região pertencia a São João do Triunfo. Existia somente um caminho que ligava Palmeira a São João do Triunfo e Campo Largo



FIGURA 8 - SEGMENTO DE MAPA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, EM 1876, ANTES DA INSTALAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS

Nota: o mapa apresenta o projeto ferroviário (linha mais grossa avermelhada) e algumas estradas de rodagem (carroças) em linha preta fina e as principais cidades e povoados criados por conta do tropeirismo

Fonte: ITCG (2013).

⁵¹ De acordo com Wachowicz (1984, p. 9), São Mateus não estava situado na rota do comércio de gado.

(figura 8). Este caminho ligava-se a outro, que dava acesso a São Mateus, à Vila do Príncipe e Lapa. Segundo Westphalen (1968), as zonas de florestas localizadas nos vales dos rios Paranapanema, Paraná, Ivaí e Iguaçu não foram exploradas no Paraná tradicional, que se ocupou com as áreas de campos, área percebida pelos fazendeiros como as mais apropriadas para sua atividade pecuarista. As estruturas agrárias dos Campos Gerais passaram, com o declínio do ciclo do gado (a partir do século XIX), por processos de desagregação (abandono de áreas pelos proprietários, venda de partes da terra, etc.), e outras regiões do estado começaram a se desenvolver.

No final do séc. XVIII todas as terras de campo já estavam ocupadas, predominantemente por grandes propriedades, sendo o sistema de sesmarias a base jurídica de repartição fundiária, ao lado de apossamentos à margem dos preceitos legais. A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou todas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Posteriormente, explorou ervais e as florestas de araucárias a elas associadas. Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional que criou o sistema de Província monárquica e do Estado Republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná (WESTPHALEN, 1968, p. 2).

Desse modo, com a intenção do governo em ampliar as formas de acesso para o oeste da província, tem-se o incentivo à navegação fluvial e a instalação dos povoados de Paula Freitas (em 1871, primeiro povoado com instalação de um pequeno porto fluvial) e Porto Amazonas (1876, também em função da instalação do porto fluvial, só que para embarcações grandes, a vapor) (IBGE, 2014). O rio foi percebido como caminho de ligação que agilizaria o transporte de pessoas e cargas desde Porto Amazonas até União da Vitória, região sul da província. Não só facilitaria o acesso à Vila de Chopim e Campo Erê, onde enfrentavam problemas com as invasões argentinas, mas também favoreceria o escoamento de toda a produção econômica da região, tanto de gado como de madeira e erva-mate. Assim São Mateus do Sul seria integrada à nova rota de transportes a partir de 1882.

Naquela mesma época, pelos anos de 1880, também estava em construção a estrada de ferro, cujo trajeto acompanhava parcialmente o caminho do rio Iguaçu e suas obras já se aproximavam de Porto Amazonas (figura 8). Por outro lado, algumas comunidades faxinalenses viviam junto às florestas de araucária, área percebida por

eles como as mais apropriadas para suas atividades de subsistência e não tão concorridas quanto os campos.

O governo paranaense, dando continuidade à sua política de povoamento e expansão territorial, motivada inclusive pela política nacional de incentivo à imigração (como apresentado no capítulo 3), propiciou, a partir das terras devolutas, ou “nacionais”, como também eram chamadas, a instalação de colônias agrícolas aos moldes da legislação federal vigente. Estas terras foram aquelas, a princípio, descartadas pelos grandes fazendeiros, haja vista não serem próprias para a criação de gado. Além de serem cobertas por matas fechadas, seu relevo era bastante acidentado e subdividido por diversas áreas de várzea e córregos de rios. Porém, para o governo, eram as únicas e possíveis alternativas para ocupação com atividade agrícola. Então, este governo começou a planejar a ocupação espacial da região. A estrutura física das colônias diferenciava-se abruptamente da estrutura fundiária anterior, formada pelas sesmarias que eram compostas por áreas imensas de terra, cujas fronteiras se perdiam de vista. O governo estadual passou a instalar as primeiras famílias de europeus em toda esta região do vale médio do Iguaçu, desde as proximidades com Porto Amazonas até União da Vitória (figura 9); “as colônias fundadas, além de etnicamente semelhantes, constituíram, com breves interrupções, uma longa sequência, um conjunto mais ou menos contínuo, abrangendo na sua influência toda a extensão povoada do vale” (RIESEMBERG, 1973, p.117).

Com isso, como se pode ver a seguir (figura 10), São Mateus passou a ser localizado no mapa, pois, em 1908, além do porto fluvial estar em pleno funcionamento em São Mateus, as colônias já haviam sido instaladas, mas as rotas de ligação rodoviárias entre São Mateus e demais povoados e cidades ainda não existiam (estavam em estudos, conforme a legenda do mapa na figura 10). Uma das mudanças, iniciadas logo em 1890, foi a criação da colônia Maria Augusta e do distrito de São Mateus (área do povoado existente), antes subordinado a São João do Triunfo. Sua elevação à categoria de Vila ocorreu anos depois, em em 1943⁵².

⁵² Segundo Leão (1994, p. 33), naquela região, que já era denominada Água Branca, antes da instalação da colônia São Mateus, havia ali vários terrenos titulados, sendo um pertencente a Balbina de Jesus, cuja medição aprovada em 23 de março de 1891 demonstrou ter área de 22.884.713m²; um outro de Francisco Xavier de Paula, aprovado em 30 de junho de 1885 com área de 2.817.800m²; outro cuja medição requerida por João Nunes de Souza e sentenciada em 22 de outubro de 1883, com área de 20.174.364m²; ainda outro com área de 47.630.000m² requerido por João Manoel da Silva Braga e legitimado em 18 de outubro de 1875; outro requerido por Pedro Manoel de Paula e legitimado em 3 de junho de 1885, com área de 3.721.425 m². Com base em informações do ITCG, em textos encontrados sem autoria e data, a área que correspondia às

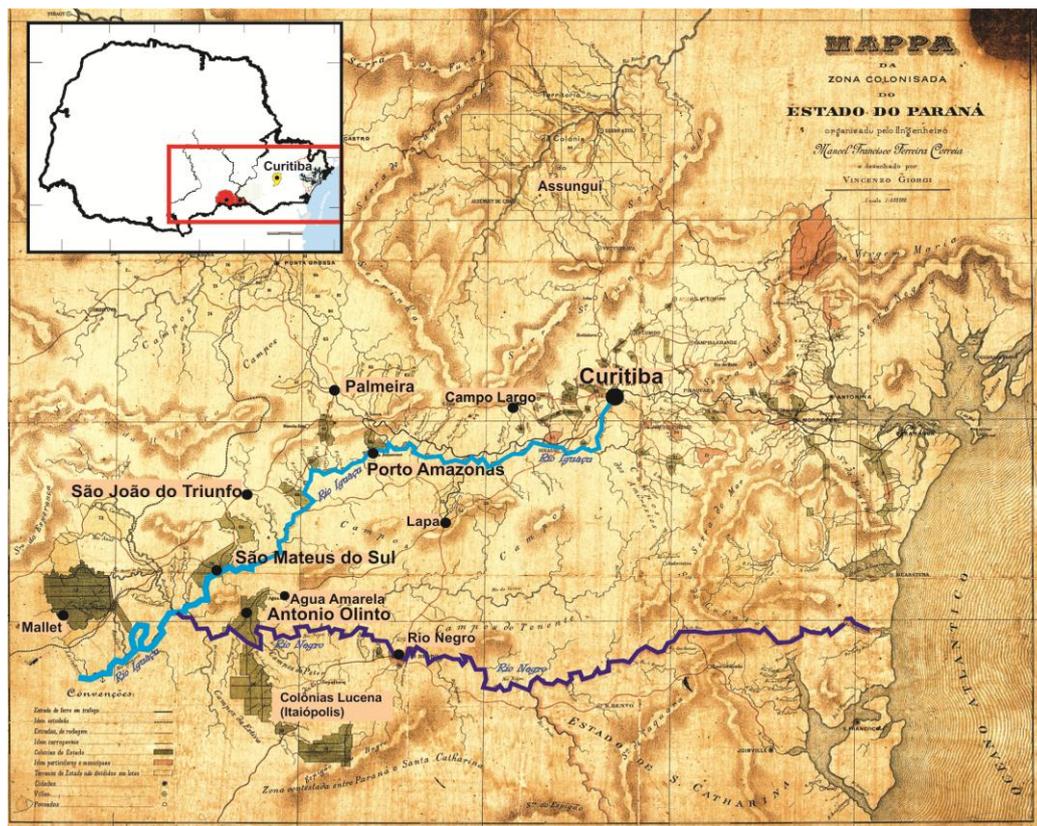


FIGURA 9 - COLÔNIAS AGRÍCOLAS EM 1892.

Legenda: as manchas escuras indicam a localização das colônias às margens do rio Iguaçu e Negro, algumas já instaladas e outras ainda não delimitadas, como é o caso de Paulo Frontin, Paula Freitas, União da Vitória, ao sul do estado

Fonte: ITCG (2013).

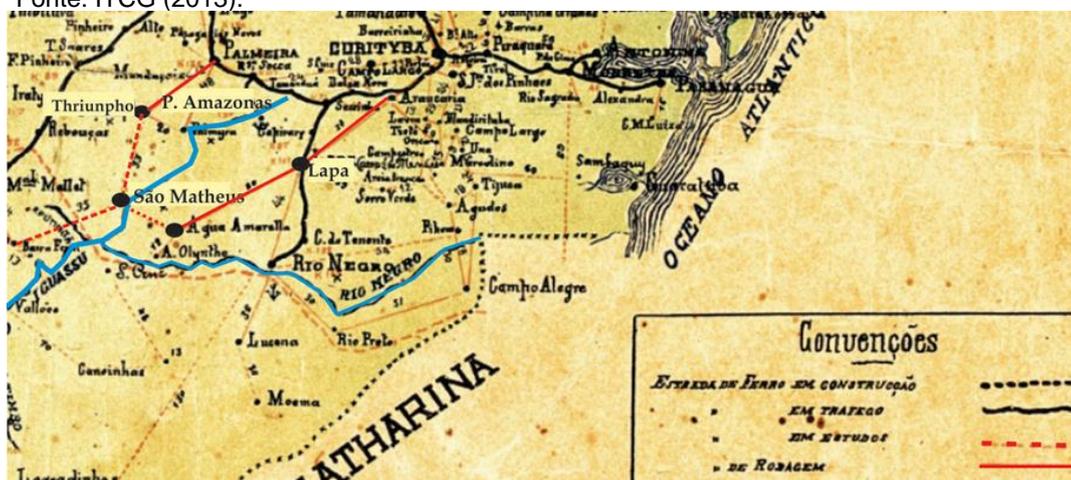


FIGURA 10 - SECÇÃO DA "PLANTA DE VIAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ" EM 1908.

Legenda: destaque para as ligações (em linha vermelha pontilhada as que ainda estão em estudo) entre Água Amarela (faxinal), São Mateus do Sul, Thriunpho e para União da Vitória

Fonte: ITCG (2013).

colônias Iguaçu, Taquaral, Canoas, a sede urbana de São Mateus e Água Branca era antes terras de Challes Wilhan Kitto, o qual deveria fundar uma colônia, denominada Colônia Kittoland. O contrato acabou "caducando" por não ter sido implantada a colônia e então o governo provincial do Paraná retoma as terras e cria a Colônia D. Maria Augusta, dentro do Município de São Mateus. Essas terras serviriam para a implantação das colônias agrícolas, a serem ocupadas pelos europeus que chegavam. O Decreto nº 129, de 26/11/1890, cria o Distrito de Paz, da Colônia São Mateus do município de São João do Triunfo, e pela Lei nº 763, de 2/4/1908, cria-se o município, composto pelos distritos de São Mateus e Rio Claro.

Infelizmente, a percepção que estes novos moradores tiveram com a nova terra pode ser caracterizada pela dificuldade de adaptação, seja pelo fato de que estes

| Ano | Colônia | município atual | famílias | Pessoas | Etnias |
|------|----------------|--------------------------------|----------|---------|---|
| 1890 | Taquaral | São Mateus do Sul | 78 | 2.150 | poloneses |
| | Cachoeira | | 74 | | |
| | Canoas | | 24 | | |
| | Iguaçu | | 74 | | |
| 1891 | Água Branca | São Mateus do Sul | 137 | 600 | poloneses |
| 1891 | Santa Bárbara | Palmeira | 141 | 491 | poloneses, ucranianos e italianos |
| 1891 | Palmyra | São Joao do Triunfo | 88 | 386 | poloneses |
| 1891 | Rio Claro | Mallet | 1.400 | 8.000 | poloneses e ucranianos |
| 1892 | Eufrosina | São Mateus do Sul | 200 | 1.475 | poloneses e ucranianos |
| 1892 | Cantagalo | Palmeira | 30 | 140 | poloneses |
| 1895 | Antonio Olynto | Antonio Olinto | 500 | 2.150 | ucranianos |
| 1896 | Mallet | Mallet | 150 | 3.600 | ucranianos e poloneses |
| 1908 | Gonçalves Jr. | Irati | 285 | 1.379 | poloneses, ucranianos, alemães, italianos e holandeses. |
| 1908 | Itapará | Irati | 300 | 1.393 | ucranianos e poloneses |
| 1909 | Vera Guarany | Paulo Frontin Paula Freitas | 803 | 4.208 | ucranianos, poloneses e alemães. |

QUADRO 1 – QUADRO DAS COLÔNIAS OFICIAIS NO VALE DO IGUAÇU, 1890-1910

Fonte: Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen (1969, p. 167).

grupos não falavam português e não possuíam condições financeiras de se instalarem e se manterem até sua mudança definitiva para as colônias, seja pela falta de infraestrutura disponibilizada pelo governo – escassez de alimentação e higiene, que acarretou na morte de muitas pessoas (acampamentos precários, demora na demarcação das terras, e até falta de fiscalização, que proporcionava desvio de alimentação e a exploração comercial no preço dos alimentos). O fluxo de imigrantes observado entre os anos de 1890 e 1910 foi muito grande e superava a velocidade das obras de instalação das colônias do governo brasileiro para a distribuição de terras. Por isso que muitas famílias ficaram abrigadas em barracões coletivos na capital ou na colônia destinatária. Somente no conjunto do vale médio do rio Iguaçu, entre os anos de 1890 e 1910, foram instalados em torno de 26.000 imigrantes, com predominância de famílias de agricultores poloneses e ucranianos, distribuídos de acordo com o quadro 1 (WACHOWICZ, 1976):

Um dos relatos de viajantes visitantes das colônias em instalação, assim descreve a paisagem que encontra às margens do rio:

No dia 27 de agosto (de 1891) partimos de carroção, apropriado para as estepes e tirado por seis cavalos. O nosso objetivo eram as colônias novas às margens do rio Iguaçu. Acham-se a uma distância de 15 a 25 léguas (a légua possui 6,6 km). Espalham-se ao longo do rio, a começar em Palmeira e atingindo a foz do rio Negro. [...] a viagem é de barco, da colônia de Santa Bárbara, em Palmeira até São Mateus. O rio é navegável. As barrancas são

escarpadas. As casas dos caboclos são frequentes. Diante da cada casebre acha-se ancorada uma canoa para transporte de mercadorias. Vencida a curva do rio, surge diante de nós São Mateus, depois de três dias de viagem. Situa-se numa colina. É uma colônia oficial. Algumas casinhas, outras em construção e um enorme barranco de madeira, eis a paisagem. Adiante, uma enorme quantidade de choupanas, cobertas por ramagens. Ali residem os imigrantes, aguardando a demarcação de seus lotes pelos agrimensores. A cidade futura situar-se-á num alto, às margens do rio. O traçado das ruas, o local para a Igreja, os lotes residenciais, estão traçados. Já foi iniciada a construção da Igreja. Os imigrantes procuram por São Mateus porque o chefe do setor é um patrício. O Sr. Saporki reside aqui e dirige toda a região do Iguazu (HEMPEL, 1973, p. 55).

Este relato do Sr. Antony Hempel⁵³ registra a sua missão junto a uma expedição para caracterizar como estava sendo a recepção e a instalação dos poloneses. Ele faz uma descrição sobre diversas colônias que conheceu naqueles meses de agosto e setembro de 1891, um ano após o início da instalação das colônias, visitando Santa Bárbara (Palmeira), São Matheus e depois, em nova expedição, saindo da Lapa em direção a Rio Negro e Itaiópolis. A descrição sobre sua chegada ao porto de São Matheus remete à figura 11, só que em condições mais precárias, tendo em vista que esta foto é da década de 30, quando o porto já estava no início da decadência do seu funcionamento, os navios operavam à vapor, mas o cais ainda permanecia em condições improvisadas, com trapiches em estrutura de



FIGURA 11 –IMAGENS DO PORTO DE SÃO MATEUS DO SUL, ANOS 30.

Legenda: Na imagem superior, uma visão ampla do porto com diversos navios ancorados. Abaixo, vista de São Mateus do Sul, a partir do rio, com a antiga igreja no alto da colina..

Fonte: Destefani (2010, s/p).

⁵³ Este viajante, segundo Krawczyk (1971), foi um dos diversos poloneses que vieram em missão, pela Sociedade Geográfica e Comercial de Lwów, para relatar a situação dos poloneses que haviam emigrado para o Brasil.

madeira e algumas casas e galpões construídos na parte mais alta da cidade.

Em São Matheus, três grandes colônias foram instaladas, num total de 587 lotes demarcados. Nos arquivos do Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG), há apenas um mapa intitulado “Planta da Colônia São Matheus” (figuras 12 e 13), tendo apenas uma área urbana delimitada junto ao porto fluvial, e as demais colônias subdivididas em lotes rurais, incluindo a colônia Água Branca. Segundo Riesemberg (1973), a Colônia Maria Augusta era composta por quatro Linhas, que no mapa acima (figura 12) haviam sido nomeadas como colônias: Taquaral, Canoas, Iguaçu e Cachoeira. Todas tendo como área urbana o primeiro núcleo de povoado que já existia.

A Linha Taquaral (figura 12 e 13) foi a primeira a ser demarcada e ocupada pelos poloneses, espanhóis e alemães. Em seguida foram demarcadas e ocupadas as Linhas de Canoas, Cachoeira e Iguaçu, todas por poloneses, no entorno da vila, ainda no ano de 1890 (IAROCINSKI, 2000). As maiores e mais distantes do povoado eram: a colônia Eufrozina (a 30 km de distância), com 200 lotes, que foi ocupada por colonos ucranianos em sua maioria, e a colônia Água Branca (a 15 km), que aparece no mapa (figura 12 e 13), com 137 lotes distribuídos numa área de 2.884 hectares, ocupada por colonos poloneses essencialmente; ambas instaladas em 1891 (LEÃO, 1994). Por isso, como já era de costume nas demais colônias, delimitava-se uma área para núcleo urbano. Observa-se que na planta de Eufrozina, seguindo o padrão de São Mateus, um núcleo urbano foi delimitado junto ao rio Iguaçu, em função de um pequeno porto fluvial e antigo povoado já instalado por ali antes da implantação da colônia (figura 12 e 13)

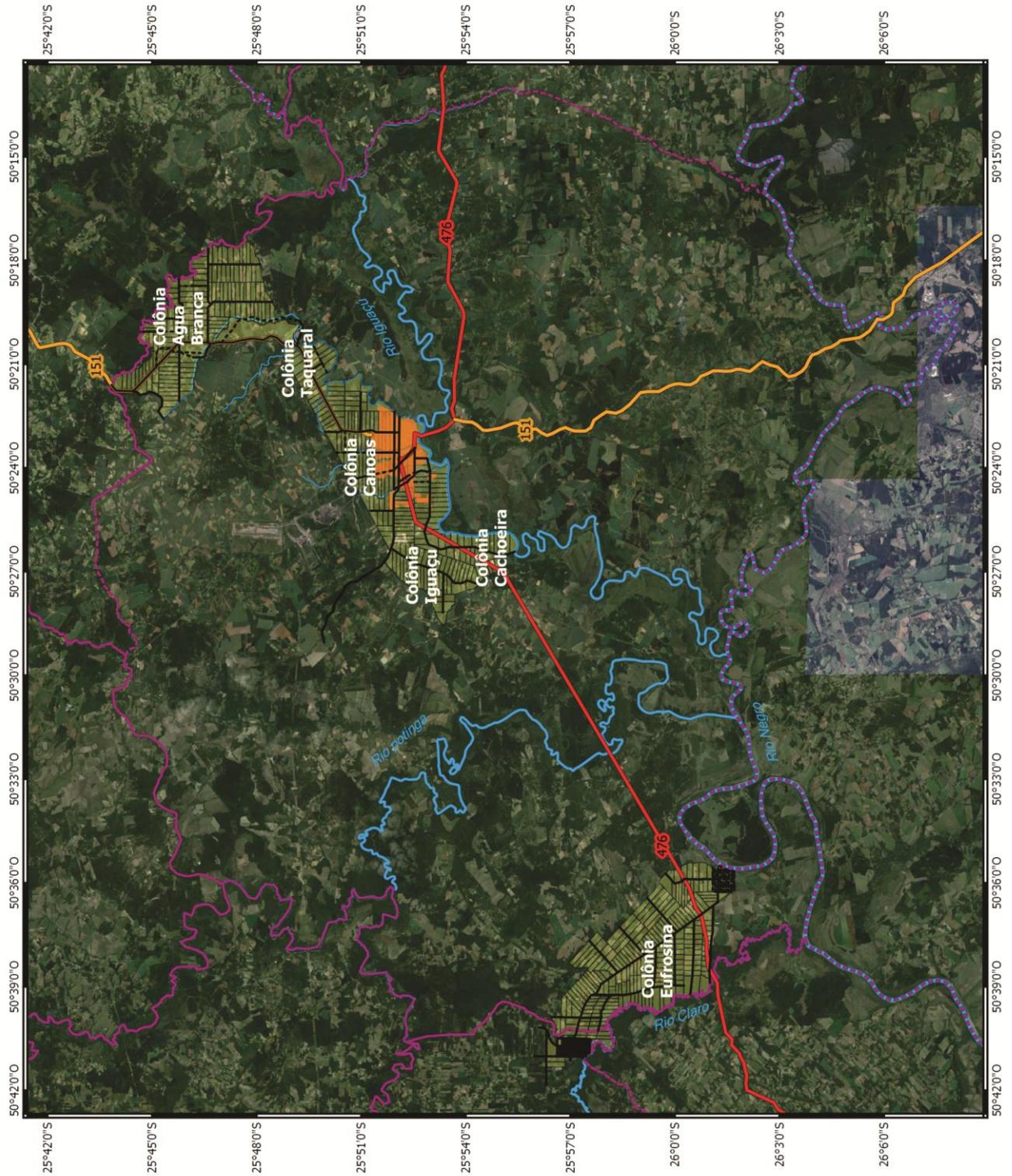
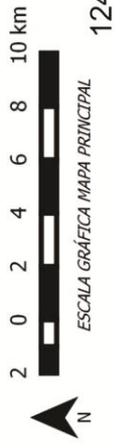
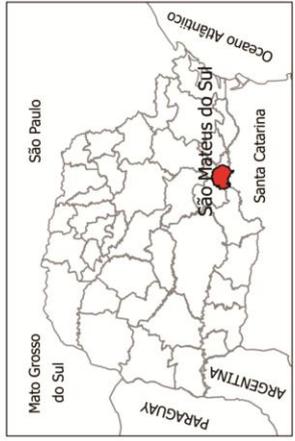
**COLÔNIAS RURAIS (SÉC. XIX-XX),
INSTALADAS NO ATUAL MUNICÍPIO DE
SÃO MATEUS DO SUL/PR**

Legenda

-  Divisas municipais oficiais
-  Divisão dos lotes rurais
-  Área urbana São Mateus do Sul
-  Linha o estrada antiga existente
-  Linha o estrada antiga inexistente
-  Rios

Fonte: ITCG (1938), GOOGLE EARTH (2013)

Autor: Marc Boada Sañia (mapasgis.br)



A colônia Água Branca, de acordo com Souza (2014), foi inicialmente denominada de Acyolli e também, parece, havia uma área planejada para ser urbana, pois no mapa do ITCG (figura 14) existem duas grandes áreas bem maiores que os outros lotes rurais, demarcados e não numerados, como acontece nos demais. Estes lotes, até hoje não foram completamente ocupados, pois uma parte deles, como alega a Irmandade de São José, é de propriedade da Igreja, doada pelo governo em 1900.

Todas estas colônias foram instaladas em terras devolutas e, provavelmente, em função da conexão que tinham com o rio Iguaçu, prosperaram em sua maioria. Algumas delas, devido à proximidade com a área urbana, já foram descaracterizadas e incluídas na área urbana de São Mateus do Sul, mas aquelas mais distantes, Eufrozina e Água Branca, parecem ter preservado, seja voluntária ou involuntariamente, suas características originais de implantação, isto é, o espaço concebido pelo governo estadual.

Por isso, foi escolhida para a análise desta pesquisa, a colônia de Água Branca, pois além de ser uma das colônias que está mais preservada fisicamente, esta tem sido apontada pelo próprio poder municipal como a que melhor mantém as características socioculturais que remonta ao início da história do município, já que tem a predominância da ocupação pelos poloneses. Além da presença de famílias tradicionais na região, preservam-se ainda muitos costumes dos primeiros imigrantes, como o uso da língua polonesa, algumas festas religiosas comemorativas que remetem aos costumes antigos, a preservação da igreja centenária, etc.

Estes elementos permitiram conjecturar que, além da possibilidade de se caracterizar o espaço vivido lefebvriano (identificando um ou vários espaços de representação existentes no local), também, poder-se-ia definir que o conjunto destes espaços constituiria uma paisagem cultural sob o olhar da Geografia e, ainda, até sob o olhar dos órgãos de preservação cultural. É o que será desenvolvido a seguir.

4.2 COLÔNIA ÁGUA BRANCA: DO ESPAÇO SOCIAL À PAISAGEM CULTURAL

Seguindo a trajetória desenvolvida no item anterior, do espaço percebido ao produzido, procede-se, portanto, à análise do espaço social de Água Branca, iniciando pela dimensão percebida do espaço pelos novos moradores da região, os imigrantes poloneses, demonstrando sua relação com a dimensão concebida, para alcançar, posteriormente, a dimensão vivida. Na perspectiva da dialética socioespacial e de triplicidade proposta por Henri Lefebvre, são as práticas espaciais que caracterizam a dimensão percebida, pois “modelam nossos ‘espaços de ação’ [...], a espacialidade ‘física’ material e materializada que é diretamente compreendida em configurações empiricamente mensuráveis” (SOJA, 1996, p. 74, grifos do autor, tradução nossa).⁵⁴

4.2.1 Do espaço percebido ao espaço produzido

A colônia de Água Branca foi instalada em região bem distante da área urbana de São Mateus do Sul, a 15 quilômetros da cidade, em terras totalmente cobertas por mata fechada de araucárias. A área era, delimitada por dois rios, o Rio do Meio e o rio Água Branca, e por uma área de faxinal, próximo ao Rio do Meio, denominada Faxinal dos Ilhéus.

Conforme relatos encontrados em obras citadas anteriormente⁵⁵, a mata predominava por todos os lados e dificultava a entrada e a instalação das famílias em suas novas propriedades: o plantio das sementes exigia a preparação do solo, que consistiria inicialmente na derrubada de árvores para liberar a área para plantio e penetração do sol na terra: “À espera dos frutos silvestres estão os nativos, os animais e pássaros. Os imigrantes não contam absolutamente com os presentes do mato, mas confiam em seus braços, no cultivo da terra e em seus cereais” (WACHOWICZ, 1984, p. 13). Também Hempel (1973) descreve:

Rasgam-se caminhos, no seio da floresta, onde antes só havia picadas, através das quais os caboclos retiravam a erva-mate. As estradas têm seu ponto de partida em São Mateus, seguindo por serras, morros e baixadas. De ambos os lados dos caminhos, aninham-se as casinhas dos colonos. Em derredor da residência foi aberta uma clareira, desbravado o mato e

⁵⁴ Texto original: “[...] social practices that shape our ‘action spaces’ [...] a material and materialized ‘physical’ spatiality that is directly comprehended in empirically measurable configurations.”

⁵⁵ Dentre elas, foram utilizadas a Coleção de Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa (1971, 1973), BOLETIM IHGEP (1971), Wachowicz (1984), Iarochinski (1999).

preparada a terra para receber a semente. Os gigantes tombados permanecem, pois não é fácil queimá-los; o centeio viceja por entre as toras de madeira de lei, chamuscadas pelo fogo. Ali buscam o solo a batatinha, o repolho, e outros. (HEMPEL, 1973, p. 61).

Esta foi, provavelmente, a primeira impressão e proposta que os colonos vislumbraram para a região quando ainda esperavam, no povoado de São Mateus, a demarcação das terras para que pudessem começar a trabalhar. De acordo com o relato deste mesmo autor, “para os nativos, era suficiente um simples rancho. [...] o marido trabalhava esporadicamente na roça. A erva-mate oferecia-lhe moedas para compra de armas e machadinhas” (WACHOWICZ, 1984, p. 14). Nestas e noutras citações, é notória a diferença cultural quanto às necessidades de subsistência destes dois grupos, os “nativos ou caboclos” e os colonos, que viviam em terras próximas e com as mesmas características (matas de araucária e erva-mate). Mas a necessidade de sobrevivência do colono fez com que se adaptasse a novos costumes. Enquanto esperavam a plantação vingar e crescer, os colonos partiram para outras atividades alternativas que aprenderam com os nativos, a ponto de serem conhecidos por “nobreza verde”, como conta este mesmo autor: “Os imigrantes levaram a erva ao seu maior florescimento, ao período áureo. Começaram a amá-la, a cuidar dela, porque dava lucro” (WACHOWICZ, 1984, p. 18).

A área de Água Branca era uma grande mata, com apenas um caminho tortuoso que a cortava longitudinalmente, praticamente uma picada no meio da mata, um ramal que ligava São Mateus a São João do Triunfo, até chegar à conhecida “estrada de Palmas”. Sobre esta área, o engenheiro agrimensor de nacionalidade polonesa, Sebastião Saporski, demarcou a colônia de Água Branca, inicialmente denominada de Dr. Accioly; “[...] mas o pai da colonização polonesa, Sebastião Edmundo Wos Saporski, que morou em Água Branca em 1890 e 1891, quando a colônia nascia, havia batizado o local com o nome do rio que passava na região” (SOUZA, 2014, p. 66).

A colônia foi concebida de acordo com a legislação vigente na época, que estipulava a área dos lotes, não maiores que 25 hectares. Como já foi exposto anteriormente, conforme Lotti (2001), a estrutura destas colônias seguia normas ditadas pela legislação federal: a Lei nº 528, de 28 de junho de 1890, que regularizou a entrada dos imigrantes e o Decreto-Lei nº 603, de 26 de julho de 1890, que organizou a Inspeção Geral de Terras e Colonização. Pela época em que foram instaladas as

colônias, tratava-se da primeira fase do período republicano, assim explicitado por Lotti (2001) quando, de 1889 a 1891, este governo deu continuidade à política imperial, mantendo algumas concessões para o transporte e instalação de imigrantes. A Constituição de 1891 confirmou a nova posição do governo republicano. Através do artigo 64, transferiu o domínio das terras devolutas para as unidades da federação.

A colônia de Água Branca também foi demarcada pelo engenheiro Saporski, que trabalhava na Inspetoria de Terras e Colonização. Nota-se que o caminho antigo, que ligava São Mateus à estrada de Palmas, foi totalmente abandonado, criando-se outro mais retilíneo (figura 14). No projeto, havia uma área que não foi parcelada em lotes, pois, segundo Souza (2014), seria delimitada para instalar a área urbana da

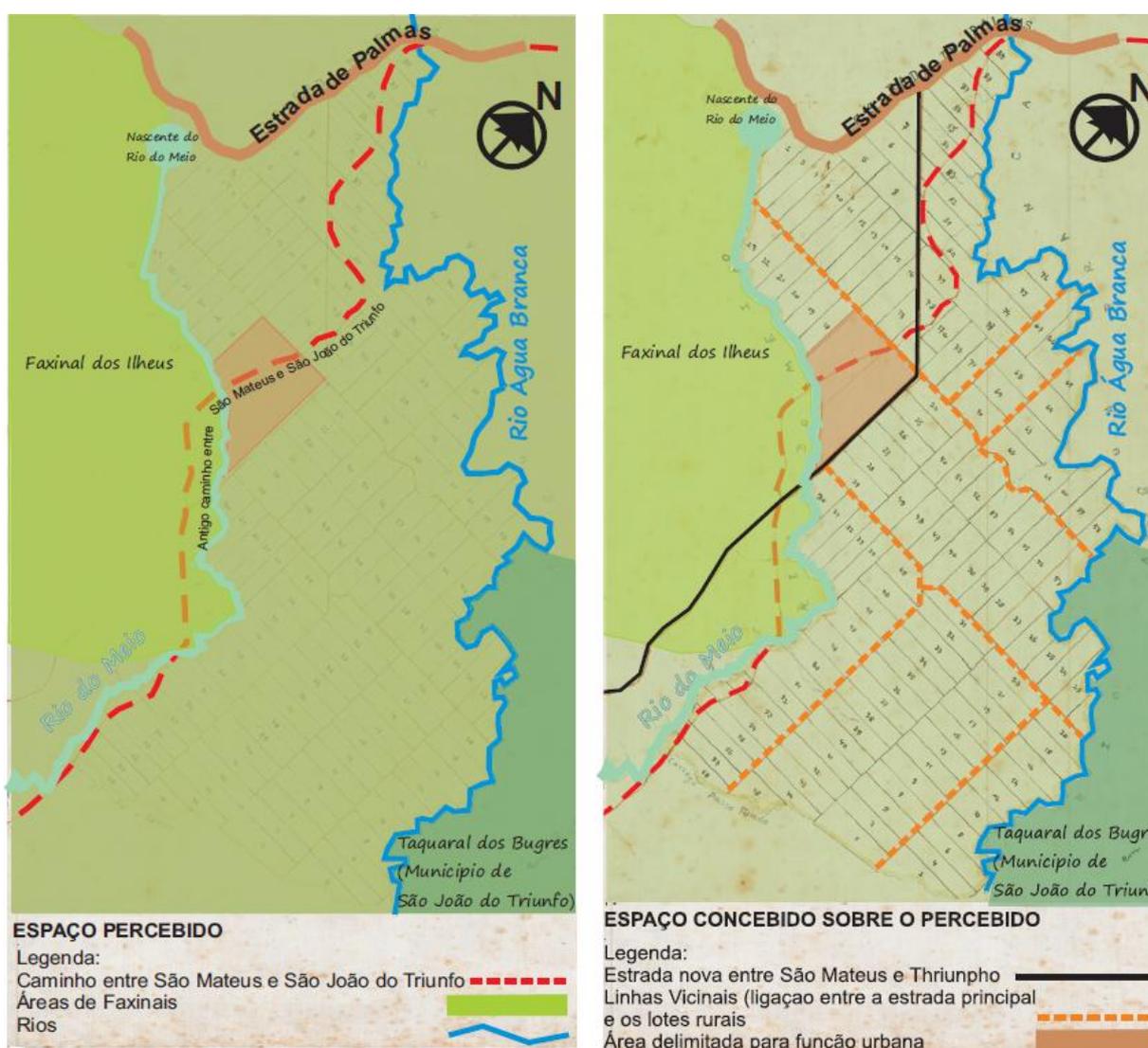


FIGURA 14 - COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA: DO ESPAÇO PERCEBIDO A ESPAÇO CONCEBIDO. Fonte: ITCG (1938).

então denominada colônia Dr. Accioly, como era procedimento comum nas implantações das colônias.⁵⁶ Mas, não se sabe por que o projeto não foi em frente.

Na área planejada tem-se o novo caminho desenhado, tornando-se a principal via de ligação às linhas que serviriam de caminhos vicinais de acesso aos lotes (figura 14). Estes lotes receberam um formato retangular, organizados paralelamente, com uma das faces menores voltadas, geralmente, para a linha ou rua vicinal e a outra face menor fazendo fundos com o lote vizinho. Dessa forma, as ruas vicinais não ficavam tão longas, cabendo mais lotes e, por isso, resultavam em ruas quase sempre paralelas.

Este foi, portanto, o espaço concebido pelo governo e disponibilizado à população de colonos que se instalou nos anos de 1890 e 1891.

Ao conceituar espacialmente o espaço concebido, Lefebvre reconhece sua importância para a produção (social) do espaço. As denominadas “representações do espaço” dizem respeito às elaborações mentais sob três formas: (a) aquelas referentes ao planejamento direcionado a uma concretização, como um projeto de edifício ou de cidade nova, (b) as representações gráficas e cartográficas da realidade, como desenhos, figuras e mapas e (c) as concepções pessoais sobre o espaço, sejam do indivíduo que apreende seu espaço no cotidiano (que será analisado em momento oportuno), sejam dos cientistas, filósofos, tecnocratas que refletem sobre o espaço ao redor a fim de propor ações específicas, as quais serão comentadas *a posteriori*.

É possível fazer uma correlação entre a conceituação lefebvriana sobre o espaço concebido e a proposta ideológica do governo do Paraná: visando povoar, adensar e estimular a agricultura, a proposta do governo foi materializada, tanto em forma de legislação (políticas imigratórias, definição dos órgãos responsáveis e de políticas de implantação das colônias), como foi destacado anteriormente, como na forma gráfica, em plantas de implantação das colônias e dos lotes e, finalizando, materialmente, na execução destes projetos, com a própria demarcação topográfica dos loteamentos e respectiva instalação das famílias de imigrantes.

⁵⁶ Na colônia de Eufrozina (São Mateus do Sul), tem-se na planta de implantação a demarcação de área para fins urbanos. Nas colônias Iguaçu, Canoas, Taquaral e Cachoeira não houve delimitação de área urbana, pois já se encontravam no entorno do povoado iniciado de São Mateus, próximo ao porto fluvial (figura 13). Nas demais colônias, em outros municípios próximos, como Antônio Olinto, Mallet, Paulo Frontin, Paula Freitas, dentre outras situadas no vale médio do Iguaçu, tem-se também a delimitação de uma área para função urbana.

Hempel (1973), já mencionado anteriormente, descreve um pouco sobre as dificuldades destas famílias que foram instaladas naquelas colônias de São Mateus:

Os imigrantes receberam ferramentas, 10 a 12 litros de centeio, 10 a 12 de batata, beterraba, repolho, alface e outros. Vivemos alguns dias na colônia. Conhecemos a maior parte dos colonos e imigrantes em suas barracas. Trabalham com ardor. A desordem administrativa na colônia impera com alguns trabalhando com afinco e outros se aproveitando da miserável situação dos imigrantes (HEMPEL, 1973, p. 61-62).

No entanto, também, há relatos sobre o auxílio que os caboclos da região ofereceram a estes colonos e como os colonos foram se adaptando ao local e se incorporando à economia de exploração do mate e da madeira sem abandonar a agricultura, a ponto dos habitantes de São Mateus serem apelidados, como diz Wachowicz (1984), de “nobreza verde”: “Os imigrantes levaram a erva ao seu maior florescimento. Começaram a amá-la, cuidar dela porque dava lucro [...] O colono plantava apenas para consumo próprio, sustentava-se principalmente com a madeira e a erva-mate” (WACHOWICZ, 1984, p. 18).

Estas palavras lembram uma afirmativa de Lefebvre (1974): “A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; põe e o supõe, numa interação dialética: o produz lentamente e seguramente, dominando-o e dele se apropriando” (LEFEBVRE, 1974, p. 48).⁵⁷ Ou seja, o espaço é produto e produtor das relações sociais, não interpretando o espaço social somente como “fatos da natureza” (a primeira natureza) mais ou menos modificados que produzem a “segunda natureza”. Portanto, se o objetivo, a concepção do governo era o povoamento e a incrementação da atividade agrícola, estas colônias, e aqui, especialmente Água Branca, em função dos condicionantes espaciais apresentados (por um lado terras cobertas de matas, despreparadas para plantio, poucos recursos financeiros e alimentares e, por outro lado, a potencialidade local da extração da erva-mate e da madeira influenciada pelos seus vizinhos caboclos que ensinaram os colonos a trabalhar naquela mata), passaram a realizar, ao menos nos primeiros anos de instalação uma fase intermediária, de adaptação ao novo meio ambiente, ao solo, clima, cultura, como forma de sobrevivência. Existe aí uma relação dialética entre a configuração espacial, das formas naturais às construídas e a prática socioespacial da sociedade.

⁵⁷ Texto original: “La pratique spatiale d’une société secreta son espace; elle le pose et le suppose, dans une interaction dialectique: elle le produit lentement et sûrement en le dominant et en se l’appropriant.”

Pode-se, então, confirmar a teoria de Lefebvre quando aplicada à interpretação do espaço de Água Branca, compreendendo que sua configuração espacial atual é produto de diversos momentos (tempos) políticos e socioeconômicos que geraram formas e elementos espaciais intencionais, e este é apenas o primeiro momento da instalação da colônia. Água Branca e outras colônias encontraram na exploração da madeira e da erva-mate uma estratégia econômica para sua subsistência inicial e para viabilização das atividades primárias que seriam desenvolvidas, relacionadas à lavoura ou à criação de animais.

Contudo, logo que os colonos começam a se instalar, alguns espaços de representação passam a ser pontuados e/ou construídos. Em alguns caminhos antigos, encontram-se, ainda hoje, algumas cruces de madeira; estes elementos, com aproximadamente três metros de comprimento, eram instalados em locais escolhidos por um grupo de famílias que morava no entorno, para encontrar-se e rezar. Paralelamente à criação destes espaços – as estradas e as cruces, iniciaram, também, a construção de uma capela, inicialmente foi construída dentro da área delimitada para exercer a função urbana, assim como um pequeno cemitério; mas, segundo relatos de moradores (entrevistas realizadas, as quais serão explicitadas em seguida, no próximo item deste trabalho), logo iniciaram a construção da atual igreja, porém em terras situadas na frente da capela, em um lote que deveria exercer a função rural, mas que não havia sido ocupado até então, ou seja, em terras que governo estadual não tinha ainda disponibilizado para nenhuma família (figura 15). Trata-se de uma hipótese, o que justificaria a atual requisição da Irmandade de São José pela titulação das terras em frente à Igreja atual, onde hoje é ocupada por um campo de futebol.

Com base em Wachowicz (1985), citado por Tavares (2008, p. 488), “como todo camponês, o polonês trazia consigo a religiosidade, sempre se apegando a Deus quando se encontrava em dificuldade”. A religião é uma forma de mediação entre a realidade e Deus, e “a Igreja, a paróquia e o padre serão, em muitas colônias do Brasil, por muito tempo o único cimento que unirá os camponeses”. Tavares (2008) afirma que logo que os camponeses se alojam em suas propriedades, a primeira coisa que procuram fazer em conjunto é a construção da igreja ou capela, pois este é o centro espiritual, o lugar onde o camponês satisfaz sua necessidade de se comunicar com o próximo e com Deus. E se, na Polônia, as casas de moradia ficavam próximas umas das outras, formando a aldeia, aqui no Brasil, elas passaram a ficar dentro das

propriedades, dificultando a comunicação com os vizinhos, distante pelo menos 200 metros entre si, pois muitas casas não eram construídas próximas à estrada vicinal, mas no interior do lote.

Consoante relatos de Souza (2014), o primeiro padre permanente chegou à colônia em outubro de 1896. Antes havia outro padre permanente em São Mateus que visitava esporadicamente Água Branca entre os anos de 1892 a 1896, porém, com o seu envolvimento na Revolução de 1893, foi preso. O padre Jakób Wróbel, recém-chegado da Polônia, encontrou a capela ainda em fase de construção, mas, mesmo assim, realizou nela a primeira missa e o primeiro batismo em 22 de outubro de 1896 (SOUZA, 2014, p. 68). Este padre encontrou a colônia praticamente toda ocupada conforme o projeto inicial, com as casas de moradia, num total “de 124 famílias polonesas, principalmente de anexação russa [...], mas não havia escola para as crianças e a obra da capela havia ficado pela metade” (SOUZA, 2014, p. 68). Existia, também, uma “venda” nas proximidades da capela cujo proprietário era italiano.

A obra de Souza (2014) narra a trajetória do padre Jakób Wróbel, que, no final do ano de 1896, migrou espontaneamente para o Brasil, com o objetivo de auxiliar espiritualmente seus patrícios nas colônias agrícolas instaladas e foi direcionado para a paróquia de Água Branca. Este padre foi um importante líder para a colônia, pois auxiliou os moradores não só espiritualmente, mas também interferiu espacialmente na criação de alguns dos espaços de representação mais relevantes, os quais favoreceram a adaptação e permanência destes colonos na colônia, como se verificará adiante. Tornou-se, por isso, um dos principais agentes produtores do espaço, representando o poder da Igreja naquele território que começava a se estruturar.

Alguns dos relatos encontrados nesta obra apresentam uma população um tanto quanto “perdida espiritualmente” ou desesperançosa, pelas dificuldades que enfrentavam naqueles primeiros anos e totalmente desprovida de atenção do governo estadual, que já havia “cumprido a sua parte”. Só naqueles primeiros três anos de início da instalação, entre 1890 e 1893, haviam passado por uma grande enchente do rio Iguaçu (que destruiu quase todas as casas), por uma epidemia de tifo e praticamente três anos sem colheita, pois, além de tudo, estes imigrantes eram da região de Mazóvia (região situada a leste da Polônia) e, em sua maioria, trabalhavam como artesãos, tendo, por isso, dificuldades em se adaptar ao novo trabalho (SOUZA, 2014, p. 86).

Após o dia de trabalho nas lavouras, os colonos encontravam-se na venda, que por sinal ficava ao lado da capela, para conversar e tomar uma 'consoladora'. Outros padres que visitaram Água Branca haviam sido companheiros nesta hora de bebedeira, por isso os colonos não se surpreenderam ao ver o novo padre entrando na venda no final da tarde. Mas Wróbel não havia ido lá para beber: conversou com todos sobre a necessidade de concluir a capela e também de fazer uma escola para as crianças. Perguntou o que eles estavam deixando para os filhos. Propôs que, ao invés de virem para a venda beber, dedicassem algumas horas diárias às obras da igreja. No outro dia, boa parte dos colonos se apresentou na capela, ao invés de ir para o bar (SOUZA, 2014, p. 71, grifo do autor).

Esta descrição e muitas outras apresentadas na obra de Souza (2014) demonstram como o discurso do padre interferiu na vida cotidiana daqueles trabalhadores e da comunidade em geral, buscando retirá-los de alguns hábitos que estavam desenvolvendo quando vieram morar no Brasil. Piton (1971), citado por Souza (2014, p. 68), lembra que esta comunidade era “devota mas supersticiosa, abnegada e voltada à embriaguez”, pois eram comuns tanto a crença em feitiçarias, pajés e bruxas como os homens se “entregarem à cachaça”.

Este padre estimulou a união de esforços entre as famílias moradoras de Água Branca para a construção de alguns dos espaços de representação importantes que marcaram, e ainda marcam, a memória da população e de suas gerações posteriores, como foi o caso da escola, da igreja e da casa paroquial. Estes espaços tornaram-se representações da identidade polonesa, lugares que os faziam sentir-se mais perto da Polônia, onde se encontravam para conversar, para rezar, para cantar, para praticar seus rituais festivos como em seu país natal. Estes espaços e suas atividades cotidianas e festivas tornaram-se, sobretudo, símbolos de motivação e fortalecimento emocional, vinculando-os cada vez mais àquela nova terra, que se tornaria para eles, “um pequeno pedaço da Polônia”, como sugeriu Souza (2014, p. 65).

O padre Jakób Wróbel assumiu as atividades administrativas da paróquia, resolvendo diversas pendências, como construir uma igreja ainda no mesmo ano de sua chegada, delimitar uma área atrás da casa paroquial e da igreja para servir de cemitério, que foi inaugurado em 13 de novembro de 1898 (SOUZA, 2014, p. 86); e ainda resolver a pendência da propriedade da terra, pois estes equipamentos - a casa paroquial, a capela, a escola e o cemitério - estavam construídos em terras que eram do governo provincial (figura 15). Este padre conseguiu incentivar os colonos a formar a Irmandade de São José, existente até hoje, de modo que, através de seus contatos junto ao governo estadual, também conseguiu oficializar sua doação, de 214 mil m²

(ou seja, pouco menos que um lote de 25 hectares ou 250mil m², onde estavam construídos todos aqueles equipamentos citados) em nome desta irmandade⁵⁸, ainda no final do ano de 1900. Souza (2014) apresenta uma listagem com os nomes dos proprietários dos lotes na área destinada à uso urbano, dentre eles está o padre Jacób Wróbel (primeiro padre da comunidade) e da Irmandade da paróquia, cada um recebendo um lote de terra.

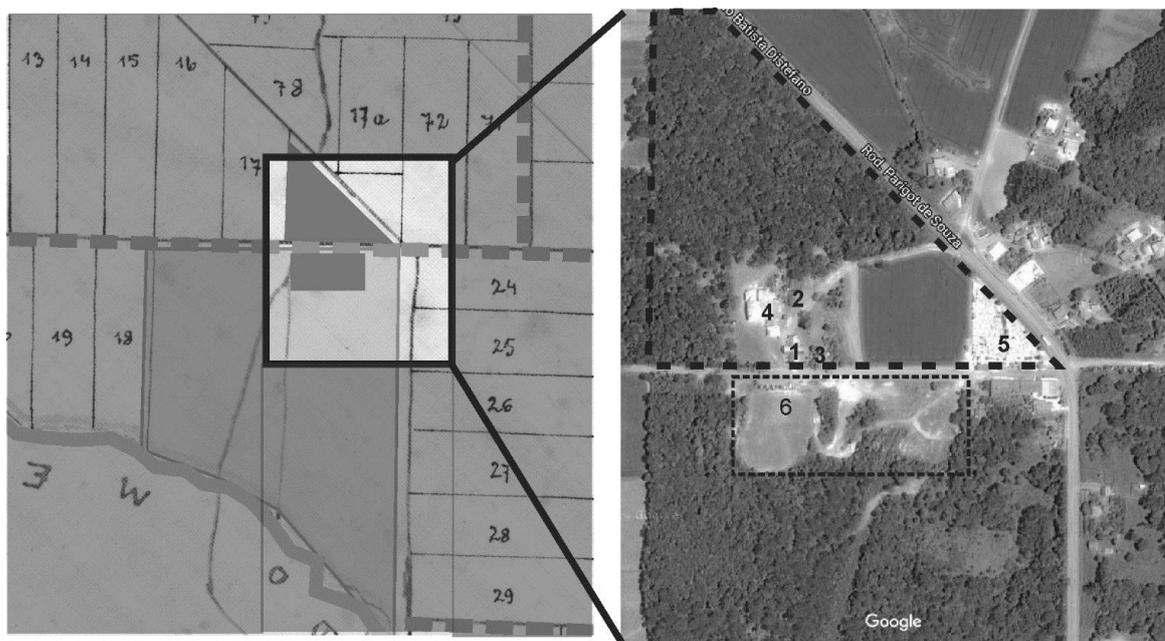


FIGURA 15 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DA IGREJA E DEMAIS CONSTRUÇÕES DE ENTORNO. Legenda: Igreja (1), escola (2), a casa paroquial (3), o galpão de festas e de salas de catequese (4), o cemitério (5). A área pontilhada triangular pertence à Irmandade de São José e a área à frente (6) também está sendo escriturada, sendo esta, aparentemente, a que pertencia ao Padre Wróbel. Fonte: Elaborado pela autora, a partir de relatos dos moradores e da obra de Souza (2014).

A escola de Água Branca também foi construída, apesar dos colonos na época não acharem importante estudar, sobretudo as meninas. Segundo Souza (2014) e Wachowicz (1981), a insistência do padre Wróbel em construir a escola e estimular as crianças a estudar não era um costume comum no Brasil, pois muitos padres entendiam que apenas o catecismo era necessário e, ainda, que o estudo levava os fiéis à heresia, ao afastamento da Igreja e de Deus. Outras iniciativas existiram depois da escola de Água Branca, mas não prosperaram por causa da falta de incentivo dos próprios padres. Foi construída uma escola leiga, em 1907, porém logo fechou por falta de alunos (SOUZA, 2014, p. 157). A escola de Água Branca, conduzida pelo padre Jakób Wróbel, foi pioneira em permanecer aberta e funcionando por tantos anos e por incluir as meninas, ainda que em horários diferentes para não se encontrarem

⁵⁸ Livro de Tombo da Capela de Água Branca, nº 21 de 1900, p. 11; e Livro de Registro de Título de Terras – Governo do Estado do Paraná, 1900; livro 21, folha 100, lote nº 17.

com os meninos, como era costume na Polônia. Este equipamento já estava em funcionamento desde 1901, conforme o Livro de Tombo da Capela de Água Branca (1901, p. 23), por causa da dedicação deste padre: “O Pe. Wróbel passa horas inteiras diante do altar. O resto do tempo se dedica à escola, onde leciona” (GRABOWSKI, 1971, p. 108). As obras da capela e da escola terminaram no ano de 1900 (SOUZA, 2014, p. 88).

Em função das atividades extrativas (madeira e erva-mate), alguns proprietários construíram serrarias e engenhos de erva-mate para produção, queima e ensacamento para transporte. Também foram construídos alguns moinhos de farinha movidos à água (próximos do rio Água Branca), relatados por escritores e moradores de Água Branca (KRAWCZYK, 1971; WACHOWICZ, 1981; GRABOWSKI, 1971; HEMPEL, 1971).

Esta primeira “geração” de moradores viveu a experiência de construir a colônia e torná-la produtiva ainda que não na forma inicialmente esperada pelo governo estadual, que aspirava pela produção agrícola para abastecimento do mercado de Curitiba. Mas os primeiros anos de vida nesta nova terra foram desafiadores para todas aquelas famílias de imigrantes que aprenderam a se adaptar a todas as novidades apresentadas: novo clima, nova forma de trabalhar com a terra, novas leis, nova língua, novos vizinhos. Certamente, o que os auxiliou nesta primeira fase foi o fato de poderem contar com um líder espiritual muito ativo que fortaleceu o espírito de luta e união entre seus patrícios e o fato de conseguirem estruturar-se economicamente com a possibilidade de extração da madeira e da erva-mate, pois sua produção agrícola inicial garantia, basicamente, a sua subsistência (HEMPEL, 1971).

O padre Jakób Wróbel continuou na comunidade até maio de 1914. Ele passou por diversos enfrentamentos políticos e ideológicos⁵⁹, as quais, apesar do apoio da comunidade de Água Branca, influenciariam em sua transferência para outro país. Antes, porém, realizou contatos com a Congregação Vicentina e a Congregação das Irmãs da Sagrada Família, na Europa, para que estas pudessem continuar seus

⁵⁹ Combateu a maçonaria ainda na década de 1890, a qual estava inclusive tendo a adesão de alguns padres. A Diocese, que não tinha mais vínculo (econômico) com o governo após a proclamação da República, inicialmente, recuou diante da situação, pois vários líderes políticos e comerciantes eram maçons. O padre combateu, através de homilias, esta ideologia, mas, aos poucos, percebeu que estava quase que solitário neste combate e decidiu tomar algumas medidas antes que ele partisse, em prol da manutenção da escola e da igreja. Para maiores informações, ver Souza (2014, p. 90-142).

trabalhos. Estas congregações foram para Água Branca após o convite oficial do bispo de Curitiba e por lá mantiveram os trabalhos da escola (desde 1909) e da capela (desde 1914) até meados dos anos de 1960 (SOUZA, 2014).

A partir de 1918, São Mateus e suas colônias entraram no auge de uma grande fase de desenvolvimento econômico e industrial, quando a empresa Loyd Paranaense, formada por uma sociedade anônima, deslocou-se de Porto Amazonas para São Mateus do Sul e lá expandiu sua estrutura, com a instalação de um estaleiro e a necessidade de diversas especialidades de mão de obra para trabalhar na empresa, tais como carpinteiros, mecânicos, dentre outros.⁶⁰ A cidade transformou-se no mais importante porto e entreposto comercial da região, facilitando o transporte e escoamento de toda a madeira e a erva-mate produzida, incluindo de Água Branca.

Relatam os moradores mais antigos, nas entrevistas realizadas em campo, que havia em Água Branca muitos engenhos de erva-mate (barbaquá) e serrarias; por isso, tinham cavalos e carroças que auxiliavam no transporte. Era comum que cada família tivesse, também, criação de galinha, porco e gado, para complementar sua subsistência, pois o plantio de grãos ainda estava em expansão. Foi uma fase econômica importantíssima para que a colônia se consolidasse. Muitas famílias conseguiram, inclusive, comprar terras de vizinhos que não se adaptaram ao local e foram embora, ampliando seu patrimônio.⁶¹

Contudo, a decadência da atividade ervateira, iniciada em 1929⁶², coincidiu com o declínio do transporte fluvial. O rio Iguaçu, também, estava bastante assoreado em função da exploração da madeira em suas margens, dificultando a navegação, principalmente, nos dias de chuva e nos períodos de estiagem, quando o nível das águas baixava consideravelmente. Como solução ao problema, o transporte da madeira e da erva-mate foi paulatinamente realizado pelas carroças puxadas a cavalo e, posteriormente, pelos caminhões, nas estradas de rodagem que estavam sendo abertas. Assim, o transporte fluvial foi substituído, aos poucos, pelo transporte

⁶⁰ Outras empresas se instalaram em São Mateus do Sul, dentre elas, a Leão Junior & Cia, Venâncio & Cia, Seraphim Portes, Pizzatto & Polatti, Cassou & Nicola, Alberto e Cia e outras (BACH, 2006 apud SILVA; SOPELSA, 2013).

⁶¹ Ver entrevistas, no item 4.2.2 deste trabalho.

⁶² Segundo o *site* do Museu Paranaense, “a erva-mate manteve-se como principal produto paranaense durante o período entre a Emancipação Política do Paraná (1853) e a Grande Crise de 1929, chegando a representar 85% da economia paranaense” (MUSEU PARANAENSE, 2015). Também, Baller (2008) explica que o início da decadência da economia da erva-mate está diretamente associado ao fim da exportação deste produto para a Argentina, o maior consumidor da época.

rodoviário e São Mateus experimentou, mesmo assim, uma longa fase de estagnação econômica durante as décadas de 1930 a 1960, em função do declínio do porto, de alguns serviços e comércios afins e da atividade ervateira.

Dessa forma, a colônia de Água Branca também se ressentiu economicamente, mas as famílias já estavam bem mais adaptadas. A primeira geração de poloneses⁶³ envelheceu e foi, aos poucos, conforme os filhos iam se casando, passando o controle das terras para os mesmos. Esta segunda geração viveu a fase da decadência da erva-mate e da madeira e a de expansão do plantio de culturas que já conheciam, como o feijão, o milho, a criação de gado. Algumas crianças que pertenciam a esta segunda geração, conforme contam seus netos hoje (que pertencem a terceira geração), aprenderam, nos poucos anos que estudaram, a ler e escrever escassamente em português, naquela primeira escola de Água Branca, (naquela época liderada pela Congregação das Irmãs da Sagrada Família e pelos Vicentinos), mas falavam polonês com a família e os amigos. Os relatos sobre a vida desta segunda geração são muito poucos, baseados em pequenas notas de jornais (que noticiavam sobre as enchentes do Iguaçu, basicamente) e de algumas histórias contadas pelos seus filhos ainda vivos, como veremos a seguir, e que hoje encontram-se na faixa dos 80-90 anos.

Com o declínio do transporte fluvial, consolidou-se, aos poucos, o transporte rodoviário e outras atividades econômicas na região. A estrada principal, que viria a tornar-se a rodovia BR-476, ou rodovia do Xisto, já passava, inclusive, pela cidade, próximo à área portuária, o que manteve determinado fluxo comercial e facilitou certamente a entrada da Petrobrás algumas décadas depois, sendo totalmente asfaltada (trecho Curitiba - São Mateus do Sul) em 1967, ano de sua inauguração. Posteriormente, em 1968, inicia-se o asfaltamento da estrada estadual, a PR-151, que liga São Mateus do Sul (região sudeste do Paraná) até Itararé (região norte do Paraná na divisa com São Paulo), passando por Água Branca, São João do Triunfo e Ponta Grossa, linha esta que auxiliaria na redução do tráfego da BR-116 (DER-PARANÁ, 2015).

⁶³ Em 1937, o Consulado Geral da Polônia no Paraná realizou um censo, identificando São Mateus do Sul como uma das cidades com maior número de descendentes de poloneses, numa porcentagem de 44% da população, perdendo somente para União da Vitória, com 44,1% e para Mallet, com 45%. Neste censo, São Mateus do Sul contava com 15.000 habitantes no total (IAROCHINSKI, 1999, p. 75).

Concomitantemente às mudanças do sistema de transporte que agilizaram e diminuíram as distâncias entre a capital paranaense e a região do vale do Iguaçu, novas economias iriam despontar, seja no setor secundário (exploração mineral pela Petrobrás), seja no setor primário, para produção de grãos como soja, milho, feijão, em especial uma outra cultura que viria a se destacar pela sua alta rentabilidade econômica e com o precedente de necessitar de colheita manual, sendo, por isso, adequada à produção por pequenos proprietários rurais: o tabaco⁶⁴. Esta cultura modificou a vida cotidiana dos moradores de Água Branca e toda a região do sudeste do estado do Paraná e, até hoje, é a cultura mais plantada na região.

Assim, conforme apontado por Lefebvre (1974), a partir do espaço percebido, novos espaços são concebidos (pela ordem distante). Os espaços vividos ou de representação são criados pelos grupos sociais (ordem próxima) que se apropriam destes espaços concebidos, de acordo com suas necessidades e valores, valorizando ou reformulando determinados aspectos ou locais. “Se o local, o regional, o nacional, o mundial se implicam e se entrelaçam, o que se incorpora no espaço, os conflitos atuais ou virtuais, não estão nem ausentes nem eliminados” (LEFEBVRE, 1974, p. 7, tradução nossa).⁶⁵ Ou seja, mesmo que novos espaços concebidos sejam criados, estes não destroem por completo os espaços percebidos e os espaços vividos, ocorre um processo de simultaneidade entre estas dimensões, por contradições, conflitos e ajustes, de maneira que o vivido, o concebido e o percebido estejam reunidos, a ponto de o indivíduo ou grupo social poder passar de um ao outro sem aí se perder ou perceber (LEFEBVRE, 1974). É o que será exposto a seguir, ao se apresentar a vivência dos moradores de Água Branca, cujos relatos puderam expressar a maneira

⁶⁴ A história do cultivo do tabaco no Brasil é antiga. A planta era inicialmente utilizada pelos indígenas em diversas formas, tanto para cerimoniais religiosos como para fins medicinais. Durante o período colonial, os portugueses iniciaram o cultivo da planta com objetivos comerciais, mas, a partir de 1822, o cultivo do produto foi intensificado, para ser exportado para a Europa. Atualmente, quase 200 mil agricultores investem neste plantio, o que torna o Brasil o segundo maior produtor do mundo, atrás apenas da China. Este plantio tornou-se altamente rentável, apesar dos perigos para a saúde dos próprios agricultores. Conforme reportagem de programa “Globo Rural”, da Rede Globo de Televisão, apresentada em 30/05/2014, cada agricultor pode ganhar até R\$ 20 mil por hectare com o tabaco, sendo que o milho, por exemplo, alcançou a renda de até R\$ 3 mil por hectare. Reportagem disponível no site: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/05/globo-rural-aborda-producao-de-tabaco-no-brasil.html>. De acordo com Silveira, Dornelis e Ferrari (2012), é, atualmente, cultivado sobretudo na Região Sul, nas pequenas propriedades, onde predomina a agricultura familiar. No sudeste do Paraná, este cultivo iniciou-se em meados dos anos de 1965, ganhando expressão e cada vez mais adeptos a partir dos anos 70 (AHRENS; LLANILLHO; MILLÉO, 2011).

⁶⁵ Texto original: “Si le local, régional, national, mondial sont impliqués chevauchement, qui est incorporé dans l’espace, en cours ou des conflits potentiels, ils ne sont ni absent ni éliminé.”

como vivenciaram e construíram, desde sua infância até os dias atuais, o espaço social dessa comunidade.

4.2.2 Do espaço produzido ao espaço vivido

É na dimensão do vivido que a vida cotidiana do morador proporciona aos espaços - percebido e concebido -, formas, usos e funções de acordo com suas necessidades e ansiedades. É a sua reinterpretação, sua forma de adaptação e de reconstrução espacial, a partir das suas necessidades psicossociais, seus valores e ideologias, sobre o espaço/base territorial proporcionada. Sobre esta base territorial, a prática espacial de um grupo é construída. Esta prática engloba, para Lefebvre (1974), a produção e a reprodução espacial de cada formação espacial, permitindo sua continuidade, de maneira que no espaço ficam inscritos os símbolos e signos que dão identidade e reconhecimento à sociedade que os inscreveu. O espaço vivido ou de representação, é a síntese socioespacial que um grupo ou uma determinada sociedade faz da relação entre os espaços percebido e concebido. É importante ressaltar que a separação destas três dimensões é apenas para fins analíticos, tendo em vista que as três dimensões encontram-se sempre relacionadas e sobrepostas na realidade socioespacial, como já foi explicitado anteriormente.

Os atuais moradores de Água Branca desconhecem a forma de implantação da colônia, criada em 1890-1891. Têm sua própria lógica de orientação espacial, demarcada pelos referenciais existentes no local, sejam eles naturais, do espaço percebido, sejam eles construídos, do espaço concebido, e que foram apropriados, tornando-se espaço vivido. Verifica-se que a relação destes moradores com o lugar, a colônia, fez-se através de acontecimentos históricos sociais e individuais, pelo seu uso e apropriação construídos no dia a dia, durante as atividades cotidianas, ou mesmo durante as atividades mais excepcionais, como nas festas ou nos conflitos. Suas experiências de vida, desde a infância até a atualidade, muitas vezes, se misturam com a história de vida dos pais e avós que já moravam ali.

Soto (2008) esclarece que, para Lefebvre, no espaço vivido é que se encontra a reprodução das relações sociais de produção: na vida cotidiana, nos lazeres, no habitar e na forma de utilização do espaço. Este é o centro de sua análise e uma de suas principais contribuições para a teoria do espaço social: a reprodução das relações de produção, que não coincide, necessariamente, com a reprodução dos

meios de produção. Assim sendo, é possível discernir duas maneiras sobre como é tratada a prática espacial: há a prática espacial referente à dimensão percebida do espaço (LEFEBVRE, 1974; SOJA, 1996), que direciona sua produção econômica, referindo-se, portanto, à prática de uma concepção teórica (ordem distante), que organiza e concebe um espaço, uma cidade, por exemplo. Mas também há a prática espacial que indica a apropriação, a forma como os moradores e usuários utilizam o tempo e o espaço no cotidiano. Tem-se, com isso, simultaneamente e entrelaçamento da materialidade e da abstração. O vivido revela, por um lado, as práticas espaciais de produção do espaço, e, por outro, intermedia essas práticas pelo oferecimento de possibilidades de apreensão do espaço. Esta intermediação se faz através das simbologias que lhe são criadas, ou seja, do reino simbólico ou representacional, como expôs Gil Filho (2005, p. 54), e sobre o qual incidirá a práxis.

4.2.2.1 Os caminhos percorridos para a apreensão do espaço vivido e sua caracterização como espaço de síntese entre percebido X concebido X vivido.

A metodologia de análise do espaço social de Lefebvre pode ser aplicada para a caracterização a apropriação social de um determinado bairro, cidade ou território na atualidade, que resgate determinadas características históricas para justificar o espaço vivido atual⁶⁶ ou, como se propõe neste estudo, pode ser aplicada para identificar e caracterizar a apropriação social e suas variações de uso num determinado território ao longo da sua história. Esta proposta evidencia a permanência ou as transformações deste espaço vivido e de alguns “pólos de sociabilidade” (que na cidade poderiam ser denominados de espaços públicos), que serão denominados aqui de espaços de representação ou simbólicos, para didaticamente diferenciar do termo espaço vivido. Ou seja, dentro do espaço vivido encontram-se estes espaços de representação ou simbólicos.

Desta forma, a metodologia aplicada objetiva caracterizar o espaço vivido de Água Branca e, ainda, verificar se estes espaços de representação criados permaneceram ou foram “re-significados” ao longo da sua história de 125 anos, pois o caráter de permanência, perpetuação destes espaços indicaria sua potencialidade para a compreensão dos mesmos como patrimônio histórico cultural daquele grupo

⁶⁶ Pode-se citar o trabalho de Catalão (2010), intitulado: Brasília: metropolização e espaço vivido. Práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Unesp, 2010.

de moradores (abrangência em âmbito local), ou de outros grupos, justificando sua abrangência estadual ou federal.

Tem-se como fio condutor ou instrumento para a aplicação desta metodologia, a investigação da vida cotidiana. A vida cotidiana é responsável pela produção e reprodução da vida, das práticas espaciais e dos espaços de representação:

O cotidiano na sua trivialidade compõe-se de repetições: gestos no trabalho, fora do trabalho, movimentos mecânicos (os da mão e do corpo também, os das peças e dos dispositivos, rotação ou idas e voltas), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade, etc. (LEFEBVRE, 1991b [1968], p. 31).

A identificação do espaço vivido e dos espaços de representação de Água Branca só pode ser realizada pela experiência dos seus moradores. Por isso, foram aplicados, durante os meses de fevereiro a setembro de 2015, dois métodos de entrevistas, em duas etapas distintas. Segundo Britto Júnior e Feres Júnior (2011, p. 240), o primeiro método é denominado de entrevista “estruturada”, com um roteiro previamente estabelecido, que possibilita um levantamento quantitativo dos dados; o segundo método de entrevista, do tipo “estruturada em pautas”, apresenta certo grau de estruturação, já que existe um conjunto de temas ou pontos que o entrevistador vai perguntar e explorar. De qualquer forma, o entrevistador faz poucas perguntas e deixa o entrevistado falar livremente, retomando o tema ou o próximo tópico caso o entrevistado se “desvie do assunto” ou termine sua explanação sobre aquele ponto.

No entender de Moresi (2003), a entrevista é um instrumento de coleta de dados, de obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Também, para Britto Júnior e Feres Júnior (2011), a entrevista tem sido um importante instrumento de coleta de dados, talvez o mais flexível, no sentido da sua forma de aplicação e de adaptação às condições físicas e sociais encontradas. Por este instrumento, pode-se comprovar e esclarecer respostas, e, ainda, associá-lo a outros métodos de coletas de dados, como a pesquisa documental, para melhorar a qualidade de um levantamento e de sua interpretação.

É importante também salientar que os resultados das entrevistas são também associados à análise espacial, pois, evidentemente, existe uma correlação entre as práticas sociais e espaciais. A aplicação da primeira etapa de entrevistas, utilizando o primeiro método, foi realizada pela própria pesquisadora, que preenchia um

questionário de múltipla escolha para cada família proprietária de terra na colônia (figura 16).

1. COORDENADAS

2. Nome do casal e descendência Telefone de contato-

79 ANOS 79 ANOS

| | | |
|---------------------|-------------------|-----------------------|
| | | |
| Local de Nascimento | S.S. TUNFO | A.B. |
| Local de Nasc. pais | 11 | A.B. |
| Local de Nasc. avós | ? | ILIBRANJES |
| Descendência | TRABALHAM LAVOURA | LAVOURA / CARPINTEIRO |

85

3. Número de filhos e local de trabalho

| | |
|---|--|
| 5 LAVOURA (2 CASADOS e 3 HORAS / OS PAIS) | |
|---|--|

3. Quanto tempo vivem na propriedade onde moram? E HERANÇA? E COMPRA?

| |
|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de 10 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 10 e 40 anos |
| <input checked="" type="checkbox"/> Mais de 40 anos |

4. Qual o tamanho da propriedade que é da família?

| |
|--|
| <input type="checkbox"/> Menos de 1 Alqueire |
| <input type="checkbox"/> De 1 a 10 Alqueires |
| <input checked="" type="checkbox"/> Mais de 10 Alqueires |

5. Alugam terras para trabalhar?

| | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Não | <input checked="" type="checkbox"/> SIM |
| <input type="checkbox"/> De 1 a 10 alqueires | |
| <input type="checkbox"/> Mais de 10 alqueires | |

6. Trabalham só na sua propriedade?

| | |
|------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|---|

7. Trabalham também como diaristas em outras terras?

| | |
|------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|---|

8. O que costumam plantar?
É um cultivo que aprenderam com os pais?

| | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Arroz | <input checked="" type="checkbox"/> Fumo |
| <input checked="" type="checkbox"/> Feijão | <input type="checkbox"/> Frutas |
| <input type="checkbox"/> Soja | <input type="checkbox"/> Azeitona |
| <input checked="" type="checkbox"/> MILHO | <input checked="" type="checkbox"/> BATATA |

9. Na Propriedade estão construídas/ moram:

| |
|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Casas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Famílias |

ABDIA BARBOSA

FIGURA 16 - QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS MORADORES, EM FEVEREIRO E MARÇO DE 2015

Fonte: Elaboração da autora (2015).

No total foram realizadas 137 entrevistas⁶⁷, procurando abranger o maior número possível de proprietários moradores da colônia, para que as respostas, sempre objetivas, fossem transformadas em dados numéricos e percentuais mais próximos possíveis sobre a realidade atual dos moradores. Esta etapa também foi importante para conhecer as estradas rurais, delimitar o território e o espaço vivido de Água Branca (pois observou-se ao longo do trabalho de campo que a área da colônia Água Branca foi “reduzida”, em função de algumas “fragmentações” de sua área original, realizadas informalmente, a partir da percepção e vivência dos moradores), conhecer os moradores e sua rotina diária, selecionar um grupo que participaria da segunda etapa de entrevistas e, ainda, para que a pesquisadora também se tornasse conhecida na colônia (o que facilitaria a realização da segunda etapa). A efetivação desta entrevista dirigida pelo questionário foi rápida, em torno de 10 minutos para cada família, sempre acompanhada por um morador ou moradora da colônia, para que

⁶⁷ A colônia Água Branca, conforme informado ao final do item 4.1, foi inicialmente subdividida em 137 lotes, mas observou-se que muitos lotes foram subdivididos, principalmente àqueles que margeiam a PR 151.

pudessem orientar a direção desta pesquisadora nas estradas rurais (as quais se percorreu de carro, parando de casa em casa, a cada 200 metros aproximadamente, ou caminhando, conforme a proximidade das residências) e para apresentá-la às famílias.

Com a realização desta primeira etapa de entrevista (aplicação do questionário), também foi possível confirmar o que a imagem de satélite apresenta quando é sobreposta à planta original de implantação: a estrutura física da colônia foi pouco modificada, pois as linhas vicinais criadas na planta de implantação da colônia permanecem as mesmas até hoje (figura 17). Muitos lotes continuam mantendo a mesma forma física, de 150 a 200 metros de frente por 1.700 a 1.250 metros de fundos, totalizando a média de 25 hectares. Por vezes, os proprietários separam uma área, de um a dois hectares para moradia e atividades de subsistência familiar, como uma horta, uma pequena criação de galinha e vendem ou alugam o restante (gráfico 1). Esta situação é comum, principalmente, nos lotes que margeiam a estrada asfaltada, a PR-151.

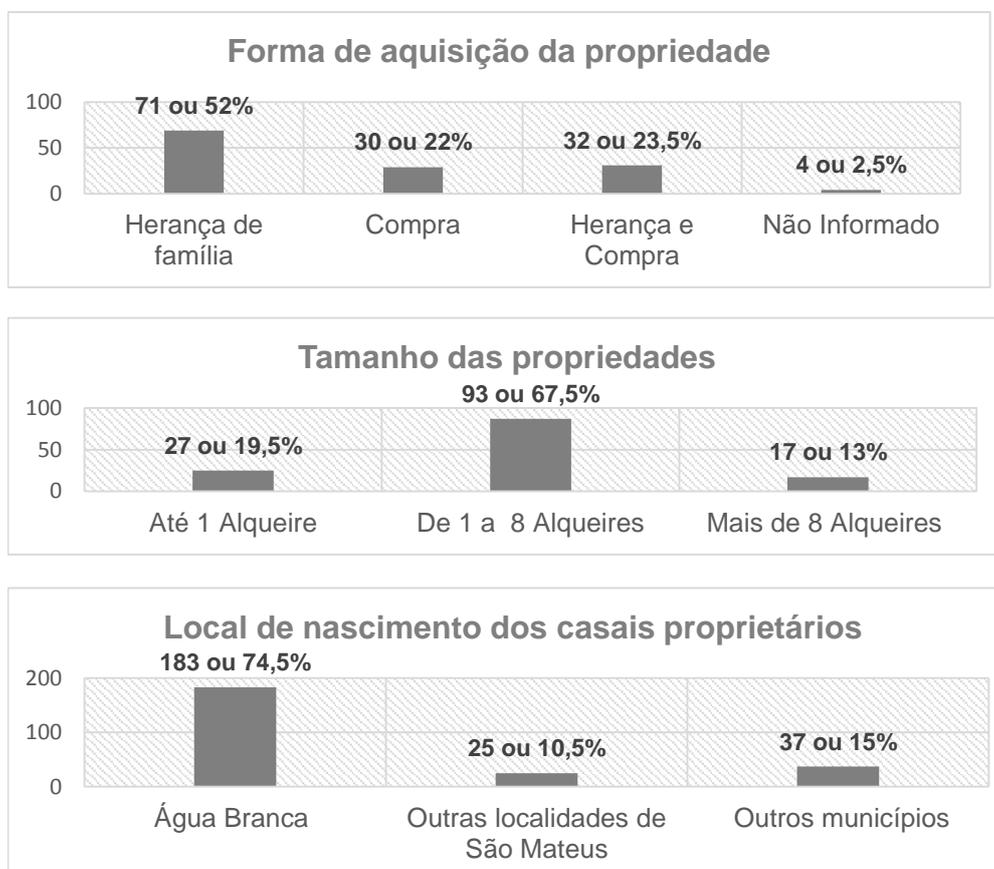


Gráfico 1 – DADOS SOBRE A PROPRIEDADE DAS TERRAS DA COLÔNIA ÁGUA BRANCA
 Legenda: elaborado a partir da compilação dos dados da primeira etapa de entrevistas, referentes à forma de aquisição da propriedade e ao tamanho atual delas
 Fonte: Elaboração da autora, em abril de 2015.

Nem sempre estas terras pertencem à mesma família, já que algumas foram embora. Estas terras, então, foram compradas por seus vizinhos ou por outro morador de Água Branca e, às vezes, por alguém de fora da comunidade. Atualmente, 52% das terras estão nas mãos de herdeiros e 23,5% têm terras que foram em parte herdadas e em parte compradas, porque a área que recebiam em herança era pequena para o sustento dos novos casais (herdeiros). A soma destes dois percentuais aproxima-se do percentual dos atuais proprietários, 75% nascidos em Água Branca. O tamanho das propriedades, também, permanece, em média, com 25 hectares ou oito alqueires, para 67,5% dos entrevistados e 13% com mais de 25 hectares.

A ascendência dos atuais proprietários também revela que a maioria pertence às gerações das primeiras famílias de imigrantes, pois 42,5% têm avós nascidos em Água Branca e 26% são imigrantes, sendo que 19% não souberam responder, apesar de todos confirmarem ser de descendência polonesa. Estas informações revelam que existe uma certa continuidade ou permanência dos descendentes dos primeiros imigrantes em morar e realizar as mesmas atividades que seus antepassados, pois,

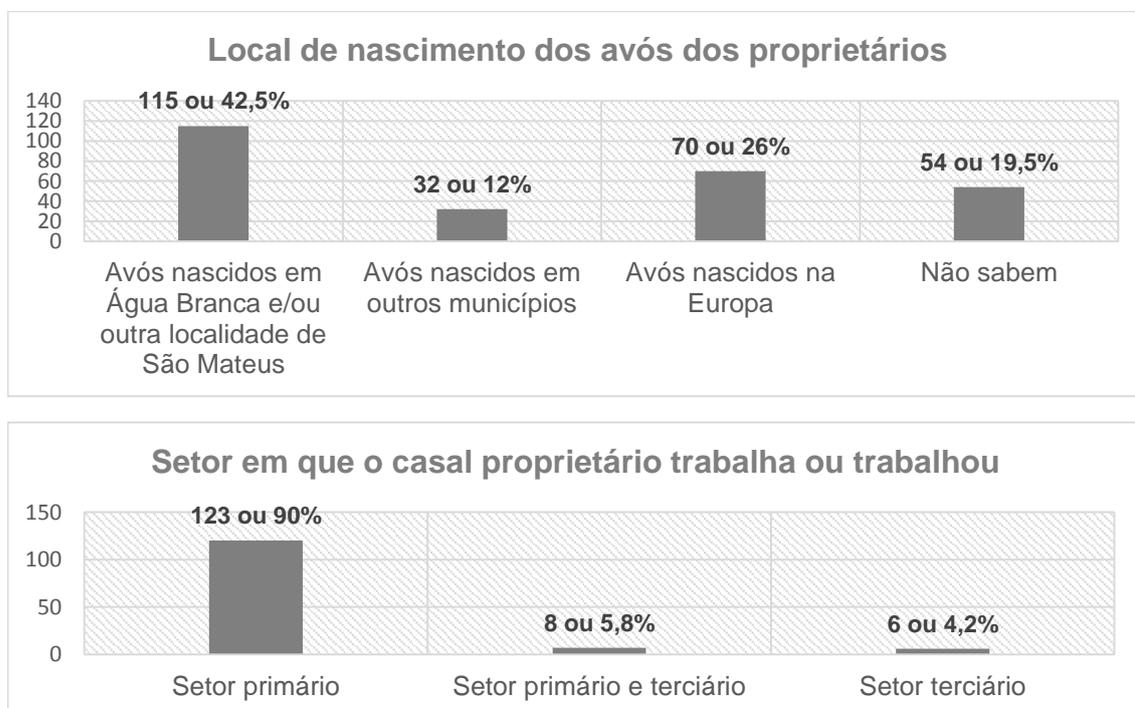


Gráfico 2 - GRÁFICOS SOBRE LOCAL DE NASCIMENTO DOS PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS E SETOR ECONÔMICO DOS ATUAIS PROPRIETÁRIOS.

Legenda: elaborado a partir da compilação dos dados da primeira etapa de entrevistas, referentes ao local de nascimento dos avós dos atuais proprietários e às atuais atividades realizadas na propriedade.

Fonte: Elaboração da autora, em abril de 2015.

hoje, a agricultura é a atividade basilar da colônia, exercida por 90% dos entrevistados (gráfico 2). Os atuais moradores de Água Branca que estão empregados no setor primário e secundário são casais cujas esposas são professoras ou enfermeiras (da rede municipal) ou cujos maridos trabalham na lavoura e realizam outras atividades complementares como pedreiros ou ferreiros. Os moradores empregados no setor terciário são comerciantes (locais) ou ainda funcionários públicos municipais (escola municipal de Água Branca). Porém, muitos filhos destes entrevistados tiveram que buscar trabalho em outras atividades ou municípios, pelo fato de não haver mais terras disponíveis em Água Branca. Tal característica é evidenciada pelo percentual de filhos que moram, hoje, na cidade (28%), e filhos que trabalham na lavoura, ou em Água Branca ou outros municípios, num total de 52%, pois há um percentual de menores de idade que ainda não trabalham (20%). A principal cultura plantada atualmente é o tabaco, seguido da erva-mate, soja e outros grãos, como feijão e milho, estes dois últimos mais voltados para o sustento da família e para a criação, pois quase todas as propriedades têm criações de galinha e porcos. A criação de vacas, ovinos e equinos é mais rara. A cultura da erva-mate é, ainda, mantida por muitas famílias que aprenderam com seus pais e avós. Quase ninguém têm seus engenhos (barbaquás) próprios de processamento da erva e, quando existem, são geralmente para consumo próprio e venda em pequena escala para vizinhança e pequenos mercados. A maioria apenas colhe e as cooperativas (ervateiras) se encarregam do transporte e produção.

O resultado completo da primeira etapa de entrevistas foi compilado e transformado em gráficos, anexados ao final do trabalho. No entanto, as principais informações obtidas revelam certa permanência da paisagem física e sociocultural inicialmente estruturada em Água Branca no final do século XIX e início do século XX.

A análise destes gráficos correspondem exatamente com o que se pode visualizar em planta e empiricamente, ao percorrer as estradas rurais de Água Branca. Observa-se que poucas mudanças físicas (estruturais, formais e funcionais) ocorreram nestes 125 anos de história (figura 17). O estado “criou” um espaço que acreditava atender plenamente às necessidades daqueles primeiros moradores, buscando, inclusive, não cometer os mesmos erros das experiências anteriores de outras colônias, que fracassaram. Mas, é notável como, no processo de construção, alguns aspectos escapariam ao controle do planejamento, pois que a ocupação espacial e suas práticas se fazem e se constroem dia após dia, cotidiana e historicamente, às quais novas nuances são acrescentadas.

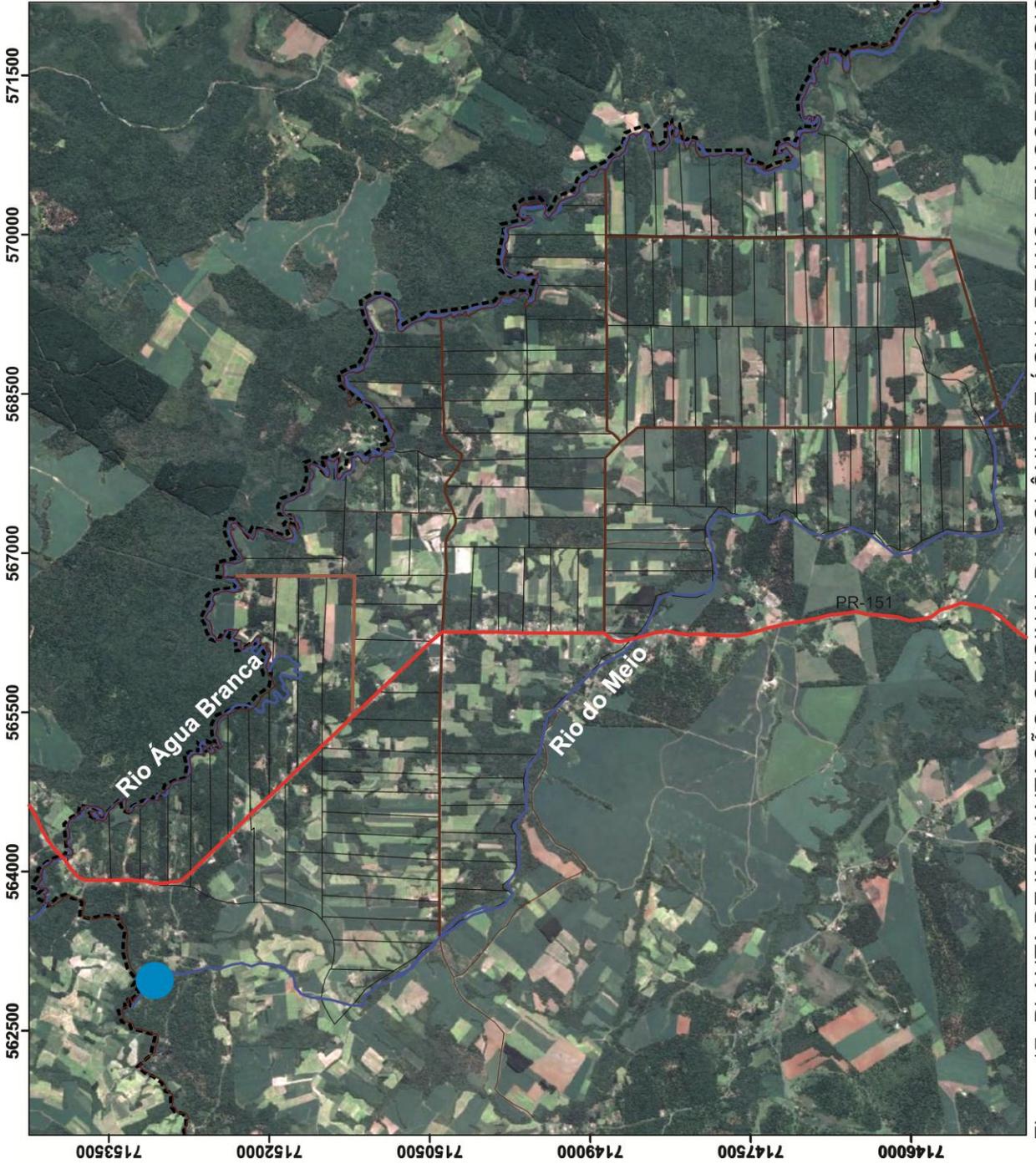
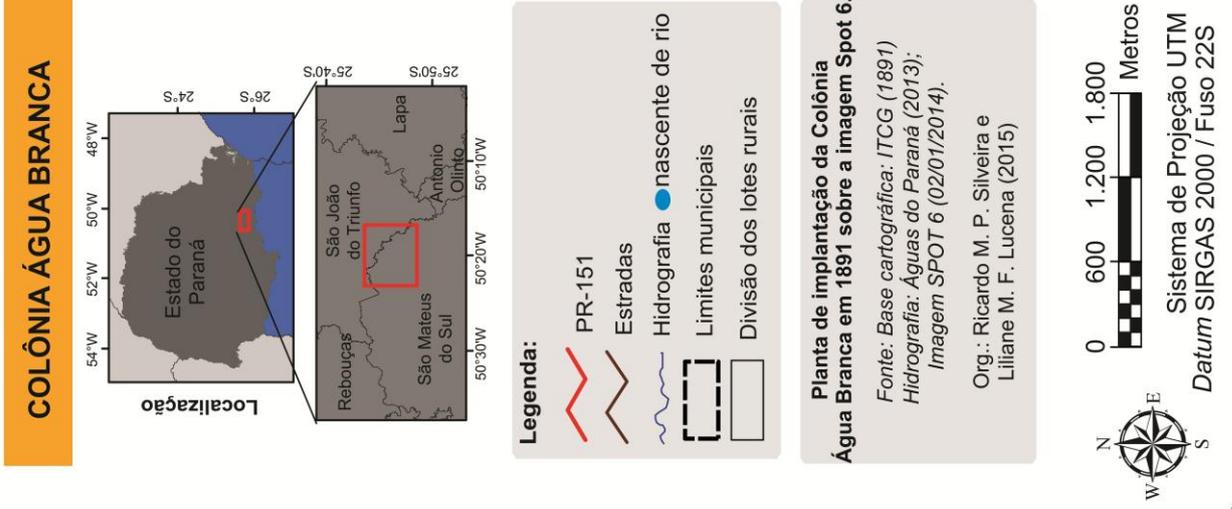


Figura 17: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO ORIGINAL DA COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA EM SOBREPOSIÇÃO À IMAGEM SATÉLITE. Fonte: ITCG (1938 [1891]) e imagem SPOT 6 (02/01/2014)

Observa-se que poucas mudanças estruturais ocorreram desde a implantação da Colônia até os dias atuais (figura 17), pois mantém-se em plena atividade a estrutura viária implantada, sem nenhum acréscimo ou anulação das estradas rurais. Estas, também mantêm-se sem calçamento e recebem auxílio de um programa do município para a sua manutenção, devido ao tráfego em conjunto de tratores e caminhões de transporte de cargas locais, mas também de ônibus escolar e veículos menores, seja de carros, motos e de muitas carroças, algumas puxadas por tratores outras ainda por cavalos. O asfaltamento da principal via de acesso, a PR 151, vem estimulando uma alteração de uso nos lotes que margeiam esta rodovia, soma-se a própria iniciativa municipal em implantar uma escola pública e um posto de saúde, dois equipamentos públicos importantes, um em frente ao outro, em cada margem da rodovia. Com isso, algumas propriedades rurais existentes, que possuem a testada (um dos limites do lote que margeia uma rua) para a margem da rodovia, tem sido desmembradas pelos seus proprietários (principalmente os mais próximos da escola e do posto de saúde), formando lotes menores, de menos de 1 hectare na margem da rodovia, para construção de residências e comércio em geral, como armazéns e bares).

Nas demais propriedades rurais que estão localizados nas estradas rurais, não houve mudança na sua forma e nem no seu uso. Apenas em algumas, observou-se a construção de mais de uma casa; pois alguns filhos, depois de casados, constroem suas residências no mesmo lote dos pais, já que a propriedade não foi dividida e todos trabalham juntos e dividem os lucros da produção.

Uma característica (histórica) que se mantém no uso do lote é que sempre, ao redor da casa, são construídos jardins, hortas e pomares, além de pequena criação de galinhas e porcos nas proximidades e uma plantação de milho e feijão para o consumo da família. É reservada uma área, de até 2 hectares aproximadamente, para estas atividades, que ocupa, principalmente, as mulheres da casa. Na época de plantio e de colheita (do fumo principalmente), toda a família é envolvida, inclusive as crianças, pois geralmente estão em época de férias escolares. Aliás, as estufas de fumo foram incorporadas em área próxima à casa, geralmente localizada a 30 metros de distância, participando da paisagem rural atualmente.

Também, a área urbana proposta em planta não foi levada adiante pelo governo. Parte desta área foi redimensionada e distribuída para função rural e outra parte está em litígio, sendo requerida pela Irmandade de São José. Neste caso,

percebe-se, aqui, que o processo de implantação da colônia não ocorreu plenamente, como inicialmente planejado, mas com adaptações às particularidades que se evidenciavam, condicionadas tanto ao meio ambiente apresentado quanto às necessidades sociais daquele grupo.

A segunda etapa de entrevistas foi realizada com moradores de diversas faixas etárias, organizados em grupos, com o intuito de investigar quais as variações que aconteceram, ao longo dos últimos 70 anos aproximadamente, quanto aos espaços de representação (espaços simbólicos), mais especificamente. O primeiro grupo, na faixa etária dos 80 anos (cinco pessoas), o segundo grupo, na faixa etária dos 60 anos (três casais) e o terceiro grupo, na faixa etária dos 20 anos (sete pessoas). Optou-se por manter o anonimato dos entrevistados, tendo em vista a quantidade e as características diferenciadas dos participantes, sendo alguns analfabetos na língua portuguesa e outros menores de idade, o que traria dificuldades no momento de solicitar as devidas autorizações para a divulgação de seus nomes.

Dessa forma, as entrevistas foram direcionadas no sentido de se conhecer o que os entrevistados faziam e onde (que lugares em Água Branca), durante a infância, a adolescência e a vida adulta. Perguntas curtas, como, por exemplo: como era sua vida na infância? O que faziam e onde? As mesmas perguntas a fase da adolescência e fase adulta. Como respostas, surgem sempre as atividades rotineiras do trabalho na lavoura, da vida em casa, os tipos de comidas, das brincadeiras com os colegas e os lugares, como a terra onde trabalhavam e brincavam, a beira do rio, a igreja, a casa de moradia, enfim, a vida cotidiana e as festas, bem como os lugares onde aconteciam estas atividades, ou, conforme os termos de Lefebvre, as práticas sociais, suas formas de apropriação e seus espaços de representação.

O primeiro grupo de entrevistados é composto pelos mais idosos, na faixa dos 80 anos em média: O Sr. "T" (79 anos), casado com a Sra. "L" (79 anos), e a Sra. "D" (88 anos), que já é viúva. Também a Sra. "A" (72 anos) e o Sr. "J" (80 anos) foram entrevistados. Eles fazem parte do primeiro grupo de entrevistados que correspondem a terceira geração de moradores, já que foram seus avós os primeiros habitantes da colônia.

O segundo grupo de entrevistados possui idade média de 62 anos e pertence à quarta geração. Foram entrevistados três casais, o Sr. "J" (66 anos) e a Sra. "S" (60 anos), assim como o Sr. "P" (65 anos) e a Sra. "I" (64 anos), e ainda o Sr. "V" (58 anos) e a Sra. "L" (54 anos).

O terceiro grupo de entrevistados, da quinta geração, foi um casal jovem (com idades entre 21 e 23 anos), o Sr “D” e Sra. “M” uma moça solteira (23 anos), Srtª “X” e ainda quatro adolescentes (entre 15 e 16 anos).

O Sr. “T” (79 anos), nascido em Água Branca, mora nas terras onde nasceu e pertencia a seus avós, imigrantes e também os primeiros proprietários do lote rural onde mora. Atualmente, ele possui mais de 25 hectares de terra porque comprou outros lotes vizinhos. Mostra com orgulho, no lote em frente à sua morada (onde nasceu) e que também pertence a ele, um engenho de erva-mate (barbaquá), ou



Figura 18 - FOTOGRAFIAS DE PARTE DA ÁREA DA PROPRIEDADE DO SR. “T”

Legenda: na foto, o Sr. “T” mostra o galpão onde guarda as ferramentas de trabalho, ao fundo o galinheiro, numa área arborizada com pés de erva-mate e araucárias.

Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

“barracão”, como ele denomina, que está montado ali desde os anos 70, cercado de árvores de erva-mate e araucárias (figura 18). Neste mesmo lote, próximo a este barracão, construiu um paiol, para guardar a produção de arroz, feijão, erva-mate, fumo, e um pequeno curral para cercar o gado que dorme por ali, além de dois outros barracões, um para guardar as ferramentas e outro como galinheiro. O engenho ainda funciona e produz a erva-mate para consumo e venda em pequenas quantidades: “A erva, a gente colhe uma vez a cada quatro anos. Pra [sic] chimarrão tem que ser erva

madura. Se faz a poda e espera, intercala com outras árvores ali. Naquela a gente tira as sementes” (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015). Hoje, dos cinco filhos que teve, dois estão casados e moram em outros lotes que pertencem ao pai e três, solteiros, moram com ele e D. “L”. Todos trabalham nas terras do Sr. “T”, que ainda não as dividiu entre os filhos. Ele e seus filhos plantam milho, feijão, fumo e também colhem erva-mate. Têm sua horta do lado da casa; já a criação de galinhas, alguns porcos e gado, fica no outro lote, situado em frente à sua casa.

Ele conta que, nos tempos de criança, não tinha tempo para brincar, quando não ia para a escola, tinha que trabalhar. Estudou na escola que ficava atrás da igreja. As turmas do primeiro e segundo anos ficavam numa sala e as do terceiro e quarto anos, em outra sala.

Eu só estudei dois anos e meio, 1944, 1945 até as férias de 1946. Lá aprendia em brasileiro [sic], a gente aprendeu com os pais em polonês, né [sic]. Nas folgas, a gente ia ali pescar nos domingo [sic], pegava uns lambaris, uns caranguejos pelas pernas, (risos) [...] (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015).

Ainda pequeno, em 1945, ele lembra que ia com o irmão trabalhar na Sociedade dos Poloneses, que ficava na estrada principal, perto de onde hoje é um posto da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Eles eram músicos e tocavam até de madrugada:

Ah, mas eu ganhava uns mil réis à noite, era dinheiro naquele tempo! Fomos animar um baile, era um domingo, ali no Olho d’água, onde está o barracão dos Stusky, tinha lá uma velhinha, uma viúva morando e fomos a pé, voltamos às três horas da manhã e no outro dia tinha que ir para a escola (risos) [...] (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015).

Com 10 anos e meio de idade, o Sr. “T” saiu da escola para cuidar da roça e da erva-mate. O irmão mais velho tinha casado e ele passou a ajudar o pai: “Eu sofri nisso ali, com 16 anos meu pai já não se incomodava com nada, era tudo por minha conta. As irmãs ajudavam a roçar a lavoura” (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015).

O Sr. “T” relata que no início (quando ele ainda era pequeno, com nove anos aproximadamente), a Sociedade dos Poloneses tinha uma “venda”, onde os moradores compravam ferramentas e outros objetos que vinham da Polônia e Rússia, como chapas de aço, arado, centeio branco, centeio preto para semente, trigo preto.

O sócio ia fazer pedido e demorava meses para a encomenda chegar. Lembra, também, com orgulho, da igreja de Água Branca que seus avós ajudaram a construir.

Aqueles pinos que estão ali perto da igreja, vieram da Polônia [...] Quantos anos estão ali [...]. Porque antes tinha uma capela, que ficava lá embaixo onde é o cemitério, 10 anos antes. A igreja foi concluída em 1900. Meus avós eram os fundadores [...] Eles ajudaram a construir a igreja, eles serravam a madeira, tudo a muque [sic] (quer dizer, com a força do braço), a duração de construir a igreja foi de dois anos. Começaram em 1898. Tinha que serrar, preparar a madeira, enxugar, para depois começar a montar. Eu era coroinha da igreja. Saía cedo daqui de casa [...] pra [sic] ajudar o padre [...] Deve dar uns 7 quilômetros daqui de casa até lá. (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015).

Dessa forma, os lugares apontados pelo Sr. “T” foram, na sua primeira infância, a escola, a beira do rio Água Branca, a igreja e as terras do seu pai, onde nasceu e trabalha até hoje. Depois, entrando na fase da pré-adolescência (12 anos), suas referências mudam um pouco, pois já não frequenta mais a escola e começa a trabalhar nas terras do seu pai e como músico, na Associação Polonesa e em casas da vizinhança, onde realizavam “bailes particulares”, além do trabalho na lavoura e no engenho de erva-mate. O lazer na beira do rio passou a ser uma atividade esporádica em função dos bailes e dos namoros que se tornaram o alvo de sua atenção. Seu casamento com Sra. “L” foi na igreja de Água Branca e a festa em sua própria casa. Sra. “L” (79 anos) nasceu num faxinal perto da comunidade de Rio do Meio (área pertencente a Água Branca), situado em São João do Triunfo, “é só atravessar o rio e Água Branca era bem ali”, conta ela, que diz que frequentava também as festas na igreja de Água Branca. Eles se conheceram num destes bailes em que ele tocava e foram vizinhos também, porque o rio divide os dois municípios e as terras entre os pais dele e os dela. Neste dia da entrevista, um sábado de tarde, Sra. “L” recebia a visita da prima do Sr. “T”, com 68 anos, além da afilhada (54 anos) e mais duas vizinhas, que também levaram seus filhos. Com isso, Sra. “L” e a prima lembram que, quando eram crianças e moças, era comum fazerem visitas, nos finais de semana, nas casas dos parentes e vizinhos. Passavam a tarde toda juntas. Recordam as visitas que aconteciam entre os vizinhos, mesmo durante a semana, de noite, por causa dos terços que rezavam juntos. Após a oração, era então um dos momentos de brincadeira de infância também:

Os pais se reuniam para rezar com os vizinhos, nos terços, nas vias-sacras, e levavam as crianças. Mesmo de noite, depois da reza, eles ficavam

conversando e as crianças brincavam no quintal das casas [...] A gente entrava pra [sic] tomar chimarrão, depois saía pra [sic] brincar de peteca, de ‘bambaquira’ [sic]. Isso era em 1950, por aí [...]

Também a gente brincava de corda num gramado perto de casa. Depois da Páscoa tinha a ‘Dengue’ e a gente ficava nos barrancos da estrada com balde de água, e esperava os meninos passar [sic] pra [sic] gente jogar água, sabão azedo derretido (risos) [...] ficavam tudo lambuzado [sic]. Eu estudei no ‘Olho do d’agua’ (também pertence a Água Branca). Tinha a fazenda do Leão Junior ali (de erva-mate), tinha capelinha, a escola. Eu só estudei até o segundo ano primário (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015).

Ela se lembra da sua rotina quando tinha perto dos nove anos de idade, pois a mãe ia para a roça e ela ficava em casa cuidando dos irmãos: “Tinha que lavar a casa, tinha que tratar da vaca, arrumar a lenha, depois ia pra [sic] escola e tinha que passar pelo meio do mato até lá. Quando voltava, já anoitecendo, a gente vinha correndo e em casa tinha que ajudar na janta” (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015).

A Sra. “L” casou-se com 23 anos. Na fase adulta, já casada, o lazer era o passeio para ir à missa, as festas da igreja, ou os bailes particulares que faziam nas casas. Ela conta que havia muitas benzedadeiras ali, que faziam também remédios e benziam para “quebranto, para dor de dente, minguado [...], tinham também as parteiras, eu tive meus cinco filhos em casa, com auxílio da parteira” (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015).

Ao perguntar ao Sr. “T” qual o lugar mais importante para ele em Água Branca, ele afirma que é a casa dele.

A Sra. “E”, prima do Sr. T e da Sra. “L”, relata que é solteira, mora ainda com a mãe (pai falecido) e com o irmão, pois alega que sempre estava doente:

[...] ia nos médicos, nos curadores, mas ninguém conseguia descobrir o que era, de certo de tanto trabalho que tinha em cima de mim [...] daí até agora já não tô [sic] com saúde. Todo mundo sofre às vez [sic], né [sic], é o ‘mandraco’, o olho gordo. [...] Porque se a gente tem algo mais que o outro, daí o outro põe essa inveja na gente [...] daí a gente só trupica [sic], fica andando só pra [sic] trás. A gente tem fé em Deus, mas algum (mal) vence, né [sic] [...] vezes passa, né [sic]. A gente esquece que tem que fazer o sinal da cruz antes, mas a gente não sabe quando, com quem tá [sic] conversando e daí, quando vê, já pegou! (Entrevista concedida à pesquisadora em 7 de junho de 2015).

Era muito comum, naquele tempo, apesar de toda a religiosidade que buscavam cultivar junto à Igreja católica, acreditar na possibilidade de passar por

sofrimentos, doenças, acontecimentos ruins na vida por conta do “olho gordo”. Também relatam histórias de terem visto o “boitatá” nas estradas de noite.

A história de vida do Sr. “J”, 80 anos, é muito parecida com a do Sr. “T”, porém o Sr. “J” não gostava e não frequentava os bailes que tinham nas vizinhanças e na Sociedade. Também frequentou pouco tempo de escola e logo foi trabalhar para ajudar o pai na roça. Seus pais também nasceram em Água Branca e seus avós eram poloneses. Ele vive nas terras que eram do seu pai e onde nasceu. A Sra. “A”, esposa do Sr. “J”, conta que ela veio morar ali depois de casada (figura 19), pois é de São João do Triunfo (município vizinho); ela também é descendente de poloneses. Não se lembra bem como se conheceram, o casamento foi algo acertado entre as famílias, que já se conheciam.



Figura 19 - RESIDÊNCIA DA SRA. “A” E SR. “J”

Nota: a casa e a estufa ficam situados a uns 50 metros da estrada vicinal.

Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

A Sra. “D” (88 anos), a mais idosa do grupo, mora a poucos metros da igreja de Água Branca, lugar onde quase sempre morou. Lembra que seus pais nasceram nesta colônia, mas seus avós vieram da Polônia. Ela fala e entende português, mas se confunde e mistura nas frases algumas palavras polonesas: “Antes eu não falava nada em brasileiro [sic], só em polaco [sic] [...] e o meu filho também, mas agora, os netos não querem [...] entendem, mas falar não querem falar” (Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de setembro de 2015).

Ao perguntar-lhe sobre sua vida na infância, ela conta de imediato:

Ah, com 10 anos eu tive [sic] trabalhando na roça, na erva; eu tive [sic] carpindo, tive [sic] fazendo de tudo. Eu quase não andei na escola, eu não sei se andei um ano. Eu tinha nove anos e me faltou a mãe (a mãe faleceu). Eu não tinha 12 anos e me faltou o pai. Fui criada por meus irmãos. Daí, fomos morar pra [sic] lá. Nossa Senhora do céu, tive vida sofrida! Fui morar com um irmão e tinha que ir cortar erva, depois fazer ‘caieira’ (montes de erva, logo que eram cortadas), fazer feixe, fazer tudo (falando das etapas de colheita da erva-mate). Os quatro irmãos e eu ficamos sendo cuidados pelo irmão mais velho. A gente não tinha tempo pra [sic] brincar, brincava só um

pouquinho com as crianças (menores), pra [sic] não chorar [...] Agora é tudo diferente, ninguém trabalha nem a metade do que nós fazia [sic] (Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de setembro de 2015).

Sobre o tempo em que não estava trabalhando, a Sra. “D” só se recorda que ia para a igreja, pois era o costume: “No domingo não se trabalhava na roça, ia na igreja de manhã e depois do almoço tinha a novena. Mas se não tinha novena, a gente se reunia com as meninas dos “Furssi”, “Oleinik” (sobrenome das famílias) e brincava nos gramados dali” (Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de setembro de 2015).

A mudança de vida da Sra. “D” acontece depois de casada, quando também muda-se para as atuais terras e a rotina do trabalho aumenta, já que tempos depois nasce o primeiro filho. Lembra que já conhecia seu marido desde a infância e, quando cresceram, resolveram se casar, mas ela não se casou em Água Branca, porque na época não tinha padre permanente ali. O primeiro filho veio depois de um ano e meio de casados. Havia os bailes, ela conta, mas o casal não gostavam, preferiam ficar em casa. Às vezes iam visitar alguns parentes, e mais nada. Hoje ela não vai mais para a igreja, já é viúva, só fica em casa, “carpindo” sua horta de vez em quando. Um dos seus filhos, casado, mora numa casa ao lado.

Concluem-se, assim, as entrevistas com o primeiro grupo de moradores, os mais antigos. Na fase da infância (aos 10 anos aproximadamente, quando começam a circular pelos espaços de Água Branca) por volta dos anos de 1947, os principais espaços de representação entre eles não mudam muito: são a sua morada e as terras onde trabalhavam, a casa dos vizinhos e parentes quando iam brincar e visitar nos momentos de lazer e o rio Água Branca, lugar também de lazer dos meninos. As meninas eram mais “presas em casa”, tanto que, para a Sra. “D”, o rio Água Branca e o Rio do Meio não fazem parte da memória dela. A Sra. “L” lembra do rio Água Branca porque ele passava nos fundos das terras dos pais dela e era local de travessia para ir às festas da igreja.

Os rios estão mais associados à infância dos homens. Na juventude, os bailes (nas casas dos vizinhos) e as festas de igreja eram a diversão. A igreja continua muito frequentada, tida como local de encontro social e de proteção espiritual, iam porque os pais ensinaram assim e ouviam muitas conversas de feitiçarias, bruxarias, inveja (“olho gordo”) e, então, na igreja e nos terços buscavam proteção (material e espiritual). A mudança de vida é mais radical para as mulheres, depois de casadas.

Mudam de lugar (vão morar na casa do marido), mas mantêm a rotina de trabalho e acrescenta-se, ainda, a criação dos filhos. Esta fase adulta é percorrida pelos anos de 1960 a 1980 e seu tempo de lazer diminui. Seus principais espaços de representação são a casa, a terra onde trabalham e a igreja. Atualmente, na fase dos 70/80 anos, pouco saem de casa, voltando novamente ao seu espaço limitado do lar e do quintal. O Sr. “T” foi enfático quando afirmou que o principal lugar, para ele, na colônia de Água Branca, é a sua casa.

No segundo grupo de entrevistas, com a quarta geração de moradores, observa-se que não acontecem muitas mudanças nas rotinas diárias e nos espaços de representação em relação à terceira geração de residentes. Mas, uma melhoria urbana - o asfaltamento da estrada principal, a atual PR-151, que liga São Mateus a São João do Triunfo e atravessa a colônia de Água Branca, facilitou o acesso dos moradores desta para aquelas cidades, possibilitando o transporte dos filhos para as escolas de primeiro e segundo graus (hoje Ensino Fundamental e Médio) na cidade de São Mateus do Sul, bem como facilitando a circulação da sua produção para venda (que em épocas de chuvas se tornava inviável). Foram entrevistados três casais. O Sr. “P” (65 anos), casado com a Sra “I” (64 anos), tem uma história parecida com a do Sr. “T” (79 anos). Também nascido em Água Branca, sempre morou na atual rua, mas em um lote mais próximo do rio Água Branca. Sua esposa, Sra. “I”, é do Faxinal dos Ilhéus (área vizinha de Água Branca). Ela conta que os avós dela também eram poloneses, vindos da Europa, e, pelo fato do Faxinal ser perto de Água Branca, frequentavam as missas nesta colônia. Sr. “P” e Sra. “I” conheceram-se porque seus irmãos se casaram e as famílias tinham o costume de se visitar; numa destas visitas eles se encontraram.

Sr. “P” tinha 16 irmãos, dois faleceram, atualmente são sete irmãos e sete irmãs. Nasceu numa casa que hoje pertence ao irmão mais velho, em um lote rural próximo ao dele. Quando o irmão se casou, seu pai deu a casa e o lote para ele (herança do avô) e o restante da família se mudou para o lote onde hoje o Sr. “P” mora. Neste lote, que o pai havia comprado, montou um armazém.

O falecido pai comprou dos Drabeski, um lote de oito alqueires (ou 25 hectares), depois comprou outro dos Pianoski [...], daí estes nem existem mais pra [sic] cá, foram todos embora. Eu herdei seis alqueires, daí comprei mais dois alqueires, depois outras áreas [...], também comprei um pouco para as filhas, pro [sic] filho, cada uma já tem o seu terreno [...] porque já tinha meu terreninho e deu para criar todos eles, né [sic] [...] E elas ajudaram tanto, têm

umas que ajudaram mais, outras menos, mas filho é tudo igual [...] tá [sic] lá no quadro (mostrando o quadro na parede), a 'ninhada'!!! (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

Hoje, dos seis filhos (cinco mulheres e um homem), apenas o filho trabalha na lavoura, em um lote perto do Sr. "P". As filhas foram trabalhar na cidade, algumas já casaram. Todos fizeram o segundo grau (hoje Ensino Médio), e uma concluiu faculdade de Enfermagem. Ele se lembra de algumas passagens sobre como era a vida dos seus pais nos tempos de infância dele:

A gente ia trabalhar, assim que a gente podia erguer a enxada, já tinha tarefa, começava a carpir o quintal [...] aprendi tudo com meu pai. As primeiras estufas de fumo fomos nós que tivemos aqui em Água Branca (meados do anos de 1960). E o nosso negócio, desde os tempos do pai era negociar muito, comprar criação, trocar. Meu pai criava muito porco, engordava os porcos e depois matava. Nos sábados ele ia vender, lá pra [sic] cima onde tinha uma serraria, pra [sic] lá do rio. Ele carregava a carrocinha cheia [...] era batata-doce, batatinha, mandioca, carne de porco, banha, linguiça, [...] chegava lá e vendia pros [sic] empregados da serraria, e voltava com a carroça vazia. Também plantava lavoura, com isso conseguia comprar terreno, uma coisa e outra, [...]

Quando a gente era pequeno, nossos pais iam aos bailes que faziam nas casas. Era maioria [sic] baile entre compadres [...] Nosso pai dizia: 'Fica aí em casa que a gente vai ao baile.' O povo antigo já fazia as salas grandes para fazer os bailes particulares, ou nos depósitos perto das casas [...] porque daí gente de fora não vinha, porque se viesse gente de fora dava muita briga, né [sic] [...] (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

Sobre seu tempo de infância, ele lembra basicamente dos estudos na escola e das brincadeiras localizadas perto do rio Água Branca, nas estradas rurais próximas de sua casa e no quintal de casa, ou dos vizinhos e parentes, quando se visitavam. A roça também é citada como local de trabalho e de brincadeira.

Eu levava o leite pras [sic] irmãs todos os dias. Mas o estudo era bom, muito bom!! Tinha umas freiras que só falavam em polonês. A gente em criança só falava em polonês, eu com meus irmãos, tudo [...] e como é que a gente esquece, né! [sic] Hoje eu entendo tudo, mas falar [...] E antes da escola tinha que ir à missa, rezava tudo em latim [...]

Quando voltava da escola, se a gente já era mais grandinho, já ia pra [sic] roça! Na infância, a gente inventava os brinquedos, fazia os carrinhos, pegava umas tampas de panela, pregava umas 'ripinhas' [sic] com prego e saía pra [sic] brincar num pátio grande que tinha aqui do lado de casa. Naquela época vinham as visitas e juntava aquela criançada. Os mais antigos se visitavam, hoje você quase não sai por causa destas 'desgraças' (apontando para a televisão), já digo assim, né [sic]. Antes não, se jantava e aí dizia: 'Vamo [sic] lá no compadre'. Daí vinha o casal com as crianças. Os irmãos do meu pai moravam longe, então a gente ia de carrocinha [...] e dava mais de 15 quilômetros. Hoje, a gurizada tem carro e 10 ou 15 quilômetros pra [sic] eles é tudo longe.

E também nós ia [sic] no rio, nós ia [sic] nadar [...] tinha um 'despraiado' e uma aguinha limpa, com fundo de cascalho, era raso e nós íamos brincar ali [...] Eu tinha um amigo, que era meu vizinho, e na terra deles tinha lá um banhado de barro [...] nós brincávamos lá, se espojava todo [sic], ficava aquela crosta de lama e depois a gente ia no rio se lavar, tirar aquele lodo [...] e era divertido [...] (risos), pois até 14, 15 anos eu não saía, não, bailes, nada disso! Tinha também os estilingue [sic], que a gente chamava de 'sertra'. Uma vez eu peguei umas moedas e uns brincos escondido da vó, que vieram da Polônia, a gente pegava pra [sic] botar na sertra e piiiimm!! (som que o entrevistado fez para indicar ter atirado longe o objeto com o brinquedo) [...] tá [sic] tudo espalhado no mato agora!! [...] (risos). Depois de maiorzinho, a gente andava a cavalo, mas por aqui [...] na cidade a gente nem ia!! Uma vez, não sei como, a gente foi um dia a cavalo de noite para São Mateus e vimos tudo iluminado lá e eu fiquei impressionado [...] Porque nós aqui era só no lampiãozinho [...] isso era perto de 1967, 1970 (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

Na fase da adolescência e juventude já não havia mais escola para eles (só tinha o estudo primário de quatro anos) e então sua rotina era o trabalho na lavoura e na criação, e a diversão acontecia nos bailes da Associação ou nas festas da igreja:

Na Sociedade dos Poloneses tinha também baile, lá iam casados e solteiros. Ela foi construída pelos nossos avós, bastante gente ajudou a construir [...], por isso era Sociedade. Era uma casa de madeira que ficava ali onde é a escola hoje. Daí, nós tinha [sic] que falar pro [sic] pai: 'Pai, nós vamos no baile' [...] E já ficava na espera de ganhar um dinheirinho [...] às vezes dava o dinheiro só pra [sic] entrada, daí nós pensava [...] ai, ai [...] e o 'chimanco'? Porque naquela época a moça convidava o rapaz pra [sic] dançar e ele tinha que pagar depois uma 'gasosa'. Mas, daí a mãe pegava [sic] e dava mais um [...] 'Toma, P.' [...] daí eu saía mais alegre, mas era triste porque se eu não tivesse dinheiro e a moça viesse, tinha que fugir pra [sic] fora da Associação. Tinha alguma moça que depois de dançar dizia: 'Não, eu não quero refri [sic].' E então a gente dizia: 'Então, tá [sic], muito obrigado! Porque daí não precisava gastar o dinheiro, mas algumas vinham convidar só pra [sic] ganhar a 'gasosa' depois [...] (risos). Mas era divertido!!

Eu me lembro de que quando eu já era rapaz e ia nas festas ali (festa de igreja), vinham umas pessoas de fora, vinham só pra [sic] rir e aí dava encrenca, sempre dava briga. Deus o livre [sic] se você fosse de um lugar estranho namorar uma guria! Os outros não deixavam não [...] hoje não é mais assim (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

Na sua fase adulta, o casamento foi um marco para mudança de vida, mas a rotina do trabalho continuou e até hoje, mesmo aposentado, o Sr. "P" trabalha com a criação de gado e pequenas plantações:

Quando a gente se casou, era pra [sic] ser na igreja de Água Branca, mas como na época não tinha o padre ali sempre, só de vez em quando, a gente então se casou na igreja de São Mateus. A festa de casamento foi na casa dela. A gente já foi de carro pra [sic] igreja, mas os mais antigos tinham a carroça, que eles enfeitavam toda, os cavalos que eram bem bonitos e quando a noiva passava para ir pra [sic] igreja, soltavam fogos!! Aí era bonito, né! [sic] E quando era casamento grande, enfileirava, né [sic], ia um carroceiro atrás do outro, ia a noiva sozinha na frente e, depois do casamento,

voltavam os dois juntos na carroça [...] (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

A Sra. “I” acrescenta:

Num tempo atrás eu e meu irmão, a gente ‘trupiava’, que é pegar uma tropa de animais e sair pra [sic] vender [...] cavalo, muar, daí a gente vendia para os lavradores. Nós saía [sic] daqui com uns vinte, vinte e poucos animais e saía [sic] pra [sic] vender no Faxinal, no Coxilhão dos Teixeira, Vila Palmira, Taquaruçu [...] nós ficava [sic] uma semana fora, às vezes vinha até com uma tropa maior e com dinheiro no bolso! E hoje, ainda faço troca com vaca [...] Porque antes aqui tudo era faxinal, então tinha muita criação de porco [...] Hoje, já aposentado, tenho só seis alqueires. O resto já dei tudo para os filhos. Eu tenho umas vaquinhas pra [sic] produção de leite, queijo, requeijão e planto soja de meia [sic] com um vizinho [...] Antes, a gente gostava muito de negociar, hoje tenho a criação de vaca, ovelha, e ainda gosto muito de negociar, trocar uma vaca, comprar, vender [...] e ela (D. “I”), produz os queijos, o requeijão. Agente vende lá em São Mateus, mas tem gente que vem aqui em casa também comprar. Isso eu aprendi com minha mãe (D. “I”). Ela também já fazia manteiga, queijo e vendia, pra [sic] cidade e pro [sic] interior, porque nem todo mundo tinha vaca. Quando a gente casou só tinha uma vaca de leite, depois foi aumentando, e aí a gente começou [...] (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

O segundo casal desta faixa etária, Sr. “J” (66 anos), nascido em Água Branca, e a esposa, Sra. “S” (65 anos), nascida na colônia Dois Irmãos (também faz divisa com Água Branca e pertence a São Mateus do Sul), teve dois filhos, um mora em União da Vitória e a filha em Água Branca, em terras doadas pelo pai. Ele conta que seu bisavô veio da Polônia (com 12, 13 anos) e se casou com uma moça nascida em Água Branca. A terra em que o Sr. “J” mora é, em parte, de herança do seu bisavô. É aposentado, mas mantém com a esposa uma pequena lavoura de milho (menos de um hectare) para alimentar a criação (galinha e vaca). Eles possuem ainda um quintal onde plantam as verduras. O restante das terras é cultivado pela filha, pois já dividiu sua propriedade entre os filhos.

Em sua vida de casados, quando os filhos eram pequenos, plantavam milho, feijão e fumo, mas, segundo Sr. “J”, acabaram abandonando o feijão. A Sra. “S” conta que ia junto para a lavoura:

Todo dia cedinho eu ia, antes tinha que ordenhar as vacas e depois ia para a lavoura. Daí voltava um pouco antes para esquentar o almoço, porque a gente já deixava pronto. Sempre se fazia a janta mais reforçada para dar pro [sic] almoço do outro dia. Eu ajudava na colheita, na classificação do fumo, na ‘carpida’, mas depois eu ficava só na estufa [...] eu ficava o dia inteiro na ‘amarredeira’, costurando, eu mais duas mulheres. No começo, a gente morava na cidade e lá tinha luz, mas daí viemos morar aqui e não tinha luz,

daí a gente usava este ‘aladim’, que era com querosene [...] (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

O Sr. “J” lembra que a estrada principal de Água Branca só foi asfaltada em 1985, pois foi quando ele precisou levar a filha para estudar em São Mateus, visto que em Água Branca só tinha até a quarta série. Seus filhos também ajudavam na lavoura, estudavam e trabalhavam, mas, de acordo com ele, era mais na época de colheita.

Em 1985 foi sofrido, porque a estrada estava sendo asfaltada e foi o primeiro ano da escola da filha em São Mateus, pra [sic] continuar os estudos, porque aqui tinha só até a quarta série [...] então, quando chovia, a gente já sabia que ia ter que buscar as crianças de trator, porque atolava tudo [...]. Eu estudei só três anos, mas a gente tinha a ideia que os filhos precisavam estudar mais, porque a gente via a dificuldade que era; às vezes a gente precisava de um documento, qualquer procedimento em banco a gente se batia, né [sic] [...], eles só não fizeram faculdade porque a gente não tinha condições [...] pra [sic] dizer a verdade a gente era como escravo, pois trabalhava a troco [sic] de comida! O meu pai tinha um armazém aqui do lado, mas ele fornecia pro [sic] pessoal, que só ia pagar na época da safra, e daí, como é que vai aguentar? Quando tinha o pessoal da DER (Departamento de Estradas e Rodagem) que trabalhava e então eles vinham se abastecer aqui, daí todo mês entrava (um dinheiro), tinha também uns funcionários da fazenda dos Manucelli, que vinham comprar aqui [...] e o resto era troca, né! [sic] [...] Traziam ovo, galinha, mel, cera de abelha, corinho de gato do mato que era pintadinho como onça [sic], crina de cavalo [...] e daí passava o pessoal de Curitiba, que trazia miudezas, como fazenda (peças de tecido), botão, agulha, fio [...] e ia trocando com as coisas daqui [...]

Aqui tinham três moinhos e daí se fazia farinha de trigo, fubá, descascava arroz [...] meu avô fazia farinha de mandioca nessa época de julho, agosto, setembro. Meu avô fez um valo [sic] de uns 100 metros de comprimento, pra [sic] mudar o rio, que daí enchia um tanque que tinha ali do lado, fizeram um açude e daí a água movia o moinho, que era tocado tudo [sic] por água [...]. Nós trabalhava [sic] com ele, descascando mandioca, fazendo farinha [...] Depois que entrou o tal de Castelo Branco, foi proibido [sic] os moinhos, porque diziam que não tinha higiene, não sei o quê [...] nós, quando era [sic] ‘piá’, enchia [sic] a boca de farinha!! [...] E aqui do lado tinha outro moinho, mas era manual, pra [sic] fazer farinha de milho, canjica, [...]. E tinha os ‘monjolos’, que descascava [sic] arroz, fazia [sic] ‘quirera’, a gente escutava os barulhos [...] mais [sic] depois, quando as máquinas passavam pela estrada, mexiam na terra e a chuva levava pros [sic] tanques e pro [sic] rio, daí foi fechando tudo e acabou com os tanques (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

Sobre o lazer deles, recordam que nos finais de semana os homens jogavam futebol num terreno que ficava atrás da casa deles, e as mulheres iam se visitar, tomar chimarrão. Sr. “J” também conta que na época do pai dele havia duas sociedades recreativas, uma dos poloneses e outra dos brasileiros. Todo mês tinha um baile na Sociedade:

Quando eu voltei pra [sic] morar aqui em Água Branca, início dos anos 80 (porque ele foi servir o exército e quando voltou, ficou um tempo morando na cidade de São Mateus, onde então conheceu D. “S”), eu não tinha mais sossego, porque era presidente da Sociedade, presidente do time de futebol, tesoureiro da igreja, tesoureiro da escola. Então tinha um baile por mês na Associação, duas festas por ano na igreja, duas festas na escola pra [sic] arrecadar fundos pra [sic] escola [...] nossa [...], naquela época o prefeito quis fazer a escola que tem hoje ali, porque ele não podia colocar dinheiro na outra escola (atrás da igreja), porque era propriedade particular [...] E os bailes eram familiares, tinha um quartinho pras [sic] mulheres deixar as crianças e elas iam dançar [...] uma mulher ficava lá cuidando (risos) (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

No entanto, o Sr. “J” destaca que a igreja é até hoje o principal lugar de encontro dos moradores de Água Branca:

Mas a igreja é o lugar principal de Água Branca, porque as pessoas se reúnem todo domingo, tem a missa, os casamentos, as festas de casamento ou festa da igreja [...] até pra [sic] São Mateus, tem gente que vem de lá pra [sic] visitar, vai visitar a Petrobrás e os funcionários trazem os visitantes aqui pra [sic] igreja. E as cruzeiras, algumas ainda existem, foram construídas pelos primeiros moradores para se reunir e rezar, porque ainda não tinha igreja.

Antigamente, nos sábados e domingos sempre tinha aquela fila de carroça nas estradas [...] porque era casamento ou velório [...] e, nos sábados, quando a gente ouvia de longe, no meio do mato, os fogos, o barulho das carroças que disparavam por causa dos fogos, a gente ia pra [sic] beira da estrada pra [sic] ver a fileira de carroça passar pra ir pra [sic] igreja, depois a gente ficava esperando a volta (risos), porque a festa era em casa! Muitas vezes a festa durava três dias [...], mas era tudo simples, era comida cozida, como ‘chachinxo’, bolinho de carne que misturava carne de porco com gado, broa, a bebida era mais vinho. A gente se casou aqui em Água Branca, mas a festa foi na casa dela, em Dois Irmãos (Entrevista concedida à pesquisadora em 6 de junho de 2015).

O terceiro casal, o Sr. “V” (58 anos) e a D. “L” (54 anos), tem história parecida com a dos casais anteriores, apesar de serem um pouco mais novos. No dia anterior à entrevista, estavam voltando da lavoura, com a enxada nas costas, perto das cinco horas da tarde: “Estávamos plantando umas mudas de erva”, explica o Sr. “V”. No dia seguinte (sábado), a entrevista foi realizada e o Sr. “V” contou que está próximo de se aposentar, mas ele gosta de trabalhar: “A gente agora escolhe uns horários mais cedo ou um pouco mais tarde, quando o sol não está tão forte. Vem pra [sic] casa, almoça, descansa, depois de tarde de novo; porque é bom, tem que se movimentar [...]” Mas, interrompe Sra. “L”,

só que tem uma época que é bastante sofrido (se referindo à fase da colheita), pois o serviço é pesado, tem que enfrentar até chuva [...] porque a gente trabalhou o ano todo e a época da colheita não espera [...] mas hoje eu tô [sic] toda doída [...] (Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de setembro de 2015).

A Sra. “L” nasceu no Faxinal dos Ilhéus, que é vizinha de Água Branca, para onde se mudou ainda na infância. Depois de casada foi residir nas terras que o marido herdou da família. No início, eles moravam com a mãe do Sr. “V”, que é a Sra. “D”, de 88 anos, entrevistada anteriormente. Depois de 20 anos é que conseguiram construir a casa deles, bem próxima da casa da Sra. “D”. O Sr. “V” herdou estas terras.

O Sr. “V” também trabalhou desde cedo e também frequentou a escola que fica atrás da igreja. Começou uma parte dos seus estudos nesta escola, época em que morou nas terras que eram de seus avós. Depois, ele continuou os estudos na localidade do “Espigãozinho”, onde seus pais moravam, e terminou os estudos (primário) em outra localidade, chamada “Taquaral dos Bugres”. Mas depois a família voltou para Água Branca, onde ele mora atualmente. Também foi coroinha, como o Sr. “T” e o Sr. “P”.

Desde pequenos, ele e suas irmãs iam para a lavoura, mas recorda também das brincadeiras de criança: caçar passarinho, tomar banho de rio (Rio do Meio), jogar futebol, andar de bicicleta, a cavalo... e, quando pequenos, muitas brincadeiras eram em conjunto com as meninas. O Sr. “V” conta que ele já conhecia a Sra. “L” na infância, pois foram vizinhos. A Sra. “L” diz que só estudou dois anos porque tinha que ficar em casa cuidando do serviço enquanto os pais iam para a lavoura. Eles também plantavam erva-mate:

Desde de criança eu trabalho com erva-mate. E não era da gente (a plantação). A gente trabalhava por empreitada, porque não era como hoje [...] e a gente ganhava um dinheirinho para comprar uma roupa, né [sic]. A gente plantava outras coisas, como feijão, mas levava para a cidade, para vender e às vezes vendia, ou trocava, mas outras não, voltava com o feijão para casa. E a erva-mate sempre tinha comércio. Naquela época a gente fazia a erva ‘canchada’, que era cortada, sapecada, quebrada, amarrada em feixes e levado [sic] para o ‘barbaquá’, secar e com o cavalo, que puxava o malhador, era a erva então malhada, e então ensacada. Daí é que ia, por carroça, para o vapor de São Mateus (referindo-se aos barcos a vapor do porto que levavam a carga). Eu tinha um ‘barbaquá’, mas daí entrou [sic] as ervas ‘cruas’, e então agora ficou mais fácil e a gente só faz a erva ‘crua’, que é só colher e levar para a cooperativa [...] Então ontem a gente foi plantar umas mudas que eu preparei (figuras 21 e 22) [...] Todo ano eu planto um pouquinho, 200 pés, 300 pés mais ou menos e demora quatro anos para virar árvore e poder produzir, ela demora para crescer. Faz dois anos que preparei as mudas; fiz curso na EMATER⁶⁸ para aprender, porque é muito difícil a erva-mate nascer sozinha (que é a erva nativa). Eu tenho pés de 20 anos, de 40 anos. Antigamente, acho, tinha mais passarinho, como o ‘nambu’, a perdiz, a pomba, sabiá; eles comiam as sementes e depois espalhavam pela mata com o estrume deles [...] porque a casca da semente da erva-mate é muito dura e

⁶⁸ Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

assim ela já era fermentada, amolecida (risos) [...] E a gente aprendeu com a EMATER a colher a semente para fazer as mudas. Temos plantado mais ou menos um alqueire, pois a gente planta naquelas áreas que têm pedra, que não dá para entrar com o trator e fazer lavoura (Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de setembro de 2015).



Figura 20 – MUDAS DE ERVA MATE PARA O PLANTIO
Foto: Acervo da pesquisadora (2015).



Figura 21 – SEGMENTO DA PAISAGEM DO LOTE DO SR. “V” COM AS ÁRVORES DE ERVA-MATE EM CRESCIMENTO

Legenda: mudas com pouco mais de dois anos (primeiro plano de vegetação, em destaque com linha pontilhada), plantadas junto à mata de araucária

Foto: Acervo da pesquisadora (2015).

O Sr. “V” relata também que reencontrou a Sra. “L” anos depois, num daqueles bailes nas casas do vizinhos:

Você só ia para o baile se recebesse o convite, e pagava para entrar, mas era pouquinho, só para os músicos. Eram bailes feitos nos depósitos, depois que era esvaziado da venda da produção. Eram bailes animados e dava umas cem pessoas!! (Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de setembro de 2015).

Estes três casais entrevistados do segundo grupo (quarta geração), apontam praticamente para os mesmos espaços de representação que os entrevistados do primeiro grupo, os mais idosos: a casa e a terra onde cultivam entram como principal lugar, representa o trabalho, a ajuda mútua entre vizinhos e parentes nas atividades

da lavoura, mas também o lazer, o encontro familiar e social com vizinhos e parentes, os namoros possibilitados pelas visitas semanais entre parentes, pelos bailes particulares que aconteciam nas casas, pelos casamentos: a reprodução das relações sociais e de produção.

O rio Água Branca e o Rio do Meio também foram citados como locais de trabalho (moinhos) e lazer (pescaria, banhos), mais presente na memória dos homens, pois as mulheres tinham sua rotina relacionada à casa (sua própria e dos pais ou parentes). A igreja e a escola surgem como espaços de encontro sociais mais importantes, representam a memória dos seus avós e bisavós poloneses, onde as principais atividades religiosas e festivas da vida deles e da família foram realizadas: os casamentos, os batismos, as procissões, as festas de santos, os velórios.

Observa-se, nestes casais, uma forma de pensamento diferente da geração anterior em relação aos filhos. Eles querem que os filhos estudem para terem mais possibilidades nos negócios, não serem “enrolados”, como disse um dos entrevistados. Os pais tendem a estimular os filhos homens a continuar o trabalho na lavoura, porém as filhas não tanto, deixam-nas mais à vontade para escolher, embora dois dos casais entrevistados já compraram terras para as suas filhas, significando uma segurança financeira. E ainda disseram que, se um dia tiverem que vender, é para vender para algum dos irmãos.

O terceiro e último grupo de entrevistados é formado por um casal de jovens, com 23 anos aproximadamente, uma moça solteira e quatro adolescentes, com idade entre quinze e dezesseis anos. Este grupo tem uma relação mais estreita com a cidade de São Mateus, tanto nas atividades de trabalho, como de estudo e lazer.

Em relação ao casal, o rapaz é de Água Branca, cursou o Ensino Fundamental numa nova escolinha, situada em frente ao Posto de Saúde da Água Branca, e o Ensino Médio (integrado com a escola técnica agrícola) em outro município. Ele se casou com uma moça que é da cidade de São Mateus e que também tem o Ensino Médio cursado. Ele cultiva as terras herdadas da família e ela cuida dos afazeres da casa e estuda para um concurso municipal. Os locais de lazer deste rapaz, quando criança, são os mesmos que os das demais gerações: os rios, as brincadeiras nas matas de caçar passarinho, o futebol na casa dos vizinhos. A igreja é importante, mas como local de encontro para oração e como lugar histórico (denominado por ele), assim como é a escolinha atrás da igreja. A forma de se relacionar com este espaço é um pouco mais distante que as gerações anteriores, tendo em vista que a escola

em funcionamento estimulava nas proximidades (entorno da escola e da igreja) o encontro das crianças para o lazer. O fechamento da escola faz com que o espaço perca consideravelmente a apropriação das crianças e reduza seu uso. O que ainda proporciona o uso de lazer são as festas da igreja. Hoje, o lazer do casal está na cidade (já que a família da moça é de lá) e eles costumam ir, de carro, para outras festas que há nas cidades vizinhas. Vez por outra, conta o rapaz, vai com os amigos pescar no rio Água Branca ou outros rios, como o Iguaçu.

A jovem solteira é filha do Sr. “P”, de 65 anos. Ela mora na cidade com a irmã, que é casada e trabalha no comércio, mas nos finais de semana vai para a casa dos pais, pois “todo mundo vem pra [sic] cá no domingo”, referindo-se à casa dos pais. Então ela vai para lá também, para ajudar a mãe, fazer uma faxina na casa, etc. Adora Água Branca e quer voltar a morar lá. Não gosta muito da vida na cidade, conta ela, que está sempre envolvida nos trabalhos da igreja, na organização das festas e auxiliando as crianças na catequese. É a filha que está mais próxima dos pais, já que os outros filhos casaram-se e dois moram, inclusive, em outros estados brasileiros. Para ela, a igreja é o principal espaço de Água Branca, onde se encontra com os amigos, onde reza. A casa dos pais também é referência, assim como a terra, pois ela já tem “um pedacinho de chão que o pai comprou pra [sic] mim, e eu ainda vou construir minha casa ali e voltar a morar aqui.” E o pai completa: “Na terra onde se enterra o umbigo é onde a gente volta para morrer” (lembrando o costume antigo que era feito com o umbigo dos recém-nascidos) (Entrevista concedida à pesquisadora em 29 de agosto de 2015).

Dos quatro adolescentes entrevistados, apenas uma era menina. Os meninos é que se destacam quando o assunto é apropriação do território: bicicletas pelas estradas, pescarias nos rios, futebol na casa dos amigos: às vezes em Água Branca, outras no Taquaral do Bugre ou no Faxinal dos Ilhéus. Os lugares - espaços de representação - se repetem, são os mesmos das gerações anteriores, com algumas mudanças de valores de uso e formas de apropriação. A igreja é um local de obrigação religiosa, onde fazem a catequese, a crisma, se casam. Costumam ir às festas da Igreja de Água Branca e por vezes jogam futebol num campo em frente à mesma. Os rios Água Branca e do Meio são ainda frequentados, mas com menor intensidade que as outras gerações. Estes adolescentes gastam mais tempo livre nos jogos de futebol ou assistindo televisão em casa. Pelo fato de Água Branca não ter

um bom sinal de internet e celular, estes não são representativos para os adolescentes.

Estes adolescentes estudaram o Ensino Fundamental em Água Branca, mas cursam o Ensino Médio na cidade, porque não há opção em sua comunidade. Com isso, conta um dos adolescentes, “de vez em quando a gente gazeteia as últimas aulas, para ficar passeando por ali” (entrevista cedida pelo “K”, 16 anos, em 29 de agosto de 2015), pela cidade, na praça, junto do colégio, em grupo com os amigos. Os três meninos estudam, mas ajudam os pais na lavoura em época de colheita do fumo, principalmente, pois coincide com as férias escolares. Os três meninos não gostam de estudar, preferem trabalhar na lavoura, mesmo que os pais não queiram, como relata um dos adolescentes, o “F”: “Meu pai quer que eu estude para fazer faculdade, porque a vida na lavoura é muito difícil, mas eu gosto de trabalhar na lavoura, não gosto de estudar” (Entrevista concedida à pesquisadora em 29 de agosto de 2015). A adolescente é mais controlada pela família e sua diversão é em casa, na casa das amigas em Água Branca ou na casa de alguma amiga da cidade de São Mateus. A *internet*, no computador, é usada (quando funciona), assim como a televisão, estes integram os momentos de lazer das meninas. As festas de igreja ou a casa das amigas (aniversários) também foram citadas. Os pais gostariam que ela fizesse faculdade, mas alegam falta de recursos financeiros.

Assim, ao final das entrevistas, constata-se que elas apontam dois resultados importantes: o primeiro é que existe uma diferença no nível territorial entre o espaço concebido e o vivido: algumas áreas pertencentes ao espaço concebido de Água Branca foram caracterizados pelos moradores com outros nomes, mesmo que estas áreas seguissem o padrão do traçado geométrico determinado em toda a colônia. É provável que, em função da dimensão da área e da necessidade de melhor se localizarem (principalmente porque no início da colônia toda a região era mata), criaram denominações em função de como o espaço foi percebido pelos moradores para se melhor localizar, referenciar-se espacialmente. Surgiram as localidades do Espigãozinho (parte mais íngreme da colônia), Olho D’ Água (porque fica próxima de uma fazenda antiga que tem este nome), Rio do Meio (região onde passa o Rio do Meio) e colônia dos Veados (porque antigamente havia naquela região muitos destes animais) (Figura 22).

Estes locais foram citados diversas vezes pelos moradores como áreas não pertencentes a Água Branca, desde o primeiro grupo de entrevistados (os mais antigos). A colônia foi “fragmentada”, a ponto de algumas destas localidades serem reconhecidas com estes nomes pela COPEL (Companhia Paranaense de Energia). Por outro lado, outras áreas, mais ao norte (por onde passava a antiga estrada que

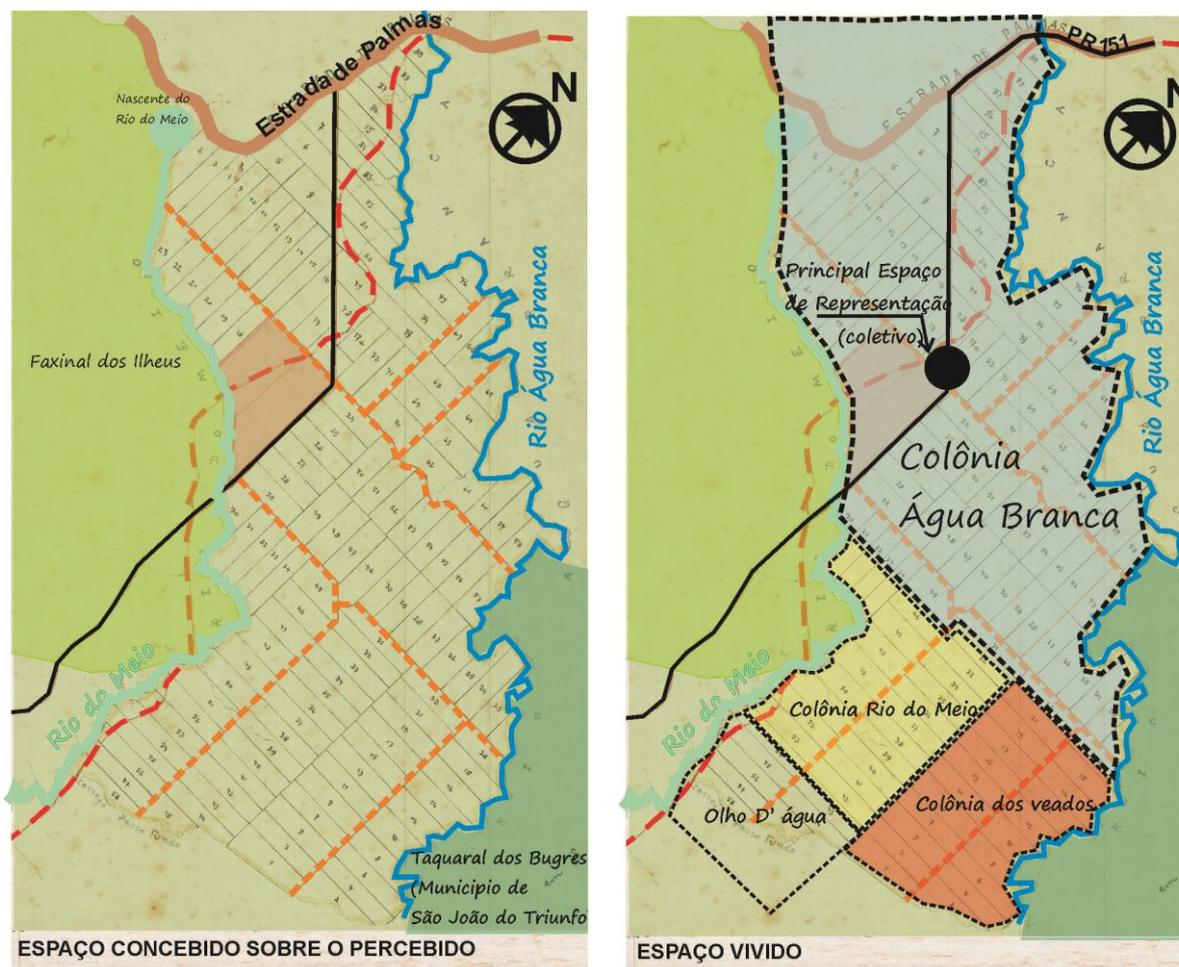


Figura 22 - ESPAÇO CONCEBIDO X VIVIDO DE ÁGUA BRANCA

Fonte: Croqui elaborado pela pesquisadora a partir de relatos dos moradores (2015).

dava acesso a Palmas) passaram a ser consideradas da colônia também, margeando a PR-151 até o ponto em que esta rodovia atravessa o rio Água Branca, sendo este também o divisor de limites entre os municípios de São Mateus do Sul e São João do Triunfo.

O segundo resultado importante obtido nas entrevistas é que foi possível identificar transformações socioespaciais muito sutis deste espaço vivido e dos seus “pólos de sociabilidade” - os espaços de representação (espaços simbólicos) - criados pelos moradores desde o início da instalação da colônia.

Alguns destes espaços de representação foram ressignificados sobre o espaço concebido (o espaço da igreja/cemitério, das estradas e da terra onde plantam), outros ressignificados sobre o espaço percebido (os rios, as matas). Inclusive muitos destes espaços têm se perpetuado por gerações e sua interligação, pela vida cotidiana, vem corroborar o conceito de paisagem cultural adotado pela Geografia e também, acredita-se, enquadrar-se no grupo minoritário e seletivo da categoria paisagem cultural pelo IPHAN (órgão de preservação cultural).

Cabe salientar que as entrevistas poderiam ter sido feitas de maneira que as três gerações discorressem sobre os principais espaços que eles percorrem hoje na sua vida cotidiana. Desta forma, obter-se-ia o espaço vivido de Água Branca na atualidade somente, o que não desvirtuaria o método de análise do espaço social de Lefebvre. É possível aplicar este método em qualquer área urbana ou rural, mesmo em áreas de ocupações recentes, pois o objetivo da análise espacial de Lefebvre é compreender como a população se apropria dos espaços percebidos e concebidos, dando novas características e valores segundo seu modo de vida, interesses e necessidades, constituindo o espaço vivido. Contudo, nesta pesquisa, busca-se identificar não só os espaços de representação atuais, mas aqueles que hoje são importantes e que têm um percurso histórico, característica esta que os associaria a um valor sociocultural mais sólido, passado de geração para geração. Estes espaços estariam, desse modo, relacionados a uma identidade cultural e uma territorialidade, características que os identificariam como paisagem cultural.

Por isso, as entrevistas buscaram realizar este percurso histórico na vida dos moradores, desde os mais antigos até os mais novos. Alguns dos lugares frequentados pelos idosos de hoje, quando crianças, se repetem com as crianças atuais, por exemplo. O resultado das entrevistas demonstra que, como a vida cotidiana destes moradores não mudou muito e não houve grandes interferências do governo (municipal, estadual ou federal) no espaço de Água Branca, com exceção do calçamento da rodovia PR-151 e da introdução de energia elétrica e de água encanada nas residências, estes espaços de representação mantiveram-se praticamente os mesmos ao longo destes 125 anos. Observou-se, sim, que alguns destes espaços mantiveram sua representatividade e importância, como é o espaço da igreja, e outros começam a ser esquecidos, como é o caso de algumas cruzes colocadas por alguns moradores (antigos locais de encontro para rezar) e que atualmente são lembradas em época de procissão, se ela passar por aquela região.

Também os rios começam a perder sua representatividade em função do assoreamento que vem acontecendo; com isso os moradores têm procurado outros rios ou açudes particulares para pescar. Também, para concluir, a geração mais jovem tem opiniões controversas: enquanto alguns gostam e querem continuar em Água Branca, outros pretendem morar na cidade, identificando-se mais com a vida urbana.

Podemos assim, sintetizar os espaços de representação para os três grupos entrevistados na tabela abaixo (tabela 2):

| Espaços de Representação identificados (pólos de sociabilidade) | Significados para o Grupo 1 (faixa dos 80 anos de idade) | Significados para o Grupo 2 (faixa dos 60 anos de idade) | Significados para o Grupo 3 (menores de 25 anos de idade) |
|--|---|---|--|
| Igreja/cruzes/cemitério | Local de espiritualidade/lazer | Local de espiritualidade/lazer | Local de espiritualidade/lazer |
| Casa e a terra onde nasceram/viveram | Local de trabalho e lazer | Local de trabalho e lazer | Local de trabalho e lazer |
| Escola (atrás da Igreja) | Local de trabalho e lazer | Local de trabalho e lazer | História/memória social |
| Casa dos vizinhos/parentes | Local de trabalho e lazer | Local de trabalho e lazer | Local de lazer |
| Rios Agua Branca e do Meio | Local de trabalho e lazer | Local de lazer | Local de lazer |
| Associação polonesa | Local de lazer | Sem representação | Sem representação |

Quadro 2: ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO PARA OS GRUPOS ENTREVISTADOS, COM SEUS RESPECTIVOS VALORES SOCIAIS/SIMBÓLICOS ATRIBUÍDOS NO ESPAÇO VIVIDO.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir das entrevistas realizadas em 2015.

Os moradores de Água Branca criaram vínculos emocionais (ou representações) sobre estes lugares ao longo de sua vida: a terra, a casa, a escola, a igreja. Estes espaços se tornam parte integrante da história da vida deles, contada individualmente e coletivamente, o que faz recordar a primeira dialética de Lefebvre, explicitada anteriormente neste trabalho: o existir depende da relação tempo - espaço - sociedade.

As memórias de seus avós estão presentes na vida cotidiana destes moradores que tentam estimular seus filhos a falar polonês (a quinta geração), a continuar trabalhando nas lavouras, a ver a terra como representação de sobrevivência, segurança e futuro. Mantêm, até hoje, certos costumes no trato da terra e na divisão da mesma para organização das diversas atividades e a policultura: a horta e o jardim em volta de casa, a pequena criação mais aos fundos, como um galinheiro e a divisão da terra nas atividades extrativas (erva-mate), áreas para plantio

de milho, feijão e arroz para consumo familiar e uma outra atividade mais extensiva para comercialização, seja soja ou fumo.

Assim, os espaços vividos ou de representação foram criados pelos grupos sociais que se apropriam destes espaços concebidos de acordo com suas necessidades e valores espirituais ou sociais, valorizando ou reformulando determinados aspectos ou locais segundo a história e as necessidades das novas gerações.

Foram identificados alguns espaços de representação que vêm sendo repetidos pelas três gerações entrevistadas, e esta característica aponta para a compreensão de que estes espaços, interligados pela vida cotidiana dos seus moradores, acabam por definir uma paisagem cultural sob o olhar da geografia e, provavelmente, também deverá, para os órgãos do patrimônio cultural.

4.2.3 Morfologia dos espaços de representação e a constituição de uma paisagem cultural

A vida cotidiana dos moradores de Água Branca, em suas atividades rotineiras e cíclicas, está associada ao trabalho, ao lazer e à família; com isso os espaços de representação são periodicamente utilizados em dias e horários semelhantes e interligados por outros espaços que são apenas de conexão, mas que podem ser ressignificados em função de uma atividade coletiva esporádica ou periódica. Estes espaços fazem sentido em função de seu papel simbólico que cumprem para aquele grupo e estão interligados pela rotina da vida cotidiana destes moradores. A falta de um destes espaços acarreta mudanças na rotina, nas ações cotidianas, na territorialidade e morfologia espacial criada. Por exemplo, se o rio Água Branca, ou o rio do Meio (que desemboca no rio Água Branca) tivesse sido canalizado, assoreado ou desviado, como aconteceu em muitas localidades brasileiras, principalmente quando foram urbanizadas, a organização espacial destes moradores seria completamente diferente: os rios já não fariam parte da infância das atuais crianças, não serviriam de referência espacial e até os nomes das localidades ficariam apenas na memória coletiva, “porque ali passava um rio”. Muitos agricultores têm com estes rios relação direta com o seu trabalho, em função dos animais de criação, por exemplo, que buscam o rio para beber a água. Também, não há como conceber a

inexistência da igreja. Se a construção não existisse ali, onde se encontra atualmente, seria em outro lugar de Água Branca, porque se trata de uma necessidade cultural, de tão impregnada que está nos valores morais do habitante. Tanto que, antes da igreja, haviam as cruzes, para que os grupos familiares se reunissem para rezar, símbolo de fé e proteção divina. Outras igrejas ou templos não foram construídos na comunidade.

Assim, os espaços de representação identificados em Água Branca têm duas características físicas: podem ser pontuais (como a igreja, a casa, a terra) ou lineares (como é o caso dos rios e das estradas que ligam as casas à igreja, à rodovia, etc.). Outra característica de cunho social ou antropológico observada é que existem espaços de representação individuais ou restritos a um grupo pequeno (a casa e a terra, propriedade), mas existem espaços de representação coletivos e públicos e de abrangência local (os rios, as estradas, as cruzes, a Igreja), e de abrangência municipal/regional (a igreja).

Os espaços de representação em Água Branca podem ser localizados e mapeados, de acordo com a proposta de Gil Filho (2005), quando em seu trabalho afirma que a “espacialidade das formas simbólicas como face das representações sugeridas em nossa análise é uma dimensão necessária na constituição de uma Geografia do Conhecimento”. Gil Filho (2005, p. 54) explica que “a análise da morfologia simbólica dos objetos espaciais é a dimensão próxima da paisagem”. Ou seja, os objetos espaciais são os edifícios, estradas, lugares de trabalho, lazer, os quais, foram ressignificados pelo grupo que deles se apropriou. São identificados por Lefebvre (1974) como representações, um “fenômeno da consciência”, seja individual ou coletivo, que acompanha (temporariamente) uma sociedade e conceitua um dado objeto ou conjunto de objetos (figura 23). Os locais que atualmente existem e são utilizados pelos moradores são, em ordem de importância (mais frequentemente citados por eles, nas três gerações):

- a) a casa e a terra onde nasceram/viveram – espaço de representação individual;
- b) a igreja (juntamente com a escola, o galpão de festa e o cemitério) – local de lazer e espiritualidade – espaço de representação coletivo;
- c) O rio Água Branca / Rio do Meio – local de lazer – espaço de representação coletivo.

Como a casa e a terra onde nasceram é um espaço de representação individual, não há como mapeá-lo individualmente, por isso optou-se por identificá-los mesmo assim, em conjunto, com uma área composta pelos caminhos e lotes rurais,



Figura 23 - FOTOS GERAIS DE ALGUMAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DE ÁGUA BRANCA
Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

reconhecidos como pertencentes a Água Branca pelos moradores (figura 23), excluindo-se as demais localidades de Olho d'Água, Rio do Meio, etc.

O principal espaço de representação de uso coletivo de Água Branca é o núcleo constituído pelo agrupamento de cinco construções: a igreja, o galpão de festa ao lado da igreja, o cemitério, a casa paroquial e a escola – local de aprendizagem, espiritualidade e lazer. Cada geração teve experiências diferentes neste espaço, pois as duas gerações mais antigas entrevistadas utilizaram a escola e a igreja e conviveram com as irmãs e o padre que moravam na casa paroquial. A terceira geração, mais nova, apenas conhece estas construções e sabe que são históricas, mas vivem somente a espiritualidade no espaço da igreja e o lazer no galpão construído ao lado ou no campo de futebol improvisado, à frente da igreja. O cemitério é importante para todas as quatro gerações. Os velórios são realizados na igreja e seguem, posteriormente, em cortejo fúnebre até o cemitério, na descida do morro.

No entorno da igreja, da mesma forma, antes e depois dos eventos católicos, os grupos de homens e mulheres (separados) sempre se formam, momento em que as informações sobre as famílias (casamentos, nascimentos, mortes, doenças), acontecimentos sobre os lugares (chuvas, enchentes, secas), sobre as plantações e colheitas (combinações de ajuda mútua, de contratação de serviços) são trocadas e atualizadas, reforçando o reconhecimento do grupo (os moradores da colônia) e o domínio ou apropriação sobre seu território. Em dia de festa, algumas estradas assumem novos papéis que não os usuais, elas são associadas aos espaços de representação da igreja. É o caso da Festa de Nossa Senhora do Monte Claro ou Nossa Senhora de Czestochowa. Como a maioria dos habitantes de São Mateus do Sul é descendente de poloneses, a festa atrai moradores do município inteiro e de cidades vizinhas também.

A igreja de Água Branca, pela festa da padroeira da Polônia, (comemorada desde 1991, quando receberam o Quadro da padroeira da Polônia, doado por um morador de Água Branca que o trouxe da Polônia) ganha dimensões regionais e este espaço de representação ultrapassa o mundo vivido dos seus moradores, tornando-se espaço de representação para os diversos descendentes de poloneses, moradores do município e também do estado do Paraná.⁶⁹ Estima-se que nesta festa participem em torno de duas mil pessoas, ao longo de todo o dia da festa, que começa com uma

⁶⁹ Em 2013, a igreja de Água Branca foi reconhecida pela Secretaria de Estado da Cultura como Patrimônio Histórico Cultural Estadual, sendo tombada em 2013.

procissão em carreata (da cidade de São Mateus do Sul até Água Branca), continua com a missa que é rezada em polonês e em português e termina com o almoço típico

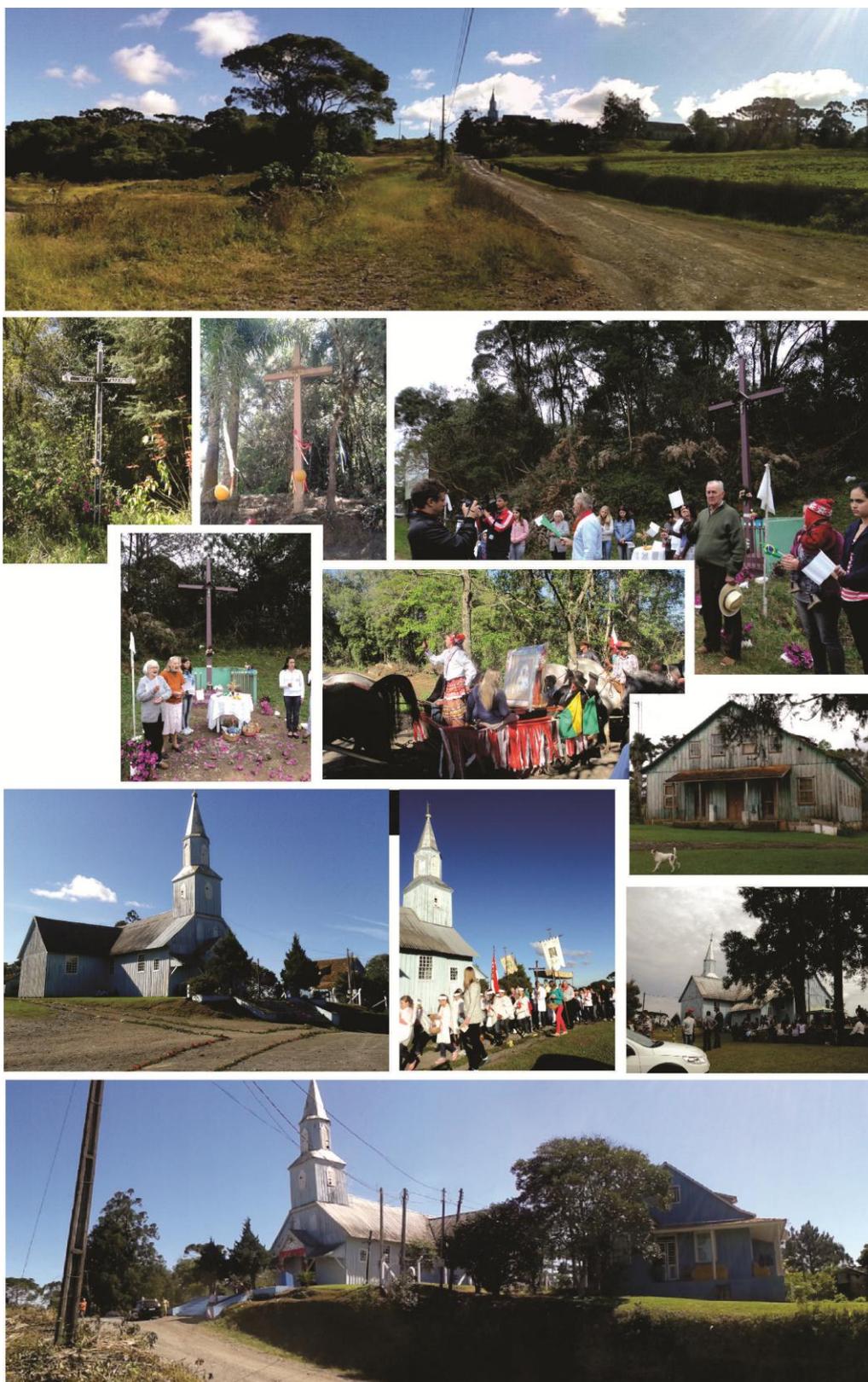


Figura 24 - FOTOS GERAIS DA IGREJA, DA ESCOLA E DO GALPÃO DE FESTA EM DIA DE FESTA

Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

(culinária polonesa), acompanhado de atividades diversas, como apresentação de danças e músicas polonesas, bingos, sorteios, etc., que se prolongam até o final do dia.

Por fim, o rio Água Branca e o Rio do Meio (figura 26), locais de lazer de três gerações, são ainda utilizados em brincadeiras de infância, principalmente pelos meninos, mas com menor intensidade que as gerações anteriores, porque estes rios têm perdido profundidade.



Figura 25 - RIO ÁGUA BRANCA
Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

Aquelas estradas rurais ligam os demais elementos simbólicos pontuais e tornam-se espaços de representação também, pois muitos as percorrem a pé, de bicicleta e se encontram com os outros vizinhos que também vão à missa e assim o trajeto passa a ter nova significação, tornando-se mais do que apenas uma ligação, transformando-se em local ou trajeto de encontro e troca social, onde a conversa coloquial se estende até a chegada na igreja. Alguns destes caminhos rurais, nos dias de procissão, são enfeitados pelos moradores (cercas enfeitadas com flores e fitas, pequenos altares com a imagem de Nossa Senhora, etc.) e assim deixam de ser meras passagens, ganhando nova representatividade.

Estes elementos estão estruturados, localizados, construídos e interligados no espaço de acordo com as relações (formas de uso, importância social e/ou individual, cultural) que os sujeitos estabelecem consensualmente. A análise destes

elementos, sua localização e interligações, constituem a análise da paisagem. Dessa feita, entende-se que não há mais questão a se levantar sobre o método de análise de uma paisagem, ou seja, ela deve perpassar a análise espacial, reconhecendo os sujeitos, as práticas envolvidas e a temporalidade que evidencia processos históricos e sociedades diversas.

Assim, a união destes espaços de representação e suas relações que dão sentido a estes espaços formam o espaço vivido e também o que aqui se propõe identificar: uma paisagem cultural, como se analisa a seguir.

5 DO ESPAÇO VIVIDO À PAISAGEM CULTURAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Toda realidade dada no espaço se expõe e se explica por uma *gênese* no tempo. Mas uma atividade que se desenvolve no tempo (histórico) engendra (produz) um espaço e somente num espaço assume uma ‘realidade’ prática, uma existência concreta. [...] É assim para uma paisagem, um monumento, um conjunto espacial (desde quando ele não é ‘dado’ na natureza), como para um quadro, como para o conjunto das obras e produtos. Decifrados, uma paisagem ou um monumento remetem a uma capacidade criadora e a um processo significativo. [...] Seria completamente insuficiente, para conhecer o espaço, descrever paisagens rurais, depois paisagens industriais, depois uma espacialidade urbana. A passagem de uma a outra é essencial (LEFEBVRE, 1974, p. 136-137).⁷⁰

5.1 ESPAÇO VIVIDO COMO PAISAGEM CULTURAL

Apesar de Lefebvre não se aprofundar na análise da categoria paisagem, em diversas partes de sua obra ele expõe e reconhece a relação e proximidade entre esta representação e o espaço; relação que, por diversas vezes, utiliza para analisar um ou outro termo, como exposto na epigrafe acima. É notório que, para Lefebvre, em ambas as categorias espaciais, os elementos sociabilidade, espacialidade e temporalidade são partes integrantes.

Mas, as semelhanças, “intersecções” ou relações entre estas duas categorias vão um pouco mais além do que foi apresentado até agora. Retomando-se algumas colocações iniciais deste trabalho sobre a origem da palavra paisagem (capítulo 1), foi mencionada a existência de certa duplicidade de sentido sobre seu significado, pois, pela definição exposta por Cunha (2000) e Figueiredo (2010)⁷¹, confirma-se que a palavra paisagem deriva do sufixo “pay”, com sentido de territorialidade, pertencimento ao lugar; mas, sua derivação para “paysage”, inicialmente para o

⁷⁰ Texto original: “Toute réalité donné dans l’espace s’expose et s’explique par une genèse dans le temps. Mais une activité qui se déroule dans le temps (historique) engendre (produit) un espace et ne prend que dans un espace une ‘réalité’ pratique, une existence concrète. [...] Il en va pour un paysage, pour un monument, pour un ensemble des ouvres et produits. Déchiffrés, un paysage ou un monument renvoient à une capacité créatrice et à un processus significatif. [...] Il serait complètement insuffisant, pour connaître l’espace, de decrier des paysages ruraux, puis des paysages industriels, puis une spatialité urbaine. Le passage de l’un à l’autre est essentiel.”

⁷¹ A definição de paisagem destes autores é “espaço de território que se abrange num lance de vista”.

emprego artístico, desenvolve-se com o sentido de panorama, morfologia, etc. Também na Geografia, com a abordagem positivista, perdeu aquele sentido de dualidade entre a objetividade e a subjetividade que foi ressaltada por Luchiari (2001), Pumain, Paquot e Kleinschmager (2006) e Andreotti (2013) relativo aos primeiros trabalhos geográficos do século XIX e início do século XX. O reconhecimento, a valorização e a análise desta dualidade de sentido da paisagem representam, para estes autores e muitos outros, a recuperação da abordagem cultural e subjetiva (simbólica) da paisagem. Luchiari (2001) afirma:

Desde o início, a apreensão da paisagem como fenômeno visível se colocou como o centro de um conflito entre objetividade e subjetividade [...]. (LUCHIARI, 2001, p. 15). Em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura. Sua tradução mais completa foi registrada na história pela elaboração do conceito de paisagem, que, longe de ser apenas um modelo abstrato de compreensão do meio, é também a materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios. Ao ser objeto desta lógica estruturante da sociedade, a paisagem é portadora de sentido (LUCHIARI, 2001, p. 11).

Luchiari (2001) ainda faz uma observação neste estudo sobre a concepção e caracterização de uma paisagem: “Embora a paisagem seja apenas um fragmento da configuração territorial, sua valorização, seleção ou repulsão pela sociedade também orientam o imaginário social na organização de territórios” (LUCHIARI, 2001, p. 11). Este pensamento permite realizar pelo menos três desdobramentos que devem ser destacados:

- a) existem diversas paisagens dentro de um território e ainda existe uma hierarquia criada pelo grupo social que ali reside, interage ou trabalha, sendo algumas delas apenas “fragmento de uma configuração territorial” e outras detentoras de “valor simbólico”;
- b) o “valor simbólico” é um atributo dado pela sociedade, de modo que este valor pode se modificar ao longo da história da sociedade e do lugar. Este valor também se modifica de acordo com o agente social que ali interage: o morador, o fiscal de um órgão ambiental, o fiscal da prefeitura municipal, etc.;
- c) estas paisagens que possuem valor simbólico podem se tornar condicionantes e orientadores do imaginário social para a organização de

territórios, ou seja, participam do processo de planejamento e ocupação espacial de uma determinada localidade, vila, cidade.

Desse modo, num determinado território admite-se que há uma hierarquia de importância entre as diversas paisagens, sendo algumas consideradas relevantes à preservação por diversos grupos, outras fundamentais para um ou outro grupo social e outras ainda sem representatividade, mas com papel secundário de apoio àquelas mais importantes. Por isso, uma ou um conjunto de paisagens podem ser postas como condicionantes na organização espacial e territorial de sociedades, cidades e municípios. Uma paisagem pode se tornar elemento simbólico de identificação de uma região, cidade, ou país.⁷²

Sendo assim, para que uma paisagem (materialidade, objetividade) ganhe um sentido, lógica ou valor, é necessário que haja a interação do homem com aquela materialidade, interação esta que também não acontece na imediatez, mas ao longo de um período, uma temporalidade. Nesse sentido, a paisagem tem a mesma conotação de espaço, pois “tomada isoladamente, a paisagem é um vetor passivo. Somada ao valor social que lhe é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social” (LUCIARI, 2001, p. 13).

Por conseguinte, pode-se também concluir que, para que uma paisagem tenha valor social atribuído, ela tem que deixar de ser apenas parte de uma configuração territorial, ou uma vista panorâmica, ou seja, é contemplada por um sujeito que se posiciona como observador passivo e externo ao que vê, como um turista ou passante, que mantém certa distância e que observa ou contempla seu horizonte, percebendo apenas cores, volumes, texturas e alguns elementos estruturais ou estéticos. Uma paisagem terá valor social atribuído, “só se transforma em espaço, processo ativo da dinâmica social” (LUCIARI, 2001, p. 13), quando o observador ou sujeito se percebe como participante, integrante e promovedor desta paisagem. Esta mudança de postura do sujeito acontece quando se trata do seu espaço vivido, (re)significado pela sua experiência de vida e do seu grupo social, que é vivenciada diariamente pelos seus moradores e usuários que participaram histórica

⁷² Para citar alguns exemplos: a paisagem do Morro do Corcovado com a estátua do Cristo Redentor tornou-se representação do Rio de Janeiro e do Brasil. As cachoeiras do Iguaçu também remetem ao estado do Paraná e suas fronteiras com o Paraguai e Argentina. A paisagem da ponte Hercílio Luz tornou-se cartão postal e marca de identificação da cidade de Florianópolis, assim como a paisagem da avenida paulista com o prédio do Museu de Arte de São Paulo (MASP) está para São Paulo, etc.

e espacialmente da construção deste espaço e desta paisagem, tendo-a como valor simbólico, afetivo, referencial espacial e histórico; por isso, essa paisagem torna-se uma representação do mundo, construído pelo grupo que ali vive.

Esta paisagem ultrapassa a primeira percepção basicamente visual das formas e cores (aquela vislumbrada pelo turista) e se aprofunda para a percepção de uma paisagem que se integra, participa da história de vida naquele lugar, ganhando outros valores e significados além do elemento visual.

Neste ponto de análise é possível perceber a intersecção entre a teoria lefebvriana sobre espaço social e sua dialética (percebido-concebido-vivido) e a abordagem cultural da paisagem como espaço vivido: em ambos, é o valor social atribuído ao espaço/paisagem, construído historicamente e espacialmente que caracteriza sua importância para aquele grupo social, sem esquecer que a proposta metodológica de análise de Lefebvre evidencia o processo de construção do espaço vivido pela conjugação de forças e ações de diversos agentes que percebem e concebem o espaço; o espaço vivido é a síntese destes espaços e ações absorvidos, valorizados ou descartados pelos moradores daquele lugar, seja um bairro, uma cidade, uma área rural. Para a Geografia Cultural, o estudo da paisagem como espaço vivido pode ser situado também como paisagem cultural.

A caracterização do espaço vivido em Lefebvre permite identificar elementos históricos importantes para o grupo, como trajetos, lugares, arquiteturas e paisagens. As atividades cotidianas e festivas do grupo localizam, definem e delimitam estes lugares: os locais de trabalho e circulação, os locais de lazer, das festas, do encontro e da sociabilidade. A análise do espaço vivido em Água Branca permitiu localizar estes lugares e perceber no discurso dos seus moradores (entrevistas relatadas no capítulo 4) a delimitação física desta colônia e suas fronteiras com outras localidades, como Rio do Meio, Taquaral, Faxinal dos Ilhéus, etc., que é definida por um rio, por um caminho, uma nascente, uma área de mata. Os moradores têm em sua mente uma delimitação territorial de Água Branca, lembrando a afirmação de Almeida (2010, p. 10), quando enfatiza que “a territorialidade define uma relação individual ou coletiva ao território e se apoia sobre as paisagens”, e que “a paisagem e o território são dimensões marcadas por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade que ativam a memória e situam os grupos definindo suas identidades” (ALMEIDA, 2013b, p. 417).

Assim, a paisagem cultural que se define aqui é aquela que corresponde ao espaço vivido dos moradores de um determinado lugar, que atende aos requisitos para ser caracterizada dessa forma pela Nova Geografia Cultural e que também poderia ser a paisagem cultural delimitada como patrimônio cultural. A territorialidade definida pelo espaço vivido é uma característica importante que poderá contribuir para a delimitação de uma área como paisagem cultural, seja no âmbito da Geografia Cultural, seja do ponto de vista dos órgãos de preservação histórica e cultural.

5.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL NA PAISAGEM

Como foi citado anteriormente, o IPHAN está desenvolvendo uma metodologia para caracterização da paisagem cultural, com vistas a sua chancela. Trata-se de um trabalho piloto, que ainda não está totalmente concluído e que tem sido divulgado a partir de artigos elaborados pelos funcionários do Iphan diretamente envolvidos no processo. As arquitetas e urbanistas Maria Regina Weissheimer e Mônica Mongelli são duas técnicas que têm participado diretamente dos trabalhos de desenvolvimento da Portaria da Chancela, bem como dos inventários realizados no vale do Rio São Francisco, desde 2008. Elas tem divulgado e publicado muitos dos resultados e das discussões que surgem, em eventos nacionais e internacionais.

Os trabalhos de autoria de Mongelli (2012, 2015) apresentam uma panorâmica sobre a construção das diversas etapas metodológicas que tem sido desenvolvidas, sendo este segundo e último trabalho o que foca uma área específica – a Foz do Rio São Francisco.

O desenvolvimento deste novo trabalho, segundo Mongelli (2015) está associado aos objetivos da Instituição IPHAN em ampliar o número de bens protegidos no Brasil e em modificar a forma de abordagem e reconhecimento dos mesmo, considerando-se as ampliações do conceito de patrimônio (não mais entendido como monumento, mas como documento, dentre outras mudanças). Buscou-se estudar regiões com potencial de patrimônio cultural ainda não reconhecidos e contemplá-los com uma nova metodologia de análise. Neste contexto é que se introduziu o “Patrimônio Cultural do Rio São Francisco [...], pela importância simbólica do rio e pelo papel que deteve na formação territorial, social e econômica do Brasil. O ‘Velho Chico’, maior rio totalmente brasileiro, serviu de eixo de ocupação do litoral para o interior [...]” (MONGELLI, 2015, p. 2)

Durante o ano de 2014, foi contratada uma equipe multidisciplinar envolvendo técnicos de especialidades diversas (História, Geografia, Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo), os quais deveriam realizar o inventário de reconhecimento da área (Foz do rio São Francisco), entre os estados de Alagoas e Sergipe. Este trabalho, lembra a autora, foi precedido de outros dois inventários de varredura (também baseados nas fichas do SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão), realizados entre 2008 e 2010, os quais abrangeram localidades na calha do Rio São Francisco em cinco Estados da Federação: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Estes dois primeiros inventários possibilitaram o reconhecimento do que a autora denominou de “macroprocessos históricos, econômicos, naturais e culturais associados ao rio e vinculados à História do Brasil” (MONGELLI, 2015, p.06), permitindo, assim subdividir o território e focar, neste terceiro momento, para a Foz do Rio São Francisco.

Assim como nos inventários anteriores, este trabalho, de 2014, também foi orientado por um grupo gestor do Iphan, envolvendo técnicos do Departamento do Patrimônio Material e Imaterial de Brasília, e das Superintendências de Sergipe e Alagoas. Mongelli (2015) explica que o trabalho exigiu uma metodologia diferenciada, ainda em fase de construção e experimentação, adaptando-se as ferramentas que o Iphan dispõe atualmente:

A razão de se apresentar esse caso, com ênfase no método utilizado e nos resultados da pesquisa, é por se tratar de um esforço de desenvolvimento de projeto transversal, envolvendo algumas unidades administrativas do Iphan e servidores de formação e lotação distintas. O referido “roteiro para realização de entrevistas”, ou um roteiro sintético de questões, foi formulado especificamente para esse trabalho e orientado por membros do grupo integrantes do Departamento do Patrimônio Imaterial, os quais se inspiraram na experiência prática de uso do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Já as fichas selecionadas do SICG foram aquelas dos módulos de Conhecimento, de Cadastro e de Gestão, e sua aplicação objetivou o diagnóstico da porção territorial, incluindo aspectos como o da formação histórica, do ordenamento do solo, das dinâmicas naturais e culturais, da incidência dos valores patrimoniais, dos modos de vida das comunidades locais e suas relações estabelecidas com o Rio São Francisco. (MONGELLI, 2015, p.1).

Esta autora salienta que o objetivo principal do trabalho foi o de identificar e conhecer as comunidades locais e seus modos de vida, “aferir a existência de relações de memória e identidade com a paisagem local e regional, bem como atentar para as atividades produtivas, como a pesca artesanal, a carpintaria naval tradicional, a agricultura familiar, o extrativismo, ...”. (MONGELLI, 2015, p.1).

Assim, a metodologia adotada apresentou 4 produtos, apresentados aqui de forma sintética para compreensão da metodologia adotada. O produto 1 teve como

objetivo a elaboração do Plano de Ação da equipe contratada e a definição dos grupos que seriam entrevistados. Para tanto, realizaram uma viagem investigativa e de reconhecimento de campo (figura 27), a leitura e apropriação dos elementos levantados nos estudos preliminares de reconhecimento da área (nas fichas já preenchidas nos primeiros inventários realizados), e a

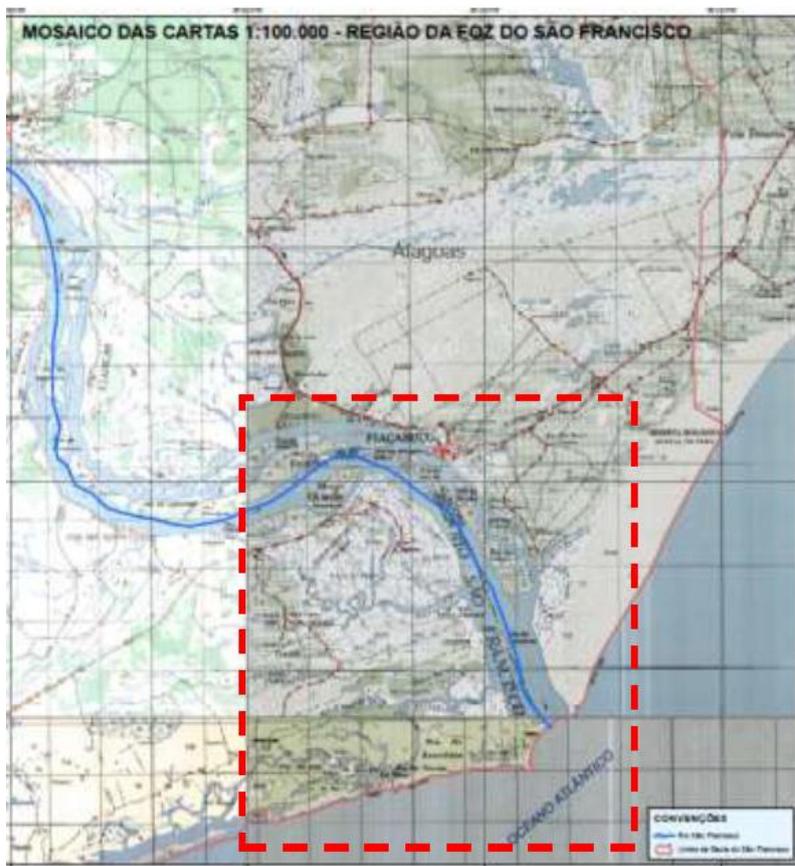


Figura 26: ÁREA DELIMITADA PARA O INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO DA FÓZ DO RIO SÃO FRANCISCO
Fonte: IPHAN, 2013.

definição das entrevistas e dos grupos de entrevistados, as quais incluíam representantes dos gestores públicos, lideranças comunitárias, atores das diversas atividades econômicas envolvidas, moradores antigos e participantes das manifestações culturais.

O produto 2 consistiu na entrega das fichas SICG preenchidas dos módulos de Conhecimento e de Cadastro. A ficha M101 – Contextualização Geral⁷³: coleta e organização de informações em recorte territorial ampliado, abrangendo vários municípios. “Nessa escala de trabalho, a investigação recaiu sobre temas como a navegação, a arqueologia subaquática, a economia e as trocas comerciais, a produção agrícola, os efeitos dos empreendimentos no rio etc”. (MONGELLI, 2015,

⁷³ Fichas em anexo.

p. 11). A ficha M102 – Contexto Imediato: apresentam um estudo mais específico sobre as localidades municipais, sítios e povoados, apontadas pela ficha M0101: “Foram buscadas informações sobre os povoados de Brejão dos Pretos, Cabeço, Saramén, [...]– em Brejo Grande/SE; Garatuba, Oitizeiro, [...] e Ponta dos Mangues – em Pacatuba/SE; Potengi, Pixaim, [...]– em Piaçabuçu/AL.” (MONGELLI, 2015, p. 11, grifos da autora). As fichas do Módulo Cadastro, descrevem e analisam bens individuais ou em um conjunto. “Foram selecionados para cadastramento os bens materiais: farol do Cabeço; uma casa de farinha; uma canoa taparica; uma canoa de tolda; uma canoa de corrida; uma casa de taipa; uma casa de palha.” (MONGELLI, 2015, p. 11). Além desses, foram elencados outros bens, dessa vez, de natureza imaterial, [...] a arquitetura vernacular praieira – constituída por elementos como construções de taipa, de folhas de coqueiro e de madeira e lama do mangue, dentre outros materiais (modo de fazer); [...]o artesanato em palha de ouricouri e palha de taboa (modo de fazer); [...] Carpintaria naval (ofício); [...] Corrida de canoas (forma de expressão); [...] Culinária (modo de fazer);[...] Festa de Bom Jesus dos Navegantes (celebração);[...] Pesca Artesanal (modo de fazer/ofício) [...];

O produto 3 apresenta as fichas preenchidas do Módulo de Gestão M201 – Pré-Setorização, que propõe à delimitação da porção territorial; a identificação de áreas e subáreas diferenciadas, as quais formam detalhadas na ficha M202 – Caracterização dos Setores, que propõe uma aproximação escalar no nível territorial. Destas análises, defiram-se seis setores, os quais foram delimitados a partir das fichas e das entrevistas, que destacaram “atributos estético, histórico, econômico, afetivo e ambiental [...] O aspecto comum que interligou os setores paisagísticos a partir das entrevistas foi o elemento água, seja do mar, do rio ou o encontro das duas.” A autora caracteriza os seis setores da seguinte forma:

Em breves palavras, o primeiro se relaciona com o uso e dinâmica das águas; o segundo engloba os manguezais e usos que se fazem dele (inclusive predatórios); o terceiro diz respeito às dunas, ponto final para onde se dirige a visitação turística proveniente de vários roteiros; o quarto é uma formação geológica que ocorre nas desembocaduras de canais, estuários e outros cursos de água, com profunda influência do fenômeno de encontro do rio com o mar; o quinto setor contém as propriedades rurais típicas com agricultura de base familiar, sendo também onde se situam as comunidades quilombolas; e o último caracteriza-se pela presença diferenciada dos núcleos urbanos dos distritos sede dos municípios de Brejo Grande/SE e de Piaçabuçu/AL. (MONGELLI, 2015, p.16)

Lembra a autora, que ainda nesta etapa, a contratada elaborou uma “síntese da principal legislação vigente e aplicada (incidente), bem como os respectivos órgãos competentes e atributos relacionados ao território delimitado como Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco”; e foram lançadas premissas gerais para a elaboração dos planos e medidas necessárias à preservação do bem, considerando-se também a perspectiva continuada da construção da política pública, de modo integrado.

O produto 4 tem como objetivo formular a proposta de dossiê para a Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco, incluindo subsídios para um Plano de Preservação. Foram realizados encontros com atores locais para apresentação dos resultados da pesquisa e para a discussão sobre os conflitos encontrados nos territórios. Estas reuniões também auxiliaram na confirmação (ou não) dos dados levantados com vistas a aprimorar a proposta de Plano de Preservação.

A opinião de Mongelli (2015), é que a associação dos instrumentos acima citados, quais sejam, o inventário SICG e as entrevistas mostraram-se suficientes para a caracterização da paisagem cultural da Foz do Rio São Francisco.

A ideia de patrimônio está associada ao conceito de herança, à necessidade social de construção de um acervo material e imaterial que represente uma identidade social, como uma família, uma cultura, uma nação. Fonseca (2005), citada anteriormente, foi uma das pesquisadoras que discutiram intensivamente o assunto, salientando que pelo valor (histórico, social) que determinados objetos, imóveis, festas, paisagens recebem, estes bens passam a ser acautelados, preservados. A constituição de patrimônios históricos e artísticos tornou-se uma prática exercida pelos Estados modernos. Em função disto surgiram as ferramentas ou instrumentos de preservação, previstos na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, §1º: “[...] inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (IPHAN, 2006, p. 20).

O instrumento da chancela, criado recentemente na forma de portaria do IPHAN e não de lei, tem o caráter de ser um instrumento de reconhecimento e valorização, baseado na motivação entre os parceiros, interessados na preservação. Sua inovação está, segundo Weissheimer (2012),

no fato de não ser um apenas um ato declaratório, cujas atribuições de gestão recaiam apenas sobre o órgão concedente do título – no caso, o IPHAN –, mas em propor mecanismos de preservação conjunta entre os diversos agentes que possuam algum tipo de interface com a paisagem cultural a ser chancelada (WEISSHEIMER, 2012, p. 2).

A definição de paisagem cultural adotada pelo IPHAN não se diferencia do conceito adotado pela Nova Geografia Cultural, mas cria alguns critérios a mais que acabam por restringir/reduzir este conjunto. O principal critério é buscar uma “peculiaridade”, uma excepcionalidade que possa representar uma característica (histórica, social e ambiental) da paisagem brasileira, reduzindo-se, significativamente, o universo de paisagens culturais que se tem no território nacional. Cria-se, dessa forma, um subgrupo dentro do grupo das paisagens culturais (referindo-se ao início deste capítulo, entre as paisagens que possuem valor simbólico e as que não o possuem), que podem ser denominadas “paisagens culturais patrimoniais”. Assim acontece também entre as centenas de milhares de imóveis históricos ou centros históricos brasileiros quando alguns deles são tombados e outros não. Busca-se sempre aquele imóvel ou sítio que possa melhor “representar” seu conjunto, “que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” (IPHAN, 1964). Nesse sentido, explicita Weissheimer (2012, p. 3, grifo nosso):

É a partir da qualificação dada pelo adjetivo *peculiar* que se diferencia, se ressalta ou se particulariza a porção do território que será alvo da chancela. A existência e a compreensão desta diferenciação são necessárias para que não se caia no generalismo de que ‘tudo é ou pode ser compreendido como paisagem cultural’ – e é nesse ponto que reside a necessidade de distinguir a abordagem científica do conceito de sua aplicação prática proposta pela chancela. A rigor, qualquer ambiente que possua alguma interferência humana pode ser definido como paisagem cultural. Neste caso, cabe à ciência estabelecer ou polemizar sobre os limites desse entendimento. Contudo, no campo patrimonial, **é função dos órgãos de proteção definir a estratégia e os limites para a aplicação da paisagem cultural como instrumento de preservação**. É preciso selecionar, mediante o estabelecimento de critérios de valoração e diferenciação, o que é passível de ser chancelado como Paisagem Cultural Brasileira e o que não é.

Nessa perspectiva, pela preocupação da instituição em “definir a estratégia e os limites para a aplicação da paisagem cultural como instrumento de preservação”, é que os critérios de valoração e diferenciação entre uma paisagem que merece ser chancelada e outra não, seriam basicamente dois: a existência de bens materiais e imateriais relacionados ao meio ambiente, os quais mereceriam ser tombados e ou registrados, e a convergência de interesses de preservação com outros órgãos municipais, estaduais e/ou federais (IPHAN, 2009a, p. 17). A chancela surge como

ferramenta complementar de compreensão do contexto ambiental no qual estes elementos materiais e imateriais se manifestam e se relacionam, pois

tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes nos termos preconizados na Constituição Federal (IPHAN, 2009a, p. 17).

Portanto, dentro de uma área ou território chancelado haverá certamente imóveis ou áreas tombadas e/ou bens registrados. Não ocorrerá o inverso, ou seja, realizar um estudo de chancela sem que na área não existam tombamentos e/ou registros.

Weissheimer (2012) explica que se as características da área em questão predominarem por ser materiais, o tombamento do sítio poderá ser o suficiente, mas se forem as características imateriais que se sobressaírem, provavelmente o registro seja o melhor instrumento. Porém, nos casos em que as características materiais e imateriais forem indissociáveis do seu contexto natural ou geográfico, caberá a chancela da paisagem cultural. Ou seja, identificam-se, inicialmente, os elementos materiais e imateriais de um sítio preliminarmente demarcado, mas se estes, para se manterem, estiverem associados ao meio ambiente (como um rio, área de mata, um ecossistema, etc.), propõe-se a chancela, que é aplicada para uma integração entre os tombamentos, os registros e o meio ambiente.

No entanto, considera-se que a realização de uma análise espacial sobre um sítio como paisagem cultural possui uma profundidade de estudo muito maior. A análise da paisagem como espaço vivido permite identificar elementos materiais (arquiteturas, ecossistemas, fauna e flora) e imateriais existentes (ofícios, festas, formas de subsistência do homem ao local), bem como suas relações entre estes elementos e destes com o meio, construídas historicamente. Mais ainda, esta metodologia evidencia a importância (ou representações) que os moradores atribuem aos lugares e edificações, tornando-se eles os primeiros interessados na preservação. O centro das atenções numa análise espacial e/ou paisagística (pela proposta desenvolvida neste trabalho) é o homem em sua apropriação do meio ambiente, enquanto numa análise de tombamento ou registro, o foco da análise é o imóvel ou a festa, cujas análises são feitas para compreender o papel, a importância deste bem naquele ambiente e sociedade.

Com isso, propõe-se aqui refletir: o tombamento de um centro histórico guarda a riqueza urbana e arquitetônica construída (histórica política, econômica, tecnológica, etc.) mas não evidencia ou valoriza as formas de uso dos seus espaços arquitetônicos e públicos da vida cotidiana ou das festas que existem no lugar. Para isso tem-se que realizar outro estudo⁷⁴ que valorize a subjetividade, o simbolismo que a população residente tem pelo lugar e que não é salientada, mas existe e dá vida àquele centro histórico. Da mesma forma, ao estudar o registro de uma festa religiosa ou pagã, que percorre um trajeto espacial, que tem seus tempos e personagens marcados em determinados pontos; estas festas são também realizadas sobre uma base espacial e arquitetônica. A manutenção de algumas destas festas, ofícios e artes depende da preservação espacial que os alicerça. Assim, fica claro que a proposta de se cancelar uma paisagem só é cogitada quando o instituto percebe a existência de um conjunto de bens materiais e imateriais no local (evidenciados pelos estudos de inventários) que dependem do meio ambiente para se manter.

O que esta pesquisa demonstra, na verdade, é que uma inversão dos métodos de reconhecimento de patrimônios (materiais e imateriais) e das chancelas seria mais completa/integral, ao se realizar uma inversão na ordem dos mesmos, ou seja: parte-se da análise espacial e identificação do espaço vivido. Após a análise do espaço, a identificação da paisagem cultural como espaço vivido e dos espaços de representação contidos nesta paisagem, tem-se tanto a delimitação de uma área, uma territorialidade, quanto a identificação de todos os elementos materiais e simbólicos que são importantes para o grupo que ali reside.

A partir deste conjunto, pode-se eleger aqueles espaços que deveriam ser tombados e registrados, aqueles que podem ser englobados na área por serem “coadjuvantes” do espaço vivido e até já possuírem alguma outra legislação que os preserve, como as leis ambientais, o que envolveria outros órgãos (municipais, estaduais e/ou federais).

Esta seria, talvez, uma mudança metodológica bastante radical, mas que enriqueceria qualquer análise e identificação de um bem como patrimônio. Ao se propor a identificação de um patrimônio histórico no município, por exemplo, ou de um centro histórico, a análise espacial amparada pela teoria de Lefebvre aponta não só os elementos construídos, os espaços concebidos (públicos e particulares) como as

⁷⁴ Inventário Nacional de Referências Culturais.

praças, largos, igrejas, etc., mas também as relações cotidianas, as formas de apropriação pelo trabalho, lazer e as festas que dão sentido, ambiência e vida àquele lugar, tornando-se, assim, fácil a identificação de propostas de tombamentos e de registros, sobretudo a compreensão do conjunto como uma paisagem cultural que é inseparável. Por isso, a compreensão do “espaço social” lefebvriano revela-se aqui como método de análise para identificação de espaços, arquiteturas, formas espaciais e paisagens representativas para aquele grupo social que o gerou, coincidindo novamente com a paisagem cultural estudada pela nova Geografia Cultural. Ou seja, tanto na visão do IPHAN como para Lefebvre e na Geografia Cultural, todos reconhecem que existem diversos atores construindo este espaço/paisagem, e que para cada um destes atores existe um valor social atribuído. Para estas três visões, também, é o valor social atribuído pelos próprios moradores o que mais importa, pois são eles que, dia a dia, vivenciam, interagem, participam daquele espaço/paisagem.

A vantagem que se percebe na análise espacial lefebvriana é que seu método de análise explicita como se dá a formação deste espaço social e vivido, evidenciando as ideologias, as práticas espaciais e sociais e as formas de apropriação destes espaços, considerando sua construção histórica. O espaço vivido revela, além desta síntese histórica-social e espacial, a forma com que a sociedade interage, reformula e cria seus espaços de representação ou espaços simbólicos sobre aqueles espaços concebidos e/ou percebidos anteriormente. Lembrando-se, no entanto, que como o espaço/paisagem está sempre em transformação, as sobreposições ideológicas do espaço concebido, percebido sempre “se renovam” sobre o espaço vivido, que novamente “se reorganiza/sintetiza”, gerando alterações neste espaço vivido/paisagem. Por isso, a proposta do IPHAN em reavaliar uma paisagem a cada 10 anos faz sentido, tendo em vista estas mudanças de valores e transformações espaciais.

Este conjunto de elementos (formas espaciais, arquiteturas, elementos naturais e construídos), que estão relacionados espacial e socialmente pelas práticas do grupo que ali vive, forma uma paisagem representativa dos valores e práticas de um determinado grupo social. Tal paisagem contém os atributos necessários para ser também reconhecida como uma paisagem cultural na visão da Geografia, mas, talvez, não todos os atributos necessários para ser reconhecida como paisagem cultural na visão dos órgãos de preservação patrimonial regidos pelos municípios, estados ou pelo governo federal ou mundial.

Desse modo, o que este trabalho demonstra é que a utilização deste método, que evidencia a paisagem cultural como espaço vivido, traz uma forma mais “integrada” de identificação e constituição de uma paisagem cultural, seja na visão da Geografia, seja na visão do IPHAN, pois analisa o processo social e histórico de construção do espaço (social), evidenciando os agentes atuantes, as ideologias, as formas de materialização destas ideologias e as formas de apropriação ou não destas materializações, sejam elas arquiteturas, praças, monumentos, vilas, ou cidades inteiras. Neste processo, os espaços de representação (ou espaços vividos) são evidenciados por serem representativos dos valores sociais daquele grupo que o materializou. E, na verdade, todo trabalho de pesquisa, identificação e proposta de tombamento e/ou registro poderia iniciar pela análise espacial de Lefebvre. Este foi o caso de Água Branca, como será demonstrado a seguir.

5.3 ÁGUA BRANCA: POTENCIALIDADES PARA A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL

A análise espacial da colônia de Água Branca revelou o processo de construção de sua paisagem, seu espaço vivido e os principais espaços de representação construídos historicamente e ainda perpetuados pelo grupo social que ali vive.

A paisagem cultural de Água Branca modificou-se ao longo do seu processo de ocupação, tendo em vista que antes da chegada dos imigrantes toda a área era coberta por mata de araucária, entrecortada e banhada por alguns rios, córregos e, ocasionalmente, ocupada por grupos pequenos, “clandestinos” (aos olhos do governo) e desconhecidos (alguns faxinais), mas, após a intervenção do governo, é introduzida uma nova atividade na região, novos grupos de moradores e as colônias agrícolas estruturadas em minifúndios. Concluída a instalação dos imigrantes em seus lotes de terra, a extração da madeira em grandes áreas para estruturar as plantações, tem-se, então, um longo período de “estabilidade paisagística”, pois a colônia se consolidou na sua atividade agrícola e assim permanece até hoje, após 125 anos.

Como já foi analisado anteriormente, tem-se a preservação física dos mesmos caminhos e estradas abertas desde a implantação da colônia, assim como a divisão dos lotes, com média de 25 hectares, apesar de muitas famílias terem deixado a

colônia.⁷⁵ As terras foram, na maioria, comercializadas entre vizinhos ou famílias da própria colônia, de maneira que o que se tem hoje é a ocupação da colônia em mais de 82% composta por descendentes dos primeiros imigrantes. Seus atuais proprietários, que correspondem, na maioria à terceira e quarta gerações destes imigrantes, guardam e transmitem à seus filhos valores ou princípios que talvez sejam os motivadores para manutenção da paisagem de Água Branca: o valor pela terra como fonte de subsistência e o valor pela história do local que está associada à vida e luta de seus avós e bisavós. Conservam muitos costumes e características aprendidos de seus antecessores, tais como a língua, hábitos culinários, a policultura e a agricultura familiar, a cooperação entre vizinhos nas épocas de plantio e colheita, as práticas de visita entre parentes e vizinhos, as festas religiosas, dentre outras atividades.

A análise do espaço social possibilitou identificar o espaço vivido, a apropriação do morador sobre os espaços percebidos e concebidos, o que constitui a paisagem cultural de Água Branca, pois nela encontram-se alguns espaços de representação atuais e alguns perpetuados ao longo da formação histórica desta colônia. Seus espaços de representação podem ser hierarquizados, desde aquele mais individual – a casa e a terra onde nasceram e plantam, até o espaço público e coletivo cuja importância abrange não somente a comunidade, mas todos os descendentes de poloneses, que é a igreja de São José.

Nos dias comuns, a vida cotidiana se expressa na casa, na terra, nas estradas rurais e nas estufas de fumo, pelo trabalho na lavoura ou nos afazeres da casa, cuja rotina é determinada pela época da colheita, pelo tempo para preparação da terra, pela mudança de cultura a ser plantada. Os caminhos e estradas ligam as atividades, consumidores e produtores, por onde passam os “tobatas”⁷⁶, tratores e caminhões com a produção. As atividades nos finais de semana podem diferenciar-se ou não dos dias úteis, depende de qual é a fase da cultura – semeadura, capinagem, colheita, adubação, ou do tempo, pois a chuva é boa em algumas épocas, em outras atrapalha. Mas sempre se reserva um tempo para ir à missa, levar os filhos à catequese, ou fazer

⁷⁵ Não se detectou na área, por exemplo, a compra de vários lotes de terra por um só proprietário ou a realização de remembramentos por algumas daquelas famílias ou por pessoas de outras localidades para a formação de grandes glebas de terras ou fazendas. É comum famílias comprarem lotes de terras isolados, ou seja, um lote em uma estrada, outro lote mais distante, às vezes na mesma ou noutra estrada.

⁷⁶ Espécie de trator pequeno, usado para atividades de remoção da terra ou transporte da colheita, quando a ele é anexada a carroça.

uma visita a um parente ou vizinho; os mais idosos já não vão com tanta frequência à igreja.

Nos dias de festa, a rotina diária é interrompida. As festas acontecem na igreja e no galpão construído bem próximo à ela: Páscoa, “Corpus Christi”, o padroeiro São José, a Padroeira da Polônia⁷⁷, Natal. Também alguns “jantares” e pequenas festas (como a festa junina) são feitos para arrecadar fundos para as festas principais. Existe ainda o tempo para a preparação das festas, que envolve dias antes, especialmente as mulheres e as crianças: enfeites para o local, ensaio de danças, músicas, etc., dependendo do motivo de cada festa. Os homens ajudam, principalmente, no dia, quando se exige força física para organizar o espaço. A festa acontece na igreja, no entorno da igreja e, às vezes, como na festa da padroeira da Polônia, algumas estradas também são enfeitadas, mudam de função.

Estas práticas espaciais preservam espaços, arquiteturas e paisagens. Por isso, só reconhecer a beleza arquitetônica e a tecnicidade da construção em madeira da igreja, bem como a originalidade de suas pinturas internas não seria suficiente. Ela se mantém até hoje porque a população que ali vive, frequenta e quer preservá-la na forma como está, tem valor histórico e simbólico para seus usuários. Foram seus avós, bisavós que a construíram com muita dificuldade. A igreja, como materialidade, tem papel preponderante na convergência social dos habitantes da colônia de Água Branca.

Também, a vida cotidiana dos moradores de Água Branca, em suas práticas sociais, segue certa rotina e tradicionalidade, em função dos seus valores simbólicos pela terra e por aquele local onde nasceram: a permanência da agricultura familiar, a policultura, os hábitos de fazer o pão, o queijo, o requeijão, o “pierogi”⁷⁸, “holopti”⁷⁹, além de criar o porco, fazer alguns embutidos e conservas. A vida cotidiana e seus valores pela terra fazem com que a paisagem de Água Branca tenha, de alguma forma, se estabilizado. Alguns órgãos públicos “interagem” nesta paisagem, como é o caso do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que exige a preservação das

⁷⁷ Nossa Senhora de Monte Claro ou Nossa Senhora de Czestochowa.

⁷⁸ Prato típico eslavo, salgado, à base de massa feita com farinha de trigo e batata, em forma de pastéis pequenos, recheados com queijo, requeijão, carne ou até feijão.

⁷⁹ Prato típico, feito com folhas de repolho enroladas com recheios que variam: com arroz, carne moída e/ou “aretká”, um cereal típico da região que ainda é cultivado em algumas terras dos municípios do sudeste do estado do Paraná, sobretudo pelos ucranianos.

araucárias, das matas ciliares, e de uma porcentagem das terras como área de reserva ambiental, porém, esta legislação não tem incomodado muito estes moradores. Recentemente a população solicitou e conseguiu o tombamento estadual da igreja⁸⁰, visando à possibilidade de adquirir recursos financeiros para a restauração da mesma.⁸¹

Pelo exposto, as características desta paisagem acenariam como potencialidades para uma chancela. A delimitação desta área a ser chancelada (figura 28), certamente, passaria por um estudo topográfico, de maneira que abrangesse toda a área reconhecida pelos moradores em seu espaço vivido, além da área concebida para a colônia em seu projeto inicial feito pelo DTCCG⁸², em 1890. Há uma diferença entre a junção do espaço concebido e vivido e a proposta de delimitação desta área: acrescenta-se uma área de entorno, que inclui a área do Faxinal dos Ilhéus, devido a relação física e social intensa que esta comunidade tem com Água Branca e como precaução para evitar impactos visuais e ambientais na colônia que possam vir a comprometer a permanência e o estilo de vida dos seus moradores. Tem-se uma experiência anterior, de ação da Petrobrás que está instalada no município de São Mateus e ocupa uma grande área - parte dentro do perímetro urbano e parte em área rural - que, em função da exploração do xisto, “extinguiu” algumas comunidades ocupadas por faxinalenses e poloneses.⁸³

Consolida-se também uma área para fins urbanos, com usos comerciais de varejo e equipamentos públicos. A área da Igreja e seu entorno, já tombada pelo governo estadual, é também considerada nesta proposta apresentada (figura 28). O conjunto de arruamentos rurais deveriam permanecer, assim como o uso do solo, que deveria ser mantido como rural, proibindo indústrias ou outros usos. Cada um dos espaços de representação tem sua importância, mas certamente a área da Igreja e suas atividades merecem maior atenção, pois deste espaço simbólico desdobram-se outras atividades (festas, encontros religiosos, etc.) que estendem sua área de influência para algumas estradas rurais, como mencionado anteriormente e delineado na figura 28. É o espaço de representação de uso coletivo mais importante para a comunidade de Água Branca.

⁸⁰ A igreja foi tombada pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná em 2014.

⁸¹ Através da Lei Rouanet, os imóveis tombados recebem recursos para projetos e obras de restauração.

⁸² Atual ITCCG.

⁸³ Uma destas comunidades foi a de Dois Irmãos, ocupada por faxinalenses e descendentes de poloneses.

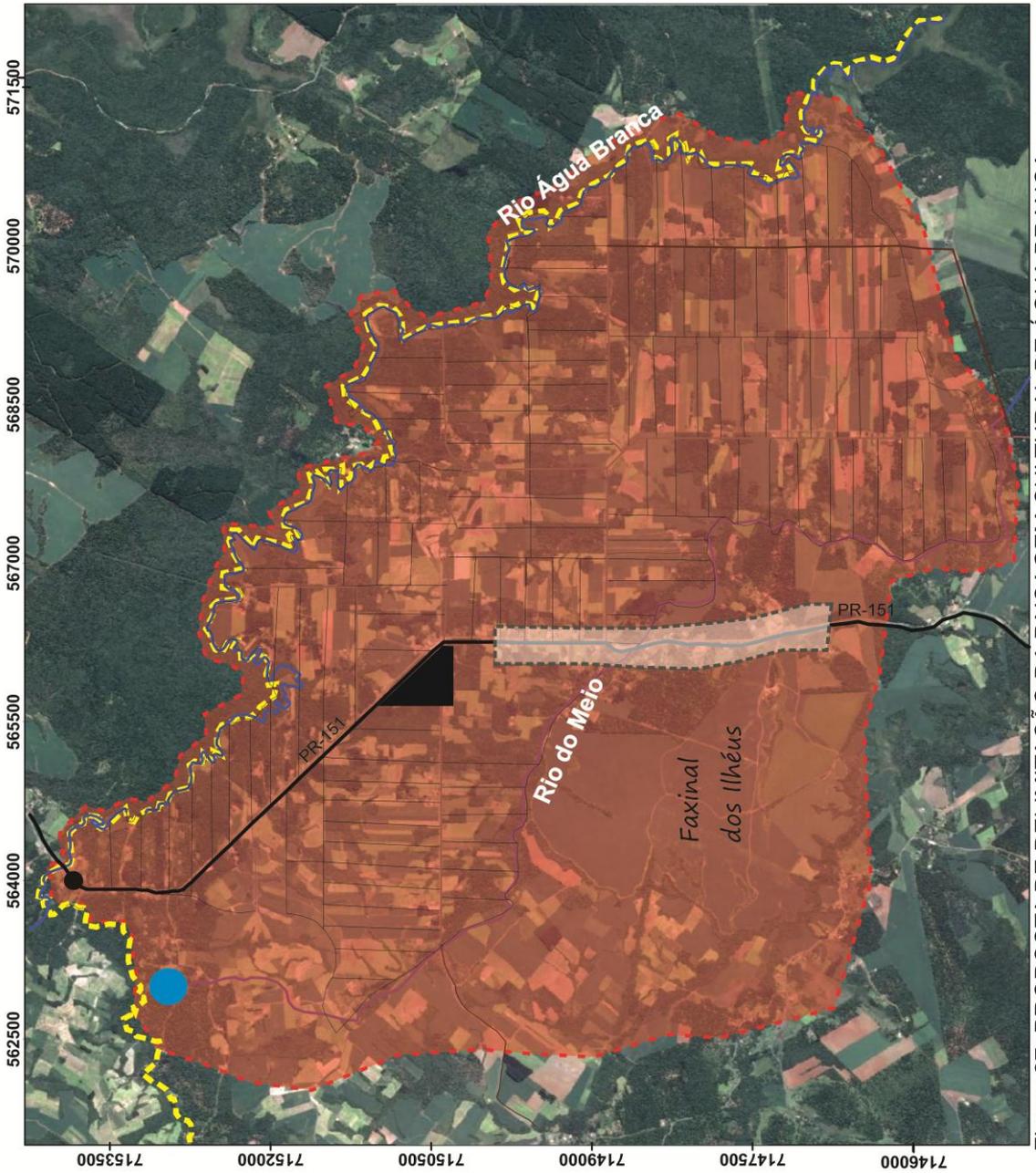
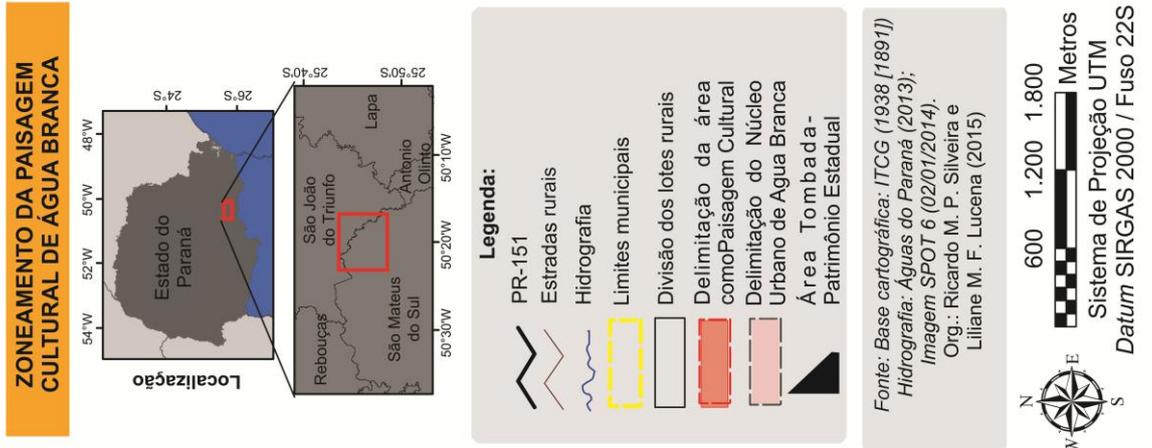


Figura 27: PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE ÁGUA BRANCA. Fonte: Elaborado pela pesquisadora sobre a imagem SPOT 6 (02/01/2014)

Com todas as análises realizadas até agora, pode-se esboçar um mapa de delimitação da área a ser caracterizada como paisagem cultural pela Geografia a que poderia ser pensada para ser chancelada com a inclusão dos principais espaços de representação.

Água Branca é um exemplo representativo de uma destas dezenas de colônias agrícolas que foram instaladas ao longo do vale médio do rio Iguaçu, ocupada predominantemente por poloneses, cujas características físicas e práticas sociais têm se perpetuado ao longo dos seus 125 anos pelos valores simbólicos que seus moradores têm com o lugar. Além de ser uma colônia agrícola “que deu certo”, observa-se a permanência de seus descendentes no lugar, muitos na própria terra de seus avós e bisavós, e ainda a preservação dos valores e costumes eslavos já comentados anteriormente. Estas características comporiam, provavelmente, na visão dos órgãos de preservação, a peculiaridade solicitada na portaria.

Outras colônias de ascendência polonesa, ainda se mantêm espacial e socialmente, talvez com menos representatividade. Algumas colônias, nos municípios de Antônio Olinto, Mallet, Prudentópolis, por exemplo, destacam-se pela predominância de descendentes de ucranianos, os quais mereceriam também ser estudados.

A imigração dos povos eslavos e o estabelecimento destas colônias agrícolas constituíram um momento histórico e espacial importante na ocupação e formação do estado do Paraná, cujas espacialidades ainda perpetuam em muitos municípios da região sudeste do estado e que deveriam ser valorizadas.

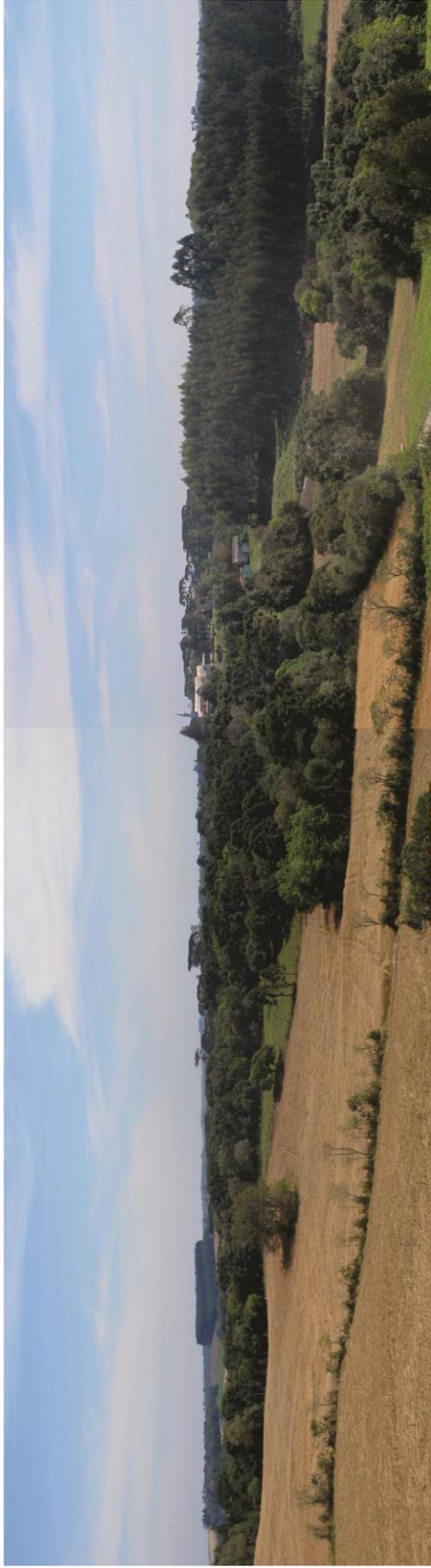


FIGURA 28: VISTA PARCIAL DA COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA COM A IGREJA SE DESTACANDO NA PAISAGEM.
Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).



FIGURA 29: VISTA PARCIAL DA COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA – ÁREAS DE PLANTAÇÃO SOB RELEVO ONDULADO SUAVE, CARACTERÍSTICA DA REGIÃO.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi propor uma metodologia de análise para caracterização de uma paisagem cultural que pudesse auxiliar na utilização do instrumento da chancela da paisagem, tanto na questão da delimitação espacial da área a ser chancelada quanto no seu processo de identificação e gestão.

Propôs-se uma metodologia que evidenciasse, caso houvesse, as peculiaridades pertinentes à preservação histórica e cultural (seja em âmbito municipal, estadual ou federal) e possibilitasse seu reconhecimento como “paisagens culturais patrimoniais”, conforme denominado no capítulo 5 deste trabalho. Também, acredita-se que a metodologia proposta possibilita, tendo em vista a dimensão mais restrita da área, a participação social, o envolvimento e a adesão de diversos grupos e órgãos no comprometimento à preservação.

Conclui-se que a definição de paisagem cultural adotado pelo IPHAN, na Portaria nº 127, de 2009, não se diferencia do conceito de paisagem cultural adotado pela Geografia. No entanto, os critérios para a realização da chancela interferem diretamente na metodologia de reconhecimento de uma paisagem cultural.

O que motiva a chancela de uma paisagem não é uma peculiaridade, especificidade ou valor simbólico que caracterize e identifique socialmente uma paisagem, mas a existência de diversos elementos materiais e imateriais potenciais (histórico e culturalmente constituídos) para sua preservação e uma motivação social (por diversos agentes, órgãos, grupos sociais) em unir esforços para preservar o contexto ambiental no qual estes elementos estão inseridos.

Como não se tem ainda nenhum bem chancelado, as questões levantadas neste trabalho embasam-se nos artigos publicados por funcionários da instituição IPHAN que estiveram envolvidos na elaboração desta portaria e que ainda estão trabalhando em seu aperfeiçoamento (a portaria encontra-se em processo “sobrestado”), desenvolvendo trabalhos que vislumbram a chancela, mas ainda não concluídos, como é o caso da proposta da foz do rio São Francisco.

Por isso, a investigação sobre conceito de paisagem na Geografia (incluindo sua evolução conceitual) e a apreciação de alguns trabalhos desenvolvidos para identificação e caracterização de uma paisagem cultural (capítulo 1) foram necessárias para conhecer algumas das diversas abordagens culturais que têm sido desenvolvidas e para realizar uma análise comparativa com a proposta do IPHAN

quando da criação de sua portaria. A partir desta análise comparativa é que foi possível verificar algumas lacunas e contradições existentes na portaria da chancela da paisagem e ainda esboçar algumas diretrizes que deveriam nortear a proposta conceitual e metodológica deste trabalho.

O capítulo 2 apresentou, a partir das discussões das teorias do principal referencial teórico adotado, Henri Lefebvre, o amadurecimento de uma proposta conceitual e metodológica de análise de uma paisagem. Este autor foi escolhido, principalmente, pelo fato de que sua teoria valoriza a ação humana sobre o espaço, durante sua vida cotidiana, sendo esta característica que promove a apropriação espacial, o vínculo afetivo e a construção de valores simbólicos e representações, os quais que promovem a compreensão, o sentido, o conhecimento e a aproximação sobre o mundo.

A vida cotidiana do homem expressa as suas necessidades de reprodução das relações sociais (família, lazer, o grupo social) e das relações de produção (trabalho), criando espaços próprios para a realização destas relações. Porém, como cada sociedade, cada grupo social, tem formas e concepções diferentes de realizar suas relações sociais e de produção, naturalmente que seus espaços se diferem, torna-se evidente a existência de variações entre a percepção e vivência do ser humano ou cada grupo social sobre a realidade em que vive, contextualizando-se, assim, o papel das representações como forma de compreender o mundo. Por isso, para Lefebvre (1974, 2006 [1980]), tanto o espaço como a paisagem são considerados representações (o que se consegue apreender do mundo) de como o sujeito (homem, grupo social) vê e compreende o objeto (mundo real) que ainda não é conhecido completamente pelo homem.

A partir da tríade filosófica – representante/representado/representação - a análise do espaço social, também baseada em outra tríade construída - práticas espaciais/espacos de representação/ representações do espaço. O espaço de representação, ou espaço vivido, emerge como síntese entre as combinações, os conflitos sociais daquele grupo social que ali vive sobre os espaços percebidos e concebidos. Contudo, como o espaço está sempre em transformação, sobre o vivido novamente inserem-se novas ideologias do concebido, do percebido, reformulando o vivido e, assim, continuamente. Esta tríade espacial possibilita unir os três campos que até então estavam sendo vistos isoladamente: o físico (da matéria, da natureza e

suas leis), o mental (do pensamento, da criação humana) e social (das relações sociais), sendo esta sua principal teoria, que ele denominou “teoria unitária”.

A análise do espaço e da paisagem foi realizada nos capítulos 3 e 4, buscando aplicar a teoria proposta em duas dimensões, uma macro e outra micro. A análise macro (capítulo 3), sobre o estudo da ocupação territorial do vale médio do rio Iguaçu, trouxe à tona novas políticas econômicas e de povoamento para aquele período (ideologias e práticas espaciais) que os governos brasileiro e europeu e diversos outros empreendedores (agentes sociais) promoveram. Também, permitiu evidenciar uma paisagem que se difere de outras da região do Paraná e em outros estados do sul do Brasil, caracterizada por uma sequência de colônias agrícolas, ocupadas basicamente por imigrantes europeus, constituídas por propriedades no estilo minifúndios (que contrastavam, e ainda hoje contrastam, com a realidade do entorno, historicamente formada por latifúndios) e sustentadas pela mão de obra familiar.

Estas colônias, implantadas nas proximidades do rio e seus afluentes, relacionam-se através de diversas atividades que viabilizaram tanto a permanência e a estabilidade da maioria destas colônias como a criação de vínculos afetivos por parte destes imigrantes com o local, de modo que muitas destas comunidades ainda preservam valores e características físicas adotadas desde o início de sua implantação. Outra característica, que se observou nesta análise, está relacionada à repercussão espacial e paisagística que estas novas formas de estrutura agrária trouxeram para o interior destes estados do sul do Brasil, resultando numa ocupação interiorana constituída por diversas cidades de pequeno e médio portes, sempre próximas umas às outras, cujos núcleos urbanos têm sua origem diretamente relacionada à história da colônia, sendo definidas e delimitadas concomitantemente à divisão fundiária das terras agrícolas, para cumprir a função inicial de apoio administrativo e social.

A análise micro, numa destas colônias agrícolas, situada no município de São Mateus do Sul/PR, possibilitou a identificação de diversos espaços de representação construídos historicamente e mantidos até a atualidade: um espaço vivido que congrega estes espaços de representação e conforma uma paisagem cultural, as formas ou representações que o grupo social criou – no caso os moradores da colônia de Água Branca – para se apropriarem daquele espaço, inicialmente concebido. Sua proposta metodológica revelou o processo de construção histórica, ideológica e física de um determinado local, em suas idas e vindas entre o percebido, o concebido e o

vivido, sempre em transformação ou dialetização, conforme a terminologia deste autor.

Com isso, verificou-se no capítulo 5, que a paisagem cultural como espaço vivido consegue evidenciar as características que podem potencializar uma paisagem em patrimônio histórico e cultural.

Ora, todas as cidades, territórios, lugarejos passam por este processo de construção espacial – percebido-concebido-vivido, cujos espaços de representação atuais podem não ser mais os mesmos que de 20, 50 ou 100 anos atrás. O crescimento urbano ou territorial oportuniza o surgimento de novos espaços de representação e a mudança sociocultural de um grupo ou uma sociedade faz com que determinados espaços/paisagens percam sua representatividade, por isso é muito comum que estes espaços sejam modificados, (re)significados.

No caso de Água Branca, verificou-se a permanência destes espaços de representação, mesmo após três, quatro gerações, e, ainda, que a preservação dos espaços de representação está diretamente relacionada aos valores sociais e simbólicos que este grupo procura preservar: orgulho da história dos avós e bisavós que construíram aquele lugar, o sentimento de compromisso em dar continuidade àquela história, o vínculo emocional com a terra onde nasceu e de onde sempre terá sustento, sensação de segurança, pois a maioria se conhece e se solidariza nos momentos de dificuldade. Estes valores são expressos na vida cotidiana da colônia e nos dias de festa, quando os espaços de representação “coletivos” – estradas, o entorno da igreja e a própria igreja ganham novas funções – a festa, a sociabilidade, o fortalecimento do sentimento de coletividade. Através da análise do espaço social foi possível identificar estes espaços, estes valores simbólicos e os atores sociais que participam da sua construção.

A paisagem cultural de Água Branca é o conjunto destes espaços de representação que estão completamente relacionados, interligados; é o espaço vivido destes moradores, que participam e interagem nesta paisagem, diariamente, cotidianamente. Pela Geografia das Representações, a paisagem cultural de Água Branca estaria, desta forma, delineada e delimitada, pois foi possível realizar uma “morfologia simbólica” desta paisagem (capítulo 4).

Se a proposta metodológica de Lefebvre evidencia o espaço vivido e os espaços de representação criados e que o conjunto destes espaços pode configurar

uma paisagem cultural, tem-se aqui uma nova questão evidenciada nesta forma de análise: em todas as cidades, bairros, lugarejos, qualquer espaço que tiver a presença e ação humana poderá ser, neles, identificados e analisados os espaços de representação e o espaço vivido, acarretando na identificação de uma ou várias paisagens culturais. Atenderia, de qualquer forma, às premissas para qualificação das mesmas pela Geografia, todavia a questão a ser amadurecida é que nem todas estas paisagens culturais seriam consideradas patrimônio histórico e cultural.

A ideia do patrimônio está associada à necessidade de preservação de uma história e uma memória, e no caso aqui analisado, uma memória coletiva. Buscam-se elementos, conjuntos representativos daquele momento histórico importante, entendendo ser esta a forma de criar um acervo que represente a identidade social de um grupo, de um estado ou país. Assim, no caso da paisagem associada à ideia de patrimônio, tem-se uma continuidade histórica e espacial de preservação, por estar vinculada a um valor simbólico para aquele grupo que ali vive e interage diariamente com aquela paisagem. Desse modo, não seria difícil encontrar parceiros para se realizar o pacto de gestão proposto pela portaria.

Assim, pelo próprio interesse da população residente, uma determinada área poderia ser chancelada e inserida, concomitantemente, no contexto de um planejamento territorial, para sua preservação, incluindo parceiros como a Prefeitura Municipal (que poderia criar o zoneamento específico para aquela área), o IAP (que trata da preservação das áreas de preservação ambiental, como margens de rios, proteção de nascentes e matas de araucárias), o ITCG (que consolidaria sob forma de legislação os faxinais existentes no entorno), além da própria comunidade, que conta com a representação da Irmandade de São José (administração das terras da Igreja) e de uma associação de moradores que poderia ser estruturada.

O espaço vivido historicamente define uma territorialidade do grupo de moradores, mas não é, provavelmente, a mesma territorialidade que outros agentes atuantes naquela localidade, como o IAP ou o ITCG, além da própria legislação municipal. Porém, a princípio, o que viria a auxiliar na delimitação de uma paisagem cultural associada à ideia de patrimônio cultural seria a identificação do espaço vivido do grupo, pois a este interessaria diretamente a preservação desta ou daquela paisagem, sendo os moradores os principais fiscais da preservação. A conjugação deste espaço vivido com outras áreas de interesse, como, por exemplo, as áreas de reserva ambiental delimitadas pelo IAP (no caso de Água Branca e em diversas outras

localidades estão dentro/sobrepostas ao espaço vivido), as áreas faxinalenses delimitadas pelo ITCG (que margeiam o espaço vivido de Água Branca) e outras mais que surgissem poderiam ser associadas/integradas como outras “subzonas da paisagem”, exigindo, assim, uma proposta de planejamento e gestão territorial.

Esta, parece, tem sido a maior dificuldade do IPHAN em “viabilizar” a portaria: cada órgão, instituto, tem seus interesses, que, neste caso, convergiriam com o interesse do IPHAN, mas cada instituição passa por dificuldades internas próprias, podendo acarretar no “não cumprimento de sua parte no pacto de gestão”, causando indisposição ou sobrecarga de tarefas sobre os demais órgãos.

Dessa forma, ao recordar os trabalhos realizados pelo IPHAN em São Paulo sobre o Vale da Ribeira, em Santa Catarina sobre diversos municípios formados pela imigração europeia e no Vale do rio São Francisco, que envolve diferentes ecossistemas e estados administrativos, constata-se que a dimensão territorial de todos eles ultrapassa a escala da paisagem e até do território, alcançando o nível de região. Não seria justamente a dimensão territorial que tem sido proposta que está dificultando a gestão e o desenvolvimento de um Plano de Gestão e Preservação? Sendo o IPHAN um órgão tão pequeno administrativa e “politicamente”, como poderia assumir tamanha responsabilidade de realizar a chancela e acompanhar (coordenar) a gestão, conforme citado na própria portaria?

Acredita-se, por conseguinte, que a chancela de uma paisagem cultural se viabilizaria na proposta de reconhecimento da paisagem como espaço vivido, pelo próprio interesse da população residente que primaria pela preservação dos seus espaços de representação e de sua paisagem consolidada como histórica e culturalmente vivida.

Notadamente, a extensão desta análise metodológica para as outras colônias implantadas no vale médio do Iguaçu certamente identificariam novas paisagens culturais nos municípios de Palmeira, São João do Triunfo, Antônio Olinto, Mallet, Paula Freitas e Paulo Frontin (figura 9). Diversas colônias foram implantadas ao longo do percurso do rio Iguaçu, algumas ocupadas predominantemente por poloneses e outras por ucranianos. Algumas já foram transformadas e se tornam áreas urbanas, outras ainda conservam sua excepcionalidade histórica parcial (elementos arquitetônicos ou ofícios e artes específicas), ou quase total, como Água Branca.

Acredita-se que um estudo pormenorizado destas colônias levariam a um nova proposta, à semelhança do trabalho de Santa Catarina, denominado de Rotas

de Imigração. A partir deste estudo, poder-se-ia identificar as principais colônias que poderiam receber a chancela, outras que teriam apenas imóveis ou conjuntos tombados ou festas, artes e ofícios registradas formando assim um grande acervo histórico e cultural vivo da região do vale médio do Iguaçu, mas partindo-se sempre da análise metodológica da paisagem cultural. Estes lugares poderiam ser integrados, numa proposta turística, por caminhos, rotas de passeio via aquática e/ou terrestre, trilhas e lugares para o visitante permanecer e conhecer mais demoradamente o ambiente.

A chancela da paisagem cultural como novo instrumento de preservação aponta para uma nova visão, construída dialeticamente ao longo de todo o processo histórico, de que todos, homens e meio ambiente, somos participantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 36-63, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/16682/10126>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. Paisagens Culturais e Patrimônio Cultural: Contribuições introdutórias para Reflexões. **Maneiras de ler: geografia e cultura** [recurso eletrônico]. Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luisa Zeferino Pires (organizadores). Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013a. p. 186-194. Disponível em: <https://laboter.iesa.ufg.br/up/214/o/MANEIRAS_DE_LER_GEOGRAFIA_E_CULTURAL.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. Cultura, Paisagens e Patrimônio Cultural: Reflexões sobre o Brasil central. **Espaço & Geografia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 417-440, 2013b. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/261>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ALVES, T. Paisagem - Em busca do lugar perdido. **Finisterra** (Revista Portuguesa de Geografia), Lisboa, nº XXXVI, n. 72, p. 67-74, 2001.

ANDREAZZA, M. L. **O Paraíso das Delícias**. Um estudo da imigração ucraniana 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ANDREOTTI, G. **Paisagens Culturais**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

_____. Paisagens do espírito: a encenação da alma. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 264-280, 2010.

AHRENS, D. C.; LLANILLHO, R. F.; MILLÉO, R. D. S. Diversificando áreas com o cultivo do tabaco. Londrina: IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná). **Boletim Técnico nº 74**, julho/2011. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/cultivotabacoBT74a.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BALLER, L. A mão-de-obra paraguaia no fluxo do Rio Paraná: uma breve leitura (Parte 1). **Revista Eletrônica história e-história**, Campinas: UNICAMP. Grupo de pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp. Atualizado em 31 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=125>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BAUDELAIRE, C. **Paysage**. Teoria Literária. Disponível em: <<http://teorialiterariaufrj.blogspot.com.br/2009/06/reflexao-sobre-o-poema-paisagem-de.html>>. Acesso em: ago. 2012.

BENÉVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BOLETIM IHGEP. (Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense). **Edição comemorativa ao centenário da imigração polonesa para o Paraná: 28-xi-1871 - 28-xi-1971**. Curitiba, PR: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, 1971.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1850, p. 307, v. 1, pt. I (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-601-18-setembro-1850-559842-publicacaooriginal-82254-pl.html>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

_____. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1854, p. 10, v. 1, pt II (Publicação Original). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

_____. **Coleção de Leis do Brasil** - 19/1/1867, p. 31, v. 1, pt II (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-norma-pe.html>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BRITO, F. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, Campinas, n. 12, p. 21-34, 1995.

BRITTO JÚNIOR, A. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica de entrevista nos trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/download/200/186>>. Acesso em: 12 maio 2014.

BROWNE, G. P. A lei das terras de 1850 e a imigração. In: VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH. **Anais...** Aracaju, set. 1975.

BUTTNER, A. Values in Geography. Commission College Geography. Association of American Geographers, Resource Paper 24, Washington, 1974, 58p.

CAPEL, H. **Filosofia Y Ciencia en la Geografia Contemporanea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. 154p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, Políticas, Instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAVALCANTI, A. P. B. Abordagens geográficas no estudo da Paisagem. **Revista Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**, Tucumán, Argentina, n. 22, p. 57-74, 2010/2011. Disponível em: <http://www.filo.unt.edu.ar/rev/iege/iege_22/Breves%2022-4-Cavalcanti.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2015.

CÉSAR, P. et al. A formação de roteiro turístico-cultural e a estrutura urbana regional: Estudo da Serra Gaúcha. In: VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL: TURISMO E PAISAGEM, RELAÇÃO COMPLEXA. **Anais...** Caxias do Sul, nov. 2012.

CHARQUES, R. D. **Pequena História da Rússia**. São Paulo: Pioneira, 1964.

CHOAY, F. **A alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999a.

_____. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999b. p. 59-98.

COSGROVE, D. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da Teoria. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, UERJ, NEPEC, nº 5, p. 5-29, 1998a [1983]. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6313/4506>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

_____. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, tempo e Cultura**, Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998b [1989]. p. 84-122.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. (1986). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 13ª imp., 2000.

DAMIANI, A. L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Carlos, Ana Fani; SEABRA, Odette Carvalho (Orgs.). **O espaço no fim do século – a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.

DEL CAIRO, C.; JARAMILLO MARIN, J. Clifford Geertz e a montagem de um projeto antropológico Crítico. **Tabula Rasa** [online], n. 8, p. 15-44, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n8/n8a02.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

DER-PARANÁ. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 1º jul. 2015.

DESTEFANI, C. Águas de ontem, para o amanhã. **Gazeta do Povo**, 19/06/2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/aguas-de-ontem-para-o-amanha-3ij3fwcddkhy9fyszieduwua6>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

DUNCAN, J. O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, n. 13, p. 7-33. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7423/5379>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e Identidades**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 90-132.

FERREIRA, J. C. V. **Cidades brasileiras: origem e significado de seus nomes - Paraná**. Curitiba: Memória do Brasil, 2006.

FIGUEIREDO, C. **O Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa**. (2010 [1913]). Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005.

FURETIÈRE, A. **Gallica**. Bibliothèque Numérique. Dictionnaire Universel. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50614b/f1496.image>>. Acesso em: jun. 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13ª reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].

GIL FILHO, S. F. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 51-59, 2005. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3491/2419>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

_____. **Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia**. [on line]. 2003. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos917/espaco-representacao-geografia/espaco-representacao-geografia2.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

GLOBO RURAL. **Globo Rural aborda a produção de tabaco no Brasil**. 30/05/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/05/globo-rural-aborda-producao-de-tabaco-no-brasil.html>>. Acesso em: 25 set. 2014

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Cultura ou Civilização: A renovação de um importante debate. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 50-70.

GOULART, M. C. R. K. **A imigração polonesa nas colônias Itajahi e Príncipe Dom Pedro**. Blumenau: Fundação Casa Blumenau, 1984.

GRABOWSKI, F. Memória da Revolução Brasileira dos anos de 1893-1894. In: **ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA**. Curitiba, PR: Gráfica Vitória, 1971. v. V.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HEMPEL, A. Os Poloneses no Brasil in: ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Curitiba, PR: Gráfica Vitória, 1973. v. VII.

HERÉDIA, V. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

HESS, Héli. Henri Lefebvre et l'aventure du siècle. In: TREBITSCH MICHEL (org) **L'Homme et la société. Le temps et la mémoire aujourd'hui**. Paris: A.M. Métailié, 1988. N. 90. pp. 115-116.

HOLZER, W. Augustin Berque: um trajeto pela Paisagem. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, n. 17-18, p. 55-63, 2004. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7853/5681>>. Acesso em: 10 set. 2013

HUMBOLDT, A. V. **Quadros da Natureza**. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952. v. 1. (Clássicos Jackson).

IAROCHINSKI, U. **Saga dos polacos**. 20. ed. Curitiba, PR: Edição do Autor, 2000.

_____. **A Saga dos Polacos**. Curitiba: Gráfica Mansão, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=412010>>. Acesso em: 10 maio 2014.

IOTTI, L. H. A política imigratória brasileira e sua legislação - 1822-1914. In: X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. **Anais...** Santa Maria/RS, 2010.

_____. (Org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009a. **Diário Oficial da União**, n. 83, p. 17, terça-feira, 5 de maio de 2009, seção 1. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/destaques/IPHAN_portaria127_2009PaisagemCultural.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2012.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê da Paisagem Cultural do Vale da Ribeira**. Documento interno produzido pela Superintendência do Iphan no Estado do São Paulo, 2009b.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza**, 1964.

ITCG. Instituto de Terras Cartografia e Geociência do Paraná. Base Cartográfica. Mapa da Divisão administrativa do Estado do Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/mapa_politico_colorido_2011_A1.pdf>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____. Instituto de Terras Cartografia e Geociência do Paraná. Mapa disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html>. Acesso em: 12 mar. 2013.

_____. Instituto de Terras Cartografia e Geociência do Paraná. **Planta de Implantação da Colônia de São Mateus do Sul**. 1938. (cópia digitalizada)

JOICHEM, T. V. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livro, 1992.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Tradução de C. IPEROIG. RJ: Gráfica Editora Laemmert S.A., 1968.

KRAWCZYK, J. Publicações polonesas sobre o Brasil. In: ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Curitiba: Gráfica Vicentina LTDA., 1971. v. III. p.16-24.

KERSTEN, M. S. A. **Os rituais do Tombamento e a Escrita na História**. Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. 282p.

LAROCCA JUNIOR, J. **Casa Eslovo-Paranaense**: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do sul do Paraná. Ponta Grossa: Editora Larocca Associados, 2008.

LEÃO, E. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 1994. v. I.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Ed. Anthropos, 1974.

_____. **La presencia y la ausencia**. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983. Obra republicada pelo FCE, em 2006 [1980].

_____. **Critique of Everyday Life**: Introduction. UK: London; USA: New York: Verso, 1991a [1968]. v. I.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática. 1991b [1968].

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIVRO DE TOMBO DA CAPELA DE ÁGUA BRANCA. p. 23-V, 12 de novembro de 1901.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiencia e Imaginação: em Direção a uma Epistemologia Geográfica. In: PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA, Antonio Christofolletti (org.), São Paulo, Difel, p.103-141, 1985 [1960].

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da Paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-27.

MACHADO, C. R. S. Momentos da Obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Revista Ambiente & Educação**, Porto Alegre, v. 13, p. 83-95, 2008.

MARQUES, M. I. M.; BARRETO, M. (tradutores). A teoria da produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Revista GEOUSP - espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

MARTINS, F. M.; MONGELLI, M. M. Foz do Rio São Francisco. Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. In: 2º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MARTINS, José de Souza M. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, 151 p.

MELLO, J. B. F. Geografia Humanística: A perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao Positivismo. **IBGE**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 91-116, out./dez. 1990.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia de Pesquisa**. Brasília, Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

MUSEU PARANAENSE. Disponível em: <<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>>. Acesso em: 1º jul. 2015.

NAME, L. O conceito de paisagem na Geografia e sua relação com a cultura. **Revista GeoTextos**, v. 6, n. 2, p.163-186, dez. 2010.

NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: ANNABLUME, 2010. p. 55-80.

PIAZZA, W. F. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____. **Santa Catarina, sua História**. 1. ed. Florianópolis: Lunardelli, da UFSC, 1983.

PIMENTA, L. F.; PIMENTA, M. C. A. A formação das cidades e das Paisagens da Imigração em Santa Catarina: Memória e Preservação. In: XII SIMPURB - SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PUMAIN, D.; PAQUOT, T.; KLEINSCHMAGER, R. **Dictionnaire La ville et l'urbain**. Paris: Anthropos-Economica, 2006. 320 p.

QUEIROZ, M. I. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses Brasileiros**. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 1963. p. 57-72. Também disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Camponeses-Brasileiros-vol-1-NEAD.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, Edward C. *Places and Placelessness*. London, Pion, 1976, 156p.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIESEMBERG, A. *A Instalação humana no vale do Iguaçu*. Curitiba, s/e, 1973.

ROCHE, J. **A imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAHR, C. L. L. (Org.). **A Paisagem como Patrimônio Cultural: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2010. 221p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996 [1978].

_____. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1996].

_____. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992 [1985].

SANTOS, R. I. C. **Colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim**. Florianópolis: Edeme, 1981.

SÃO LEOPOLDO. Disponível em: <http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/alemanha/col_SaoLeopoldo.htm>. Acesso em: 05 maio 2014.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, n 3 , p. 1-7, 1996 [1931]. Disponível em : <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6702/4779>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

SEYFERTH, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. Serie Antropologia 52, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.

SILVA, M.; SOPELSA, R. O Progresso veio de barco: um estudo sobre a navegação a vapor no rio Iguaçu e sua importância para o desenvolvimento da cidade de São Mateus do Sul - PR (1879-1953). **Revista Eletrônica Ateliê de História 1 (1)**, Ponta Grossa, UEPG, p. 137-145, 2013.

SILVEIRA, Rogério L. L.; DORNELLES, Mizael; FERRARI, Stela. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XVII, nº 987, 5 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-987.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

SCHMID, Cristian. **Stadt, Raum und Gesellschaft. Henri Lefebvre und die Theorie der Produktion des Raumes**. Franz Steiner Verlag, 2005 - 344 p.

SOJA, E. W. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Massachusetts, USA: Blackwell Publishing, 1996.

SOTO, W. H.G. Espaço e Política em Lefebvre. **Revista eletrônica Pensamento Plural**, Pelotas, nº 03, p.179-185, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/03/09.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2014.

SOUZA, G. C. **A estrela de Jacó**. Porto Alegre, RS: Odisséia, 2014.

STAWINSKI, A. V. **Primórdios da Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. 2008. 756 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04052009-164145/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

TCHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. **Análise Social**, Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ano XII, n. 46, p. 477-502, 1976.

TUAN, Yi-Fu. Ambiguidades nas Atitudes para o Meio Ambiente. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, 245 (33): 5-23, 1975 [1971]

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção do Patrimônio Mundial**, 1999. IPHAN. Cartas Patrimoniais. IPHAN, 3.

ed. 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Representação da Unesco no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 2 out. 2014.

VIEIRA, S. B. S. **Panorama da implantação urbana e arquitetônica das colônias de imigração italiana em Santa Catarina**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)-Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

WACHOWICZ, R. C. **O Camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1976.

_____. A Transformação da Propriedade Fundiária no Vale do Rio Iguaçu. In: VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH. **Anais eletrônicos...** Aracaju, setembro 1976. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S08.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2014.

WACHOWICZ, Romão. Suor em São Mateus. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1984. v. IX.

WEISSHEIMER, M. R. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. In: 2º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2012. Também disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/116>. Acesso em: 3 ag. 2015.

WESTPHALEN, C. M. et al. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná. p. 1-52. Curitiba, 1968.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Resultado da primeira etapa de entrevistas

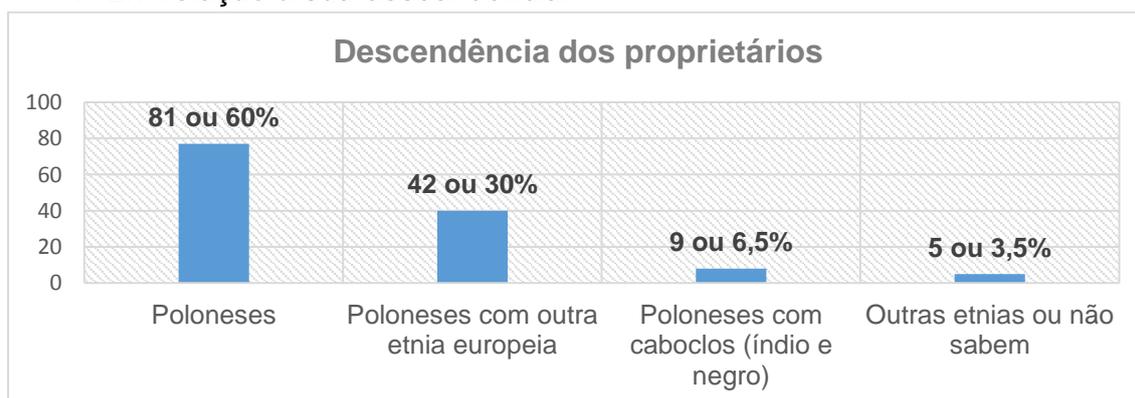
RESULTADO DA PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTAS ÁGUA BRANCA, SÃO MATEUS DO SUL-PR

Nesta primeira etapa, elaborou-se uma entrevista do tipo estruturada, objetivando caracterizar o perfil dos atuais moradores e das propriedades, quanto à dimensão e tipo de cultivo, para comparar com os dados iniciais do começo da implantação da colônia.

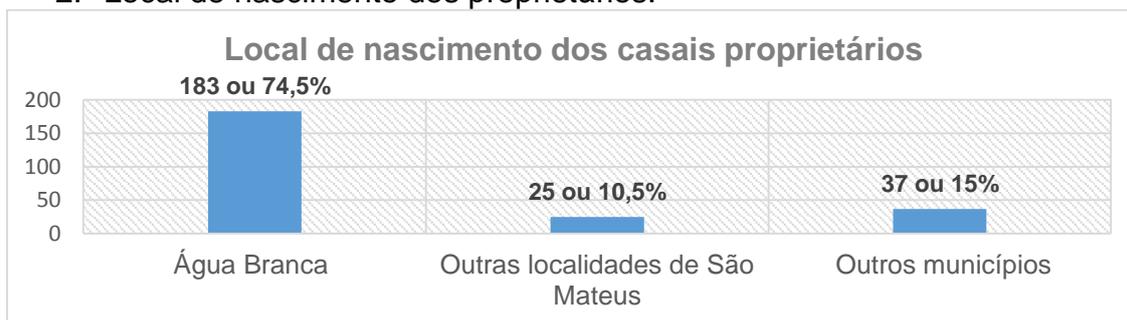
As entrevistas foram realizadas por “propriedade”, pois é comum encontrar em uma propriedade mais de duas famílias (e casas) morando: a residência dos proprietários (muitos já aposentados, sendo o casal de idosos ou o viúvo ou a viúva) e a(s) residência(s) dos filho(s). Moravam numa casa os proprietários e em outras os filhos já casados. Foram realizados dois campos, entre os dias 16 e 18 de fevereiro e entre os dias 3 e 7 de março, com auxílio e acompanhamento de uma moradora da localidade. Observa-se que a área conhecida pelos moradores como Água Branca é menor que a área inicialmente implantada para a colônia, conforme o mapa (figura 17). Os moradores realizaram uma “subdivisão” empírica, com a criação de duas subáreas dentro da colônia originalmente instalada: Olho d’Água e Rio do Meio. Assim sendo, a área coberta para as entrevistas manteve-se dentro da área originalmente proposta, num total de 137 entrevistas, envolvendo 244 pessoas (mais de 90% do total da área).

Outra situação frequente de se encontrar é que os pais (proprietários) ainda não haviam dividido ou passado as terras para o nome dos filhos. Por vezes, adquiriam mais terras, mas ainda não haviam registrado em cartório.

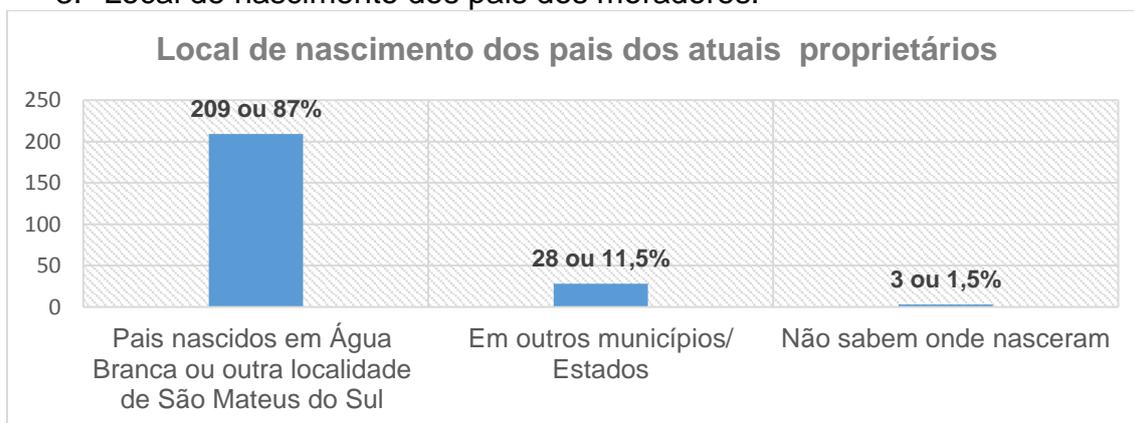
1. Em relação à sua descendência:



2. Local de nascimento dos proprietários:



3. Local de nascimento dos pais dos moradores:



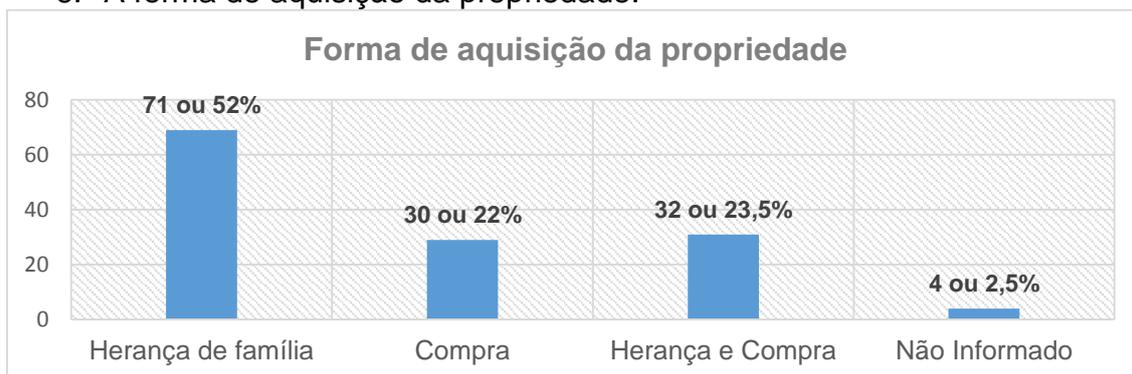
4. Local de nascimento dos avós dos moradores:



5. Idade dos proprietários:



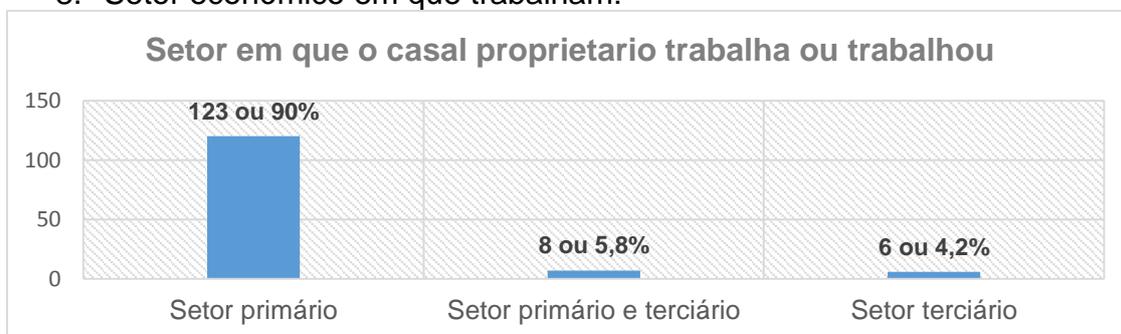
6. A forma de aquisição da propriedade:



7. Tempo de moradia na propriedade:



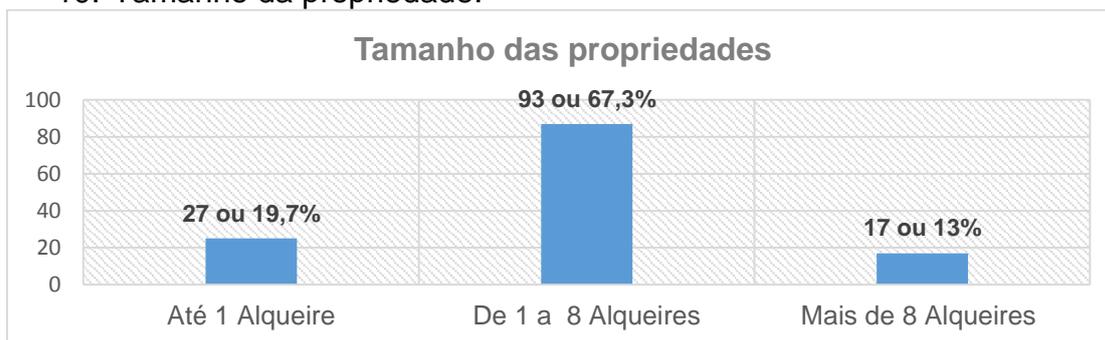
8. Setor econômico em que trabalham:



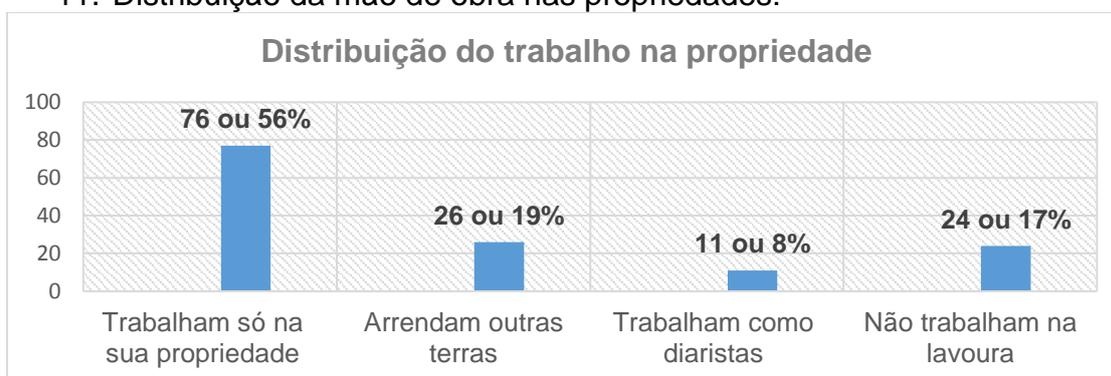
9. Número de filhos e local de trabalho:



10. Tamanho da propriedade:



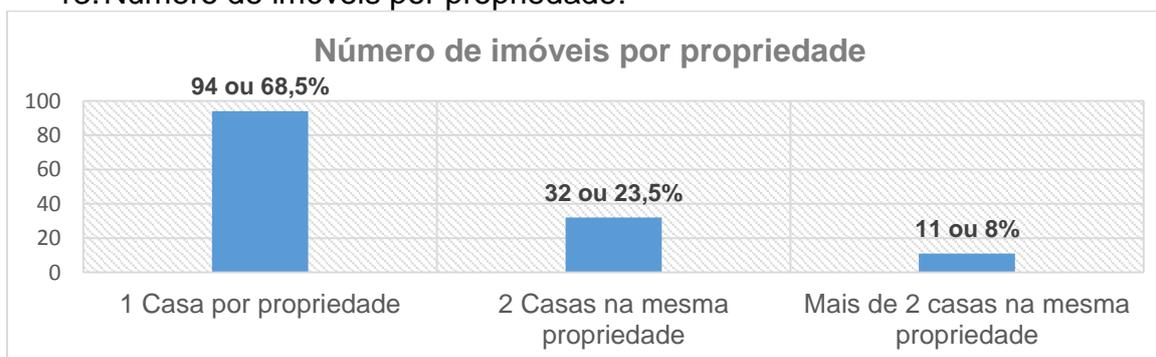
11. Distribuição da mão de obra nas propriedades:



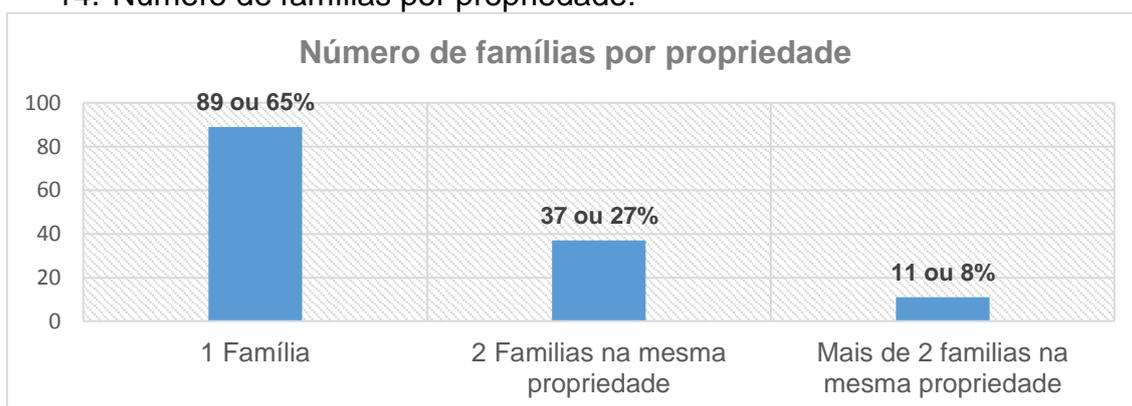
12. O que costumam plantar:



13. Número de imóveis por propriedade:



14. Número de famílias por propriedade:



ANEXOS

ANEXO A – Carta de Bagé

CARTA DE BAGÉ CARTA DA PAISAGEM CULTURAL

Apresentação

No dia 17 de agosto de 2007 - Dia do Patrimônio, realizou-se, em Bagé, no Rio Grande do Sul, a Jornada “Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios”, promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e a Prefeitura Municipal de Bagé, com apoio da Universidade Regional da Campanha – URCAMP; Universidade Federal do Pampa – UniPampa e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE.

Abordou-se de forma pioneira uma nova questão - a paisagem cultural - em um painel que contou com a contribuição de diversos especialistas, que proferiram palestras sobre o tema.

Decidiu-se pela elaboração de uma Carta à qual se conferiu o nome da cidade gaúcha onde se realizou o vanguardista encontro.

Esta Carta, denominada “Carta de Bagé” ou “Carta da Paisagem Cultural”, tem por objetivo a defesa das paisagens culturais em geral e, mais especificamente, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira.

Os Pampas encontram-se ameaçados por novas formas de uso altamente predatórias. Esse ecossistema é responsável pela proteção dos mananciais do Aquífero Guarani, a maior reserva disponível para o futuro do planeta de água potável. A água doce é o bem mais precioso para o futuro da Humanidade. Dois terços de sua extensão se localizam em território brasileiro. O florestamento proposto para quase todo esse território irá destruir também a rica biodiversidade e a identidade cultural dos Pampas. Biodiversidade e pluralismo cultural são os dois fatores mais importantes para a sobrevivência humana no planeta.

As fronteiras de países vizinhos com paisagens análogas apresentam manifestações culturais similares. Tais paisagens devem ser consideradas como pontos de união e não de separação de povos vizinhos e, portanto, irmãos. O exemplo do passado registrado em territórios como o das Missões deve ser preservado e valorizado de forma integrada com nossos vizinhos.

Artigo 1 -A definição de paisagem cultural brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1980, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

Artigo 2 -A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

Artigo 3 -A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural.

Artigo 4 – A paisagem cultural é, por isto, objeto das mesmas operações de intervenção e preservação que recaem sobre todos os bens culturais. Operações como as de identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, restauração,

recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento e outros;

Artigo 5 –A preservação da paisagem cultural brasileira deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de patrimônio cultural e aprovada por seus conselhos consultivos, de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significado cultural;

Artigo 6 -Tal certificado deve ter valor de proteção legal, por incluir toda a legislação incidente sobre cada paisagem declarada como paisagem cultural e por envolver todos os órgãos públicos que sobre ela detenham responsabilidade e dos quais será exigido rigoroso cumprimento de suas atribuições;

Artigo 7 -Será implantado um sistema de avaliação da qualidade da paisagem que monitore todas as fases de modificação ou evolução da paisagem por meio de procedimentos, normas e critérios, assegurando que produtos não conformes aos requisitos especificados sejam impedidos de serem utilizados;

Artigo 8 -Cada paisagem receberá um selo de chancela de sua qualidade, sendo designados órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural, que conjuntamente com Prefeituras, Estados e a União, a depender de cada caso, e as comunidades residentes em sua abrangência territorial, serão responsáveis por coordenar e controlar o sistema da qualidade, que deve ser documentado na forma de um manual e implementado, considerando as formas de uso e ocupação existentes;

Artigo 9 -Deverão ser adotados procedimentos para garantir assistência a usuários da paisagem como turistas e visitantes, bem como a assegurar às populações que nela existam de forma equilibrada, condições de sustentabilidade, oferecendo alternativas econômicas para novas ou tradicionais formas de utilização dos recursos econômicos e dos modos de produção;

Artigo 10 -Sem o cumprimento desses procedimentos, o certificado, emitido por um órgão de patrimônio cultural, poderá ser cancelado;

Artigo 11 –A paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano;

Artigo 12 –A paisagem cultural deve contar com a participação deliberativa das comunidades residentes em sua abrangência territorial. Não deve discriminar espécies nativas ou exóticas usadas como matéria prima na formação cultural;

Artigo 13 - Um conselho local, constituído pelo órgão de patrimônio cultural e por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, proprietários de terras e populações tradicionais residentes cuidará da paisagem cultural que deverá ser tratada e divulgada como exemplo de respeito à natureza, ao meio ambiente, à cultura, à obra do homem e aos seres humanos, incluindo nossos antepassados e nossos sucessores, induzindo a todos a uma nova postura de respeito e amor onímodo.

Bagé, 17 de agosto de 2007.

ANEXO B – Portaria nº 127, de 30 abril de 2009**Portaria nº. 127, de 30 de abril de 2009.**

Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

O Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o que prescreve a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e o inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, e

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 1º, II, 23, I e III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial;

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO, que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;

CONSIDERANDO, que a conceituação da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO, que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;

CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais;

RESOLVE, estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

Título I

Disposições gerais

I - Da definição

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo Iphan, mediante procedimento específico.

II - Da finalidade

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

III - Da eficácia

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV – Do pacto e da gestão

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo Iphan.

Título II

Do Procedimento

V - Da legitimidade

Art. 6º. Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira.

Art 7º. O requerimento para a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, acompanhado da documentação pertinente, poderá ser dirigido:

- I – às Superintendências Regionais do Iphan, em cuja circunscrição o bem se situar;
- II – ao Presidente do Iphan; ou
- III – ao Ministro de Estado da Cultura.

VI - Da instauração

Art. 8º. Verificada a pertinência do requerimento para chancela da Paisagem Cultural Brasileira será instaurado processo administrativo.

§ 1º - O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – Depam/Iphan é o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo.

§ 2º – A instauração do processo será comunicada à Presidência do Iphan e às Superintendências Regionais em cuja circunscrição o bem se situar.

VII – Da instrução

Art. 9º. Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do Iphan que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto para a gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada.

Art. 10. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

Art. 11. As manifestações serão analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – Depam/Iphan, no prazo de 30

(trinta) dias, mediante prévia oitiva da Procuradoria Federal, remetendo-se o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 12. Aprovada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a súmula da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo Presidente do Iphan para homologação final do Ministro da Cultura.

Art. 13. A aprovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será comunicada aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.

VIII - Do acompanhamento e da revalidação

Art. 14. O acompanhamento da Paisagem Cultural Brasileira chancelada compreende a elaboração de relatórios de monitoramento das ações previstas e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem.

Art. 15. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos.

Art. 16. O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos relatórios de monitoramento e de avaliação, juntando-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 17. A decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a propósito da perda ou manutenção da chancela da Paisagem Cultural Brasileira será publicada no Diário Oficial da União, dando-se ampla divulgação ao ato nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília – DF, 30 de abril de 2009.

Luiz Fernando de Almeida

Presidente do Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – Iphan

ANEXO C – Principais fichas do SICG/IPHAN -Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão.

Ficha M101 – Contextualização Geral

| 1. IDENTIFICAÇÃO | | |
|---|---|-------------------------------------|
| Recorte Territorial (Identificação da região estudada) | | |
| | | |
| 1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo) | | |
| | | |
| 1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise | | |
| | | |
| 2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE | | |
| 2.1. UF(s) | 2.2. Município (s) | 2.3. Localidade (s) |
| | | |
| 2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE | | 2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE |
| | | |
| 2.6. Mapa de Localização | | |
| 2.6.1. No Brasil | 2.6.2. Em relação ao contexto/ limites | |
| | | |
| 2.6.3. Na região/ estado | | |
| | | |
| 2.7. Municípios limítrofes (nominar) | | |
| | | |
| 3. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO HISTÓRICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE | | |
| | | |
| 4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO GEOGRÁFICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE | | |
| 4.1. Características ambientais (relevo, hidrografia, zonas climáticas, cobertura vegetal, altitudes, etc...) | | |
| | | |
| 5. SELEÇÃO DE IMAGENS (repetir quantas linhas forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem) | | |

Ficha M101 – Contextualização Geral

| | | | |
|--|----------------------------|----------------|------------------------|
| 1. IDENTIFICAÇÃO | | | |
| Recorte Territorial (Identificação da região estudada) | | | |
| | | | |
| 1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo) | | | |
| | | | |
| 1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise | | | |
| | | | |
| | | | |
| Legenda: | Legenda: | Legenda: | Legenda: |
| 6. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA DISPONÍVEIS (inserir miniaturas e/ou listar referências) | | | |
| 6.1. Referências: | | | |
| | | | |
| Identificação | Data de Atualização | Formato | Disponibilidade |
| | | | |
| 6.2. Miniaturas: | | | |
| | | | |
| Legenda: | Legenda: | Legenda: | Legenda: |
| 7. FONTES DE INFORMAÇÃO DOCUMENTAL/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (listar) | | | |
| | | | |
| 8. PALAVRAS-CHAVE | | | |
| | | | |
| 9. PREENCHIMENTO | | | |
| 9.1. Entidade | | 9.2. Data | |
| 9.3. Responsável | | | |

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

| |
|--|
| |
|--|

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

| |
|--|
| |
|--|

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

| |
|--|
| |
|--|

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

| | | |
|-----------|--------------------|---------------------|
| 2.1.UF(s) | 2.2. Município (s) | 2.3. Localidade (s) |
|-----------|--------------------|---------------------|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| 2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE | 2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE |
|------------------------------------|-------------------------------------|

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

| |
|--------------------------|
| 2.6. Mapa de Localização |
|--------------------------|

3. SÍNTESE HISTÓRICA

| |
|--|
| |
|--|

4. ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SÓCIOECONÔMICOS

| |
|--|
| |
|--|

5. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLOGICA DO SÍTIO/ OBJETO DE ANÁLISE (Descrição)

| |
|--|
| 5.1. Morfologia da paisagem, características da implantação do bem |
|--|

| |
|--|
| |
|--|

6. ICONOGRAFIA HISTÓRICA (inserir miniaturas e/ou listar referências)

| |
|---|
| 6.1. Imagens (repetir tantas linhas quanto forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem) |
|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| |
|--------------------------------------|
| 6.2. Fontes/ referências das imagens |
|--------------------------------------|

| |
|--|
| |
|--|

7. INFORMAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS

| | | |
|--|--------------------------|--|
| | Ofícios e Modos de Fazer | |
|--|--------------------------|--|

| | | |
|--|-------------|--|
| | Celebrações | |
|--|-------------|--|

| | | |
|--|---------------------|--|
| | Formas de Expressão | |
|--|---------------------|--|

| | | |
|--|---------|--|
| | Lugares | |
|--|---------|--|

| |
|---|
| 8. SELEÇÃO DE IMAGENS (reproduzir quantas linhas forem necessárias, legendar embaixo da foto) |
|---|

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

| 1. IDENTIFICAÇÃO | | | |
|--|-------------|--|------------------------|
| Recorte Territorial (Identificação da região estudada) | | | |
| | | | |
| 1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo) | | | |
| | | | |
| 1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise | | | |
| | | | |
| | | | |
| Legenda: | Legenda: | Legenda: | Legenda: |
| 9. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA (reproduzir quantas linhas forem necessárias) | | | |
| 9.1. Tipos de mapas (nomear) | 9.2. Escala | 9.3. Localização e base (meio digital, planta impressa...) | 9.4. Data (dd/mm/aaaa) |
| | | | |
| 9.5. Mapas disponíveis (inserir imagens com legenda) | | 9.6. Descrição, fonte e localização do mapa | |
| | | | |
| Legenda: | | | |
| 10. PREENCHIMENTO | | | |
| 10.1. Entidade | | 10.2. Data | |
| 10.3. Responsável | | | |

Ficha M202 – Caracterização dos setores

MÓDULO GESTÃO

| 1. IDENTIFICAÇÃO | | |
|---|-------------------|-------------------------------------|
| 1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada) | | |
| | | |
| 1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo) | | |
| | | |
| 1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise | | |
| | | |
| 2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE | | |
| 2.1. UF(s) | 2.2. Município(s) | 2.3. Localidade(s) |
| | | |
| 2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE | | 2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE |
| | | |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DOS SETORES DE PLANEJAMENTO | | |
| 3.1. Critérios de normatização e planejamento do(s) setore(s) | | |
| | | |
| 3.2. Mapa(s) do(s) setore(s) | | |
| | | |
| 3.3. Descrição dos setores | | |
| | | |
| 3.4. Indicações normativas e de planejamento para cada setor | | |
| | | |
| 3. PREENCHIMENTO | | |
| 3.1. Entidade | | 3.2. Data |
| 3.3. Responsável | | |

Ficha M207 – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

| 1. IDENTIFICAÇÃO | |
|---|--|
| 1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada) | |
| | |
| 1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo) | |
| | |
| 1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações) | 1.4. Código Identificador Iphan |
| | |
| 3. IMAGEM | 4. COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem) |
| | |
| | |
| | |
| 5. PREENCHIMENTO | |
| 5.1. Entidade | 5.2. Data |
| 5.3. Responsável | |

Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

| 1. IDENTIFICAÇÃO | | | | | |
|---|--------------------|------------|-------------------------|------------------------|------------------------------------|
| 1.3. Recorte Territorial (Identificação da região estudada) | | | | | |
| | | | | | |
| 1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo) | | | | | |
| | | | | | |
| 1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações) | | | | | 1.4. Código Identificador Iphan |
| | | | | | |
| 2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE | | | | | |
| 2.1.UF | 2.2.Município | | 2.3.Localidade | | 2.4. Local Específico |
| | | | | | |
| 2.5.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) | | | | 2.6.Código Postal | |
| | | | | | |
| 2.7.Coordenadas Geográficas | | | 3.PROPRIEDADE | | |
| Datum | | Zona | | Pública | 3.1. Identificação do Proprietário |
| Latitude | | | | Privada | |
| Longitude | | | | Mista | 3.2. Contatos |
| Altitude [m] | | | | Outra (especificar) | |
| Erro Horiz. [m] | | | | | |
| 4. NATUREZA DO BEM | | 5.CONTEXTO | | 6.PROTEÇÃO EXISTENTE | |
| | Bem arqueológico | | Rural | | Patrimônio mundial |
| | Bem paleontológico | | Urbano | | Federal/ individual |
| | Patrimônio natural | | Entorno preservado | | Federal/ conjunto |
| | Bem imóvel | | Entorno alterado | | Estadual/ individual |
| | Bem móvel | | Forma conjunto | | Estadual/ conjunto |
| | Bem integrado | | Bem isolado | | Municipal/ individual |
| 4.1 Classificação | | | | | Municipal/ conjunto |
| | | | | | Entorno de bem protegido |
| | | | | | Entorno de bem protegido |
| 8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO | | | 9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO | | |
| | Íntegro | | Bom | | Nenhuma |
| | Pouco alterado | | Precário | | Nenhuma |
| | Muito alterado | | Em arruinamento | | |
| | Descaracterizado | | Arruinado | | |
| 6.1. Tipo/ legislação incidente | | | | | 7.1 Tipo/ legislação incidente |

Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

| 1. IDENTIFICAÇÃO | | | |
|--|--|------------|--|
| 1.3. Recorte Territorial (Identificação da região estudada) | | | |
| | | | |
| 1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo) | | | |
| | | | |
| 1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações) | | | 1.4. Código Identificador Iphan |
| | | | |
| 10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias) | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| 11.DADOS COMPLEMENTARES | | | |
| 11.1.Informações Históricas (síntese) | | | |
| | | | |
| 11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...) | | | |
| | | | |
| 11.3. Referencias Bibliográficas | | | |
| | | | |
| 12. PREENCHIMENTO | | | |
| 12.1. Entidade | | 12.2. Data | |
| 12.3. Responsável | | | |

Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente

MÓDULO CONHECIMENTO

| 1. IDENTIFICAÇÃO | | | | | |
|---|---|--------------------|-------------------------------------|------------------------|----------------|
| 1.4. Recorte Territorial (Identificação da região estudada) | | | | | |
| | | | | | |
| 1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo) | | | | | |
| | | | | | |
| 1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise | | | | | |
| | | | | | |
| 2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE | | | | | |
| 2.1. UF(s) | 2.2. Município(s) | 2.3. Localidade(s) | | | |
| | | | | | |
| 2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE | | | 2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE | | |
| | | | | | |
| 3. INFORMAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO BEM (municipal, estadual e/ou federal) | | | | | |
| | | | | | |
| Tipo de Legislação | Número | Descrição | Data | Ementa | Palavras-chave |
| (Lei, Portaria, etc.) | | | | | |
| (Lei, Portaria, etc.) | | | | | |
| (Lei, Portaria, etc.) | | | | | |
| 3.1. Informações detalhadas | | | | | |
| | | | | | |
| 4. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE PROTEÇÃO | | | | | |
| 4.1. Número do processo | 4.2. Classificação (no caso de tombamento pelo Iphan, indicar os Livros do Tombo) | | | 4.3. Data (dd/mm/aaaa) | |
| | | | | | |
| 4.4. Pareceres sobre a proteção incidente (federal, estadual e/ou municipal) | | | | | |
| | | | | | |
| 4.5. Mapas, desenhos, croquis, documentos e outras informações complementares (do polígono de proteção e entorno especialmente) | | | | | |
| | | | | | |
| 4.6. Fontes e localização dos documentos | | | | | |
| | | | | | |
| Identificação | Tipo de Estudo | Data de Coleta | Localização | Disponibilidade | Outros dados |
| | | | | | |
| 4.7. Informações descritivas | | | | | |
| | | | | | |
| 9. PREENCHIMENTO | | | | | |
| 9.1. Entidade | | | 9.2. Data | | |
| 9.3. Responsável | | | | | |